

ELENA CAMARGO SHIZUNO

Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo:
os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40

CURITIBA

2001

ELENA CAMARGO SHIZUNO

Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo:
os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helenice Rodrigues

CURITIBA

2001




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

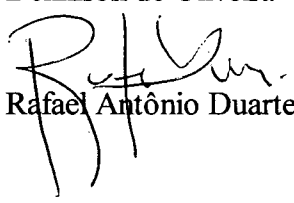
- Ata da sessão pública de arguição de dissertação para obtenção do grau de Mestre em História. Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e um, às nove horas, na sala 612 do Departamento de História, Edifício D. Pedro I, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da candidata **Elena Camargo Shizuno** em relação a sua dissertação intitulada “**Bandeirantes do oriente ou o perigo amarelo? Os imigrantes japoneses e a DOPS**”.

A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, está constituída pelos seguintes professores: Dra. Helenice Rodrigues da Silva (UFPR - orientadora), Dr. Dennison de Oliveira (UFPR) e Dr. Rafael Antônio Duarte Villa (UFPR), sob a presidência da primeira. A sessão teve início com a exposição oral da candidata sobre o estudo desenvolvido, tendo a presidente dos trabalhos concedido a palavra, em seguida, a cada um dos Examinadores para suas respectivas arguições. Em seguida a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, a senhora presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir a banca examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela **Aprovação** da candidata, atribuindo-lhe o conceito final. “**A**”. Em seguida a Presidente dos trabalhos declaroua candidata que recebeu o título de **Mestre em História**. Nada mais havendo a tratar a senhora presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Luci Moreira Baena, secretária, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.


Luci Moreira Baena


Prof. Dra. Helenice Rodrigues da Silva


Prof. Dr. Dennison de Oliveira


Prof. Dr. Rafael Antônio Duarte Villa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação da candidata Elena Camargo Shizuno, sob o título “ Obandeirantes do Oriente ou o perigo amarelo? Os imigrantes japoneses e a DOPS ”, para obtenção do grau de Mestre em História, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela APROVAÇÃO com conceito “...A...” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de Mestre.

Curitiba, 02 de agosto de 2001.

Prof. Dr. Heleneck Rodrigues de Lencastre
Presidente

Prof. Dr. Rafael de Souza
1º Examinador

Prof. Dr. Wagner de Souza
2º Examinador

(...) eles são os grãosinhos de areia (...) arrancados à rocha-mãe (...) pela ação de um vento que sopra numa longa tempestade (...) e que, transplantados para longe, acabaram constituindo, assim que encontraram o primeiro acidente de terreno (...), essa imensa “duna” (...) em que hoje se transformaram os imigrantes. Eles também estão descobrindo que, afinal, a tempestade inicial que os levara e o elemento que os manteve em sua louca corrida eram uma só e única coisa: a economia capitalista e seus efeitos de transferência de um campo econômico (...) para outro (...), de um país para outro, de um continente para outro, de uma civilização para outra. Será preciso que essa tormenta ainda dure e que hoje levante ou retome os imigrantes para voltar a transportá-los para seu ponto de partida, sem poder contudo colá-los de volta à “rocha” de origem, que aliás, já não existe? (SAYAD. *A imigração*, p. 72)

Agradecimentos

Inicialmente gostaria de agradecer ao apoio da agência fomentadora de pesquisa – CNPq pela bolsa de pós-graduação concedida para a realização desta dissertação. Bem com a todos os professores que durante a elaboração deste trabalho de alguma forma contribuíram discutindo e debatendo de forma séria esta pesquisa. Agradeço a orientação da professora Helenice Rodrigues que acompanhou com atenção todo o processo de elaboração da dissertação. Aos professores das disciplinas de curso Luís Geraldo Silva e Marion Brepohl de Magalhães. Aos professores Ana Maria Burmeister, Adriano Codato e Rafael Duarte Villa e Dennison de Oliveira pela leitura de trabalhos e estímulo. E ao professor Marco Antônio da Silva Mello pelas suas considerações de meu trabalho no XX Simpósio Nacional de História de 1999. Bem como a Nizan Pereira pelas indicações de leitura e a professora Elvira Kubo, responsável pela primeira orientação e passos desta pesquisa.

As direções e corpo pedagógico das Escolas Estadual Elias Abraão e Colégio Estadual do Paraná agradeço o apoio dado para a realização de minhas atividades acadêmicas. Em especial a professora Olinda pelo apoio especial, no momento em que mais precisei.

Gostaria de agradecer também a Cláudio Seto pela generosidade e pelo apoio a realização desta pesquisa. Foi com uma grande surpresa que no decorrer da pesquisa conheci tão gentil pessoa, grande conhecedor do tema, que se dispôs a discutir e trocar informações sobre a pesquisa, sem a sua participação a tese seria uma outra. Outras pessoas queridas a quem agradeço de modo especial são Rosa Gianotto e Nilton Gianotto pelo apoio generoso e fundamental participação no início desta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de curso em especial a Maria Alejandra Barbosa, Ingrid Ischwyzer, Cintia Carneiro, Paulo, Claércio, Marcilene Garcia e Eduardo pelo convívio fraterno e solidário que tivemos durante a elaboração da dissertação. Agradeço aos amigos Rucirene Miguel, Cristine Alencar, Eloisa Camargo Shizuno, Ricardo Mendes, João Marçal Bodê de Moraes, Marliza Bodê de Moraes, Maria das Graças Silva de Moraes, Maria Luiza Bodê de Moraes, Cláudia Mazarak, Bernadete, Katy Mary de Farias, Juliana Leão Rego, Eva Scheliga e Marco Fontanella pelo convívio solidário e apoio nos momentos mais difíceis, e técnicos com revisão de texto sempre presente e elaborada de Cláudia Mazarak de meus trabalhos de fim de curso. Ao meu amigo e revisor Renato Bittencourt que mesmo a longa distância sempre esteve sensível e prestativo as minhas dificuldades, técnicas ou emocionais. Ao apoio de Adriana Camilo, presente na organização de minha casa propiciando maiores momentos de reflexão sobre a questão do imigrante. A secretaria da Pós-graduação em História e ao apoio de Luci Baena.

Dedico esta dissertação aos meus pais, Luiza Camargo Shizuno e Akira Shizuno, bem como a meu companheiro Pedro Rodolfo Bodê de Moraes que ao longo desta jornada me ampararam e apoiaram. Julgo ser da maior importância todas as reflexões que tivemos, direta ou indiretamente, na elaboração desta dissertação. Este tipo de troca, apreciações, motivações e carinho que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	06
RESUMO	07
1 Introdução	09
2 Os imigrantes japoneses no Brasil: antes da guerra	24
2.1 Antecedentes da imigração japonesa	24
2.2 O “perigo japonês” no Brasil: o incômodo da diferença	32
2.3 A constituinte de 1934: um momento decisivo	45
2.4 O perigo amarelo no Brasil: o complô japonês	49
3 A Polícia política no Brasil - dos anos 30 ao início da década de 1950	73
3.1 A polícia política: dos anos de 1933 a 1944	74
3.2 A polícia política: dos anos de 1944 a 1954	77
4 As fontes: de 1941 a 1945	80
4.1 A documentação específica sobre os japoneses: a DOPS no Paraná	81
4.2 A guerra e as determinações governamentais	83
4.3 O consulado japonês: vigilância e prevenção	95
4.4 Apreensões, buscas, prisões: a ação policial e os japoneses	104
4.4.1 A língua japonesa e a política de assimilação	104
4.4.2 As apreensões	106
4.4.3 Espionagem e vigilância	108
4.5 <i>Akebono</i> : Sociedade de Jovens japoneses	112
5 As fontes: de 1946 a 1950	124
5.1 Pós-Segunda Guerra Mundial: o conflito entre os japoneses	129
5.2 Os relatórios policiais	147
5.3 A ameaça terrorista: os escritos das sociedades japonesas	158
5.4 A DOPS do Paraná: condições materiais	159
5.5 Comissão pró-segurança da colônia japonesa do Paraná	160
6. Considerações finais	164
Anexos	164
Fontes	168
Referências Bibliográficas	170

LISTA DE FIGURAS

1 CAPA DO LIVRO OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL	38
2 MAPA DO ESTADO DE SÃO PAULO DO LIVRO OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL	61
3 CHARGE DA REVISTA O GLOBO.....	64
4 CHARGE DA REVISTA O CRUZEIRO.....	66
5 FOTOS DA REVISTA O CRUZEIRO	69
6. LISTA DE ESTEREÓTIPOS DE FREIRE-MAIA	71

RESUMO

A vinda de japoneses para o Brasil, a partir de 1908, produziu controvérsias em torno da construção da figura do imigrante; ora visto como colonizador – “bandeirante do oriente” – , ora como problema para a constituição da nacionalidade brasileira – o *perigo amarelo*. O contexto histórico destas discussões foi variado, destacando-se do ponto de vista externo a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e internamente o conflito na colônia nipônica em torno de duas tendências: aqueles que aceitavam a derrota do Japão ao final da guerra, (*makegumi*, os “derrotistas”) e os que não aceitaram o final da guerra, auto-identificados como “esclarecidos” (*kachegumi*, os “vitoristas”). Este estudo procura de fazer uma abordagem específica dessas questões: a saber, análise das representações sobre os imigrantes japoneses construídas a partir da documentação da “DOPS-DEAP – fundo Delegacia de Ordem Política e Social”, localizado no Departamento Estadual Arquivo Público Paraná, dos anos de 1940. O objetivo é procurar entender como foi possível, para polícia política de então agir repressivamente e pensar sobre os imigrantes japoneses em face da Segunda Guerra Mundial, do conflito interno da comunidade nipônica, bem como a partir do projeto de nacionalização de Vargas.

ABSTRACT

The arrival of Japanese immigrants in Brazil, starting from the year 1908, brought up controversial questions about the construction of their image as an immigrant. Their image bounced between a colonist - **the colonist from western** - and a threat to the constitution of a Brazilian nationality - **the yellow danger**. Historically, this issue has been tackled in several different moments, standing out the Second World War (1939-1945), from an exterior perspective, and the internal conflict in the Japanese colony between those who accepted the Japanese defeat in The War (*makegumi*, **the defeatist**) and those who didn't accept the end of it, identifying themselves as *kachegumi*, **the winners**. This study intends to approach these specific questions, namely the constructed perception of the Japanese immigrant based on documents of DOPS-DEAN - Political and Social Order Office, located at the State Public File Department - aiming to understand on what bases the political police force acted repressively as well as face up the Japanese immigrants' reality to the Second World War, to their colony internal conflicts and to Vargas's nationalism project.

1. Introdução

O Brasil recebeu milhares de pessoas desde 1908, ano da chegada do primeiro navio com imigrantes japoneses. Os objetivos individuais de cada imigrante estavam submetidos a decisões de governantes de ambos os países, de emigração e imigração. No Japão e no Brasil existiram interesses, ligados a seu desenvolvimento econômico e político, que fizeram do país sul-americano o receptor do maior número de imigrantes japoneses.

Atualmente, o Estado do Paraná abriga o segundo maior contingente brasileiro de imigrantes japoneses e de seus descendentes¹ e, em todo o país as representações sobre os nipônicos são predominantemente positivas, expressando, sobretudo, qualidades. Elas chegam ao ponto de serem utilizadas com fins políticos, como na vitoriosa campanha do nissei Cássio Taniguchi à prefeitura da cidade de Curitiba, no ano de 2000. Nesta campanha, candidatando-se pelo Partido da Frente Liberal (PFL), ele enalteceu o seu pertencimento à “etnia” japonesa, referenciando com *slogans*, imagens e canções as representações positivas de suas características raciais, morais e psicológicas. As imagens utilizadas eram alusivas às artes tradicionais japonesas, como a *ikebana* (arranjos florais), bonsai (árvores plantadas em bandejas) e origami (técnica de dobradura de papel), além de lançar mão de frases como “dá certo eleger um japonês”, “o do olhinho fechado que é sincero”, “o japonês que já fez”. Invocaram-se as suas capacidades de bom trabalhador, muito parecidas com a propaganda de apoio à vinda de imigrantes nipônicos para o Brasil, nas décadas de 1920 e 1930.

Durante o período eleitoral de 2000, Fábio Campana publicou, em sua coluna,² uma nota com o título de “Humor”:

O professor Kolb, vice de Forte Neto na chapa tucana de Curitiba, não perdeu o humor mesmo diante dos anoréxicos índices nas pesquisas de opinião. Ontem, ao iniciar sua aula de Biologia no Colégio Positivo, perguntou aos alunos:

- _ Sabem o que há de semelhante entre o professor Kolb e um vestibulando?
- _ Simples. Ambos têm um japonês pela frente.

O tom de anedota faz a blague registrada por Campana ser menos direta do que a frase “Brasileiro: lute por uma vaga. Mate um japonês”, pichada no *campus* da Universidade de São Paulo, em 1989. Todavia, elas contêm semelhanças. Em ambas há a idéia de eliminação do opositor ou concorrente. Note-se que o vestibular, que pode ser visto como o lugar explícito da concorrência, da competição e das chances de ascensão social. É sabido, por pesquisas

¹ Segundo o IBGE, em 1953 haviam 11,89% de “amarelos” no Estado do Paraná, segunda maior população oriental no Brasil, e no Estado de São Paulo estavam 84% desta população, sendo o maior contingente no país.

² *Gazeta do Povo*, 02 set. de 2000.

inclusive algumas realizadas recentemente que os descendentes de japoneses têm alto índice de entrada nas universidades brasileiras, mesmo em cursos considerados de alto prestígio, comparativamente ao número de pessoas pertencentes a outros grupos da sociedade como os negros, para os quais há índices baixos de escolarização e, portanto, menores chances de mobilidade social. Como exemplo, em 1977 do total de alunos formados na USP – Universidade de São Paulo 15,5% eram de descendentes de japoneses.³

Outra piada de humor duvidoso circulou em Curitiba no período das eleições e ela demonstrava os estigmas que identificam grupos minoritários ao se referir aos mais recentes prefeitos da cidade: “Curitiba já teve um prefeito bêbado, um judeu, uma bicha e um japonês. Agora terá um aleijado.” O “japonês” era Cássio Taniguchi,⁴ candidato à reeleição que por fim derrotou o “aleijado” Ângelo Vanhoni. A ambigüidade das imagens possíveis sobre japoneses no Brasil têm antecedentes históricos, e neste caso elas estão associadas a estigmas reconhecidos socialmente. O objetivo deste trabalho é possibilitar uma visão de como e quais imagens foram construídas na década de 1940, a partir das representações sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes, principalmente as registradas nos arquivos da polícia política.

Os vinda de imigrantes japoneses para o Brasil propiciou debates e análises sobre a sua viabilidade como trabalhadores, sua possibilidade de assimilação, seus conflitos com os projetos de colonização e com o modelo brasileiro de nacionalidade, sua mobilidade social e também algumas abordagens gerais.

No Brasil, os japoneses foram alvo de estudos sociológicos e históricos que atestaram a sua mobilidade social, política e econômica. Em tais estudos, as peculiaridades conjunturais oriundas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não são abordadas como temática principal, salvo em textos acerca do conflito intragrupal ocorrido no pós-guerra, envolvendo “derrotistas” e “vitoristas”, e que será analisado parcialmente na sequência deste trabalho. Além disso, aqueles ensaios também não analisam os preconceitos e estigmas⁵ vividos pelo grupo no período anterior à guerra.

3 MIYAO. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO. *A presença japonesa no Brasil*, p. 96

4 No caso citado, o judeu é o atual governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, e o aleijado é o candidato derrotado nas últimas eleições para prefeito da cidade de Curitiba, Ângelo Vanhoni. O suposto bêbado e o suposto homossexual, Gustavo Fruit e Rafael Greca, respectivamente.

5 A noção de estigma é utilizada aqui somente “em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN. *Estigma*, p. 13). O autor estabelece uma tipologia de estigmas, entre eles o de “raça” e de nação. Utilizaremos o termo com este significado, para analisarmos os discursos do período já referido, como um meio de decifrar e de posicionar os autores desta estratégia estigmatizante.

Muitos destes estudos procuravam comprovar a possibilidade de assimilação do grupo e utilizavam metodologia capaz desta comprovação, como no caso de índices de casamentos intergrupais ou étnicos, mobilidade social ou escolarização, por exemplo. Neste sentido, as pesquisas da primeira metade do século XX não se diferenciavam, quanto aos objetivos, daquelas realizadas nas décadas de 1950 e 1960, ou seja: buscava-se verificar o grau de integração, de “aculturação” do grupo. Este objetivo era alcançado ao se qualificar e quantificar a inserção do grupo – vale dizer, o grau de assimilação dos japoneses no Brasil.

Entretanto, é fato que houve mobilidade social, mudanças no estatuto do grupo nipônico, e que estas mudanças tiveram como momento paradigmático a década de 1940. Não temos o objetivo de demonstrar como ocorreram as transformações ou o que levou a elas, mas faremos algumas indicações que podem ampliar a discussão do tema.

A intenção deste estudo é fazer uma abordagem específica, analisar algumas das imagens e estigmas possíveis sobre os imigrantes japoneses construídas a partir da documentação policial da DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social, na década de 1940. Nosso propósito é elucidar como então foi possível à polícia política agir repressivamente e pensar sobre os imigrantes japoneses em face da Segunda Guerra Mundial e do conflito interno da comunidade, bem como a partir do projeto de nacionalização de Vargas.

Se durante e após a Segunda Guerra Mundial os estigmas são especialmente negativos, podemos questionar o estatuto do imigrante japonês e as suas transformações. Entretanto, ressaltamos a ambigüidade das representações construídas sobre o imigrante japonês na primeira metade do século XX, as quais persistem atualmente. É claro que os dois momentos são muito diferentes, pois já não vivemos os conflitos políticos do entre-guerras e do Estado Novo e nem aqueles do período da Segunda Guerra entre outras variáveis.

Inicialmente, a nossa proposta é analisar a construção das representações sobre o imigrante nipônico nos parâmetros do que é “comum” e “normal”, como manipulou-se as percepções sobre o outro e como foi referenciada a sua construção. E também como, em momentos de crise, os estigmas são ambigüamente utilizados tanto por parte da sociedade receptora quanto pelos próprios imigrantes, de forma positiva ou negativa, dependendo da conjuntura e das situações vividas.

Nesse sentido, vários autores foram influentes na constituição deste estudo. Em primeiro lugar, Elizabeth Cancelli, especialmente o seu trabalho sobre a polícia na era Vargas. Neste livro, a autora ressalta a importância da ação policial no projeto político do período – e ela faz isto partindo do pressuposto “de que a dinâmica interna e externa da instituição policial é não só parte integrante da dinâmica social, como a polícia se situa como elemento fundante

da manutenção de poder e da ação do Estado totalitário e da legitimação que ele pretende dar à violência e aos seus vários instrumentos de violência”.⁶

Para Cancelli, de 1930 a 1945 houve a continuidade de um mesmo projeto político, que era baseado em no que ela chama de “matizes comuns”, que conduziram a um “projeto político totalitário, a uma sociedade de massas e ao homem fragmentado”. Nesta proposta, além de se buscar uma identidade nacional brasileira, ações violentas de molde totalitário foram amplamente usadas bem como foram exaltadas as massas, de modo a fundamentar e manter o poder político de Vargas. Embora não seja nossa pretensão trabalhar com a noção de Estado totalitário, não descuidamos do fato de as questões pontuadas pela autora serem influentes para as considerações que podem ser tecidas acerca do tema desta dissertação.

O projeto político da era Vargas baseava-se também no nacionalismo e na idéia de brasilidade, elementos então fundamentais para a legitimação do Estado e base da sua soberania. Neste momento, colocou-se em ação a idéia da ordenação social com vistas a “um só pensamento”, transformando a pluralidade e a diferença em inimigos do Estado e da sociedade, que era vista – de modo ideal – com algo uno e orgânico. Os principais inimigos da nação e da nacionalidade eram os comunistas, o “inimigo objetivo”. Porém, como a polícia amparava-se nas teorias da antropologia criminal, também se viu inimizade nos imigrantes e nos judeus.⁷ Para os policiais, os médicos e os professores de antropologia criminal, bem como para os militares do alto comando, havia concordância quanto ao perigo que representavam à nacionalidade as “minorias alienígenas” presentes em solo brasileiro.

O caso japonês é ilustrativo, sendo as imagens sobre os nipônicos apresentadas no parecer em que Francisco Campos⁸ atesta que a sua imigração era a “pior possível”. Campos, ministro da Justiça e Negócios Interiores e homem forte no governo Vargas, dizia em 1943 que

Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irredutível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização de seus intuítos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país; seu egoísmo, sua má fé, seu caráter refratário fazem dele um enorme quisto étnico, econômico e cultural [...] ninguém logrará mudar a cor e a face do japonês, nem sua concepção de vida, nem o seu materialismo. Uma larga mestiçagem, se de um

6 CANCELLI. *O mundo da violência*, p. 4.

7 *Idem, ibidem*, p.81.

8 Francisco Campos é considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo. Antiliberal e antidemocrata, preconizava um regime autoritário nacionalista. É considerado o autor do principal esboço da Constituição de 1937.

lado repugnaria ao sentimento do povo brasileiro e viria repetir o fenômeno que, com relação à raça negra, nos foi imposto pela colonização primitiva, de uma parte encontraria, entre os colonos japoneses e as autoridades japonesas a que eles obedecem, uma resistência ilimitada.⁹

Neste sentido, todos os imigrantes, naturalizados ou não, seus descendentes e mesmo os visitantes eram considerados inimigos, pelo que deveriam ser vigiados e controlados em nome da segurança nacional. Contudo, no que se refere ao específico posicionamento sobre o crescimento do ultranacionalismo entre os imigrantes japoneses, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, discordamos de Elizabeth Cancelli, que explica este aspecto da seguinte maneira:

o fanatismo aliado à saudade quase insuportável que os japoneses sentiam de seu país, entre outras tantas manifestações de apego a valores culturais profundamente enraizados, somados ainda à rede de espionagem que os governos alemão e japonês tentavam montar no Brasil, facilitavam o trabalho da polícia em objetivar estes inimigos.¹⁰

Ela apresenta uma nota específica para a palavra *espionagem*, esclarecendo sobre os crimes da Shindo-Renmei (organização de nipônicos residentes no Brasil que perseguiu e assassinou imigrantes japoneses que aceitaram e divulgaram o fato de seu país de origem ter sido derrotado na Segunda Guerra Mundial), com o que relaciona tal organização com a rede de espionagem instalada no Brasil. Entretanto, sabemos que o principal motivo da existência da Shindo-Renmei e de outras sociedades similares era a manutenção do tradicional padrão cultural japonês, que entre outras coisas enfatizava o nacionalismo e o militarismo, não a espionagem, que nunca foi comprovada em relação às comunidades oriundas da terra do sol nascente. Segundo Cytrynowicz,

Não existe, insista-se, qualquer evidência documental de interesses do governo japonês em atacar ou invadir porções do território brasileiro, diferente da Alemanha nazista, que tinha planos e mantinha redes de espionagem no território brasileiro, ainda que isso não signifique referendar automaticamente toda acusação de alemão = nazista, parte da lógica repressiva dos aparatos policiais.¹¹

A existência da Shindo-Renmei foi mais um elemento que atestava o apego a enraizados valores culturais. A polícia os identificava como um perigo à nacionalidade, evidenciando a incompreensão desta instituição ante o “fanatismo” daquele grupo de orientais. A lógica policial, baseada na suspeição, analisava as ações desta sociedade de forma parcial e segundo seus critérios, ou segundo a falta deles – interessante assinalar que um dos relatórios policiais sobre o tema classificou os seus participantes de “incompreensíveis. Portanto, qualificar o

⁹ Apud CANCELLI, *op. cit.*, p. 156.

¹⁰ CANCELLI, *Op. cit.* p. 157-58.

¹¹ CYTRYNOWICZ, *Guerra sem guerra*, p. 145.

pensamento e as ações dos grupos a partir da representação do fanatismo é não possibilitar uma outra visão sobre o tema: a lógica do imigrante.

Maria Luiza Tucci Carneiro, em seu estudo sobre as ações e mecanismos de perseguição que, durante a era Vargas, o governo brasileiro utilizava contra os judeus, comprova a tese de que no Brasil dos anos 30 e 40 houve preconceito em relação a eles e a outros “indesejáveis”, como os japoneses. A autora propõe-se a, baseada principalmente em documentação oficial, investigar a presença do anti-semitismo, em seus aspectos teóricos e práticos. Assim, o tema é abordado a partir dos “interesses de uma minoria portadora de valores racistas”¹² e da reverberação de suas idéias em várias instâncias da sociedade:

E, no caminhar das idéias nacionalistas, o judeu – sinônimo de estrangeiro e de “raça semita” – emerge como personagem indesejável, ao lado do negro e do japonês. Com a instauração do regime autoritário estadonovista o anti-semitismo encontrou campo propício à sua eclosão.¹³

Em seu livro, o anti-semitismo é contextualizado historicamente e visto como “instrumento a serviço do poder”, “como reflexo da luta de classes”, “como antagonismo de duas crenças em conflito” e como ideologia. Assim, diante deste e de outros grupos “indesejáveis” para o ideário nacional, estas idéias estiveram presentes na literatura racista da época, pois “Apelando-se para estereótipos tradicionais, denunciaram-se os ‘perigos’ e os ‘excluídos’, criando-se um imaginário homogêneo de comunidade nacional”.¹⁴

A autora atesta a existência de representações calcadas nas diferenças raciais e na inferiorização dos elementos indesejáveis ao país, e analisa a busca da identidade nacional brasileira a custa da negação da diferença:

Assim, os pensamentos nacionalistas e fascistas emergentes nos anos 30 transformaram-se em agenciadores de ‘fantasmas’: das trevas do passado recuperaram-se velhos “mitos” que, restaurados e revitalizados, ganharam espaço sob a forma de “denúncias”. De um lado o perigo “vermelho”, de outro o “amarelo” e, entre eles, o perigo “semita”. O racismo também tem cores. [...] Deste clima de exaltação à raça ‘branca’ em detrimento do judeu, do negro e do japonês, cresceu a euforia da tão cobiçada identidade nacional.¹⁵

Entre os “indesejáveis”, o judeu, o comunista, o japonês e o negro tiveram os seus papéis e representações construídas como “ameaças reais ou imaginárias”, um perigo que suscitou ações estatais de exclusão e repressão.

¹² CARNEIRO. *O anti-semitismo na Era Vargas*, p. 23.

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 154.

¹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 500-01.

Outro autor influente neste trabalho é Alcir Lenharo, por seu texto *A sacralização da política*. Nesse estudo, o seu objetivo foi compreender as relações entre a política de colonização, a política trabalhista para o meio rural e as estratégias de dominação sobre os trabalhadores urbanos. Ele demonstra como se articulou a política de colonização do Estado Novo, com a criação das colônias agrícolas nacionais em áreas de vazio demográfico e com a criação de um novo conceito de trabalho e de trabalhador – sem direitos, despolitizado, disciplinado e produtivo. Com isso, Lenharo analisou o conteúdo mítico e romântico da idéia da marcha para o oeste, percebendo características do pietismo católico. Afirma ele que as imagens são dispositivos discursivos de propaganda utilizados na política e que, no período enfocado, existia uma associação entre as representações da nação e do corpo do indivíduo, objetivando-se uma visão una, indivisível e harmoniosa, sem conflitos. O corpo tornou-se metáfora da conquista do território. Construiu-se uma pedagogia do corpo visando a produtividade do trabalho, a militarização, o patriotismo e a formação eugênica. Com isso, encontramos no ideário de Getúlio Vargas

A afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para oeste”. Já se encontra manifesta a idéia de oposição ao litoral enquanto evocação da presença estrangeira e espaço simbólico de sua influência desnacionalizadora – afirmação que seria muito mais radicalizada a seguir pelos intelectuais intérpretes. No discurso de 1939, proferido em São Paulo, o ditador explicitou um dos determinantes do movimento interiorizador: “Caminhamos para a unidade, marchamos para o Centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo da nossa definição racial.” Fica assim evidenciada a proposta da teoria da miscigenação pelos pensadores “autoritários” como lastro de fundação do ser brasileiro, assim com se explicita a definição racial do brasileiro como resultado de uma oposição ao outro, o estrangeiro.¹⁶

Sacraliza-se o corpo que trabalha e a teologia é usada como forma de apontar soluções para os problemas sociais e políticos, buscando-se a legitimação do Estado e do poder político – com o que ocorre uma sacralização da política.

A propósito da noção do que seja *representação*, que utilizaremos nesta dissertação, são necessárias algumas considerações. Inicialmente, longe de ser um consenso, o conceito discutido evoca referências teóricas muito diferentes, oriundas de diversas disciplinas. Invertendo a proposição de Malerba, podemos dizer que, mesmo que ele seja “mais bem equacionado”, a definição e o uso do termo são “ainda um problema indócil”.¹⁷

16 LENHARO. *A sacralização da política*, p. 56.

17 MALERBA. “As representações numa abordagem transdisciplinar”. In CARDOSO e MALERBA. *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*, p. 269

Parece ser assim para nós, historiadores, porque o termo tem sido invocado na discussão sobre o estatuto epistemológico da nossa disciplina.¹⁸ Por outro lado, esta pesquisa não pretende se aprofundar neste debate, por mais importante que ele possa ser. No entanto, é preciso que se defina, ainda que de forma mínima, o uso que aqui se faz do conceito.

Pois bem: entre os historiadores, a noção de representação, como coloca Silva,¹⁹ aponta para um “distanciamento crítico em relação às ‘mentalidades’”, visto que como “matriz da história cultural e política”, ela “pressupõe levar em conta as transformações operadas no interior da própria história como disciplina, ao longo dos anos 80”.²⁰ Neste processo crítico, destacam-se as proposições de Roger Chartier, para quem o conceito permite, segundo Silva:

unificar três dimensões constitutivas da realidade social: inicialmente, as *representações coletivas*, herdadas de Mauss e de Durkheim, que constituem a matriz das formas de percepção, de classificação e de julgamento; em seguida, as *formas simbólicas*, por meio das quais os grupos e os indivíduos percebem suas próprias identidades; por fim, a delegação atribuída a um representante (indivíduo, coletivo, instância abstrata), “da coerência e da permanência da comunidade representada”.²¹

Assim, e considerando este debate, estaremos fazendo uso do conceito, entendendo que “os indivíduos organizam sua relação com o mundo mediante estruturas complexas de representação, que são utilizadas na comunicação”.²² Também, e pensando particularmente no nosso objeto e tema de pesquisa, podemos nos beneficiar das reflexões de Pierre Bourdieu:

[...] a procura dos critérios “objetivos” de identidade “regional” ou étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas na manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.²³

Portanto, as representações também são formas políticas de imposição e de infligir a dominação por meio das relações entre os que exercem o poder e os que estão submetidos a ele, entretanto note-se que as representações são construções relacionais. E, como afirma Chartier,

18 SILVA. “A história como ‘A Representação do Passado’” In CARDOSO e MALERBA. *Op. cit.*

19 *Idem, ibidem*, p. 82.

20 *Idem, ibidem*, p. 81.

21 *Idem, ibidem*, p. 83.

22 *Idem, ibidem*, p. 81.

23 BOURDIEU. “A Identidade e a Representação”. In: *O poder simbólico*. p.112.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.²⁴

Neste sentido, as representações transformam a visão de mundo e efetivam mudanças espaço social: elas são produzidas socialmente e produzem realidades. Isto posto, a hipótese deste trabalho é, em primeiro lugar, a de que as representações sobre os imigrantes construídas pela polícia política estiveram fundamentadas na “lógica da desconfiança”²⁵ e centradas na estigmatização dos japoneses como um inimigo político e social, no período Segunda Guerra Mundial, fazendo eco às teorias eugenistas do século XIX.²⁶

Com a rendição do Japão, em 1945, a tensão dentro do grupo, verificada durante todo o período da conflagração mundial, transformou-se no conflito entre a parcela de imigrantes que não aceita o final das hostilidades e a derrota do Japão, conhecidos como *kachegumi*, e o grupo que acredita no malogro militar do seu país de origem, chamados de *makegumi*. Contudo, a medida em que analisarmos este momento trabalharemos com a seguinte questão: Se durante a guerra a ação da polícia foi enérgica para com os nipônicos, qual foi a ação e elaboração dos policiais sobre o conflito interno ao grupo após término do conflito mundial?

Para tanto a questão do embate entre o nacionalismo brasileiro e o nacionalismo japonês dos imigrantes é importante. Esta luta é trabalhada a partir, em primeiro lugar, da campanha de nacionalização, da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e suas conseqüências internas, e após o conflito a partir das análises e ação da polícia política no conflito intragrupal nipônico. A oposição entre o elemento nacional e o estrangeiro – o imigrante, neste caso nipônico – é central.

Assim, utilizamos, segundo Anderson, a definição de nação, e o nacionalismo derivado desta, como uma das características da cultura, com seus significados mudando historicamente, legitimando e incorporando as diversas organizações políticas e ideológicas. Para a autora a nação “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como

24 CHARTIER. *A história cultural*, p. 17.

25 Cf. DOPS e a lógica da desconfiança.

26 Remeto esta questão a Sayad. Segundo quem “Objeto sobre o qual pesam numerosas ‘representações coletivas’, a imigração submete-se a essas representações que, como sabemos, ‘uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas’, com uma eficiência tanto maior quanto essas mesmas representações correspondem a transformações objetivas, sendo que estas condicionam o surgimento daquelas e determinam, da mesma forma, seu conteúdo” (*A imigração*, p. 57).

implicitamente limitada e soberana”.²⁷ Imaginada, pois é uma criação dos indivíduos que a pertencem e que pressupõem algo em comum entre todos – uma origem e cultura em comum, a idéia de comunidade, de pertencer a um grupo, de fraternidade entre quem dele participa. Um sentimento de identidade que as motiva matar ou morrer pela nação, esta que possui limites territoriais e soberania.

Na era Vargas a noção de brasilidade evoca a homogeneidade do ideal de homem brasileiro – o caboclo – tendo este nacional uma origem, cultura, raça em comum. Os limites desta nação imaginada eram territoriais e deviam ser conquistados – a idéia da marcha para o oeste – e raciais, sendo o imigrante, neste caso de estudo o japonês, oposição e parte desta construção.

Em segundo lugar, verificaremos se as representações construídas estavam ligadas à idéia de que, no Brasil, havia um plano de conspiração engendrado pelos nipônicos, ou seja, na idéia do complô. Assim, as colônias ou locais onde vivessem japoneses e/ou seus descendentes seriam as bases da organização que objetivava a tomada do território brasileiro pelo exército do *Mikado*, o imperador japonês. Para tanto, utilizamos algumas proposições feitas por Girardet²⁸ no seu estudo sobre o mito da conspiração judaica, maçônica e jesuítica e as relacionamos com a idéia de conspiração japonesa no Brasil – o perigo amarelo. Objetivamos responder se a “conspiração” foi uma representação que influenciou as avaliações e decisões policiais na década de 1940, tanto durante a Segunda Guerra Mundial quanto no conflito do grupo no pós-guerra.

Finalmente, questionamos se as representações estiveram baseadas em classificações raciais oriundas da antropologia criminal²⁹ e de alguns estudos de relações raciais, que afirmavam que uma “raça”,³⁰ intrinsecamente, porta um estigma e age segundo suas origens. Pensamos analisar tal quadro em função de representações existentes antes da guerra.

Neste trabalho, também há o objetivo de discutir em que medida, na década de 1940, a idéia de “raça” norteou as discussões e debates sobre a presença dos imigrantes japoneses no Brasil sendo usada como forma de classificação e explicação das diferenças culturais e políticas do momento. Usaremos, para nossas considerações, o seguinte conceito de “raça”:

27 ANDERSON. *Nação e consciência nacional*. p.14.

28 GIRARDET. *Op. cit.*

29 A antropologia criminal informou os policiais em sua classificação e explicação das causas dos crimes dos indivíduos e grupos segundo critérios deterministas e relacionados à idéia de que uma pessoa “carrega os estigmas atávicos de suas tendências criminosas” (DARMON. *Médicos e assassinos na Belle Époque*, p. 12)

30 Cf. BANTON. *A Idéia de raça*.

“raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das “raças” limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de “raça” permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.³¹

No século XVIII, a palavra *raça* era usada para explicar características comuns de um povo com ascendência européia. A idéia de “raça” com conotações físicas surgiu com o desenvolvimento das ciências, no século XIX. Neste momento, surgiram diversas teorias que versaram sobre as diferenças dentro da espécie humana e então ocorreu uma grande mudança, pois o termo *raça* passou a ser medida classificatória em termos mundiais. Adiante, veremos como será utilizada esta medida centrada na idéia de superioridade ou inferioridade de uma “raça” em relação a outra.³²

Assim, há que distinguir o racismo do racialismo. Para Todorov, o racismo³³ está ligado a comportamentos antigos e o racialismo relaciona-se às doutrinas nascidas na Europa ocidental, entre meados do século XVIII e meados do século XX. A partir do momento em que o racismo se apoia no racialismo, operam-se formas de ação maléficas – como o nazismo. Para o autor, o modelo clássico da doutrina racialista é composto de cinco proposições.

Antes de mais nada, elas afirmam: 1. a existência das raças: existem grupos humanos com características físicas comuns. Esta idéia está relacionada com a existência das espécies animais e, portanto, como para o caso dos animais, não deve haver o cruzamento entre as raças humanas. 2. Neste sentido, há uma relação causal: a determinação entre o físico e o moral. Assim, a divisão das raças implicaria uma divisão de culturas – a raça como determinante da cultura – numa relação de causa e efeito, pois há “a transmissão hereditária do mental e a

31 *Idem, ibidem*, p. 9. “Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas” (GUIMARÃES. *Racismo e anti-tuismo no Brasil*. p. 64).

32 Cf. BANTON. *Op. cit.* Contemporâneo de homens e mulheres do final do século XIX e início do século XX, de difícil definição devido a variabilidade de autores e teses sobre o tema, o darwinismo social, em linhas gerais, partia do pressuposto de que havia um determinante biológico para a condição e transformação sociais. Portanto, fatores outros, morais, psicológicos ou históricos não possuíam importância. Foram aplicados à sociedade princípios “que se crê” de Charles Darwin. A carga hereditária dos indivíduos determinava as gerações seguintes e assim um processo de seleção natural criaria raças puras, o que contribuiria para o progresso da humanidade. Além disso, os cruzamentos com raças inferiores degeneraria as raças.

33 E também poderíamos dizer, segundo Todorov, etnocentrismo

impossibilidade de modificar o mental pela educação”³⁴. 3. Há a ação do grupo sobre o indivíduo, sendo o seu comportamento dependente do grupo racial e cultural a que se pertence. 4. Há a hierarquia universal de valores e portanto as “raças” são classificadas por meio de uma escala de superioridade e inferioridade. O etnocentrismo prevalece entre aqueles que ordenam as raças em termos de qualidades físicas, estéticas, de espírito, de forma intelectual e moral. 5. Por fim, há uma política baseada no saber: a teoria racialista relaciona-se com a prática política, com um ideal político que se fundamenta no racismo para conformar o mundo às suas proposições.

Segundo Schwarcz, o determinismo racial ou biológico era premissa científica aceita durante a segunda metade do século XIX. Entretanto, a partir de meados da primeira metade do século XX, estas teorias passam a ser criticadas e desconsideradas no meio científico. No Brasil, estes determinismos atestavam o “fracasso” do Brasil:

“somos o que somos será porque sejamos uma sub-raça, um país de mestiços, uma fusão de elementos étnicos inferiores ou porque sejamos uma nacionalidade em vias de formação o que explica o estado de delinquência social do povo brasileiro?”(...), perguntava o professor Joaquim Pimenta, resumindo inquietações que pareciam comuns a toda escola.³⁵

Porém, o racismo brasileiro diferencia-se das teses européias. A idéia da degenerescência advinda do cruzamento entre “raças” foi reformulada. A tese aqui criada era de que havia saída para o Brasil através do branqueamento do seu povo:

A idéia de “embranquecimento” foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instilados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX.³⁶

Com enfraquecimento dos determinismos ao longo da primeira metade do século XX, pelo menos em termos de discussão científica, introduziu-se a idéia de que os estrangeiros deviam assimilar-se e integrar-se à cultura e à sociedade brasileira. O que era difícil, devido ao modelo de colonização e imigração implantado desde o império. Contudo, sendo

modelo de sucesso no Brasil dos anos 1870, as teorias raciais faziam no estrangeiro, nesse contexto, poucos seguidores. Já nos anos 1930, a situação como que se inverte. Nos Estados Unidos e principalmente na Europa é a partir desse momento que, a despeito da crítica teórica culturalista, tomam força certos modelos raciais de análise social, como é o caso do arianismo na Alemanha, ou do recrudescimento de uma política de segregação nos EUA. Diferente é a situação vivenciada no país. Combatido em sua utilização nas esferas políticas e científicas e

34 TODOROV. *Nós e os outros*, p. 109.

35 SCHWARZ. *O espetáculo das raças*, p. 167.

36 GUIMARÃES. *Op. cit.*, p. 50.

enfraquecido perante a influência das teses culturalistas de Freyre (que tenderam a exaltar a mistura racial aqui existente), esse tipo de aplicação persistiu, porém, sobretudo no senso comum e na representação popular.³⁷

Apesar da reverberação de novas formas analíticas, prevalecia em certos meios, como forma de representação sobre as raças, a idéia de que elas determinavam hierarquicamente uma classificação do grupo e dos indivíduos a elas relacionados. Nossa hipótese é a de que nas representações dos policiais da DOPS são encontradas influências destas formas de ordenação do social, com variadas e entrelaçadas modalidades: assimilação, classificação, reconhecimento das diferenças, eliminação das diferenças – num discurso que por vezes não conferia inferioridade explícita mas sim, a avaliação do perigo da diferença e da concorrência que é tão bem encarnada pelo estrangeiro.

Pensamos que não há como desvincular o contexto mundial do autoritarismo da era Vargas. Em diversos países a ascensão do totalitarismo era fato – a Alemanha nazista de Hitler, a Itália fascista de Mussoline, a Espanha franquista, o salazarismo em Portugal e o stalinismo na União Soviética. O período entre as duas guerras mundiais apresentou os elementos que possibilitaram a ascensão ao poder destes grupos, ou seja as questões ligadas ao revanchismo, o crescimento dos sentimentos e crenças nacionalistas, a crise econômica, as disputas entre os blocos mundiais, as críticas a democracia e ao liberalismo, entre outras questões específicas de cada país.

Neste compasso, o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foi marcado pela centralização política, econômica e ação de um estado forte Estado, visto como representante das vontades de todo povo, marcante nas esferas trabalhista, educacional, políticas migratórias entre outras. A partir do golpe do Estado Novo (1937-1945) implanta-se de fato o autoritarismo de Estado, ocorre o fortalecimento das forças armadas, principalmente do exército, institui-se as interventorias estaduais, a censura dos meios de comunicação, a criação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda - entre outras decisões. A transição para o período seguinte, com a deposição de Vargas em 1945, pode ser vista como uma articulação de iniciativa militar com o papel decisivo do general Góis Monteiro – também articulador da Revolução de 30. Esta mudança não representou grandes rupturas, e sim uma continuidade dos rumos do país. Exemplos disso é o funcionamento da máquina política, criada no Estado Novo, nas eleições de 1945; na organização dos trabalhadores e repressão policial dos “indesejáveis” – principalmente aos comunistas – marcas do governo chamado de

37 SCHWARTZ. *O espetáculo das raças*. p. 247.

“democrático” do ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas (1937-1945), Eurico Gaspar Dutra.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma, em primeiro lugar são contextualizadas as questões relativas ao período anterior a Segunda Guerra Mundial, pois julgamos ser elas necessárias para introduzir a nossa problemática central – as representações da polícia política para com os imigrantes japoneses.

Assim, apresentaremos os antecedentes da imigração do grupo, o contexto da emigração e da imigração nipônica para o Brasil, as discussões sobre a vinda de imigrantes – tanto aquelas mantidas pelos políticos na constituinte de 1934 como aquelas em que intelectuais, jornalistas, políticos se posicionaram de forma a expressar os estigmas que recaíram sobre os nipônicos. Em seguida, avaliaremos como a idéia do perigo amarelo e do complô japonês influenciou o posicionamento e a classificação destes orientais. Para tanto, nosso referencial é Raoul Girardet e seu ensaio sobre o tema dos complôs jesuítico, maçônico e judeu.

Em segundo lugar trabalharemos um histórico parcial sobre a polícia política brasileira da era Vargas ao início da década de 1950 a partir da questão do imigrante. Este recorte temporal tem por base as fontes ou seja refere-se ao final do conflito interno ao grupo nipônico.

A seguir apresentaremos as fontes específicas sobre os imigrantes japoneses da “DOPS-DEAP - fundo Delegacia de Ordem Política e Social”, localizado no Departamento Estadual Arquivo Público Paraná. Este material foi produzido por uma das delegacias especializadas da Chefatura de Polícia – a de ordem política e social.

Num primeiro momento, reproduzimos a documentação que se refere ao ano de 1941 – ano de criação do consulado japonês na cidade de Curitiba – e em seguida a referente ao início da Segunda Guerra Mundial e o decorrer do conflito. Quando é ressaltada a ação e análise policial sobre os japoneses e seus descendentes – as perseguições, apreensões, acusações de espionagem, formação de associações que infringiam à lei de segurança nacional, com destaque para a documentação sobre a sociedade Akebono.

Na documentação referente aos anos de 1946 a 1950, o que se destaca é o conflito entre os chamados “vitoristas” – aqueles que não acreditavam na possibilidade da rendição do país de origem na guerra – e os chamados “derrotistas” – aqueles que divulgaram e acreditavam na derrota do Japão no conflito mundial. Neste sentido, os relatórios policiais sobre o conflito intragrupal e os escritos das sociedades japonesas vitoristas (chamadas pela DOPS de terroristas) são analisados a partir das representações produzidas pela polícia.

Creemos ser necessário esclarecer que o Arquivo Público do Paraná mantém material que poderia vir a complementar esta dissertação, ele consiste nas pastas individuais do acervo da DOPS-Paraná, entretanto o seu acesso não foi possibilitado. A argumentação do arquivo foi que houve dificuldade de reunir as autoridades para a avaliação do pedido oficial e legal, que deveria ser avaliado por autoridade do Arquivo e outras – secretários de governo do Estado do Paraná e especialistas da área de história. Até o presente momento, julho de 2001, não houve comunicação por parte da instituição dando permissão para o acesso pedido em 15 de agosto de 2000.

2 Os imigrantes japoneses no Brasil: antes da guerra.

2.1 Antecedentes da imigração japonesa

Iniciada em 1868, a era Meiji foi o momento de transformações e abertura do Japão, a chamada ocidentalização do país. O denominado “governo esclarecido” derrubou o “antigo regime japonês”, que manteve a nação refratária ao ocidente por séculos. Entretanto, não houve transformações na base social do Estado.³⁸

A constituição de abril de 1868 prometeu o fim do poder absoluto dos senhores, a extinção dos monopólios dos feudos e liberdade para as empresas comerciais e industriais. Nesse momento, foi abolida a divisão e a desigualdade entre *daimios* (senhores de terra), *samurais* (guerreiros), camponeses, comerciantes e párias. Porém, desde 1893, os antigos feudos continuaram participando do poder, dividindo-o com casas comerciais como a Mitsui, que junto a Mitsubishi e Sumimoto formavam cartéis legais, os *zaibatsu*. Elas continuaram o pagamento de pensões aos senhores de terras e aos samurais convertidas em indenizações que venceriam em um prazo de cinco a quinze anos.

Tóquio passa a ser a capital, não mais Quioto, e o calendário ocidental passa a vigorar, bem como o ensino científico e técnico passa a ser obrigatório. Os impostos devidos pelos camponeses aos *daimios* e pagos em espécie, em arroz, passaram a ser pagos em dinheiro, o que pesou muito sobre os trabalhadores da terra. Os proprietários rurais, *jinushi*, e comerciantes de arroz enriqueciam, enquanto os pequenos fazendeiros não. Uma série de revoltas camponesas ocorreram, entre elas as “sublevações do arroz”, de 1918. Entre outros motivos destas revoltas, que se iniciam logo após o início da Restauração Meiji, foi a transformação do modo de vida através de medidas como a mudança do calendário, às restrições sobre o budismo enquanto religião oficial, a criação das escolas, o recrutamento, à igualdade legal dos párias, entre outras.³⁹

Os estadistas operosos e atilados que dirigiram o governo Meiji rejeitaram, contudo, as idéias de pôr fim à hierarquia no Japão. A Restauração simplificara a ordem hierárquica colocando no ápice o Imperador e abolindo o Xógum. Os estadistas da pós-Restauração, acabando com os feudos, eliminaram o conflito entre a lealdade ao suserano e ao Estado. Essas mudanças não depuseram os hábitos hierárquicos. Deram-lhes nova localização.⁴⁰

38 CHESNEAUX. *A Ásia oriental nos séculos XIX e XX*, p. 44.

39 BENNEDICTE. *O crisântemo e a espada*, p. 71.

40 *Idem*, *ibidem*, p. 72.

O Japão tornou-se expansionista na Ásia oriental, exportador de capitais e investimentos, o que no decorrer da primeira metade do século XX motivou guerras contra a China, Manchúria e Coreia. O sonho do *Daï Nippon*, o Grande Japão, formador de um grande império asiático, contagia as classes médias, o exército, o campesinato e, difundido pelos grupos dirigentes japoneses, “reflete o desejo de uma vida melhor e um sentimento confuso de solidariedade pan-asiática dirigida contra as potências coloniais brancas. O famoso Plano Tanaka, de 1927, anuncia claramente que o Japão irá ajustar contas com elas”.⁴¹

Os partidários do militarismo e os ultranacionalistas possuíam poder político e participavam dos *zaibatsu*. O movimento operário e as esquerdas não possuíam força política e o governo parlamentar japonês cede frente a assassinatos políticos e golpes militares. Durante a crise de 1929, o movimento anticapitalista e antiparlamentar da extrema direita se fortalece, e os militares ascendem ao poder, em 1932. Em 1937, ocorreu a guerra contra a China, que contou com o apoio da população formada e educada através de um sistema autoritário e militarista. Neste momento, a idéia de “perigo amarelo” refletia o medo do crescimento econômico e bélico japonês. Ou seja: o imperialismo japonês, o militarismo e o ultranacionalismo, combinados com o crescimento econômico acelerado, eram reconhecidos pelas superpotências de então como um perigo no equilíbrio entre as nações,⁴² uma ameaça que precisava ser combatida:

Não há dúvida que o perigo japonês manifestou-se de maneira estarrecedora, não só para as nações ocidentais com interesse na Ásia como também para as pobres populações das miríades de ilhas disseminadas por todo o grande oceano, sujeitas agora aos apetites mesquinhos e desumanos de hordas enfurecidas, que querem, à outrance, vingar-se dos bárbaros brancos e dos habitantes de suas possessões, dando, assim, vazão ao ódio secular contra aqueles que o forçaram, ignominiosamente, a franquear os seus portos ao comércio internacional e a ingressar, destarte, na comunhão do mundo civilizado, ao mesmo tempo que o contaminaram com a sua cultura grosseira e materialista, em substituição à cultura idealista japonesa.⁴³

Este autor ressalta que a “ofensiva japonesa”, antes comercial, tornou-se violenta com o avanço do imperialismo japonês na Ásia. O país, necessitando de território e de matéria-

41 CHESNEAUX. *A Ásia oriental nos séculos XIX e XX*, p. 51. Segundo Carlos de Souza Moraes o “memorando Tanaka” foi apresentado ao imperador de modo secreto. O documento, considerado uma espécie de “manual do imperialismo”, anuncia as futuras conquistas nipônicas na Ásia porém, o governo japonês sempre negou a sua existência. (MORAES, *A ofensiva japonesa no Brasil*, p. 271).

42 Moraes alertava então sobre todos estes perigos e mais um: “O encantamento japonês é algo parecido com o efeito do ópio barato que as hordas sanguinárias da terra do Sol Nascente estão distribuindo, atualmente, na China, para abater a heróica combatividade chinesa” (MORAES, *A ofensiva japonesa no Brasil*, p. 226). Segundo Upton Sinclair, o “perigo amarelo, a visão negra era a da vaga amarela de tóda a Ásia a invadir o mundo ocidental”, de “apetites pantagruélicos”. (*Idem, ibidem*, p. 191 - grifos do autor)

43 *Idem, ibidem*, p.17 - grifos do autor. Mantivemos ao longo de todo o trabalho a grafia original nas citações de fontes.

prima, tende a ampliar a busca por seu “espaço vital”. Assim, “O perigo que ameaça a raça branca, vaticinado por Osvaldo Spengler,⁴⁴ nunca foi mais evidente, nem ameaçador”.⁴⁵ Neste momento, as imagens sobre os japoneses eram de que eles representavam o perigo do avanço de uma nova potência, uma nova horda a destruir o mundo civilizado.

A passagem do século XIX para o XX caracterizou-se pelo imperialismo, por rivalidades entre as grandes potências e pela ascensão do Japão e dos EUA como países influentes e decisivos no equilíbrio entre as nações. O nacionalismo japonês cresceu juntamente com os nacionalismos europeu, bem como com as disputas entre estes. Entretanto, as relações entre os governos brasileiro e japonês propiciaram a realização de tratados e acordos comerciais entre os dois países. Havia interesses comuns relacionados ao comércio e às migrações.

Portanto, inserido neste quadro, o papel dos governos brasileiro e japonês na política de imigração para o Brasil foi importante. O governo japonês determinou quem e quantos emigrantes partiriam do Japão e o governo brasileiro destinava-os às áreas de ocupação em zonas pioneiras.

Neste contexto, existem duas teses que analisam os motivos da emigração. A primeira explica a emigração nipônica “responsabilizando os desastres naturais”, ou seja: terremotos e outras catástrofes consecutivas devastaram o país e impuseram a emigração de agricultores pobres e de outros grupos, em menor quantidade. Assim, o governo japonês e a política de modernização, desde a era Meiji, não seriam responsabilizados. Este tipo de argumentação desresponsabiliza os governantes de suas políticas para com os cidadãos.

Entretanto, a segunda tese questiona as políticas migratórias e baseia-se no contexto histórico e social. Os motivos da emigração seriam o crescimento populacional acelerado devido a melhoria da condição de vida e diminuição do aborto e do infanticídio,⁴⁶ aumento da pobreza em áreas rurais devido ao peso maior dos impostos, e o desemprego crescente.⁴⁷ A

44 O filósofo alemão Oswald Spengler (1880-1936) propôs uma visão cíclica da história e comparou a cultura a um organismo vivo, a mercê das leis biológicas de desenvolvimento. Apesar de não ter apoiado os nazistas, em 1933, parte de seu pensamento foi utilizado pelo regime hitlerista.

45 *Idem, ibidem*, p. 27. É o autor ainda alerta (p. 43): “Não nos iludamos mais. O imperialismo nipônico não é mais um perigo imaginário. Ele é real, gritante, digno das hordas sanguinárias dos hunos. A perversidade demonstrada por seus soldados na China, em Hong-Kong, Singapura e outras regiões recentemente dominadas, com requintes de barbarismo, é dolorosa e atesta seguramente que a guerra de ferro e sangue que deveriam os súbditos do império insular desencadear no mundo para abrir passagem às suas mercadorias e realizar a dominação da Ásia – vem-se desenvolvendo regularmente e de acordo com o memorando Tanaka.”

46 LEÃO. *A crise da imigração japonesa no Brasil*, p. 16.

47 SADRIA. *Relações Brasil-Japão*, p. 66.

emigração seria uma forma de “reduzir as tensões sociais agravadas com o aumento demográfico, sobretudo nas zonas rurais”.⁴⁸

Neste sentido, o governo japonês foi responsável por ter optado pela saída de milhares de cidadãos para outros países.⁴⁹ Em comum, além de obviamente serem da mesma nacionalidade e cultura, os imigrantes japoneses tinham o sonho de retornarem o Japão depois de uma bem sucedida estadia. Eles procediam principalmente do meio rural, das camadas médias, eram pequenos proprietários (*jisaku*) e também proprietários arrendatários (*ji-kosaku*).⁵⁰

Segundo Seto,⁵¹ o governo japonês incentivou a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil inserindo-a nos esforços militaristas do momento. Assim, a viagem, que era para a grande maioria dos imigrantes temporária, contribuiria para a construção de um grande país, para um Japão imperial e poderoso. O dinheiro que remetiam para o país e sua temporária “relocação” em um outro país desafogariam os problemas internos, fruto da política de desenvolvimento implantada no país desde 1868, agora sob a égide de um governo nacionalista e militarista. O ideário de construção do *Daí Nippon* era o principal para os imigrantes. Não houve contradição no fato de os imigrantes serem incentivados pelo governo japonês, imigrar era considerado um ato patriótico.

As primeiras levas de imigrantes japoneses dirigiram-se para a Costa Oeste dos Estados Unidos, Haváí, Canadá, outros países da Ásia, Oceania e América Latina. A imigração japonesa para o Peru precede cronologicamente a imigração para o Brasil. Porém, em termos quantitativos, o Brasil foi o país que mais recebeu indivíduos do Japão.⁵² Principalmente depois da assinatura do Ato de Exclusão, o chamado *Quota Immigration Act*, em 1924, que impediu os japoneses e todos os asiáticos de imigrarem para os Estados Unidos, com exceção dos filipinos, que eram considerados norte-americanos⁵³.

48 COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL.

49 Remeto estas questões ao problema colocado por Sayad neste trecho: “Como maximizar as ‘vantagens’ (principalmente as vantagens econômicas) da imigração, reduzindo ao mesmo tempo ao mínimo o ‘custo’ (notadamente o custo social e cultural) que a presença dos imigrantes impõe? Esta é uma formulação que, ao mesmo tempo que condensa em si toda a história do fenômeno da imigração, revela a função objetiva (ou seja, secreta) da regulamentação aplicada aos imigrantes: mudando segundo as circunstâncias, segundo as populações relativas, essa regulamentação visa impor a todos a definição constituída em função das necessidades do momento.” (SAYAD. *A imigração*, p. 50) De forma resumida, o autor critica este critério em primeiro lugar porque faz parte de um “inventário brutal que uma certa teoria econômica (i. e., a teoria do equilíbrio) acabou impondo”; porque “custos” e “benefícios” são passíveis de relativização. Além disso, foram conceitos construídos pela sociedade de imigração e “ignora a especificidade da economia das sociedades de origem dos imigrantes”; e que estes “custos” e “benefícios” são construções históricas e portanto, mutáveis, seja para a sociedade de emigração, seja para a sociedade de imigração. Além do que, fundamentados em uma relação de força entre as duas sociedade. (*Idem, ibidem*, pp. 50-51)

50 SAITO. *A presença japonesa no Brasil*, p. 83.

51 SETO e YUMI.. *Caminhos percorridos*.

52 Ver tabela I.

TABELA I
EMIGRAÇÃO JAPONESA PARA TODOS OS DESTINOS

Ano	Total	EUA	Havaí	Canadá	Sudeste da Ásia e Oceania	Peru	Brasil	Paraguai	Outros Países da América Latina	Manchúria	Outros
1884	284	284	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1885	2.271	312	1.959	-	-	-	-	-	-	-	-
1886	1.303	332	971	-	-	-	-	-	-	-	-
1887	2.354	461	1.893	-	-	-	-	-	-	-	-
1888	4.065	757	3.308	-	-	-	-	-	-	-	-
1889	4.843	599	4.244	-	-	-	-	-	-	-	-
1890	5.151	611	4.540	-	-	-	-	-	-	-	-
1891	8.813	1.461	7.171	181	-	-	-	-	-	-	-
1892	4.869	2.344	2.413	112	-	-	-	-	-	-	-
1893	7.877	1.978	4.764	1.135	-	-	-	-	-	-	-
1894	6.312	1.497	4.036	779	-	-	-	-	-	-	-
1895	3.948	1.049	2.445	454	-	-	-	-	-	-	-
1896	11.799	1.764	9.486	549	-	-	-	-	-	-	-
1897	8.064	1.945	5.913	206	-	-	-	-	-	-	-
1898	16.927	2.936	12.952	1.039	-	-	-	-	-	-	-
1899	31.344	3.140	22.973	1.726	166	790	-	-	-	-	-
1900	16.758	7.585	1.529	2.710	1.148	-	-	-	1	-	2.558
1901	6.490	32	3.136	-	554	-	-	-	1	-	3.785
1902	15.919	70	14.490	35	393	-	-	-	95	-	2.673
1903	14.055	318	9.091	178	2.380	1.303	-	-	83	-	848
1904	14.663	640	9.443	159	3.139	-	-	-	407	-	378
1905	13.302	714	10.813	196	1.192	-	-	-	1.261	-	21
1906	36.124	1.715	25.752	442	220	1.257	-	-	346	-	41
1907	25.060	2.712	14.397	2.753	340	85	-	-	5.068	-	1.670
1908	10.447	1.585	3.455	601	665	2.800	799	-	3.827	-	946
1909	4.278	777	1.329	281	356	1.138	4	-	-	-	462
1910	6.951	926	1.717	538	1.934	483	911	-	3	-	391
1911	8.071	1.963	2.595	820	1.285	456	-	-	7	-	435
1912	14.912	3.378	4.732	1.025	1.442	714	2.859	-	38	-	914
1913	20.966	4.381	4.276	1.270	2.191	1.126	6.947	-	33	-	729
1914	17.974	5.553	3.187	1.284	2.630	1.332	3.526	-	177	-	598
1915	12.543	5.498	3.055	778	936	1.348	39	-	85	-	577
1916	14.586	5.761	3.643	1.055	1.685	1.429	35	-	62	-	827
1917	22.862	6.457	4.111	1.226	4.175	1.948	3.883	-	253	-	725
1918	23.574	6.306	3.024	1.780	3.838	1.736	5.956	-	219	-	843
1919	18.244	6.273	3.088	1.764	1.908	1.507	2.732	-	299	-	635
1920	13.541	5.959	2.789	1.371	1.107	836	970	-	290	-	682
1921	12.943	4.321	3.215	1.163	980	717	970	-	139	-	370
1922	12.879	3.558	2.960	1.022	741	202	970	-	249	-	1.328
1923	8.826	2.617	2.112	648	718	333	986	-	161	-	3.249
1924	13.098	4.064	2.163	1.103	937	651	3.680	-	148	-	1.453
1925	10.696	289	485	979	2.560	922	4.908	-	162	-	329
1926	16.174	344	636	1.089	3.134	1.250	8.590	-	445	-	108
1927	18.041	370	526	1.062	3.626	1.271	9.625	-	669	-	533
1928	19.850	306	265	1.050	3.140	1.410	12.002	-	665	-	896
1929	25.704	236	119	430	6.009	1.885	15.597	-	804	-	873
1930	10.384	-	-	137	4.491	831	13.741	-	834	-	894
1931	20.590	-	-	106	2.416	299	5.565	-	1.109	-	1.519
1932	29.032	-	-	98	1.944	369	15.092	-	753	-	1.245
1933	29.033	-	-	91	2.094	481	23.299	-	421	1.557	1.109
1934	29.033	-	-	105	2.991	473	22.960	-	251	1.715	1.101
1935	14.352	-	-	57	3.415	814	5.745	-	234	946	1.324
1936	17.738	-	-	-	3.688	593	5.357	-	409	3.539	373
1937	18.228	-	-	-	4.943	166	4.675	150	393	7.707	-
1938	36.711	-	-	-	3.317	177	2.563	103	506	7.788	-
1939	43.982	-	-	-	1.622	223	1.314	146	355	30.196	-
1940	54.084	-	-	-	1.206	111	1.564	38	254	40.423	-
1941	37.845	-	-	-	520	24	1.277	83	276	50.889	-
1942	27.149	-	-	-	-	-	-	-	167	35.774	-
1943	25.129	-	-	-	-	-	-	-	-	27.149	-
1944	23.650	-	-	-	-	-	-	-	-	25.129	-
1945	13.545	-	-	-	-	-	-	-	-	23.650	-
										13.545	-

Fonte: SUZUKI. *Apud* LEÃO, p. 191.

53 Os chineses foram impedidos de imigrar para os EUA desde 1882 (HONDA. *Japoneses e asiáticos nas Américas*, p. 70). Expressão dessas políticas, podemos arrolar algumas medidas colocadas em prática nos Estados Unidos, conforme cronologia elaborada por Harry K. Honda, medidas estas mais incisivas do que as brasileiras, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial quando foram criados os campos de internamento para imigrantes e descendentes de japoneses neste país:

“1894 – A Suprema Corte dos EUA determina que os japoneses não são livres e brancos, portanto, não são naturalizáveis.” “1906, 16 de outubro de – O Conselho das Escolas de São Francisco aprova um ato de segregação racial enviando as crianças chinesas e japonesas para uma escola pública oriental. O governo japonês e os pais dos alunos protestam e a ordem é suspensa em 17 de março de 1907, como parte de um ‘acordo de cavalheiros’.” “1906 – Leis contra casamentos inter-raciais proíbem união entre brancos e orientais na Califórnia”. “1910 – A Suprema Corte dos EUA estende os benefícios do Ato de Naturalização de 1870 a todos os asiáticos excluindo-os entretanto da cidadania americana”. “1913 e 1920 – Leis sobre compras de terras por estrangeiros impedem os asiáticos de comprarem terras (especialmente japoneses)”. “1924, 26 de maio – O Ato de Exclusão dos japoneses impede todos os outros asiáticos, com exceção dos filipinos, de imigrarem para os EUA.” “1935, abril de – O conglomerado jornalístico ‘Hearst’ inicia uma campanha anti-japonesa”. “1942, 19 de fevereiro de – A ordem executiva n. 9066 interna 110.000 japoneses em campos de concentração”.

Os japoneses vieram para o Brasil em busca de um ideal, para sua pátria de origem e para si, os dois objetivos sendo um só. Em 1908, o primeiro navio chega ao Brasil. A finalidade desta imigração era fornecer pessoas para lavouras de café do Estado de São Paulo, principal produtor deste grão. Neste momento, o café era o principal item da produção econômica do país, que praticava a monocultura agro-exportadora como fonte de renda e poder.

Entretanto, os japoneses também foram alocados nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, entre outros, em áreas de plantio de café ou trabalhando com algodão, pimenta, hortaliças etc. O poder público patrocinou as migrações, do final do século XIX à primeira metade do século XX. De 1908 a 1925, houve financiamento do governo do Estado de São Paulo, e de 1926 a 1941 os recursos vieram do governo japonês. Neste período, entraram mais de 75% dos imigrantes.⁵⁴

Segundo o censo do IBGE de 1950, publicado em 1953, haviam 329.082 amarelos no país. Deste total, 276.851 eram de São Paulo (84,12 %) e 39.144 eram do Paraná (11,89 %). As outras pessoas computadas no censo viviam em outros Estados do país, em ordem decrescente: antigo Mato Grosso (3.649 amarelos), Rio de Janeiro (2.484), Minas Gerais (2.247) e em outros Estados em menor número.⁵⁵

Do total de imigrantes que entraram no Brasil, de 1820 a 1975, os japoneses figuram entre os que mais aportaram: em quinto lugar se computados no total de adventícios. Perdem para os portugueses (30%), os italianos (27,7%), os espanhóis (12,4%), os alemães (4,4%). Os japoneses representam 4,3% e os sírio-libaneses, 2,2%; e há outros grupos em menor número.⁵⁶

Nos dois momentos marcantes da imigração dos japoneses para o Brasil, milhares de pessoas chegaram no país. O primeiro deles, entre os anos de 1908 e 1925, foi chamado de “experimental” e se caracterizou pela variação do número de pessoas que chegaram, pela instabilidade do colono nas fazendas, a oscilação da política imigratória paulista e a proibição da imigração japonesa para os Estados Unidos, através da *Quota Immigration Law*, de 1924. Esta proibição alicerçou propostas semelhantes no Brasil, como a proposta da constituinte de 1934 que fechava as portas aos japoneses. O segundo momento, entre os anos de 1925-1934, é caracterizado pelo subsídio do governo japonês, visto que não era mais possível imigrar para

54 SAITO. *A presença japonesa no Brasil*. O japonês no Brasil. Entre outros motivos do financiamento japonês à imigração japonesa para o Brasil, encontramos a problemática local, no Japão, já esboçada, e as questões externas, que dizem respeito às leis antijaponistas que, no início do século, impõem barreiras à entrada de imigrantes japoneses nos Estados Unidos e no Canadá usando argumentos eugênicos e xenófobos.

55 CARDOSO. “O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses”, pp. 318-19.

56 SAITO. *A presença japonesa no Brasil*, p. 176. Ver tabela II.

os Estados Unidos e no Brasil os apoios financeiros diminuíram. Este segundo momento termina quando surge, em 1934, a lei de cotas que restringe ao mínimo a entrada de imigrantes japoneses no Brasil. Os argumentos desta lei eram racistas, eugênicos e baseados no medo do avanço do imperialismo nipônico. Nos dois momentos houve debates acalorados sobre a imigração.⁵⁷ O fluxo e refluxo de imigrantes japoneses podem ser acompanhados com a tabela de imigrantes entrados no Brasil:

TABELA II
IMIGRANTES ENTRADOS NO BRASIL

ANOS	TOTAL	Segundo Algumas Nacionalidades						
		Alemães	Espanhóis	Italianos	Japoneses	Portugueses	Russos	Outras
1884	23.574	1.719	710	10.502	—	8.083	457	1.503
1885	34.724	2.848	952	21.705	—	7.611	275	275
1886	32.650	2.114	1.617	20.430	—	6.287	146	2.056
1887	54.932	1.147	1.766	40.157	—	10.205	197	1.460
1888	132.070	782	4.736	104.353	—	18.289	259	3.651
1889	65.165	1.903	9.712	36.124	—	15.240	—	2.186
1890	106.810	4.812	12.008	31.275	—	25.174	27.174	6.425
1891	215.230	5.285	22.116	132.326	—	32.349	11.817	11.316
1892	85.906	800	10.471	55.040	—	17.797	158	1.631
1893	132.589	1.308	38.998	58.552	—	28.986	155	4.530
1894	60.182	700	5.980	34.872	—	17.041	57	1.436
1895	164.831	973	17.641	97.344	—	36.055	275	12.543
1896	157.423	1.070	24.154	96.505	—	22.299	592	12.803
1897	144.866	930	19.466	104.510	—	13.558	567	5.835
1898	76.862	535	8.024	49.086	—	15.105	258	3.854
1899	53.610	521	5.399	30.846	—	10.989	412	5.443
1900	37.807	217	4.834	19.671	—	8.250	147	4.688
1901	83.116	166	212	59.869	—	11.261	99	11.509
1902	50.472	265	3.588	32.111	—	11.606	108	2.794
1903	32.941	1.231	4.466	12.970	—	11.378	371	2.525
1904	44.706	797	10.046	12.857	—	17.318	287	3.401
1905	68.488	650	25.329	17.360	—	20.181	996	3.972
1906	72.332	1.333	24.441	20.777	—	21.706	751	3.324
1907	57.919	845	9.235	18.238	—	25.681	703	3.217
1908	90.536	2.931	14.862	13.873	830	37.628	5.781	14.631
1909	84.090	5.413	16.219	13.668	31	30.577	5.663	12.519
1910	86.751	3.902	20.843	14.163	948	30.857	2.462	13.576
1911	133.575	4.251	27.141	22.914	28	47.493	14.013	17.735
1912	177.887	5.733	35.492	31.785	2.909	76.530	9.193	16.245
1913	190.333	8.004	41.064	30.886	7.122	76.701	8.251	18.305
1914	79.232	2.811	18.945	15.542	3.675	27.935	2.958	7.366
1915	30.333	169	5.895	5.779	65	15.118	610	2.667
1916	31.245	364	10.396	5.340	165	11.981	616	2.473
1917	30.277	201	11.113	5.478	3.899	6.817	644	2.125
1918	19.793	1	4.225	1.050	5.599	7.981	181	756
1919	36.027	466	6.627	5.231	3.022	17.068	330	3.283
1920	69.042	4.120	9.136	10.005	1.013	33.883	245	10.640
1921	58.476	7.915	9.523	10.770	840	19.981	1.526	7.912
1922	65.007	5.038	8.869	11.277	1.225	28.622	279	9.697
1923	84.549	8.254	10.140	15.830	895	31.866	777	16.778
1924	96.052	22.168	7.238	13.844	2.673	23.267	559	26.303
1925	82.547	7.175	10.062	9.846	6.330	21.508	756	26.870
1926	118.686	7.674	8.802	11.977	8.407	38.791	751	42.194
1927	97.974	4.878	9.070	12.487	9.084	31.236	616	30.603
1928	78.128	4.228	4.436	5.403	11.169	33.882	823	18.097
1929	96.186	4.351	4.505	5.288	16.648	38.879	839	25.616
1930	62.610	4.180	3.218	4.253	14.076	18.740	2.699	15.444
1931	27.465	2.621	1.784	2.914	5.632	8.152	370	5.992
1932	31.494	2.273	1.447	2.155	11.678	8.499	461	4.981
1933	46.081	2.180	1.693	1.920	24.494	10.695	79	5.020
1934	46.027	3.629	1.429	2.507	21.930	8.732	114	7.686
1935	29.585	2.423	1.206	2.127	9.611	9.327	29	4.862
1936	12.773	1.226	355	462	3.306	4.626	19	2.779
1937	34.677	4.642	1.150	2.946	4.557	11.417	52	9.913
1938	19.388	2.348	290	1.882	2.524	7.435	19	4.890
1939	22.668	1.975	174	1.004	1.414	15.120	2	2.979
1940	18.449	1.155	409	411	1.268	11.737	17	3.452
1941	9.936	453	125	89	1.548	5.777	23	1.923
1942	2.425	9	37	3	—	1.317	—	1.059
1943	1.308	2	9	1	—	146	—	1.150
1944	1.593	—	30	3	—	419	20	1.121
1945	3.168	22	74	180	—	1.414	2	1.476

Fonte: *Anuário estatístico do Brasil*, IBGE, 1951. *Apud* LEÃO, p. 187

57 Ver LEÃO, 1989.

A era Meiji e o imperialismo japonês provocaram transformações importantes para entendermos o quadro em que se insere a emigração e a imigração para o Brasil. O governo totalitário japonês do início do século XX incentivou a saída de seus súditos em direção a outros lugares do mundo, o que era considerado um ato patriótico. A mentalidade militarista e nacionalista japonesa “migrou” para o Brasil, bem como seus enraizados e milenares padrões de cultura.

No Brasil, o imigrante japonês era bem vindo para ser trabalhador na lavoura de café, necessário para o desenvolvimento do país. Porém, por um outro lado, afora esta visão utilitarista, era considerado um perigo a ser contido e até impedido de entrar. Múltiplas e ambíguas visões construídas segundo representações a partir do que se queria do imigrante: “trabalhador” ou formador do povo/raça brasileira a ocupar o território nacional. A seguir, procuraremos esboçar um quadro panorâmico, portanto sem detalhamento, sobre as visões acerca dos imigrantes japoneses no Brasil na primeira metade do século XX.

2.2 O “perigo japonês” no Brasil: o incômodo da diferença

Os imigrantes têm de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes [...] temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissensões ideológicas ou raciais.⁵⁸

No Brasil, a “hostilização” policial e jurídica para com os estrangeiros (o judeu, o negro, o japonês, o alemão, entre outros grupos) acompanha as discussões e polêmicas sobre a política de imigração da década de 30,⁵⁹ o que Giralda Seyferth chamou de “os paradoxos da miscigenação à brasileira”.⁶⁰

Desde o final do século XIX havia o privilégio para a imigração européia, em detrimento da imigração africana e asiática, como mão-de-obra não só para a lavoura como também para a indústria insurgente. Além disso, outro objetivo era a colonização e ocupação do território brasileiro, e portanto a formação de um “povo” ou “raça” brasileira através de um processo contínuo de eugenia.⁶¹ Imaginava-se, portanto, constituir uma nação⁶² “brasileira civilizada”, sendo os europeus considerados uma “raça superior” que iria embranquecer o Brasil, composto basicamente de mestiços e negros.⁶³

Segundo Seyferth, “O respaldo científico dado às doutrinas raciais vigentes na passagem para o século XX remete à sua importância como ideologia para fins políticos”,⁶⁴ a sua utilização em discursos que promoviam a associação entre a nação e o pertencimento a uma determinada raça, e a exclusão de outras.

No final do século XIX e início do século XX, a nação era pensada na equação “raça” (povo), língua e cultura (civilização) em comum, com o Estado coincidindo com a nação.

58 Getúlio Vargas. Entrevista à imprensa em 10.10.1938, apud Lenharo, *A sacralização da política*, p. 113.

59 Nesse período se observa o aumento da imigração japonesa, com a entrada de 77.810 indivíduos, em 1930-34, segundo Takeo Kawai.

60 SEYFERTH. “Os paradoxos da miscigenação: Observações sobre o tema imigração e raça no Brasil”.

61 Segundo o Dicionário de relações étnicas e raciais, a eugenia foi um movimento originado por Francis Galton (1822-1911) e definido como uma ciência que tem o objetivo do “melhoramento das potencialidades genéticas da espécie humana”, (p. 203). Para Galton, a habilidade mental era uma herança obtida de modo diferenciado pelos indivíduos, grupos e “raças”. As “raças” poderiam então ser melhoradas a partir de políticas que viabilizassem essa melhoria. Os eugenistas podem ser considerados “como os verdadeiros seguidores das idéias de Darwin, uma vez que interpretaram o problema social da reprodução a partir do problema biológico da competição por recursos” (p. 160). O darwinismo social deu origem ao princípio do preconceito racial como algo positivo na evolução do homem. No Brasil, ao contrário de outros países, o melhoramento racial ocorreria através do branqueamento da raça através da introdução de sangue branco por meio da miscigenação da população.

62 SEIFERTH. “Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”, p. 43.

63 No final do século XIX, surge a tese do branqueamento, porém sua sistematização deve-se a Oliveira Vianna, na década de 1920, que a chamava de arianização. Objetivava-se uma sociedade branca através da miscigenação, idéia que é incompatível com as doutrinas do racismo científico, porém “objetivo racial de facto da elite” brasileira. (Cf. SKIDMORE *Preto no branco*).

64 SEYFERTH. *Op. cit.*, p. 43.

Neste período, a nação passa a ser identificada com a idéia de “raça”, baseada em critérios hierárquicos e científicos, como a antropologia física. No Brasil, a miscigenação e o branqueamento tornaram-se, para os nacionalistas, os discursos privilegiados nos debates sobre colonização e imigração.

Segundo Sílvio Romero⁶⁵ disse em 1906, devia-se privilegiar a vinda de povos latinos, miscigenáveis. Estes eram os portugueses, os italianos e os espanhóis. Criticava-se a vinda dos asiáticos, pois iriam “piorar a raça”, e a não-assimilação dos alemães.⁶⁶ Contudo, no início da imigração havia partidários da idéia de que os alemães eram o grupo perfeito, pois pertenciam à “raça ariana”, considerada a melhor, na classificação racial geral e entre a raça branca. Posteriormente, devido as discussões relacionados com sua não-assimilação, as opiniões transformaram-se e apregooou-se a vinda de brancos latinos, considerados assimiláveis.⁶⁷

Contudo, já no Império e na República Velha discutiam-se estas questões. Era um assunto obrigatório nos debates sobre a política migratória.⁶⁸ A imigração tornou-se necessária como “instrumento da civilização” e como forma de “impulsionar as forças produtivas”.⁶⁹ Assim;

Nos dois momentos as correntes imigratórias não brancas cogitadas por alguns setores como forma de resolver o problema da mão-de-obra na grande lavoura foram consideradas um risco para a nacionalidade. O tipo nacional imaginado era incompatível com uma imigração não branca, razão apresentada para condenar a vinda de chineses, hindus e japoneses – apresentados como representantes de civilizações decadentes que podiam atrasar o processo histórico de formação racial do brasileiro.⁷⁰

Construiu-se a representação do “imigrante indesejável” e em contrapartida existia o “imigrante desejável”, ideal. Os critérios eram raciais e políticos, entre outros, “E ambas as

65 O crítico Sílvio Romero (1851-1914) foi um pensador, ensaísta e historiador da literatura brasileira que introduziu a abordagem sociológica na literatura. Para ele, a raça e o meio são chaves para o entendimento da criação artística. Apesar disso, ele criticou o determinismo geográfico, seguindo o pensamento racial corrente na época com reservas decorrentes de suas análises do caso brasileiro no que se refere a mestiçagem. Entretanto, sua obra se ressentia de não haver, em seu tempo, uma sistematização científica que avaliasse positivamente o branqueamento. (Cf. SKIDMORE Preto no branco)

66 Segundo Marionilde Magalhães (*Alemanha mãe-pátria distante*, p. 59), Sílvio Romero criticava “o caráter desordenado com que se permitia que tal contingente emigrasse para o Brasil, bem como a definição de seu papel enquanto formador da população brasileira; dele, reivindicar-se-iam tão-somente suas características biológicas e seu trabalho produtivo, mas não sua participação política ou cultural. Não compartilhava do passado desta nação (ou seja, da história) e também não pertenceria ao seu futuro, por ser portador de uma cultura estrangeira. Devia, portanto, permanecer como um simples elo intermediário na formação biológica do povo brasileiro” (p. 59). Em Gilberto Freyre, ainda segundo Magalhães, há a crítica à imigração do europeu nórdico, pois não era adaptável ao clima tropical, “tomando-se indolente, susceptível a doenças e inclinado ao crime contra a pessoa. (*Ibidem*, p. 79)

67 SEYFERTH. “Os paradoxos da miscigenação”, p. 170.

68 SEYFERTH. “Construindo a nação”, p. 43.

69 *Idem, ibidem*, p. 56.

70 *Idem, ibidem*, pp. 56-57.

representações, do desejável e do indesejável, pautaram tanto as políticas públicas de imigração quanto as tomadas de posição acerca do tema”.⁷¹ Entre os indesejáveis estavam arrolados

os doentes mentais, os deficientes físicos, os ativistas políticos, o proletariado andrajoso, ciganos, analfabetos, velhos, indivíduos de “conduta imoral”, criminosos de todos os matizes; em suma, como afirmou enfaticamente o diretor de uma colônia provincial de Santa Catarina em 1875, a “escória da Europa”. Finalmente, arrolavam-se os indesejáveis por excelência: as “raças” “atrasadas”, “não-civilizadas”, “inferiores”, “decrépitas”, para mencionar só alguns atributos empregados para desqualificar negros, asiáticos e outros.⁷²

Seyferth analisa, também as representações sobre a assimilação e a miscigenação de imigrantes discutidas a partir dos debates sobre a imigração, de meados do século XIX à década de 1940. Neste momento, havia posições a favor e/ou contra a entrada de determinados imigrantes, já categorizados como “indesejáveis”. Entre os debates mais acalorados encontramos as discussões sobre os negros e os orientais.⁷³

Desde o início do século XIX até o Estado Novo, momento de ápice deste debate, o “problema da assimilação” foi tema central nos discursos sobre a imigração e a colonização. O ponto fundamental “era antes de natureza biológica do que sociológica”, ou seja: o grau de assimilação será relacionado à miscigenação e aos seus resultados que podem ser perniciosos, caso a “raça” seja a “indesejável”. Entretanto, de forma ambígua, ressaltamos a presença do ideário do branqueamento, que possibilitava a “reabilitação” na mistura racial.⁷⁴

Na busca de identidade nacional e regional, duas instâncias são básicas no Brasil, segundo Guimarães – a noção nativa de “cor” e o modo assimilacionista e universalista de identificar os nacionais e os outros:

71 RAMOS. *Op. cit.*, p. 60. Em nota ao seu texto “Dos males que vêm com o sangue”, Jair de Souza Ramos informa que, segundo Jeffrey Lesser (um estudioso do tema), estas categorias aparecem “quase como categorias nativas” (*Idem*, p. 61). Afirmo Ramos que a categorização foi criada por um membro do conselho de imigração e colonização do Estado Novo criticando a lei de cotas.

72 SEYFERTH. “Os paradoxos da miscigenação”, p. 166.

73 SEYFERTH. *Op. cit.*

74 SEYFERTH. *Op. cit.*, p.165. Para Michael Banton, a assimilação refere-se ao “processo de tornar-se similar. O sentido original dessa palavra emergiu na sociologia por conta de um de seus sentidos secundários, o qual denota a absorção de nutrientes por um organismo vivo – assim como o corpo assimila comida” (*In: CASHMORE. Dicionário de relações étnicas e raciais*, p. 84). A analogia orgânica utilizada na sociologia do século XX popularizou o segundo sentido, como nos Estados Unidos, durante o período de grande fluxo de imigrantes vindos da Europa, quando pensou-se que os imigrantes vindos dos países mediterrâneos e da Europa, oriental eram de um padrão inferior e menos assimiláveis que os que vinham do nordeste da Europa. A assimilação passou então a ser identificada, como americanização. O termo designa também “o processo pelo qual um grupo, geralmente uma minoria ou grupo imigrante, graças ao contato, é absorvido pela cultura de outro grupo ou grupos”, sendo então “o resultado de tal absorção”, mas com diferenças em relação ao “processo biológico de fusão racial através da miscigenação ou amalgamação” (*Dicionário de ciências sociais*, p. 89).

Se somos assimilacionistas ao nos identificar, temos forçosamente de discriminar o Outro racial pelas diferenças (marcas físicas e culturais) que não conseguimos assimilar. Daí esta noção, tão central ao pensamento brasileiro, de embranquecimento, e a conseqüente rejeição simbólica do “negro” e do africano.⁷⁵

O Estado Novo adaptou o conceito de *melting pot*, do cadinho ou mistura de raças, a um discurso de democracia racial, porém não abandonou a tese do branqueamento: “a constituição da nacionalidade passava pela assimilação dos descendentes de imigrantes europeus, na lógica do caldeamento imaginado desde o século XIX”,⁷⁶ exposta na Campanha de Nacionalização, de Vargas. Analisando o discurso antichinês, diz Seyferth:

Nessa concepção, os “amarelos” representavam uma civilização “viciada”, “decadente”, “corrupta”, “imoral”, até “duvidosa” e, por isso mesmo, potencialmente perigosa. Os receios da elite em relação ao “perigo amarelo” não se limitaram às expressões habituais acerca da “influência viciosa” de representantes de uma civilização envelhecida sobre a população brasileira mestiça. O pretexto maior para a condenação de qualquer imigração asiática, na década de 1860 como na de 1940, dizia respeito aos possíveis “riscos” de mais uma miscigenação inadequada.⁷⁷

O pronunciamento do então deputado estadual Fidélis Reis no Congresso Legislativo de Minas Gerais, em 1920, é enfático e revela o incômodo e a rejeição ao elemento japonês no Brasil: “...se o japonês se cruza com o nacional, vamos ter um mal irremediável – o mestiço; se não se cruza, teremos outro inconveniente – o de ficar constituindo uma ameaça perigosa para o futuro”.⁷⁸

Em entrevista ao jornal carioca *O País*, em 1931, o mesmo Fidélis Reis, o político mineiro citado por Carlos de Souza Moraes, argumenta sobre os “inconvenientes” da imigração japonesa no Brasil:

Sem querermos discutir a tese, que tanto apaixona, da superioridade e inferioridade de raças ou da hierarquia antropológica dos grupos humanos muito embora perfilhando as doutrinas de Gobineau, temos o dever, como nacionalidade, de tomar atitude radical nessa matéria.

Nem se diga que negamos qualidades de inteligência e de trabalho, cultura e patriotismo ao povo japonês, como de outro lado não se pode disfarçar o atraso das nações africanas, mesmo sob o domínio europeu e de outros povos como indiano, sob o jugo inglês.

Mas como elemento colonizador, o amarelo - o japonês e chinês - de forma alguma nos convém. Formal é a nossa oposição a qualquer corrente imigratória de origem amarela. E isso do ponto de vista étnico, moral, social, estético e econômico.⁷⁹

75 GUIMARÃES. *Racismo e anti-racismo no Brasil*, pp. 10-11. Neste livro, o autor aborda o racismo contra afro-brasileiros e afirma que sua análise sobre as relações raciais “pode ser aplicada, cum grano salis, aos povos indígenas e aos asiáticos-brasileiros” (p. 51) – ou seja: com reservas, sua análise pode ser estendida a estes outros povos.

76 SEYFERTH. *Op. cit.*, p. 171.

77 *Idem, ibidem*, p. 167.

78 LEÃO. *A crise da imigração japonesa no Brasil*, p. 35. Fidélis Reis (? – 1962) foi várias vezes deputado estadual por seu estado natal, Minas Gerais. Era engenheiro e ficou conhecido como um dos pioneiros da educação técnico-profissional no Brasil.

79 MORAES. *A ofensiva japonesa no Brasil*, pp. 51-52.

Reis foi defensor da lei de cotas que restringissem a entrada dos amarelos no país desde a década de 20. Ele se refere, nessa entrevista, à inassimilabilidade dos imigrantes japoneses e à formação dos chamados “quistos étnicos”. Porém, não esqueceu de reconhecer, de forma ambígua, que entre as qualidades dos japoneses está o seu patriotismo, afirmação recorrente na imprensa. Segundo disse, em 1923, no jornal *A Noite*,

Ele é inferior como colono, instável nas fazendas e tudo que economiza remete para o seu país. O pouco que despende é nas cooperativas que fundam entre si. Quasi nada compra ao comércio nacional. Muito sóbrio, alimenta-se mal, é pouco exigente em matéria de conforto e não tem a resistência física que se supõem. Não vale o nosso cabloco nas lides pesadas da lavoura. Língua, costumes, moral, religião [...] em tudo está o japonês de nós afastado [...] Nunca o assimilaremos, nunca o compreenderemos...⁸⁰

O caboclo era considerado o verdadeiro brasileiro, símbolo de uma nacionalidade fundamentada na tão apregoada mistura de raças. Também em 1923, a Academia Nacional de Medicina pronunciou-se favoravelmente à restrição da imigração amarela no Brasil, “Considerando que os aborígenes da Ásia, qualquer que seja o seu valor, são absolutamente inassimiláveis no Ocidente, por diferenças fundamentais de religião, de índole e de costumes.”⁸¹ Outras opiniões também eram taxativas:

não se pode aconselhar o abrir-se as portas largamente para os asiáticos, porque se possuem inegáveis qualidades de inteligência, de sobriedade e de trabalho, trazem consigo, entre outros inconvenientes o das minorias étnicas, criadas pela improvável senão impossível assimilação.⁸²

Em *A ofensiva japonesa no Brasil: Aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, de Carlos de Souza Moraes⁸³ e publicado pela editora Globo, encontramos um importante relato sobre o que se pensava sobre os imigrantes japoneses no Brasil. O livro era o volume 17 da coleção “Documentos de Nossa Época”, sendo a editora uma das maiores do país e de

80 *Idem, ibidem*, pp. 53-54.

81 *Idem, ibidem*, pp. 55.

82 MARTINS. *Uma política de imigração*, p. 128.

83 Moraes é natural do Rio Grande do Sul, nascido em 1908. Ele formou-se em direito em 1933, exerceu a profissão de 1934 a 1938 e, em 1937, escreveu seu primeiro livro, *A ofensiva japonesa no Brasil*. No período do Estado Novo ocupou cargos públicos na cidade de São Leopoldo, como o de secretário, em 1939, e em 1945 o cargo de prefeito da mesma cidade. Exerceu outras atividades, como jornalista, jurista e sociólogo. De 1937 a 1944 pertenceu a Academia Sul-Rio-grandense de Letras. Quando ingressou na referida Academia, só havia publicado um livro: *A ofensiva japonesa no Brasil*. (cf. MARTINS. *Escritores do Rio Grande do Sul*, p. 379). Sua primeira publicação é do ano de 1937, sendo a segunda edição, de 1942, “totalmente refundida, atualizada e grandemente aumentada”. O autor preocupou-se em ressaltar que seu livro não tinha pretensões acadêmicas, sendo o seu objetivo alertar para o problema da imigração japonesa no Brasil.

considerável importância nas décadas de 1930 e 1940.⁸⁴ A colorida capa é reveladora de estigmas e retrata os japoneses de forma ameaçadora.

A importância desta publicação é a de ser uma espécie de retrato das representações sobre os imigrantes japoneses e da “ofensiva japonesa no Brasil”. Ela contém uma compilação das principais representações sobre o grupo. O autor localiza as discussões e temas sobre os japoneses, bem como autores que se posicionaram a favor ou contra a imigração japonesa para o Brasil.

Na nota de apresentação de sua obra, Moraes resume os seus propósitos: “Este livro teve o mérito de ser o primeiro a levantar a voz corajosa entre um mal demasiado grave para ser ignorado ou para não ser combatido”.⁸⁵

Constituindo a colonização japonesa um dos mais graves problemas nacionais, tornava-se necessário fôsse publicada alguma obra que desse a conhecer, aos brasileiros, em todos os seus aspectos, ainda que perfunctoriamente, a atividade nociva dos amarelos em nosso território, pois que as publicações aparecidas, com raríssima exceção, só têm encarado o imigrante como produtor, realizador. Apenas, artigos de jornais e revistas trataram do verdadeiro sentido dessa atividade e examinaram a questão, social, econômica e politicamente.⁸⁶

A capa contém tipos em ordem hierárquica e representativa da sociedade japonesa. O camponês é desenhado como uma mulher em posição de submissão, a mesma postura de um jovem ao seu lado, sendo estes os menores personagens. Em seguida, uma outra mulher, uma gueixa estereotipada. As únicas mulheres do desenho são estas duas, dando a idéia de sua representatividade na sociedade japonesa. As outras figuras são homens em ordem ascendente. No topo desta hierarquia está o imperador, junto a figuras em uniformes militares, com destaque para a figura do soldado, ponta-de-lança em batalhas.

Os outros personagens são o capitalista, o religioso e uma figura aparentemente sem atributos, que pode ser a representação do japonês “dissimulado”, “falso”. No desenho, há o uso de cores, em especial o vermelho, como o detalhe do fogo, que aparece sobre as cabeças da alta hierarquia militar e atinge a figura do imperador, que está sobreposto a uma imagem do sol nascente, ou seja, a antiga bandeira do Japão. Nas expressões individuais das figuras se faz o uso de deformações caricaturais que as tornam rudes e ameaçadoras (no caso dos militares), desesperadas (o capitalista e o religioso), ambivalentes (a gueixa), e submissas (os camponeses). Em todas as feições há o exagero caricatural, com destaque para olhos e bocas.

84 Ver “Bertaso e Veríssimo” in: HALLEWEILL. *O livro no Brasil*, pp. 309-31.

85 MORAES. *Op.cit.* p. 5.

86 *Idem, ibidem*, p. 5.

FIGURA 1 - CAPA DO LIVRO OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL



Segundo Moraes, seu objetivo era alertar os brasileiros do “problema nacional, que a imprevidência dos poderes públicos criou”.⁸⁷ Para os editores, “os fatos estão aí para mostrar que o autor tinha razão”.⁸⁸ Na introdução da obra já chama-se a atenção para o perigo que constituiu a vinda dos japoneses para o Brasil. Culpa da inexistência de uma política imigratória para o país, antes do governo de Vargas, a qual permitiu a vinda de “tôdas as etnias que nos procuravam, de todos os elementos, fôssem ou não eugênicos, que aquí aportavam. Recebemos, assim, gente de todos os continentes, portadora das mais variadas e prejudiciais taras físicas e de formação social bem oposta à nossa.”⁸⁹

Para o autor, o povoamento sem controle ou estudos preliminares criou “inconvenientes” para a colonização do nosso país, sendo a sua composição em várias “raças” um elemento agravante. Ele cita Alberto Torres⁹⁰ e Roquette Pinto⁹¹ para chamar atenção sobre a necessidade de aproveitar a mão de obra nacional, mal utilizada e definhando por doença e fome. Para Moraes, “Endeusam-se as qualidades dos alienígenas, e não se proclamam os valores dos nossos homens, capazes de toda a resistência e de todos os empreendimentos”,⁹² o que, na sua opinião provocava o desemprego dos nacionais. Essa preocupação estava também presente nos debates da constituinte de 34 como argumento para criticar a vinda de amarelos para o país.

Os problemas que seriam trazidos pelos japoneses referem-se a sua não-assimilação e à formação de “quistos raciais”, apesar das qualidades “excepcionais do ádvena amarelo, como trabalhador e realizador”.⁹³ Moraes ressalta:

87 *Idem, ibidem*, p. 6.

88 *Idem, ibidem*, p. 6. Moraes dedica seu livro (p. 9) “À patriótica Sociedade Alberto Torres e aos estrênuos defensores da nossa integridade territorial Miguel Couto, Xavier de Oliveira, L. T. Cunha Melo, Raul de Paula e Ten. Cel. Inácio José Veríssimo”.

89 *Idem, ibidem*, p. 11.

90 Alberto Torres (1865-1917) nasceu no Estado do Rio de Janeiro, formou-se bacharel, exerceu cargos políticos e judiciários do alto escalão. Escritor e jornalista, foi um nacionalista e um abolicionista. Formou uma “escola” de pensadores políticos no país, e exerceu considerável influência sobre Oliveira Vianna. Após a sua morte foi criada, em 1932, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Entre suas principais obras estão *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*.

91 Edgar Roquette Pinto (1884-1954), antropólogo carioca, exerceu considerável influência nas ciências sociais brasileiras e foi membro da Academia Brasileira de Letras. A sua obra sustentava um pensamento crítico e contrário ao evolucionismo e à idéia da degenerescência dos mestiços. Como em Alberto Torres, há em sua obra a crítica à idéia de que o Brasil deveria ter unidade racial e, de modo otimista, acreditava no futuro do país. Escreveu *Ensaio brasileiro* e *Seixos rolados*.

92 MORAES. *Op. cit.* p. 12.

93 *Idem, ibidem*, p. 12.

É preciso - como diz Carlos Maul - deixar de lado os argumentos de aptidão organizadora do japonês, do seu alto nível de cultura, seu vigor físico e do exemplo que êle deu na sua própria pátria, para só examinar os inconvenientes que se erguem contra as facilidades oferecidas pelo Brasil aos filhos do Levante.⁹⁴

Facilidades não-oferecidas aos brasileiros adaptáveis e já assimilados, ao contrário dos japoneses que, como sugere o autor, acabam por colocar em discussão a sua ambientação em solo estrangeiro.⁹⁵ Moraes exalta e critica, ao mesmo tempo, a existência do espírito de sacrifício do povo japonês e do patriotismo que viabilizará toda e qualquer conquista pela qual se enverede seu governo. O japonês é “resignado”, “escravizado” diante da miséria e encargos, “estóico” sem comparação com nenhum outro povo, “trabalha e se alimenta miseravelmente”. O autor ainda cita William Brown, em seu famoso livro *O perigo amarelo*, quanto à resignação ao trabalho escravo, ao suicídio em guerra e à sujeição a uma péssima vida em nome do Daí-Nipon - o Grande Japão.⁹⁶

O autor continua a sua análise sobre a “psicologia” dos nipônicos esclarecendo o culto ao imperador como parte de um tradicionalismo de séculos, assim como a extremada desconfiança do estrangeiro, a resistência à ocidentalização, como no exemplo da condição de submissão e de inferioridade da mulher. Para o autor, o Brasil enfrenta um gravíssimo problema, pois possuía o maior contingente de japoneses imigrantes do mundo:

E o Brasil, que possui infelizmente na América o maior contingente de imigrantes dessa etnia e em condições de localização muito graves, não pode quedar-se indiferente, quanto à necessidade de promover a medidas de absorção desses elementos, o que é muito problemático, ou tomar outras providências para prevenir futuras preocupações, como as que tiveram de enfrentar alguns países na Europa ante a questão das minorias instituídas pelos imperialismos e hoje revigorada por Hitler e seus sequazes.⁹⁷

94 *Idem, ibidem*, p. 15. Carlos Maul (1889) escritor, político e jornalista brasileiro. Sua obra abrange a prosa, a poesia, a crítica, a história e a sociologia. Escreveu *História da independência*, *A marquesa de Santos* e *O exército e a nacionalidade*, entre outros.

95 O autor ressalta que a ofensiva japonesa, antes comercial, tornou-se violenta ante o avanço do imperialismo japonês na Ásia. O país, necessitando de território e de matéria-prima, tende a ampliar a busca por seu “espaço vital”. Assim, “O perigo que ameaça a raça branca, vaticinado por Osvaldo Spengler, nunca foi mais evidente, nem ameaçador” (*Idem, ibidem*, p. 27). Moraes ainda alerta (p. 43): “Não nos iludamos mais. O imperialismo nipônico não é mais um perigo imaginário. Êle é real, gritante, digno das hordas sanguinárias dos hunos. A perversidade demonstrada por seus soldados na China, em Hong-Kong, Singapura e outras regiões recentemente dominadas, com requintes de barbarismo, é dolorosa e atesta seguramente que a guerra de ferro e sangue que deveriam os súbditos do império insular desencadear no mundo para abrir passagem às suas mercadorias e realizar a dominação da Ásia - vem-se desenvolvendo regularmente e de acôrdo com o memorando Tanaka.”

96 *Idem, ibidem*, pp. 35-36.

97 *Idem, ibidem*, pp. 43-44.

Essa passagem elucida o posicionamento do autor, que demonstrou ser, ao tom de sua época, um nacionalista e um eugenista. Moraes segue situando os perigos da imigração japonesa no Brasil, levantados por Celso Vieira em 1908.⁹⁸ Para Vieira, os imigrantes de primeira geração eram conservadores de seus “ídolos e afetos originais”, sem “espírito comunicativo de sociabilidade”, eram arrogantes e “à margem da vida social nas terras estranhas”.

Para ele, o japonês “se fecha na sombria desconfiança nativista dos insulares, na estreiteza mongólica dos ódios nacionais e dos ritos caducos, na presunção da estirpe celeste, no orgulho do modernismo decalcado sobre a inventividade européia, mas adistrito às ficções politeístas e ao culto das armas vencedoras”, é “um ator dissimulado”, inadaptável, “Não compreende nem perdoa o amor fora da sua crença e da sua ‘raça’: o devotamento, a gentileza, a simpatia e a fidelidade, resume-se no cavalheirismo tradicional dos samurais; e acima de tudo, fanaticamente, adora no Mikado a própria divindade”.

Assim, o Brasil deveria seguir o modelo norte-americano e impor barreiras à entrada de nipônicos, segundo Vieira.⁹⁹ Resumindo, diz Moraes:

O japonês apresenta-se como imigrante que jamais satisfará os interesses de nossa Pátria, não só no que diz respeito à sua contribuição à formação de nosso tipo racial, como também no que concerne ao auxílio nas lavouras paulistas e nas de outros Estados, como teremos oportunidade de verificar mais adiante.¹⁰⁰

E cita novamente Vieira, depois de criticar as opiniões de Bruno Lobo,¹⁰¹ Alfredo Ellis Júnior¹⁰² e Alexandre Konder, estudiosos do tema, favoráveis à entrada dos japoneses:

98 Celso de Melo Pereira Vieira (1878-1954), pernambucano, bacharelou-se e exerceu no Rio de Janeiro inúmeros cargos públicos tais como auxiliar do chefe de polícia, diretor do gabinete do ministro da Justiça e secretário do Tribunal de Apelação do antigo Distrito Federal. Criou a Academia Pernambucana de Letras e ingressou na Academia Brasileira de Letras na vaga de Santos Dumont. Em 1940, foi presidente desta agremiação. Também, foi colaborador de diversos jornais brasileiros. Escreveu *Varnhagen, Anchieta, Socialização nacional, Estudos e orações*.

99 MORAES. *Op.cit.* p. 44-45. Em 18 de fevereiro de 1908 é feito um “acordo de cavalheiros” que restringe a imigração de trabalhadores japoneses para os Estados Unidos e o Canadá.

100 *Idem, ibidem*, p. 46.

101 Bruno Lobo escreveu *Japoneses: No Japão e no Brasil*, livro publicado na década de 1920 pela Imprensa Nacional. Dedicou-se, nesta obra, à defesa da imigração e da presença de imigrantes nipônicos no país com os seguintes termos: “Pelos factos refereridos, documentação e observações relatadas, esperamos fornecer alguns elementos a quem desejar concluir sobre as extraordinarias vantagens para a Nação Brasileira da incorporação ao nosso meio de elementos humanos oriundos do Japão, que devem ser considerados de primeira ordem, dada a sua constituição physica, intelligencia, tenacidade, valor moral, e principalmente demonstrada a facilidade com que se infiltram e se assimilam entre os elementos nacionaes, com elles confraternizando.” (LOBO. *Japoneses*, p. 7)

102 Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), político e historiador, participou da rebelião constitucionalista e foi professor na Universidade de São Paulo. Especializou-se na história do Estado de São Paulo e publicou *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* e *O café e a Paulistânia*.

Não somente nos faltam relações de consangüinidade e cultura, mas também afinidades psicológicas e sociais. Diversificam as nossas almas, como nossos idiomas. Permanecendo em outro campo de gravidade moral, os colonos japoneses guardam as mesmas idéias e os mesmos hábitos com que vieram do Extremo-Oriente.¹⁰³

Moraes cita Oliveira Vianna¹⁰⁴ sobre a inassimilação dos japoneses, no trecho em que analisa os estudos de Porteus e Babcock, “notáveis psico-antropologistas” norte-americanos que, em trabalho sobre os japoneses no Havaí, verificam índices baixíssimos de “fusibilidade dos nipônicos com elementos de outras raças”:

Para nós o problema da assimilação do imigrante japonês é infinitamente mais difícil de resolver do que o dos imigrantes das outras raças aqui afluentes – e isto, não pela sua inferioridade, que fica patente não existir, mas pela sua incapacidade de se deixar absorver pela massa nacional. Qualidade que ele revela de modo quase agressivo no Havaí, segundo os dois autores citados, e que, penso, há de se revelar em qualquer parte onde se fixe.¹⁰⁵

E conclui Viana: “O japonês é como enxôfre: insolúvel. É este justamente o ponto mais delicado do seu problema migratório, aqui como em qualquer outro ponto do globo.”¹⁰⁶

Por outro lado os teóricos e políticos Ellis Júnior, Bruno Lobo, Nestor Ascoli, Julio Revorêdo e Roquette Pinto apostam na tese assimilacionista, são a favor da entrada de imigrantes japoneses.¹⁰⁷

103 MORAES, *Op. Cit.* p. 47.

104 Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), bacharel e pensador social brasileiro, foi influente nos meios acadêmicos e oficiais. A sua obra inspirou e inspira reflexões sobre diversos temas relacionados com Estado, nação e povo brasileiro. Durante a década de 1920, a sua obra enquadra-se sob a perspectiva dos determinismos biológico e geográfico. Os livros escritos neste período – *Populações meridionais do Brasil*, *Evolução do povo brasileiro* etc. – serão reatualizados no período de 1932 a 1940. Neste momento ele ocupa altas posições na burocracia estatal e assume a função “de normalizar as relações trabalhistas”. A este período correspondem os livros *Problemas de política objetiva*, *As novas diretrizes da política social* entre outros. (Cf. CASTRO FÁRIA) Vianna vê a questão das diferenças raciais como “base para a afirmação de tipos sociais diferenciados, mostrando a facies de uma sociedade heterogênea diante da qual faz-se necessária a presença de um Estado ordenador”. (BASTOS, p. 417) O autoritarismo então é, para ele, forma obtenção da ordem social em meio a diversidade.

105 MORAES, *Op. cit.* p. 49.

106 *Idem, ibidem*, p. 49. Para Moraes, os únicos interesses nipônicos no Brasil são o benefício próprio e o de sua terra natal. Ele continua citando trabalhos que comprovem a tese de seu livro, como o de um dos homenageados em sua dedicatória, o Ten. Cel. Inácio José Veríssimo. Em pronunciamento intitulado “A imigração e seus aspectos que interessam à defesa nacional”, de 1937, o militar afirmou que o único proveito da imigração nipônica foi informar sobre o perigo amarelo. Para Veríssimo, apesar de suas qualidades físicas como trabalhador, o imigrante japonês: “Não é um colono, no sentido individual do termo, mas o membro de uma sociedade que se instala num outro país, conservando intactas as suas características raciais, a sua unidade moral, a sua cultura de origem. Mas essa cultura dá ao japonês uma alma mística” (p. 51).

107 Porém, para Revorêdo, em 1934, não com uma possível mistura com os chineses, pois estes são considerados uma “raça” envelhecida, decadente e propensa a manter seus vícios. Os japoneses, por sua vez, são mostrados como um exemplo de povo surgido da mais completa mestiçagem, com índole progressiva e disposto a atingir o ápice da civilização, porque se prestam à ocidentalização. (cf. SEYFERTH. Os paradoxos da miscigenação, p. 173) Revorêdo foi um especialista em imigração do Departamento do Trabalho de São Paulo.

Para estes autores, os nipônicos poderiam ser “diluídos” na futura civilização latino-brasileira, numa interpretação bastante peculiar acerca da mistura de “raças”.¹⁰⁸ Estudos com resultados favoráveis são feitos por Bruno Lobo e também por Roquette Pinto, que atesta sobre a assimilação dos japoneses no Brasil:

Considerar eugenicamente indesejável o cruzamento dos japoneses com os brasileiros é, mais ou menos, condenar os casamento de nortistas e meridionais do próprio Brasil. [...] Quero repetir, para terminar, o que disse a respeito há muito tempo: pode haver motivos que desaconselhem a livre recepção de japoneses sadios e educados neste país. Serão motivos de ordem social, política, religiosa, estética, ... ou esotérica.

Razões eugênicas e antropológicas – científicas – não.¹⁰⁹

Muitas opiniões, que não eram abertamente contrárias à vinda de imigrantes japoneses, evidenciam a imprevisibilidade da assimilação, bem como os resultados que desta poderiam advir:¹¹⁰

sem conhecer o resultado dos cruzamentos raciais envolvendo japoneses, a partir de rigorosos estudos antropológicos, não seria possível tomar qualquer decisão, pois tal processo de miscigenação poderia seguir o “sentido asiático, amarelo” (portanto, indesejável, na medida em que contraria o dogma da futura nação branca e ocidental).¹¹¹

Na República Velha e no decorrer das décadas de 1930 e 1940, as discussões sobre o tema da identidade nacional focalizaram também a formação étnico-racial do país. Os debates sobre a política de colonização e imigração envolveram intelectuais e políticos que polarizaram a questão com base na construção de grupos considerados “desejáveis” ou “indesejáveis” para a formação da nação e daí derivaram outras categorias: os grupos/raças “assimiláveis” e os “não-assimiláveis”.

As representações sobre os imigrantes japoneses eram por um lado a do bom trabalhador, por outro a do mau trabalhador; ora o assimilável/desejável, ora não-assimilável/indesejável. Muitas vezes a ambigüidade esteve presente nos discursos. Porém, tanto os críticos da imigração quanto aqueles que a defendiam argumentavam utilizando o conceito de assimilação: ora os japoneses eram passíveis de “ocidentalização”, ora era impossível a miscigenação, pois eles não eram assimiláveis ou, finalmente, não cabiam no ideário nacional da miscigenação.

108 SEYFERTH. *Op. cit.* p. 173.

109 ROQUETTE PINTO. *Ensaio de antropologia brasileira*, p. 113. Este livro foi publicado em 1933, no Brasil.

110 Opinião de Lima Câmara, oficial do exército, no Conselho de Imigração e Colonização, em 1940.

111 SEYFERTH. *Op. cit.* p. 174.

Contudo “Na realidade, sendo a favor ou contra os japoneses, ninguém queria um Brasil ‘amarelo’”:¹¹² Nem aqueles que procuravam na imigração uma forma de construir racialmente a nação, nem aqueles de visão utilitarista cuja representação da figura do imigrante o referenciava como alguém que só existe por causa do trabalho.¹¹³

112 *Idem, ibidem*, pp. 179-80.

113 “A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.” (SAYAD. *A imigração*, p. 55) Não sendo qualquer trabalho, mas sim “trabalhos para imigrante que requerem, pois, imigrante; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes.” (*Idem, ibidem*, p. 55) Estabelece-se uma contradição quando ocorre o desemprego, pois o imigrante não existe sem o trabalho. O imigrante só existe enquanto um discurso “imposto”, uma problemática imposta, ou seja: enquanto um problema social, estando este discurso em “conformidade e em continuidade direta com a percepção social que se tem do imigrante da imigração”. (*Idem, ibidem*, p. 56)

2.3 A Constituinte de 1934: um momento decisivo.

Dizia eu que, agora, o riso amarelo é nosso.

Já há muito tempo eu escrevia que dos perigos que corre a nossa pátria pela inoculação de um tal elemento heterogêneo, menor é o da assimilação desse elemento, do que o da sua eliminação por esse elemento; o primeiro seria ao menos lento, tardo, progressivo e consentiria, afinal, numa adaptação resignada; o segundo talvez amanhã, talvez depois, certo muito breve e, no seu momento, fulminante.¹¹⁴

A constituinte de 1934 e a Constituição propriamente dita são eventos históricos importantes para o estudo sobre os imigrantes japoneses. Os discursos, os pronunciamentos dos deputados sobre leis que regulamentassem a entrada destes e de outros grupos são excelentes, pois nas suas argumentações reconhecemos o que esta elite política pensava sobre os japoneses, os imigrantes em geral, sobre a construção da identidade nacional brasileira, sobre o ideal de trabalhador e o objetivo da imigração, entre outros temas.

Na constituinte, 141 membros votaram a favor da lei de cotas e 41 membros contra a lei. Aprovada por unanimidade, a emenda Miguel Couto, representada pelo artigo 121 da Constituição de 1934, estabeleceu cotas reduzidas para a vinda de nipônicos.

Aqui utilizamos o trabalho do pesquisador e diplomata Valdemar Carneiro Leão, em seu estudo sobre a crise da imigração japonesa na constituinte de 1934 e os seus contornos diplomáticos. Nesse trabalho, o autor anexa trechos dos debates sobre a introdução da lei de cotas de entrada de imigrantes japoneses.

Leão aborda o problema pela tematização da política externa do Japão para a Ásia, o avanço do imperialismo nipônico, os confrontos entre os nacionalismos e os comportamentos diferenciados dos japoneses no Brasil.¹¹⁵ Por meio da análise da política de imigração e dos discursos na constituinte, o autor comprova a tese de que o motivo principal da imposição de restrições à entrada de imigrantes japoneses foi o medo do avanço do imperialismo nipônico no país. Segundo o autor, o serviço diplomático brasileiro, usando a persuasão e pressão, contornou a crise de forma satisfatória, pois conseguiu a alteração da primeira proposta da constituinte, que era a de evitar totalmente a entrada de imigrantes japoneses.

114 Trecho do discurso pronunciado por Miguel Couto, na constituinte de 1934 (in LEÃO. *A crise da imigração japonesa no Brasil*, p. 321). Miguel Couto (1865-1934) foi médico, político, professor e pesquisador na área de saúde pública. Também foi membro da Academia Brasileira de Letras.

115 "...o certo porém é que, a julgar pelo que se registrou nos anais, no plano da retórica parlamentar uma vitória delineava-se claramente em favor das emendas restritivas. Essa tendência parecia impulsionada menos por argumentos eugênicos do que por uma composição das imagens que projetavam tanto os padrões de comportamento da colônia japonesa no Brasil quanto da política externa do Japão na Ásia." (*Idem, Ibidem*, p. 111)

Expressão do “perigo amarelo” encontramos num dos constituintes mais ativos, Miguel Couto. Para ele, a imigração japonesa no Brasil representava “um estágio do expansionismo japonês”:

O expansionismo japonês, aquilo que Mussolini chamou o “imperialismo dinâmico do Japão”, segue uma ordem invariável – infiltração, esfera de influência, absorção; ou se preferirem, invasão, ocupação, posse; ou se quiserem – imigração, corealização, japonização; ou, ainda, comparado ao ataque da serpe – o bote, a constrição, a deglutição. Nós já estamos no segundo período...¹¹⁶

Creemos que, além destes temas, as representações evocadas através do mito do complô japonês no Brasil e a inadequação racial dos japoneses, de raça amarela, são outros elementos cruciais para compreender o fenômeno. Este aspecto não foi trabalhado por Leão. Na citação acima, há uma associação da dominação japonesa com o ataque da serpente, imagem presente em outros mitos do complô como veremos na abordagem de Raoul Girardet, autor que utilizamos nesta pesquisa.

As questões raciais foram evocadas nos discursos na constituinte, pois, para a construção do país e a ocupação de áreas interioranas, necessitava-se não só de mão-de-obra, mas também de tipos raciais assimiláveis. Neste ponto, os debates foram decisivos:

O Brasil do futuro, na década de 1940, é o mesmo imaginado por Sílvio Romero e seus contemporâneos no auge da popularidade das teorias racistas pseudocientíficas, mais de meio século antes – uma civilização branca, de acordo com uma tradição histórica de caldeamento de “raça” proporcionada pela ausência de preconceitos arraigados, em que a miscigenação e o seu corolário da assimilação cultural seriam concebidos como elementos primordiais de um processo homogenizador na nação.¹¹⁷

Nos debates sobre a introdução de cotas para a imigração temos a possibilidade de analisar os estigmas que pesavam sobre os imigrantes japoneses, bem como as teses, derrotadas, que viam no japonês a possibilidade de assimilação e de um trabalhador viável e adequado ao país. Aqueles que defenderam a imigração japonesa procuravam mostrá-lo como bom trabalhador agrícola.

Nos discursos como o pronunciado por Xavier de Oliveira,¹¹⁸ na sessão de 25 de janeiro de 1934, sobre a imigração japonesa para o Canadá e os Estados Unidos,¹¹⁹ temos a declaração

¹¹⁶ Trecho do discurso pronunciado por Miguel Couto, na constituinte de 1934 (in LEÃO. Op. cit., 320).

¹¹⁷ SEYFERTH. “Os paradoxos da miscigenação”, p. 174.

¹¹⁸ Antonio Xavier de Oliveira (1892-1953), político cearense, formado em medicina e especializado em psiquiatria. Interessou-se pelos problemas brasileiros, em especial os da região nordeste. Participou da constituinte de 1934 e defendeu, junto com Miguel Couto, a proibição de imigração japonesa e de todos os grupos de “cor”, em especial os negros. Escreveu *O problema imigratório na América Latina – O sentido da colonização japonesa nos países do novo mundo* (1ª ed. 1934 – 2ª ed. 1942), *Do direito de testar os insanos* e *Trabalhos de psiquiatria clínica* entre outras obras. Escreveu também “Três heróis da campanha anti-nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Artur Neiva e Miguel Couto”, In *Revista de Imigração e Colonização*, ano VI, nos 2-3, Conselho de Imigração e Colonização, Rio de

sobre a seleção racial pelo governo do Canadá para com os chineses e portanto opinião francamente contra esta imigração.¹²⁰

Xavier de Oliveira acrescenta, em seu pronunciamento, que o japonês é inassimilável, segundo seu normo-tipo racial, sua constituição intrapsíquica e seu misticismo patriótico. Sua análise está baseada em critérios científicos da época e na idéia do ultranacionalismo japonês, que enaltece e parece ser uma característica positiva.¹²¹

Moraes comenta autores e congressistas que defenderam a continuidade da vinda dos japoneses para o país, e exalta como extremamente positivo o fato do estabelecimento de cotas ter-se tornado vitorioso. Segundo ele, em tom de alerta, o dispositivo evitou que tivesse *o país quase um milhão de japoneses*.¹²² Para este autor, “O assunto foi examinado com patriotismo e especial atenção, tendo-se considerado o nosso desenvolvimento econômico e formação racial.”¹²³

Constituintes como Miguel Couto, Félix Pacheco¹²⁴ e Xavier da Silva eram contra a imposição de cotas restritivas para imigrantes europeus, pois isso iria prejudicar a formação eugênica do país. A opinião dos constituintes era baseada na idéia do branqueamento através da imigração de raças *desejáveis*, os nipônicos sendo *indesejáveis*.

No Brasil da década de 1940, e no período anterior, estavam presentes nos discursos que combatiam o inimigo japonês, principalmente na época da Segunda Guerra Mundial, uma infinidade de acusações morais, psicológicas ou políticas. Esses textos acusativos, além dos debates nas constituintes de 1934 e 1946, são encontrados em panfletos contra os “quintas-

Janeiro, 1945. *Op. cit.* CARDOSO, p. 120.

119 Nesta constituinte, muitos políticos anteviam os problemas advindos da impossibilidade da assimilação dos japoneses no Brasil, do “perigo amarelo” e de uma possível “depravação da raça” com a presença destes imigrantes. Muitos constituintes utilizaram como argumento para a aprovação de cotas, e até o fechamento da entrada para os imigrantes japoneses, os conflitos entre os mesmos imigrantes e os nacionais que haviam ocorrido nos Estados Unidos. No Canadá, os primeiros imigrantes chegaram em 1877 e sofreram ao longo de sua estada hostilidades e preconceitos, institucionais e de costumes, baseados nas diferenças culturais, raciais e no “perigo amarelo”. Eles concentraram-se geograficamente e não possuíam direito à cidadania da Colúmbia Britânica, ao voto (1920-49), sofreram com o processo de evacuação e confinamento ao longo da Segunda Guerra Mundial, bem como perdas econômicas (MAKABE. “Japoneses no Canadá”, pp. 196-97).

120 LEÃO. *Op. cit.*, p. 248.

121 *Idem, ibidem*, p. 90.

122 MORAES. *Op. cit.*, p. 62.

123 *Idem, ibidem*, p. 65.

124 José Félix Alves Pacheco (1879-1935), piauiense, bacharel em direito, poeta, jornalista, deputado e senador reeleito. Criou e dirigiu o Gabinete de Identificação e Estatística do então Distrito Federal, Rio de Janeiro. Esta instituição chama-se atualmente Instituto Félix Pacheco. Em 1912, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Entre outros livros, escreveu *Chicotadas*, *Lírios brancos* e *Luar de amor*.

coluna”,¹²⁵ análises sobre o mundo de então, textos sobre o “perigo amarelo”,¹²⁶ matérias jornalísticas e relatórios da DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social.

Estas idéias eram um reflexo das representações dos japoneses, de um grupo ainda não “assimilado” e não “integrado” no Brasil. O período era de busca referenciais que pudessem fundamentar o nacionalismo brasileiro. No período anterior à guerra, havia a idéia do estrangeiro-perigoso e do nacional que devia ser favorecido e, durante o conflito, os imigrantes tornaram-se efetivamente o inimigo.

Após a guerra, os *vitoristas* entraram em conflito com o grupo chamado de *derrotistas* e com as autoridades oficiais. Neste momento, as opiniões provocadas pelas ações “terroristas” dos vitoristas, com assassinatos e ataques aos derrotistas, veiculadas pela mídia, pela polícia e outras autoridades parecem “comprovar” o perigo que representava a inassimilabilidade e a propensão a comportamentos “fanáticos”, a falta de integração e o perigo do complô atribuído aos imigrantes japoneses no Brasil.

Segundo as teses eugenistas, os japoneses eram menos propensos à integração do que os brancos europeus. Os seus conflitos internos comprovaram estas teses. É o momento em que se consolidava a reafirmação de um discurso de exclusão, de teor nacionalista que buscava reforçar a identidade nacional brasileira.

Portanto, a Constituição de 1934 demarca dois momentos diferenciados na história da imigração japonesa para o Brasil. É nela que de fato se enfatizou a colonização e a ocupação do Brasil baseadas em critérios raciais, principalmente aqueles relacionados à assimilação dos grupos étnicos/raciais no Brasil e à construção do “brasileiro” do futuro. Segundo esta visão, o que ocorria outrora, sob o “liberalismo da Constituição de 1891” e das leis de imigração e colonização, era a visão do imigrante como trabalhador e que povoa o território nacional. A seleção dos imigrantes era individual e a integração, a nacionalização e o “abrasileiramento” não eram o ponto principal nas discussões.

A visão utilitarista do imigrante enquanto trabalhador braçal que se miscigenaria à população brasileira, que de fato vigorava antes de 1934, passa a ser questionada em favor de uma seleção racial eugênica que objetivasse com sucesso o *melting pot* brasileiro: embranquecido e civilizado ocidentalmente.

125 FREITAS. *Brasil alerta!*

126 BROWN. *O perigo amarelo*.

2.4 O perigo amarelo no Brasil: o complô japonês

Outro autor em que se inspira este trabalho é Raoul Girardet,¹²⁷ que foi escolhido com base em seu ensaio intitulado *Mitos e mitologias políticas*, notadamente o capítulo “A conspiração”. A motivação da escolha de Girardet deve-se à forma como ele trabalha, em uma perspectiva da “nova história política”, o tema do poder e os mitos políticos, em especial o mito da conspiração maléfica para os casos dos judeus, maçons e jesuítas - o que é passível de relação, em alguns aspectos, com a idéia do chamado “perigo amarelo” no Brasil da primeira metade do século XX.¹²⁸

Para a interpretação e análise dos mitos, o autor parte da definição do próprio tema e propõe, a partir da visão dos historiadores do sagrado, a idéia do mito enquanto narrativa explicativa, ordenadora e interpretativa do passado. E também adiciona outras visões, como a de que o mito é deformador do real, segundo uma análise marxista, e a de que o mito possui papel mobilizador e criador, como para Georges Sorel.

Segundo Girardet, os mitos políticos são globais e, ao mesmo tempo, singulares ante uma realidade histórica e psicológica específica. Os mitos são um sistema particular de discurso e eles podem ser decifrados, seguem uma lógica própria, são complementares, poliformos e ambivalentes.¹²⁹ Seguem uma lógica baseada no imaginário coletivo e compõem um código que transcreve e transmite mensagens. As três narrativas trabalhadas pelo autor são: os complôs judaico,¹³⁰ maçônico¹³¹ e jesuítico.¹³²

127 GIRARDET. *Mitos e mitologias políticas*.

128 Girardet ressalta a importância, na interpretação dos mitos, do contexto histórico, dos fatos políticos e da história das mentalidades coletivas. Porém, preocupa-se com os problemas advindos de se privilegiar as convergências e permanências do discurso mítico e a sua relação com uma especificidade histórica. Sua precaução foi trabalhar com os dois últimos séculos e a inserção do contexto histórico nos temas. No caso desta dissertação, o período analisado é outro e os cuidados devem ser redobrados. Assim, algumas questões serão colocadas segundo a especificidade do tema de estudo.

129 Para Girardet, há a presença de três complôs no imaginário político dos últimos três séculos na França. É uma literatura vasta como fonte histórica, possui diversas leituras possíveis e instaura diversos usos e ações derivadas destas leituras. Estas obras são de um mesmo gênero literário - o romance folhetim. Este tipo de literatura foi, e é, muito popular, atingindo um público ávido pela aventura e pelo sensacional. Os temas, imagens e referências das obras são os mesmos e, apesar de serem diversos os motivos dos autores para escrevê-las, a sua estrutura possui uma mesma construção morfológica e um mesmo conjunto mitológico.

130 A idéia do complô judaico pode ser encontrada na publicação chamada *Biarnitz* (1868). Sob o pseudônimo de Sir John Redcliffe, seu autor era um funcionário demitido dos correios prussianos de nome Goedch. A narrativa difunde-se na Europa Oriental e chega à França nos anos de 1880, e na Inglaterra em julho de 1881. Na primeira versão, todos os representantes das doze tribos de Israel possuem falas. Na versão de 1896, há um só discurso fundindo todas elas. É com esta estrutura que a obra terá sua difusão mundial. Esta narrativa é fonte essencial para os estudos da história ideológica contemporânea e foi fonte para os *Protocolos dos sábios de Sião* (1905). Esse texto é mundialmente conhecido e teve tiragens que ultrapassaram a Bíblia na primeira metade do século XX. Contudo, dois anos antes, Bertrand publica um outro livro importante sobre o tema: *A maçonaria, seita judaica: Suas origens, sagacidade e finalidades*

Estes elementos são a imagem temida da organização que pressupõe o segredo e os perigos de desvendá-lo (como o castigo), um código de silêncio entre os membros da organização, cerimônias iniciáticas e reuniões na clandestinidade, uso de senhas, linguagens e sinais secretos, compartimentação interna e estrutura hierárquica, a existência de participantes não-conscientes da estrutura da organização, sem individualidade e com obediência cega. Além da idéia do controle da história, de um planejamento da organização, que inevitavelmente leva a um acontecimento histórico.¹³³

O objetivo das organizações seria o domínio do mundo a partir da influência sobre os governantes, na política, e na vontade de se construir um império universal. Os meios para a conquista são a existência de uma rede de controle e informação que usa a espionagem e a delação, a infiltração de membros da organização entre os advogados, na medicina, na diplomacia, nos correios, na educação, entre outros ramos. Além do uso da estratégia de corrupção e crime, do aviltamento dos costumes, da desagregação das tradições e dos valores. Uma destas estratégias seria a cooptação da criança através dos meios de formação e educação, sendo a mulher instrumento desta ação. A isto o autor chama de “corrupção pelo sangue e pelo ouro”.

Como uma manipulação multidimensional, o complô afetaria o Estado, a política, a administração pública, os costumes, a família, a economia (sistema bancário, heranças, investimentos, compras e empréstimos, propriedades territoriais e imobiliárias) e a riqueza pública, a educação, os meios de comunicação, a imprensa e a literatura.

Girardet enfoca a presença simbólica de imagens que representam as trevas, o submundo, o subterrâneo, a noite, as vestimentas negras e a sombra que possuem significado no imaginário coletivo: a idéia de que o complô é o avesso do conhecido, do identificável, do definível e do controlado, o avesso do que é considerado normalidade social. Os participantes da organização encarnam a figura do estrangeiro, representante do perigo para a soberania e a

antirristas (1903). O enredo transcorre à noite, em um cemitério em Praga, e os personagens são os representantes das doze tribos de Israel, reunidos secretamente, deliberando sobre seus planos de domínio do mundo, um plano que assegurará a Glória do Povo Eleito. (Cf. GIRARDET. *Op. cit*)

131 Para o complô maçônico, a referência é o romance de Alexandre Dumas, *Joseph Balsamo: Memórias de um médico* (1846). A obra tem origem em um livro escrito pelo abade Barruel, em 1797.

132 No caso do complô jesuítico, a referência é a obra de Eugene Sue, *O judeu errante*, escrito na véspera da Revolução de 1848, publicado no *Jornal de Debates*. Cinco anos antes, Michelet e Quinet esboçaram a polêmica anticlerical em seu livro *Jesuítas*, no qual estão presentes os mesmos elementos do romance de Eugene Sue. O local da narrativa é uma casa insuspeita na Paris de 1831. Os principais personagens são dois homens deliberando as estratégias da organização para a conquista do mundo.

133 Por exemplo, a Revolução Francesa, que teria sido planejada pelos jesuítas.

pátria, o medo da invasão, do estado rival, do desconhecido, como o vagabundo, o mendigo, o viajante.¹³⁴

A zoomorfização nas representações iconográficas e expressões literárias dos que participam dos complôs está presente: os judeus, maçons e jesuítas encarnam os animais imundos e rastejantes. A serpente, o sanguessuga, o polvo e a aranha são os animais referenciados. Há a obsessão pela devoração (bucal). Os participantes dos complôs são assassinos que, em rituais, ofertam o sangue de suas vítimas. Agem de forma criminoso, praticam violências, abusos sexuais e flagelam suas vítimas. Outro elemento presente é o fogo, que possui a significação simbólica de purificação, redenção de quem combate as forças do mal: “filhos da luz contra os poderes das trevas”.

Qual o significado destas imagens? Segundo o autor, há a demonização do indivíduo participante do complô. Girardet a relaciona aos meios pelos quais as acusações são proferidas, a Inquisição e a imagem das feiticeiras e seus poderes. Há a permanência da idéia do diabólico nas “mentalidades coletivas” e, portanto, uma projeção de todas as forças maléficas no mito da conspiração. É o antitético, o avesso da normalidade.

Mas, qual é o papel desempenhado por estes mitos da conspiração na história, nos fatos políticos? Utilizando a definição de Sorel, o autor afirma que o mito tem um aspecto mobilizador: a acusação da conspiração foi uma forma de livrar-se dos opositores e suspeitos, de legitimar governos, de justificar fracassos e falhas de um governo.¹³⁵

Girardet ressalta que, apesar destes objetivos contextualizados historicamente, há a presença da convicção nos estigmas de perversidade imputados aos judeus, maçons e jesuítas. Além da receptividade por parte dos leitores, ou seja: o leitor decodifica narrativas. Por exemplo, a aceitação da idéia da existência de um articulado plano de controle do mundo, bem como da utilização de meios criminosos, condizentes com o estatuto do judeu, do maçom e do jesuíta.¹³⁶

De acordo com o autor, estão presentes nos textos os grandes medos coletivos que, em momentos de crise e de transformação social, aparecem como resposta a uma ameaça. O

134 Girardet refere-se à idéia do “partido do estrangeiro”, que representa aqueles que são anti-França, ou seja, os participantes de um complô judeu-maçônico (idéia presente no final do século XIX).

135 No caso dos maçons na França, foi maneira de associá-los à ditadura montanhosa e responsabilizá-los por ela; no caso dos judeus na Rússia, foi a maneira como o governo czarista tentou a modernização e a liberalização da economia; e, no caso dos jesuítas, como uma forma pela qual os liberais tentaram frear sua influência no controle do ensino universitário (primeira metade do século XIX).

136 Outra questão colocada pelo autor é o da factibilidade histórica dos mitos conspiratórios. Girardet não questiona, por exemplo, o papel desempenhado pelos maçons, na França da III República, dos jesuítas como promotores da expansão da fé cristã e a existência

momento de crise e de mudança será imputado aos judeus-maçons. É a encarnação do mal, forma de explicar, racionalizar e entender o mundo através da suposta malignidade e da existência de um complô dos judeus, maçons e jesuítas.¹³⁷

Contudo, por que estes sentimentos afetam as pessoas independentemente do grupo social a que pertencem? Girardet afirma que, em um contexto de crise geral, as mensagens e representações simbólicas dos mitos são passíveis de reverberação e ressonância como o são os medos psíquicos comuns: o medo do escuro, da sombra, da dominação, do desconhecido, do abandono, de animais rastejantes e imundos, da perseguição, do mal e da desgraça. Assim, independentemente a quem se fala, as imagens são assimiladas e constroem as representações do complô. O mito espelha a sociedade e seus medos, suas desordens e sofrimentos.

Deste modo, Girardet elabora uma análise que une a sociologia, a história e a psicologia. Nas narrativas analisadas pelo autor, uma última questão é discutida: quais são as formas de se derrotar o Mal? Segundo a ótica dos textos da conspiração, é por meio da elaboração de um contra-complô, uma contra-organização que utiliza os mesmos meios secretos e criminosos, o sigilo, a mesma organização e disciplina etc.

Os romances com a temática da conspiração são comuns: *Histoire des treize*, de Balzac; *Os demônios*, de Dostoiévski; *A conspiração*, de Paul Nizan; *Homens de boa vontade*, de Jules Romains. A partir deste último autor, Girardet analisa a idéia de que perante a modernidade, em uma sociedade fragmentada, desarticulada, com indivíduos isolados, as pessoas buscam se unirem em grupos com um ideal, disciplina, sigilo, rituais, simbologia e liturgia próprias, solidariedade e um ideal de comunidade perdido.

Com isto, as pessoas buscam uma ordem religiosa una. Há a fusão do sagrado com a política. Revelam-se os aspectos da irracionalidade, da paixão e da existência de aspectos da política que não podem ser abordados apenas de uma maneira racional. São objetos que podem ser analisados e compreendidos sob um viés diferenciado e que trazem novas abordagens a recorrentes temas que pairam nos imaginários de diferenciadas sociedades.

de suas associações clandestinas. Ou dos judeus e sua busca por emancipação e participação na esfera pública. Contudo, as narrativas exageram, ampliam e falseiam estes fatos no momento da passagem do real para a narrativa e a interpretação míticas.

137 Como por exemplo o complô judeu-maçônico presente na França dos anos de 1880-90. O contexto histórico analisado era o da laicização da sociedade, marcada pelo desenvolvimento urbano, pela concentração capitalista, por novas formas de trabalho e produção, pela modificação do modo de vida tradicional, pela perda da solidariedade comunitária e da fé religiosa, pelo desenvolvimento do capitalismo industrial (com a expansão do capitalismo monopolista, da especulação financeira, dos trustes e de quebra de pequenas empresas e do artesanato).

O mito do complô expressa os medos, a inquietação e a falta de sentido coletivo. Ele expressa o sentimento de ameaça e também o seu oposto: a projeção de um ideal, de um desejo perante uma sociedade em crise. É o antitético do que se quer para a sua sociedade. O mito, portanto, é ambivalente. Paira no imaginário coletivo um ideal comunitário, de controle social, de um domínio do devir, de unidade social e da submissão a uma autoridade.

A idéia do complô japonês no Brasil foi discutida por alguns autores, porém de forma marginal. Inicialmente, abordo a questão no Brasil e discuto suas repercussões. Para tanto, a baliza temporal é a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Procuraremos, na medida do possível, relacionar as discussões de Girardet sobre o mito do complô ao “perigo amarelo” no Brasil.

A Guerra foi um acontecimento fundamental da primeira metade do século XX, demarcando profundas modificações políticas, econômicas, sociais e territoriais. A cisão entre as principais potências mundiais afetou todos os países e o Brasil esteve entre os que participaram de modo direto, com tropas dirigidas à Itália: a Força Expedicionária Brasileira. Basicamente, a divisão entre as potências mundiais manteve a cisão que se efetivou na Primeira Guerra Mundial. Os chamados países *Aliados* eram os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a URSS, o Brasil, entre outros, e eles lutaram em “defesa da democracia” contra os países do *Eixo* - a Alemanha, a Itália e o Japão, representantes do totalitarismo. A guerra mundial terminou com o lançamento das bombas atômicas norte-americanas sobre cidades japonesas e com a anterior vitória dos Aliados na África e na Europa.

Para Celina Kuniyoshi,¹³⁸ as imagens idealizadas sobre o Japão persistem, entre aqueles que conheciam o Japão na paz e entre aqueles sem preconceitos contra os japoneses, até ao final da Segunda Guerra, quando estas imagens desagregaram-se. Foi diante da instauração do movimento Shindo-Renmei, que se desmanchou “essa imagem favorável do imigrante nipônico, revelando a desestruturação psicológica provocada pelo nacionalismo de Vargas de um lado e, de outro, pelo ultranacionalismo do Japão”.¹³⁹

Para a autora, os atos de terrorismo e os assassinatos das lideranças dos imigrantes japoneses no Brasil deram razão às suspeitas do “perigo amarelo”, “sobrepondo imagens negras e de pesadelo àquelas imagens de imigrantes ordeiros e trabalhadores”, que voltam a ser utópicas e exóticas com o “milagre japonês”, na década de 60.¹⁴⁰

138 KUNIYOSHI. *Imagens do Japão*.

139 *Idem, Ibidem*, p. 130.

140 *Idem, Ibidem*, p. 130.

Kuniyoshi, em seu trabalho sobre as imagens de utopia e exotismo relacionados com o Japão no imaginário social brasileiro a partir de relatos de viajantes (da década de 1870 aos anos de 1950 do século XX), analisa o pós-Segunda Guerra como de “desmascaramento” da imagem do exotismo anterior, pois esta foi uma “exotização às avessas”, uma “contra-utopia” relacionada à opressão do período em discussão.

A análise da autora sobre as consequências do conflito entre derrotistas e vitoristas, no seio da comunidade nipônica brasileira,¹⁴¹ não tem como objetivo as imagens presentes na constituinte de 1934 e em outros debates que abordaram a viabilidade e a presença do grupo no país. Porém, na época, entre cientistas, policiais, políticos e jornalistas haviam representações negativas. Entretanto, para outros elementos, de um grupo ou de outro, os japoneses eram “honestos”, “leais”, “gentis”, “disciplinados para o trabalho”, “persistentes”, “patriotas” e “inteligentes”, conforme mencionadas pela autora em relação ao período anterior à guerra.

Segundo outro autor - Alcir Lenharo, em *A sacralização da política*, no capítulo “Preconceitos de sangue” _ , podem ser analisadas as representações sobre os japoneses e o chamado “perigo japonês” sob dois aspectos: o racial e a teoria conspiratória.¹⁴² Para ele, o problema racial do japonês no Brasil revela-se um incômodo para as autoridades na medida em que havia o perigo do “descontrole da miscigenação” de um tipo racial diverso, na sua “inassimilabilidade” - “O japonês é como enxofre: insolúvel, afirmou, uma entre outras vezes, Oliveira Vianna”.¹⁴³

O medo da degenerescência induziu os eugenistas a não desejarem que os japoneses se assimilassem e, para que isso não acontecesse, foram criados impedimentos. Exemplo disso são as sugestões de proibição de novas correntes migratórias, de confinamento, de expulsão do país e de assimilação em proporção de 25% de japoneses para 75% de brasileiros para que ocorresse uma “assimilação eugénica e política”.¹⁴⁴ Os imigrantes japoneses representavam o que poderia ficar fora de controle. Eram a projeção de insegurança para com um projeto que visava o controle e a modelagem do trabalho e do trabalhador.¹⁴⁵ Assim,

141 Tal conflito foi aquele entre derrotistas, que acreditavam na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, e vitoristas, que não aceitaram a derrota.

142 Ver Raoul Girardet.

143 LENHARO. *A sacralização da política*, p. 129

144 Era o que propunha um constituinte de 1934, Xavier de Oliveira, que em 1944 expôs seu plano na Revista de Imigração e Colonização, segundo informa Lenharo.

145 LENHARO. *Op.cit.*, p. 114.

Sangue puro, “raça” pura. Sangue e ameaças social: a mesma visão temerosa da invasão sub-reptícia das doenças venéreas circula pelo discurso político, sempre a evocar a ameaça da infiltração de “focos ideológicos e raciais” no corpo do país. O imigrante vem de fora, é desconhecido e estranho à substância nacional: pode ser potencialmente um elemento infiltrado de corrosão da saúde da nação. Neste caso, o sangue é tomado como instrumental científico: o biológico tem ampla ascendência sobre o psicológico, de modo a determinar a integridade moral e cultural do cidadão. Sangue, império da “raça”.¹⁴⁶

Para Castro Barreto, citado por Lenharo, a degenerescência¹⁴⁷ ocorre por que “a predominância absoluta de um tipo sangüíneo caracteriza uma raça e sua uniformidade é tanto maior a pureza da raça”.¹⁴⁸ Além disso, Castro Barreto preocupa-se com “certas raças” portadoras de “psychopathias transmissíveis aos descendentes”, “herança mórbida”. Lenharo cita Barreto, que por sua vez cita Pacheco e Silva,¹⁴⁹ no que diz respeito à “nova ameaça” :

A nossa observação demonstra serem os japoneses extremamente sujeitos a certos distúrbios mentaes e que, quando alienados, manifestam acentuada tendência para a practica de crimes. Dado os seus sentimentos religiosos e pouco valor que lhes merece a vida, não só revelam acentuada propensão ao suicídio, como são levados a práctica de delictos mais bárbaros e atrozes, cujas vítimas são não raro, os membros da própria família.¹⁵⁰

Os estigmas raciais e estas teorias que foram ciência, no final do século XIX e início do XX, estiveram presentes no discurso policial para justificar e explicar as ações e forma de pensar dos japoneses ditos terroristas pelo DOPS, bem como os “nipônicos” em geral. Fonte de análise, estes discursos estiveram presentes de modo a conferir ao imigrante uma identidade negativa.

Contudo, como afirma Seyferth, as representações são construídas relacionalmente:

Houve e ainda há preconceito contra italianos e japoneses em São Paulo, [...] e os estereótipos sobre os imigrantes são muitos. Por um outro lado, os imigrantes também têm ideologias de superioridade étnica que visualizam o brasileiro de forma estereotipada; entre os colonos, o brasileiro é o caboclo, considerado preguiçoso, indolente. As categorias são definidas de forma estereotipada de parte a parte.¹⁵¹

146 *Idem, ibidem*, p. 113.

147 Teoria francesa do século XIX adotada pela medicina legal e que influenciou as práticas eugênicas, a criminologia e a antropologia. Fundamenta-se na transmissão de uma tara “hereditária”, sendo princípio de um saber médico sobre a loucura e a anormalidade no século XIX. (cf. FOUCAULT, p. 301)

148 LENHARO. *Op.cit.*, p.130.

149 Cf. Lenharo.

150 LENHARO. *Op. cit.*, 131.

151 SEYFERTH. *Imigração e cultura no Brasil*, p. 81. Segundo o Dicionário de relações étnicas e raciais “um estereótipo é freqüentemente definido como uma generalização excessiva a respeito do comportamento ou de outras características de membros de determinados grupos. Os estereótipos étnicos e raciais podem ser positivos ou negativos, embora sejam, com maior freqüência negativos. Mesmo os ostensivamente positivos podem comumente implicar uma avaliação negativa. (In: CASHMORE. *Dicionário de relações étnicas e raciais*, p. 194).

Entretanto, muitos autores colocaram em evidência as vantagens do japonês como trabalhador e argumentaram, como Rodrigues Filho, em 1949,¹⁵² em defesa dos japoneses face ao conflito entre derrotistas e vitoristas, e na mesma linha de defesa do antropólogo Roquette Pinto:

O que os pseudos nacionalistas não compreendem é a força de trabalho dos nipônicos e que toda a questão de diferença se resume numa pele amarelada (por sinal, igual a do nosso caboclo) e uns olhos oblíquos (também, muito parecidos com os dos nossos “cabeças chatas”) [...] Não devemos ter a infantilidade de obrigá-los a renegar ou ocultar a sua origem e a sua identidade só porque alguns interessados e interesseiros caricaturaram e escarneceram medonhamente a raça e o sangue.¹⁵³

Interessante a linha de argumentação do autor: com um discurso racializado, aproxima o “verdadeiro” brasileiro - o caboclo - do indivíduo “amarelo”. O seu discurso está imbuído da discussão teórica e acadêmica sobre a formação do povo brasileiro e sua origem. Assim, para transformar positivamente os japoneses, lançou mão de um discurso utilizado por aqueles racistas que não compactuavam com a presença do grupo no país. Em outra passagem deste livro, o autor explica o posicionamento dos vitoristas por meio desta lógica:

Não é fanatismo portanto o que se observa em nossa terra. É, antes, o resultado de uma tradição, robustecida por milhares de anos, que nunca poderemos entender, colocando-nos, como dissemos, no campo da observação ocidental. Estranhamos, que certos japoneses, homens incontestavelmente cultos, não tenham observado esse fato, desprezando no convívio com os seus patrícios, as tendências e as convicções atávicas, por eles denominadas, simplesmente, fanatismo. Colocaram-se, evidentemente, no campo ocidental, para explicar a situação dos seus patrícios. Transformaram uma questão sociológica e psicológica num caso de polícia... Eis porque a colônia ficou claramente dividida. De um lado permaneceram os esclarecidos, de outro os patriotas.¹⁵⁴

Note-se “as tendências e as convicções atávicas”. Por outro lado, o autor discute e critica a pecha de “fanatismo” e a não-compreensão sobre as ações e pensamento dos vitoristas se vistos sob o prisma ocidental. São questões importantes, que entendemos como fundamentais para compreender o conflito e as representações suscitadas sobre o grupo. Porém, permanece o atavismo, um tipo de determinismo atualmente superado nos meios acadêmicos e que sobrevive no senso comum.

A teoria conspiratória é também trabalhada por Lenharo. Afirmava essa teoria que o governo japonês ambicionava conquistar a América Latina a partir do estabelecimento das correntes imigratórias dirigidas para o Brasil. O objetivo era a conquista do Estado mais rico

152 Em livro, com o sugestivo título de *Bandeirantes do oriente! Drama íntimo dos japoneses no Brasil*.

153 RODRIGUES FILHO. *Op. cit.*, pp. 21-22.

154 RODRIGUES FILHO. *Op. cit.*, p. 73.

do Brasil, São Paulo, através da infiltração de técnicos, engenheiros, soldados e oficiais junto aos imigrantes agricultores.

A imigração japonesa seria organizada por companhias de navegação associadas ao “trust amarelo” (composto por bancos e companhias japonesas), cujo objetivo era criar “um Estado dentro do Estado” no Brasil, a partir do “novo exercito da Mandchúria”. Seus soldados atuariam, a partir de São Paulo, por meio de insurreições e espionagem, da resistência passiva e do esmero da organização. Predominava o medo da fundação de um “compartimento estanque dentro do Brasil”, algo inassimilável. Era, portanto, uma ameaça política e militar. Outras referências a este plano podem ser encontradas, segundo Lenharo, nas décadas de 1930 e 1940: entre os militantes comunistas, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), além de livros específicos sobre o tema como *Shindo-Remmei: Terrorismo e extorsão*, de Mário Botelho de Miranda e *A ofensiva japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Moraes. Oswald de Andrade aborda o assunto em seu livro *Marco zero*.¹⁵⁵

Para Lenharo, a “ameaça externa” atendia à necessidade de formar um ideal do nacional, era um meio de ganhar adesão e coesão internas, justificar a militarização do país, e forma de convencimento para que os brasileiros fizessem a conquista colonizadora das áreas interioranas do país.

Em *A ofensiva japonesa no Brasil*, comprovando a tese do “perigo amarelo”, os imigrantes seriam indisciplinados nas lavouras, realizariam revoltas, não se contentariam com os seus salários, iriam para o interior como assalariados e logo tornavam-se arrendatários para logo em seguida tornarem-se

Pequenos proprietários densamente agrupados em zonas escolhidas do nosso interior, encastelados em organizações de cultura oriental que dificultava a ação poderosa da natureza brasileira, fator exclusivo de assimilação que sempre apresentamos aos grupos étnicos que aqui aportavam. O hino querido o Salve lindo pendão auriverde, tinha sido cantado uma só vez...¹⁵⁶

No trecho acima, Moraes está citando o engenheiro agrônomo Sálvio de Almeida Azevedo em tese apresentada em um congresso de geógrafos, em 1940. A referência ao hino nacional alude ao canto deste no desembarque dos imigrantes no Brasil, introduzido pelas companhias de emigração para agradar aos brasileiros. Azevedo atenta para a necessidade de povoamento e colonização das áreas interioranas do país com mão-de-obra nacional, de

155 Em a “Revolução Melancólica”, primeiro volume de Marco zero, Oswald de Andrade, por meio de um personagem, fazendeiro paulista com medo da traição de um funcionário, insere os atributos negativos do japonês: predestinação natural ao crime, suicídio, assassinato, insanidade mental, frieza e calculismo, traição, caráter inassimilável, cultura de baixo nível e diferente, etc. (cf. LENHARO. *Op. cit.*, pp. 134-35).

156 MORAES. *Op. cit.* p. 70.

pobres que necessitavam de terras, *frutos típicos* da “terra”, que melhor se adaptariam às condições locais, bem como não criariam conflitos relacionados à não-assimilação.

Moraes via como um agravante o fato de os imigrantes chegarem e logo organizarem cooperativas e associações culturais com o efetivo amparo do governo japonês, do consulado, da embaixada e com a assistência técnica das empresas de emigração. Além de serem favorecidos pelo governo brasileiro com a concessão de terras, sendo que: “Essas concessões constituíram espoliação de nossos pobres patrícios, que foram desalojados de suas misérrimas herdades e das quais tiravam, à margem de qualquer auxílio governamental, o necessário para a sua subsistência e de suas famílias.”¹⁵⁷

Para este autor, as cooperativas e as sociedades dos imigrantes eram uma forma de monopolizar a cultura agrícola e pastoril em favor dos japoneses, bem como fazer dos brasileiros seus empregados. Afirma ele que os imigrantes vivem “egoisticamente” e para o proveito do Japão, que é

O que lucra mais, e com sacrifício de seus filhos, muitos dos quais militares, engenheiros, médicos, agrônomos notáveis, alguns professores de suas mais importantes universidades. Estes, sob a capa de agricultores, palmilham o país em tôdas as suas direções, e visando as zonas mais estratégicas, com objetivos adrede examinados e obedecendo instruções de Tóquio.¹⁵⁸

Para o autor, os japoneses possuíam uma quantidade alarmante de terras e eram numerosos no Brasil. Além disso, “em regra, nada mais são do que simples militares, a serviço de futuras atividades do Império do Sol Nascente”.¹⁵⁹ Sendo poucos aqueles que se opõem “a essa torrente de aborígenes amarelos, que, sóbrios em extremo e fanáticos até ao haraquiri, vêm estendendo, estrategicamente, a sua influência em nosso território”.¹⁶⁰

Moraes reproduz o cartaz de um filme que seria sobre a batalha de Tsushina, e evoca as tradições guerreiras do povo japonês que foram conservadas no Brasil, bem como seu espírito nacionalista. Ele cita Carlos Lacerda,¹⁶¹ autor de reportagem sobre os japoneses em São Paulo e os perigos que eles significavam. Na reportagem, além das escolas japonesas, dos livros e da propaganda inclusive brasileira, um dos perigos existentes eram a projeção de filmes que exacerbavam a permanência do espírito japonês nos “quistos” amarelos.¹⁶² E alerta para um plano de conquista pelos nipônicos:

157 *Idem, ibidem*, p. 72.

158 *Idem, ibidem*, p. 90.

159 *Idem, ibidem*, p. 93. Grifos do autor.

160 Moraes cita, como críticos da imigração japonesa, Teotônio Monteiro de Barros, Bento Sampaio Vidal e Benevides Rezende (*Idem, ibidem*, p. 93).

161 “O jornalista cariosa (sic) Carlos Lacerda reuniu-se a pequena pléiade dos que combatem o polvo japonês.” (*Idem, Ibidem*, p. 150).

162 *Idem, Ibidem*, p. 151.

A sua localização, em pontos estratégicos, obedeceu a plano adrede preparado. Se há mais tempo o perigo japonês não foi proclamado com mais insistência é porque o eterno sorriso do nipônico constituiu, durante muito tempo, ótimo manto para disfarçar os seus verdadeiros propósitos. Mesmo assim nos dias presentes, quando a sua máquina sorrateira está sendo posta em evidência e atacada, aparecem patricios nossos a defender a sua ação, e a proclamar a sua intenção de ser útil ao Brasil.¹⁶³

Evidencia-se através destes exemplos a idéia do complô nipônico no Brasil, ou seja: o perigo amarelo era real e agia sorrateiramente, inclusive com a participação de brasileiros, “imprevidentes”. Para ele, a nova política imigratória daquela época resolveria uma parcela do problema que tinha se avolumado. Porém, este era de difícil solução, pois o japonês era inassimilável, falseador de sua assimilação, respeitador unicamente de seu cônsul e de seu governo, além de existir, principalmente, “a diferença racial dêsses ádvenas com a nossa”.¹⁶⁴

O autor apresenta mais dados para esclarecer sobre o perigo que eles representavam para a economia brasileira no que diz respeito a sua pretensão de dominar culturas agrícolas, como a do algodão, da seda e das hortaliças. Ele ressalta sempre o perigo do avanço do império japonês no Brasil, pois “os seus súbditos não só continuam a trabalhar pelo seu ideal de independência e domínio universal como representam um fator já decisivo na economia paulista, na balança comercial de exportação da nossa nação”.¹⁶⁵

Moraes compara as ações imperialistas japonesas às ações do imigrante no Brasil. Ele alerta para o fato de os imigrantes serem capazes de atrozidades como as cometidas por japoneses na guerra com a China, Coréia, Nanquim etc.¹⁶⁶ Os imigrantes japoneses representavam o perigo da dominação econômica e da conquista territorial, representavam um plano de conquista mundial.¹⁶⁷

Ele analisa a ação dos quintas-coluna nos Estados Unidos, na América Central e do Sul. Argumenta que a sua existência no Brasil comprovava-se por meio da intenção bélica dos japoneses que fazem mapas militares do país, recebem militares disfarçados de agricultores, possuem radiotransmissores, mimeógrafos, filmam o litoral brasileiro, procuram instalar-se

¹⁶³ *Idem, ibidem*, p. 102.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp. 108-11.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 171.

¹⁶⁶ Moraes refere-se aos crimes de guerra cometidos pelos japoneses nas lutas de conquista da primeira metade do século, descreve as ações dos japoneses como as dos “trogloditas do século XX”, de populações que foram entregues a “sua bestialidade” (p. 202). Compara os japoneses aos alemães no que refere-se ao espírito guerreiro e ao ideal de dominação. E continua: “Atualmente, defrontamos o perigo japonês. Japonês, apenas. Mas, no futuro, quem sabe se a raça branca não terá que enfrentar o ‘perigo amarelo’, com a união das raças de côr da Ásia. A denúncia é antiga, mas nunca deixa de ser nova, mesmo diante do conflito atual.” (p. 204).

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 191, grifos no original. O autor justifica seu alerta de um perigo maior: “O perigo da influência e dominação nipônica em nosso país não está apenas no fato de virmos a ser dirigidos pelo Mikado, como um protetorado. Ele está sobrelevante no acontecimento de termos que nos submeter ao seu humanitário tratamento” (p. 199).

vizinhos a fábricas de materiais de guerra e outros produtos indispensáveis ao país - o que confirma os planos de invasão por forças militares, além de atestar a existência de espiões infiltrados e de um exército pronto para agir em São Paulo.

Moraes cita longamente uma declaração de um delegado de polícia de Pereira Barreto, Francisco de Campos Moraes, que descreve um Japão dentro do Brasil, além de uma organização de quintas-coluna localizada na região. A organização realizava exercícios militares e possuía armamentos pesados.¹⁶⁸ Seu objetivo era conquistar o Estado de São Paulo, que seria chamado de “o Sol Nascente do Sul”.¹⁶⁹ Diz o delegado: “A minha impressão pessoal é a seguinte: o perigo japonês em São Paulo... Faça uma idéia, multiplique-a por cem, e ainda não alcançará bem a tremenda ameaça que paira sobre o Brasil, vinda desses péssimos anões que ali alimentamos com o nosso arroz...”¹⁷⁰

Assim, todas as ações e todo trabalho dos japoneses no Brasil têm esse intuito de conquista. Ele comprova o plano secreto através de uma carta de denúncia de um insuspeito nipo-brasileiro. Segundo tal carta, o exército de japoneses no Brasil possuía metralhadoras, fuzis, armas curtas e até canhões que foram importados pelas casas Tozan, Bratac, Nipo-Brasileira. O “japonês” relata que para agir eles deviam enganar, dissimular, sempre ostentar o sorriso e agüentar todas as provações, sendo que “O papel dos espiões nos corpos de tropa, quando sorteado e como voluntários, é conhecer com detalhes para transmitir à organização os métodos e segredos da defesa nacional”.¹⁷¹

Em um desenho de impacto, este autor apresenta a idéia da conquista do Estado de São Paulo pelos japoneses. Os meios desta conquista seriam os próprios imigrantes, bem como a invasão externa. Estão localizadas no mapa as áreas de ocupação dos imigrantes japoneses e, nas áreas claras, estão os símbolos que representam a idéia da conquista: a oeste, o soldado japonês empunhando armas pesadas, no norte e no sul, a figura de um dragão feroz, e a leste, no oceano, símbolos navais representando a invasão por mar.

O mapa sinaliza através de símbolos as representações mentais sobre os japoneses, em termos de força e poder a eles atribuídos - portanto, um perigo a ser combatido e neutralizado, principalmente através da idéia de assimilação.¹⁷²

168 “Ela se concretiza nos depósitos clandestinos de armamento, em exercícios militares e em outras manifestações perigosas e declaradas.” (*Idem, ibidem*, p. 213).

169 *Idem, ibidem*, p. 215.

170 *Idem, ibidem*, p. 216.

171 *Idem, ibidem*, p. 224.

172 *Idem, ibidem*.

Moraes cita, como negativos, os exemplos históricos dos romanos, de Napoleão Bonaparte, do Império Austro-Húngaro, entre outros, para enfatizar a necessidade de homogeneizar para criar uma nação: “O fator de afinidade racial, social e de ordem política é preponderante, quando não é propiciado o necessário ambiente de integração ao novo meio. A ancestralidade dos imigrantes é qualquer coisa poderosa que não pode ser relegada a segundo plano, como se fez e se continua a fazer ainda.”¹⁷³ Para Moraes, devia ser o imigrante um elemento plasmador da nacionalidade, não desagregador e inassimilável como são os japoneses.

Entretanto, qual seria a solução para estes inúmeros problemas apontados pelo autor? Em primeiro lugar, fechamento e restrições à entrada de imigrantes, como fez Vargas. E também dificultar e até impedir a venda e posse da terra a esses estrangeiros, como o presidente fez por meio de um decreto de 1939.

Além disso, disseminar escolas, não religiosas e nem particulares, mas públicas; fiscalizar a entrada de “elementos perigosos”; construir estradas, modo de acesso e controle de todas as áreas. Porém, alerta o autor que, em nome da defesa nacional, este é um tema de vida ou morte. Citando Miguel Couto na constituinte de 1934, diz que no caso japonês são necessárias decisões graves e “medicamentos mais urgentes e decisivos” para sanar “um perigo que precisa ser extirpado, com denôdo e sem desfalecimento”. É preciso ser nacionalista e fazer um esforço patriótico para preservar nossa soberania. E finaliza seu ensaio dizendo “que o futuro nos preserve do destino de colônia, triste sorte das nacionalidades imprevidentes e fracas!”¹⁷⁴

A charge encontrada na *Revista do Globo*¹⁷⁵ do dia 25 de fevereiro de 1944 é também ilustrativa da idéia do perigo amarelo. Em novembro de 1944 a guerra continuava na Europa e

173 *Idem, ibidem*, p. 232.

174 *Idem, ibidem*, p. 240.

175 A revista citada era um periódico da editora do Globo, com sede no Rio Grande do Sul, e de circulação nacional. Possuía

no Pacífico. A rendição final ocorreu em 19 de agosto de 1945, após o lançamento das duas bombas atômicas nas cidades de Hiroxima e Nagasáki no início do mesmo mês. A suposta propaganda dos “japs”, termo pejorativo utilizado pelos norte-americanos, era representada por um dragão a atacar um navio aliado. A ameaça das tropas japonesas vem como um animal que simboliza perigo extremo, e se tal ameaça é real, também é fruto da propaganda, campo em que tudo pode ser figurado.

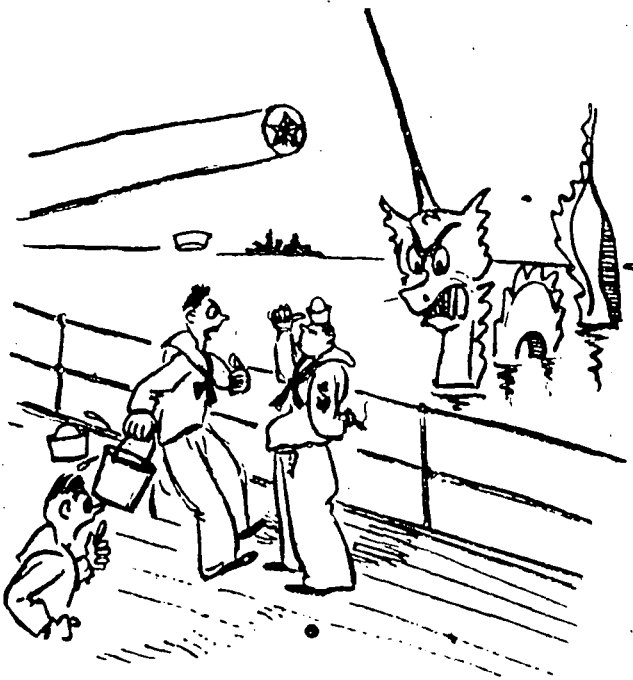
Há portanto ambigüidade na representação. Porém, há igualmente um julgamento sobre as possíveis estratégias utilizadas pelos japoneses na guerra, pois a representação significa tanto para quem a recebe como para quem a produz. Um soldado percebe a falsa imagem do inimigo japonês e a traduz como propaganda. Entretanto, outros se amedrontam e a entendem literalmente como o perigo em forma de dragão, como a possibilidade da existência real da representação maléfica sobre os japoneses.

Na mesma página, temos outras charges que utilizam figuras de animais. Uma delas representa o inimigo como um animal feroz a atacar um soldado que o confunde com o seu sargento. Outra, trata do uso de um animal doméstico, o cachorro. As diferenças entre as formas de utilização e a distinta significação dos animais domésticos e selvagens revelam a polaridade entre inimigo e amigo ou bem e mal.

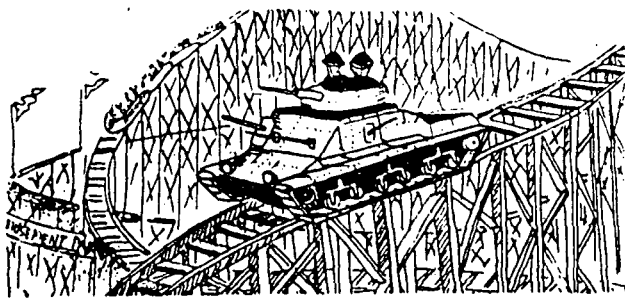
FIGURA 3 - CHARGE DA REVISTA O GLOBO



— Que é esquisito, lá isso é... Mas não deixa de ser gozado!



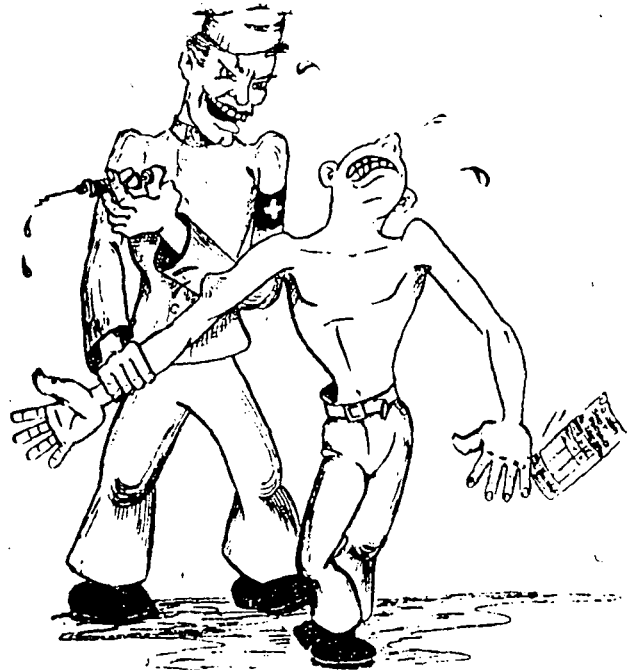
— Não se impressionem que isso é propaganda dos jap.



MONTANHA RUSSA



— É você, sargeant?



— Esta injeção alivia qualquer dor...



— E eu que falava d'êlo gostar tanto de animais!...

No final da guerra, *O Cruzeiro* publica uma charge de Nassara¹⁷⁶ em duas páginas. Era dezembro de 1944, época de natal, sendo o motivo da charge a reprodução de dois temas do tempo: a celebração do nascimento de Cristo e a Segunda Guerra Mundial. Para o chargista, o Eixo ganharia como presente a morte por meio da força e os aliados, “justiceiros e joviais”, conquistariam a vitória final. A caricatura dos principais chefes de Estado de então os polariza – o bem, os Aliados, e o mal, o Eixo. O imperador Hiroito é representado como uma terrível figura amarela - de modo a caracterizá-lo como de raça amarela - sendo a única no desenho que está de frente. Seus óculos e sua boca são grandes e ele é uma figura de baixa estatura, com expressão de desafio e malignidade.

176 Revista *O Cruzeiro*, 16 de dezembro de 1944, pp. 54-55. Antônio Gabriel Nassara (1910-1996) - cartunista, artista gráfico, locutor de rádio e compositor brasileiro. Pioneiro do cartum, é considerado “pai do cartunismo brasileiro”. Trabalhou nos periódicos *A Noite*, *Caretta*, *O Cruzeiro*, *O Globo* e *O Pasquim*. Em 1982, trabalhos seus foram reunidos na exposição *Só daí quando eu fico sério*, em 1990 ele foi homenageado no encontro Latino-Americano de Humor e em 1992 foi realizada a exposição *Máscara para se ver e ouvir*, no Museu da Imagem e do Som.

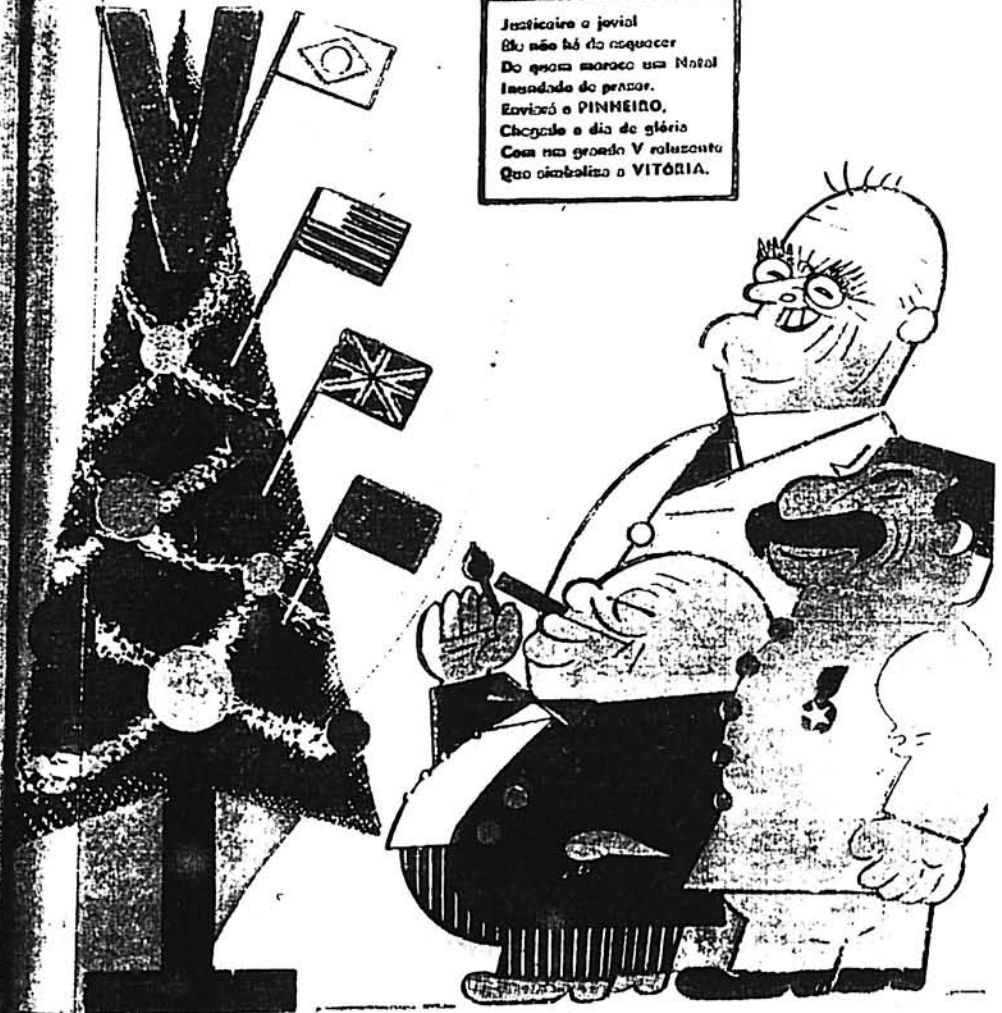
1 Todos terão sua ARVORE de NATAL

NASSARA

Papai Noel não se esquece
Das suas filhas no Natal.
Dá bombons a quem serveu,
Punição a quem é mal.
P'ra quem impôs ditaduras
Papai Noel vai mandar
Uma forca bem lustrosa
E cordão p'ra se enforcar.



Justiciera a joia!
Ele não há de esquecer
Do quem marcou um Natal
Incondado de pensar.
Enviará o PINHEIRO,
Chegado o dia de glória
Com na grande V reluzente
Que simboliza a VITÓRIA.



Uma matéria publicada pela revista *O Cruzeiro* em 11 de agosto de 1945, intitulada “Uma guerra entre coragem e fanatismo”, com o subtítulo “Quando se defrontam a coragem e o fanatismo – o japonês só ganhou a primeira batalha”, é exemplar das representações sobre os japoneses no período anterior e durante a guerra. Note-se que em 19 de agosto foi assinada a rendição incondicional do Japão, e assim oficializou-se o final da guerra. Diz a reportagem:

Antes de 7 de dezembro de 1941, o americano em geral via no japonês apenas um sujeitinho cômico que se curvava todo para pedir desculpa. Também conseguia fazer sucesso como hortelão ou mordomo. (...) No lugar do antigo homemzinho ridículo, perito no cultivo de flores, surgiu um guerreiro terrível que marchava o dia inteiro alimentando-se unicamente com um punhado de arroz e morria com um sorriso nos lábios. Era tão fanaticamente patriota, que não hesitava em rasgar as entranhas caso percebesse qualquer sinal de derrota no campo de batalha.¹⁷⁷

Altamente veiculada no país, a revista que versava sobre assuntos gerais para o grande público alcançava uma clientela letrada, porém ávida por sensacionalismo. Neste sentido, a matéria alcançava o seu objetivo, pois ressaltava fatos que revelavam como os japoneses em guerra ousavam até o suicídio em massa para evitar a rendição, fato que ocorreu principalmente nos momentos decisivos, no final da guerra. Para a reportagem, estes atos extremos deviam-se a ao *bushido*, o chamado “espírito japonês” e ao *xinto*, religião oficial do Estado.

Segundo o artigo, a definição do *bushido* lhe é difícil, porém aponta para dois exemplos. O primeiro é o de que o *bushido* “endurece” a pessoa, fazendo-a não valorizar os sentimentos e a vida, como fazem os pais japoneses que obrigam seus filhos a assistirem a decapitações públicas e depois marcarem o cadáver sem a cabeça, e também não permitem que a criança chore em público. Com isso, eles tornam-se indiferentes à fome, à dor e ao desconforto, o que os faz corajosos nas batalhas. Para o *xinto*, o imperador japonês é uma figura máxima, e ele é visto como descendente da primeira deusa, sendo portanto divinizado. Para a reportagem, que conhece o *xinto* e o *bushido* a partir de obra divulgada entre os ocidentais por Inazo Nitobe, este código de conduta oral é impenetrável: “Mas se não sabemos o que é o *bushido*, sabemos quais as suas conseqüências. Ele endurece o japonês”.¹⁷⁸

¹⁷⁷ *O Cruzeiro*, 11 de agosto de 1945, p. 36.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 37.

Percebe-se então que com a guerra ocorre uma transformação quanto aos estigmas dos japoneses – segundo a reportagem - do indivíduo inofensivo, cômico e ridículo, para o perigo do guerreiro fanático. E de forma oposta e comparativa, a matéria coloca lado a lado dois tipos de guerreiro: o americano e o japonês. Segundo a legenda das fotos, o japonês “é um guerreiro perigoso por seu fanatismo. Cumpre ordens por mais absurdas que sejam, despersonalizando-se por completo até o suicídio”. Já o americano “que o defronta (o japonês) em seu campo de batalha predileto, possui coragem em alto grau. Ele funciona com a cabeça, e esta sempre acaba vencendo”.¹⁷⁹

Nas fotos percebemos a construção da representação dos guerreiros japonês e americano de forma polarizada e reveladora de como são reconhecidos e classificados os dois tipos. Na primeira foto, o japonês está em meio a folhagens, mal equipado, porém é um fanático, sem individualidade e razão, quase animalizado. Em contraposição, o americano “funciona com a cabeça”, é racional, humano e possui qualidades e equipamentos modernos superiores aos “primitivos” e inferiores dos japoneses. Segue a reportagem:

Apoiado um código medieval de princípios morais, e acreditando no caráter sagrado de sua raça sobre a terra, o japonês é um adversário formidável. Mas o americano está tão disposto a morrer pelo lar e pela pátria, quanto ele pelo imperador e pelos ancestrais.(...) E o americano tem uma grande vantagem sobre o japonês: é individualista e ensinaram-no a “pensar”. O japonês é apenas um dente na grande máquina estatal e aprendeu unicamente a “obedecer”. O americano morre quando julga que isso traz algum benefício. O japonês morre, quer o fato traga ou não vantagem para sua causa. A luta será longa e o homem que usa a cabeça vencerá o homem que apenas sabe cumprir ordens.¹⁸⁰

O contraste entre os dois modos de agir e pensar enaltece aquele que “pensa” em detrimento daquele que segue ordens fanaticamente. O individualismo é oposto à visão de um povo que segue um modo de organização atrasado. Ambos morrem por seu país, mas somente o americano sabe o porquê de sua luta e das vantagens da guerra.

179 *Idem, ibidem*, pp. 36-37.

180 *Idem, ibidem*, p. 46.

FIGURA 5 - FOTOS DA REVISTA O CRUZEIRO



Segundo Newton Freire-Maia, uma pesquisa realizada na Bahia, em 1950, entre funcionários públicos e estudantes, foram classificados grupos com uma escala decrescente de atributos: americanos, russos, alemães, judeus, argentinos, portugueses, índios e japoneses. Os estereótipos acerca dos americanos afirmavam que eles eram “empreendedores, progressistas, alegres, inteligentes, interesseiros, trabalhadores e artistas.” Os nipônicos, segundo a pesquisa, eram “traíçoeiros, cruéis, vingativos, trabalhadores, supersticiosos e valentes.”¹⁸¹ Freire-Maia afirma que no Estado onde foi realizada a pesquisa havia poucos estrangeiros, sendo provável que os entrevistados nunca tivessem estabelecido contato ou visto pessoas dos grupos étnicos e nacionais citados. Porém, para o autor, a pesquisa sofreu o efeito das matérias da imprensa durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, além de constatar que para os racistas os estereótipos são classificadores das raças e têm origem genética, o autor conclui que

1. os estereótipos nacionais podem conter alguma verdade mas também podem ser completamente falsos; 2. São apreendidos; 3. Mudam com o tempo respondem à situação econômica e política do momento; 4. São perigosos para o convívio entre as nações; 5 podem ser tratados por meio de esclarecimento e reeducação.¹⁸²

Na ação e avaliações da polícia para com a população nipônica no Brasil, durante o Estado Novo, segundo Cancelli sobre a polícia na Era Vargas, corroboram-se os elementos mencionados por Lenharo e expressos por Moraes: a inassimilabilidade, a existência de organizações secretas, a simulação, a organização de um complô, o problema racial e a crescente suspeita e vigilância sobre o grupo. Questões também abordadas por Maria Tucci Carneiro: em análises marginais ao seu tema central, ela apresenta o “perigo amarelo” em consonância com as representações deste período acerca dos judeus.¹⁸³ E principalmente presentes como os estereótipos dos japoneses revelados na pesquisa citada por Freire-Maia.

181 FREIRE-MAIA. *Brasil: Laboratório racial*, p. 57.

182 *Idem, ibidem*, p. 58.

183 CARNEIRO. *O anti-semitismo na Era Vargas*.

FIGURA 6 - LISTA DE ESTEREÓTIPOS DE FREIRE-MAIA

A MENTIRA DOS ESTEREÓTIPOS

Americanos

— empreendedores, progressistas, alegres, inteligentes, interesseiros, trabalhadores e artistas;



Russos

— materialistas, cruéis, organizados, intolerantes, agressivos, trabalhadores, inteligentes e persistentes;



Alemães

— inteligentes, cruéis, trabalhadores, disciplinados, orgulhosos e empreendedores;



Judeus

— avaros, gananciosos, inteligentes, astuciosos, desonestos, econômicos e interesseiros;



Argentinos

— progressistas, orgulhosos, trabalhadores, pretensiosos, organizados, alegres e gabolas;



Portugueses

— religiosos, sujos, trabalhadores, econômicos, pouco inteligentes, bondosos e simples;



Índios

-- desconfiados, supersticiosos, preguiçosos, vingativos, valentes e traiçoeiros;



Japoneses

— traiçoeiros, cruéis, vingativos, trabalhadores, supersticiosos e valentes.



O período do governo de Getúlio Vargas foi marcante na história da organização policial brasileira. Nesse momento, consolidou-se a forma que marcará a ação da polícia através do século XX, as formas de ação repressivas, a vigilância em nome da segurança nacional, marcadamente no Estado Novo. Além disso, criou-se a imagem do que foi considerado perigo em potencial ao país: o anti-nacional, seja em forma de ideologia ou em termos de grupos.

O momento foi marcado por transformações nas estruturas de poder e com isso houve modificações nas diretrizes gerais do país no que tange a política, segurança etc. Houve a centralização do poder do Estado e a queda da “autonomia” das oligarquias regionais, sendo que as elites industriais conquistaram espaços no campo político e econômico. As transformações viabilizadas por reformas político-institucionais como a criação das interventorias estaduais, diretamente atreladas ao executivo federal. Assim, o governo federal controla a ação das oligarquias e a política estadual. As decisões mais importantes do Estado estiveram sob a tutela do governo federal:

Esta é ainda uma etapa de construção das bases do Estado nacional, enquanto poder centralizado, unificado, que a si subordina soberanamente as forças centrífugas, através de codificações, leis, aparelhos administrativos e coercitivos-repressivos. É esse o sentido em que avançará o longo processo de formação do Estado no Brasil, no período inaugurado em 30. Apoiando-se em novos códigos e legislação, e estruturando seus aparelhos centrais, os conteúdos da soberania serão redefinidos e atualizados, assim como se processará a extensão e ampliação da autoridade pública sobre os recursos estratégicos, sobre as instituições de conformação ideológica da nacionalidade, no controle da informação, no reforço das bases fiscais e centralização dos recursos, na estruturação mais densa do poder judiciário e das organizações policial-militares.¹⁸⁴

O mito do complô japonês no Brasil expressou a possibilidade do descontrole e o avesso da normalidade instaurado com a presença deste grupo. O mito mobilizou e possibilitou a criação de uma série de ações coercitivo-repressoras e representações específicas: a ameaça, o grande medo coletivo, a desordem. As décadas de 1930 e 1940 foram momentos de grandes mudanças sociais: o governo Vargas, a Segunda Guerra Mundial, a crise mundial, a ascensão dos governos totalitários, os nacionalismos, entre outras causas, instauraram grandes transformações. Nesse momento, enfatiza-se a necessidade de unidade e coesão social, da formação do “ideal nacional”, na expressão de Lenharo. As representações do perigo amarelo são portanto, a antítese desta sociedade.¹⁸⁵

184 DRAIBE. “Introdução” e “1930-1945: Rumo à industrialização e à nova forma do Estado brasileiro” in: *Rumos e metaforoses*, p. 60.

185 Importante assinalar que as representações suscitadas pelo perigo amarelo estiveram presentes no imaginário norte-americano no período.

3 Polícia Política no Brasil - dos anos 30 ao início da década de 1950

Os acervos das polícias políticas dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo e Paraná foram destinados aos arquivos públicos em 1991. Havia em cada acervo uma situação específica quanto a tipologia documental, datas-limite e processo de recolhimento executado. A documentação analisada para o caso do Paraná é oriunda do acervo DOPS-DEAP - fundo Delegacia de Ordem Política e Social, é de acesso recente e até hoje carece de maiores estudos.¹⁸⁶

Neste trabalho pretendemos construir um histórico parcial da instituição da polícia política no Brasil a partir de estudos já realizados sobre o tema e articulá-lo com o objeto desta dissertação. Ou seja, para melhor compreendermos os objetivos e campo de ação policial no que se refere a temática da imigração, e depois em específico o que toca aos imigrantes japoneses no país, trataremos dessa instituição e de suas relações com o tema desta pesquisa.

A proposta é elucidar os objetivos e práticas deste tipo de polícia no Brasil no período de 1930 ao início da década de 1950, pois nele estão englobadas as fontes encontradas no Arquivo Público do Paraná sobre o tema. Esta é uma questão difícil, pois salvo sobre a polícia de Londrina no período de 1948 a 1962, nenhum trabalho sobre o tema foi produzido pelo Arquivo Público do Estado do Paraná ou publicado por outra instituição deste Estado.

Segundo informações obtidas no Arquivo Público, o órgão tem um projeto para realizar tal estudo – no momento, esperando por aprovação e verba. Contudo, pensamos ser possível relacionar as questões sobre as diretivas e ações da polícia acerca dos imigrantes japoneses em termos federais e estaduais, pois no período trabalhado a definição do crime político e a ação da polícia política foi nacional, como iremos demonstrar.

186 PEDREIRA. "Recolhimento do acervo das policias politicas do Rio de Janeiro", p.19

3.1 A polícia política: A segurança nacional e o imigrante (1933-1944)

No Brasil na República Velha criaram-se agências e mecanismos de controle e investigação sobre grupos e indivíduos que constituíam ameaça à segurança nacional. A polícia política era entendida como meio de conter ameaças às mudanças constitucionais, agressões internas e externas. Estabeleceram-se critérios para vigilância e repressão dos que eram considerados subversivos e indesejáveis à ordem política e social. Neste sentido, os imigrantes recém-chegados ao Brasil constituíam-se em um perigo à nacionalidade e à ordem.¹⁸⁷

A DOPS foi criada para possibilitar um sistema contra-revolucionário que registrasse as ações dos “suspeitos”, sendo estes registros “testemunhos da resistência e da dinâmica social”.¹⁸⁸

A expressão *polícia política*, no modo tradicional, é usada para nomear um tipo de força pública que tem o papel de reprimir e prevenir ações políticas, armadas ou não, que comprometam a “ordem e a segurança” nacionais.¹⁸⁹ No Brasil, a polícia política tem origem em uma “especialização” dos órgãos policiais. Ela é instaurada de modo formal em 1933, quando surge, na antiga Polícia Civil do Distrito Federal, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), subordinada à chefia de polícia. A DESPS era composta pela Seção de Segurança Política e a Seção de Segurança Social, encarregada dos crimes políticos e sociais.¹⁹⁰

Entretanto, a análise da organização administrativa e funcional da polícia política anterior a 1933 aponta para uma continuidade na forma e na ação dos órgãos de segurança pública. Neste sentido, parece que a especialização não trouxe ruptura e sim continuidade de uma prática institucional já estabelecida na República Velha.¹⁹¹ Neste período, o tema “ordem” relacionou-se ao enquadramento do delinquente “perigoso” em termos políticos, sendo que a “criminalização dos ‘indesejáveis’ atribuiu às práticas sociais divergentes da ‘ordem’ um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum”.¹⁹²

A partir de 1930, a polícia era o mais importante dos órgãos de poder. Para Elizabeth Cancelli, ela “personificava o braço executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 22.

¹⁸⁸ CARNEIRO. *O anti-semitismo na era Vargas*, p. 23.

¹⁸⁹ XAVIER, “Da Polícia Política”.

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 22.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*.

¹⁹² *Idem, ibidem*, p. 35.

político”.¹⁹³ Houve a centralização das ações desta instituição que era controlada por Vargas de forma autônoma e paralela à lei.¹⁹⁴ As polícias estaduais passaram a ser subordinadas à polícia do Distrito Federal, sendo diretamente vinculadas a Getúlio Vargas.¹⁹⁵ Conforme a autora: “É certo, entretanto, que ao longo dos anos 30 e 40, a Chefia de Polícia do Distrito Federal suplantou a estrutura administrativa do Ministério da Justiça e exerceu um poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais.”¹⁹⁶

A centralização possibilitou a captação de verbas secretas, com a criação do crédito extraordinário para as práticas de repressão, em 14 de junho de 1932. Assim, a Polícia do Distrito Federal garantiu a sua ação em outros Estados e em dois países vizinhos ao Brasil.¹⁹⁷

Neste período houve, portanto, a renovação da polícia e de sua estrutura. O médico Francisco Luzardo foi o primeiro chefe de polícia do Rio de Janeiro destes tempos. Introduziu o Laboratório de Antropologia Criminal e, em 1933, a chefia de polícia ganha o prêmio Lombroso com uma pesquisa sobre biótipos de negros criminosos e prostitutas.¹⁹⁸

Houve a utilização das idéias da escola positiva e da antropologia criminal face às transformações que ocorreram com a introdução do novo Código Penal, que foi aprovado em 1940 e entrou em vigor em 1942. Dessa forma, a polícia ganha uma importância na “ação profilática” de combate ao “agente da doença”: o criminoso. Para Cancelli, “Os fundamentos da Escola Positiva se encaixavam perfeitamente no tipo de ação que a polícia iria dispensar ao estrangeiro e ao comunista”.¹⁹⁹

Os princípios teóricos da escola positiva, desenvolvidos na Itália por Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Sergio Sergi, podem ser expressos, segundo Lilia Moritz Schwarcz, numa teoria:

Contrária à teoria do livre-arbítrio, a escola criminal positiva acreditava que o universo regido por leis mecânicas, causais e evolutivas não dava margens à liberdade do indivíduo. Esse era ‘uma soma das características físicas de sua “raça”, o resultado de sua correlação com o meio’. O fenótipo passava a ser entendido, portanto, como ‘o espelho d’alma’, no qual se refletiam virtudes e vícios.²⁰⁰

Regida por este ideário, a ação da polícia tornou-se federalizada e criou-se, em 1933, o serviço de *Press Ofício*, que propiciou “a centralização das informações e o contato diário da

193 CANCELLI, O Mundo da Violência, p. 47.

194 Idem, *ibidem*, p. 47.

195 Idem, *ibidem*, p. 50.

196 Idem, *ibidem*, p. 52.

197 Idem, *ibidem*, p. 59.

198 Idem, *ibidem*, p. 52-53.

199 Idem, *ibidem*, p. 79.

200 SCHWARZ, O Espetáculo das raças, p. 166.

Polícia do Distrito Federal com os Estados e territórios.”²⁰¹ Este trabalho propiciou também o início da propaganda do regime através da polícia.

A partir de 2 de julho de 1934, a polícia do Rio de Janeiro passou a ter meios legais para agir conforme seus padrões e critérios, “estendendo suas normas de ação para todo o país”.²⁰² Em 1939, foi criado o Gabinete Técnico, no qual eram coordenadas e sistematizadas as informações do serviço de repressão. O papel deste órgão de informação era, entre outras atribuições, examinar as publicações consideradas suspeitas e nocivas, catalogar as publicações apreendidas, centralizar o serviço cartográfico e criptográfico da Delegacia Especial, manter a correspondência com as delegacias estaduais de ordem e política, organizar e manter o serviço e o fichário fotográfico.²⁰³

Também em 1939 foi criado o Serviço de Inquéritos Políticos Sociais, que substituiu o Serviço de Divulgação, criado em 1937. Este órgão instaura um inquérito policial dos 1.574 municípios brasileiros, com a confecção de fichas cadastrais para cada um deles. Este inquérito utilizou um questionário de grande abrangência. As perguntas referiam-se a infra-estrutura das cidades, histórico, descrição física e cartográfica, planta da cidade, comunicação, saúde, economia, imprensa, religião, transporte, registro civil, criminalidade, diversões, curandeirismo e baixo espiritismo, emigração e imigração, colônias e núcleos estrangeiros, entre outras.

As perguntas sobre este último item, as colônias de imigrantes, referiam-se a entrada de estrangeiros, seu total, a nacionalidade, a assimilação, a existência de núcleos coloniais e a situação das colônias naquele momento, as atividades desenvolvidas pelos imigrantes, quais as maiores propriedades pertencentes a estrangeiros. Também se faziam sugestões sobre as suas atividades.²⁰⁴

Em 1942, ocorre a institucionalização de um tipo de serviço secreto, ligado ao ministério da Justiça, que instituía o regimento interno da Seção de Segurança Nacional.²⁰⁵ O objetivo principal deste regimento era o combate ideológico e a ele cabia o papel de fiscalizar as atividades de brasileiros naturalizados, avaliar o corpo de bombeiros e as polícias civil e militar em “face das necessidades da segurança nacional”, sugerindo formas de ação e de propaganda que contribuíssem com o “espírito da nacionalidade” e deveres do cidadão para a defesa do

201 CANCELLI. *Op. cit.*, pp. 55.

202 *Idem, ibidem*, p. 60.

203 *Idem, ibidem*, p. 55.

204 *Idem, ibidem*, p. 72.

205 *Idem, ibidem*, p. 68.

país. Esta seção propiciou um reforço à polícia, “principalmente porque contribuía na fase de repressão aos estrangeiros”.²⁰⁶

3.2 A polícia política: A segurança nacional e o imigrante (1944 a 1954)

De 1944 a 1954 ocorreram diversas mudanças na denominação da polícia, mas não houve transformações significativas nas diretrizes da instituição.²⁰⁷ Conforme a análise de Luiz Sombra sobre a legislação dos organismos de informação e segurança, no período ocorreu

a continuidade de um procedimento que criminalizava a dissidência política e outros comportamentos tidos como “indesejáveis”, através da vigilância permanente sobre aqueles que supostamente poderiam causar danos à ordem pública e a segurança nacional.²⁰⁸

Em 1944, surge o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e a polícia política passa a ser Divisão de Polícia Política e Social (DPS) como uma delegacia de segurança, uma com responsabilidades políticas e outra com responsabilidades sociais.²⁰⁹

A Divisão de Polícia Política e Social era composta da seguinte maneira: a Delegacia de Segurança Política; a Delegacia de Segurança Social (DSS); a Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições; o Arquivo e a Seção de Administração.²¹⁰

Ao Departamento Federal de Segurança Pública competia a apuração das “infrações penais e da sua autoria” (...) “que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização trabalho”.²¹¹ Deviam cooperar com esta instituição as polícias de outros Estados e territórios.

Em fevereiro de 1945, o decreto número 17.905 institui o regimento do DFSP e distinguiu os crimes contra a segurança política e os que atentavam contra a segurança social:

Os crimes contra a segurança política são definidos como “os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado”; já os crimes contra a segurança social eram os relativos aos “direitos e garantias individuais e a sua proteção civil e penal, da família e do trabalho, à organização e ao funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para como os indivíduos e reciprocamente.”²¹²

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 68.

²⁰⁷ SOMBRA. “Departamento Federal de Segurança Pública”, p. 37.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 37.

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.39.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 39.

²¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 38-39.

²¹² *Idem, ibidem*, p.39.

Em agosto de 1945, a Divisão de Polícia Política e Social e suas delegacias foram extintas. Porém, em novembro do mesmo ano foram restabelecidas. Assim:

O período que se inaugura com a deposição de Vargas, possuía claros limites e restrições quanto à construção de uma ordem democrática ampliada, mantendo tradicionais instrumentos de controle, tal como o atestado de ideologia que se manteve até 1952. Persistem estas práticas de controle político policial nos governos seguintes.²¹³

Neste período, com o governo de Dutra, houve a continuidade de práticas administrativas e repressivas como o registro, por “suspeição política”, de imaginários ou reais oponentes do governo, de criação em 1949 da Escola Superior de Guerra - local de criação da doutrina de segurança nacional - da continuidade da repressão aos pobres e vadios em nome dos bons costumes, de arbitrariedades contra o movimento operário e da continuidade de leis e práticas que existiam desde a chamada especialização ocorrida no Estado Novo. A partir de Sombra:

Reitera-se o dever da polícia política: estar à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) tidos sempre como “nocivos” e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional.²¹⁴

Portanto, o período de 1930 a 1954 pode ser analisado segundo esta perspectiva. É um período extenso, com mudanças de governo e modos de governar. Porém, segundo os autores citados, podemos tratá-lo como uma época em que a polícia manteve uma mesma linha de atuação e, de modo geral, utilizou estratégias de vigilância, repressão e enquadramento do cidadão.

A partir deste quadro, procuraremos analisar o modo como a polícia política interpretou e criou uma imagem dos imigrantes japoneses face à Segunda Guerra Mundial e como agiu no conflito interno da comunidade nipônica no Brasil, a partir do Paraná, e no projeto nacionalizador de Vargas.

As estratégias que embasavam a ação da polícia política estiveram atreladas a discussão sobre a segurança nacional e a ordem política e social. E é dentro desta perspectiva que ocorreu o enquadramento e repressão dos “elementos nocivos”, não só os imigrantes do eixo mas também operários, comunistas e pobres em geral, entre outros.

O Estado do Paraná insere-se neste panorama nacional, mas como já afirmamos com base no trabalho de Pedreira, há diferenças entre os Estados quanto à documentação, ao

213 *Idem, ibidem*, p. 40.

214 *Idem, ibidem*, p. 41.

período das fontes e a forma de recolhimento dos arquivos. Assim, a construção das representações sobre os imigrantes japoneses que encontraremos serão similares às de outros arquivos das DOPS de outros Estados. Sendo assim, parece possível encontrar, no momento histórico aqui estudado, um certo caráter homogêneo em representações que foram construídas dentro de uma lógica – a da polícia política.

4 As fontes: De 1941 a 1945

Este trabalho fundamenta-se em algumas das análises de Darnton sobre os arquivos policiais. A lógica do policial das DOPS e sua compreensão acerca do imigrante japonês são pautadas por estigmas e por uma classificação baseada na diferença. A interpretação e a significação das análises policiais, bem como o significado de época para a alteridade, são as contribuições extraídas de Darnton para esta pesquisa.²¹⁵ Neste sentido, a forma como se interpreta o documento é essencial, pois “visões de mundo pouco familiares” podem ser descobertas e, para além de sua “opacidade”, há o “significado inscrito pelos contemporâneos no que quer que sobreviva de sua visão de mundo”.²¹⁶

Não há a lógica de uma organização “policial moderna” na DOPS: há uma forma de arquivar dados que parece aleatória, condicionada ao preparo, ou despreparo, de quem executou o trabalho. A polícia brasileira não tinha métodos profissionais para tanto, estava buscando, e ainda busca a profissionalização.²¹⁷ Muitas pastas são formadas por documentos de períodos longos e sem associação histórica, por exemplo. Mas havia sim uma lógica policial, os arquivos das DOPS são o resultado de uma forma de organização que parece preocupar-se em classificar os supostos suspeitos pela “lógica da desconfiança”.

Esta classificação baseava-se na operacionalização das investigações e assim parece ser a partir das investigações que surgiam tanto as pastas temáticas como as de cunho geral. Entretanto, os inimigos do regime já o eram conhecidos: comunistas, grupos nacionais, sindicatos, associações, imigrantes, entre outros. Entretanto, cruzam-se os estigmas de modo que sindicatos formados por poloneses de tendência esquerdista foram alvo de controle e vigilância.

Os documentos sobre o tema estão arquivados em pastas gerais e pastas específicas. As pastas gerais da polícia política do Paraná contém informações de relevância para o período trabalhado, ou seja: a década de 1940. Referem-se a ocorrências ligadas à vigilância e a repressão aos “inimigos” do momento e a todos que pudessem implicar algum perigo à ordem política e social, bem como ameaçar as prerrogativas da Segurança Nacional²¹⁸.

215 DARNTON. *O grande massacre do gatos*.

216 *Idem, ibidem*, p. XVI.

217 Sobre este assunto, consultar Marta Higgins.

218 No decreto-lei N. 431, de 18 de maio de 1938, que define os crimes contra personalidade internacional, contra a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social encontramos, entre outros, os seguintes crimes: submeter o território da nação à soberania de Estado estrangeiro, atentar contra a unidade da nação procurando desmembrar o território brasileiro, atentar contra a nação através de guerra civil e mudança de governo. Estes crimes eram penalizados com a morte. Outros crimes, com penas de

As pastas de cunho geral da DOPS-Paraná contém diligências, relatórios e comunicações sobre cidadãos do Eixo trocados entre as delegacias e entre os Estados. Também há informes, ofícios, mandatos de busca, recortes de jornais, cartas de suspeitos e outros materiais apreendidos, como fotos e declarações dos suspeitos. Tudo foi classificado e arquivado segundo a racionalidade e a organização próprias da DOPS.

As pastas específicas para os imigrantes japoneses são da década de 1940. Não há pastas específicas para o período anterior e o material trabalhado é referente ao início dos anos de 1940, pois este é o momento significativo em que o governo brasileiro oficializa sua posição frente aos Aliados.

4.1 A documentação específica sobre os japoneses: A DOPS no Paraná

Entre o material encontrado, há documentação relativa ao período de 1941 a 1951 e ela é composta por pastas de assuntos gerais, além das pastas específicas sobre os japoneses - chamadas de:

1. *Akebono* - 63 folhas, datadas de 1944, 1945 e 1946 e cujo conteúdo são relatórios, autos de prisão, fichas individuais, comunicados sobre a sociedade, seus objetivos e motivos de seu enquadramento pela DOPS;

2. *Sociedade de Jovens Japoneses* - 177 folhas, documentos do período da guerra e do pós-guerra. Há documentos relativos a sociedade em idioma japonês, fotos, correspondência entre as delegacias e penitenciárias de Curitiba e interior, autos de declaração dos presos, relação de “súditos japoneses” em diversas localidades;

3. *Sociedade Terrorista Japonesa* - 219 folhas, contém documentos, relativos à sociedade, dos anos de 1948 a 1951;

4. *Associação dos Moços de Londrina* – cinco folhas, do ano de 1942, que contém um prontuário sobre a investigação acerca da associação.

5. *Consulado do Japão* – 21 folhas, de 1941 a 1981. A pasta contém recortes de jornais, lista de funcionários, comunicação de prisão do sub-cônsul e outros sobre o consulado japonês no Brasil. É extensiva aos anos 1980, pois trata de investigações sobre os terroristas

prisão, eram promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie cuja atividade se exerça no sentido de atentar contra a segurança do Estado ou modificar, por meios não permitidos, a ordem política ou social. Era considerado crime participar nestas sociedades, divulgar por escrito, ou em público, notícias falsas, sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou temor.

de esquerda japoneses que foram perseguidos em todo o mundo na década de 1970 e 1980, inclusive no Brasil.

Há também pastas gerais chamadas de “DOPS - Documentos Antigos”, com relatórios por região ou ano, ou específicas, contendo material genérico sobre diversos temas, além de outras temáticas, porém gerais, como a pasta “Ministério da Justiça”.

Este material contém uma série de informações sobre grupos e pessoas vigiadas por serem suspeitas de ameaçar a segurança nacional, além de dados trocados entre órgãos da polícia no Paraná, portarias gerais, cartas de denúncia, relatórios de investigação, material apreendido, fotos, alguns prontuários individuais,²¹⁹ apreciações e relatórios de autoridades policiais, entre outros documentos. Averiguamos o material relativo aos japoneses e constatamos a existência também de muitos papéis sobre os alemães e sobre trabalhadores acusados de serem comunistas.

219 Apesar destes prontuários e fichas individuais serem separados da documentação composto pelas pastas gerais, seu acesso é restrito, sendo necessário autorização mediante pedido de avaliação de caso junto a secretaria de administração do Estado do Paraná.

4.2 A guerra e as determinações governamentais

Creemos não ser necessário explicar em demasia as questões específicas referentes à política externa de Vargas.²²⁰ Os antecedentes deste momento ocorrem, ao longo da década anterior, quando Vargas oscilava entre a Alemanha e os Estados Unidos, procurando vantagens e associações mais próximas com o modelo de Estado forte, centralizado e autoritário. A conjuntura era de incertezas, e as necessidades políticas e econômicas coadunavam com uma possível aliança com Roosevelt.

O governo brasileiro fez o que pôde para dissimular suas “simpatias” por governos nazi-fascistas, desmentiu o seu apoio, reprimiu os integralistas, recusou-se a participar do Pacto Anti-Comintern,²²¹ encobriu “a prática de uma ideologia anti-semita”.²²² Porém, as relações comerciais e as relações entre as forças armadas do Brasil e a Alemanha foram ampliadas de 1938 a 1939, em meio a outros acordos firmados entre os países do Eixo.

O nacionalismo germânico serviu de inspiração, além de haver proximidade com a idéia da formação de um Estado nacional forte e de uma nação unificada cultural e racialmente. Neste momento criticava-se, como no modelo nazi-fascista, a democracia e o liberalismo e propunha-se a desagregação das políticas regionalistas das oligarquias da República Velha. Porém, segundo Carneiro,

O tipo germânico tomado como modelo para o homem brasileiro e o regime nazista idolatrado pelos nossos dirigentes se tornaram, subseqüentemente, metas de homogeneização racial e praxis governamental para o Brasil; situação delicada no momento em que os EUA cobravam de nosso país o cumprimento do “ideais democráticos”. Inclusive, a política de repressão institucionalizada adotada pelo Brasil contra as áreas de colonização alemã (1938), sob a denúncia de infiltração nazista, era contrária aos interesses da elite política que procurava manter um clima de indefinições entre os centros hegemônicos, denominados por Gerson Moura de “equidistância pragmática”.²²³

Oscilava-se segundo os interesses do momento. Para Carneiro, figuras como Dutra, Góes Monteiro e Filinto Muller inclinavam-se para o que representava o Eixo e as suas

220 Ver SEITENFUS, *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos*.

221 O Pacto Anti-Komintern foi assinado entre Alemanha, Japão, Hungria, Espanha e Itália. O seu objetivo era combater o comunismo internacional. Entretanto, de modo secreto, visava combater o poder da URSS. A assinatura deste pacto ocorreu no ano de 1936.

222 CARNEIRO. *O anti-semitismo na Era Vargas*, p. 132.

223 *Idem, ibidem* p. 135. Segundo Moura o período da “equidistância pragmática” estende-se de 1935 até fins do ano de 1941, sugere que o seu término é demarcado pela realização da Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro, chamada de III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, de 15 a 28 de janeiro de 1942, até a declaração de guerra com o Eixo em agosto do mesmo ano. (PINHEIRO. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: *Revista da USP – Dossiê 50 anos de final de Segunda Guerra*, p. 118).

promessas de condições para prover o rearmamento do país - nomeadamente o exército e a polícia.

Entretanto, de forma contrária a esta proximidade, o chefe do Estado-Maior do Exército, o general Góes Monteiro, propõe a campanha de nacionalização, que atuaria junto a outros ministérios (Guerra, Educação, Justiça e Trabalho) ²²⁴ e se justificava no perigo que os núcleos estrangeiros e a expansão dos alemães representavam para a segurança nacional. A proposta de Góes Monteiro foi a noção de “brasilidade”, “a idealização dos valores nacionais” e a exaltação da figura do caboclo, verdadeiro brasileiro desconsiderado então. Portanto,

De 1938 a 1940, uma série de medidas legais foi tomada em prol da construção de “uma política de nacionalização” e de “revalorização do homem brasileiro”, temáticas inerentes ao discurso de legitimação. Através da educação investiu-se contra os núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, promulgando-se uma série de decretos-lei destinados a conter as experiências educacionais que colocavam em risco a campanha de nacionalização.²²⁵

A política de nacionalização continuou com ênfase na “idéia de homogeneidade racial; mitologia do trabalho como fonte de riqueza e ordem social; execução de uma nova política demográfica, colocada em prática através de uma política de restrição à imigração”.²²⁶ Construiu-se a idéia de que os imigrantes eram os “inimigos da Pátria” e do “trabalhador brasileiro”. Também eram inimigos “as raças inferiores” (incapazes de assegurar o progresso cultural); o “estrangeiro sem pátria” (inimigo externo); o “subversivo” (comunista, anarquista, bolchevista, judeu); o “vagabundo”, o “parasita” ou o “malandro” (avesso ao trabalho). Assim:

A busca das origens, a negação do estrangeiro e a idéia de que o “sentimento nacional” é o mecanismo que une a nação, mais do que a própria idéia de pátria, são, enfim, os critérios mais comuns de definição. Daí a importância dada ao sangue (ou à raça) e à língua como elementos fundamentais da nacionalidade.²²⁷

Então, desde a campanha nacionalizadora de Vargas, em 1938, uma série de medidas foram tomadas no sentido de proibir atividades e a formação de “quistos” desnacionalizados e não-assimilados. Entre estas medidas estavam as que regulamentavam a escola, as atividades associativas, a utilização da língua, obrigatoriedade do serviço militar para os filhos de imigrantes, ocupação das sedes dos clubes e sociedades, proibição de publicações, periódicos,

²²⁴ *Idem, ibidem*, p. 146.

²²⁵ *Idem, ibidem*, p.137-138. Segundo Saito (*Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*), já em 1932 o ensino da língua estrangeira para menores de dez anos foi proibido. Em 1939, estabeleceu-se o limite de 14 anos e em 1940 proibiu-se a publicação de periódicos em japonês. A partir do projeto nacionalista de Góes Monteiro, decretou-se o fechamento das escolas, a proibição do ensino de língua estrangeira e os jornais deviam ser escritos em português.

²²⁶ *Idem, ibidem*, p.138. Grifo no original.

²²⁷ Jornal *Nippak Shinbun*, dos dias 27 de setembro de 1938 e 9 de fevereiro de 1939, citado em *Uma epopéia moderna*, pp. 238-40

²²⁷ SEYFERTH. *Nacionalismo e identidade étnica*, p. 9.

transmissões de rádio etc., em língua estrangeira, obrigatoriedade de retratos de Getúlio Vargas em escolas, fábricas e clubes. Nas escolas obrigou-se a organizar solenidades cívicas orientadas pelo exército e além disso:

Intensifica-se de modo severo a fiscalização em relação às escolas de estrangeiros. O furacão da opressão é mais forte no Estado do Paraná. A única maneira de ensinar o idioma japonês, que era o método de professor itinerante, também se tornou impossível. Resultando incidentes desagradáveis...²²⁸

O *Nippak Shinbun*, jornal direcionado à comunidade imigrante, considerava injustas as intervenções na área do ensino da língua japonesa, com isso expressou parte das reações do grupo no país. Noticiou o envio ao Japão, China e Manchúria de jovens nisseis de São Paulo que reemigraram desiludidos com a escolarização que aqui receberam. As suas famílias argumentaram a impossibilidade de viver com a quebra das bases que formam o *Yamato Damashi*, o “espírito japonês”. Muitos destes jovens lutaram pelo Japão na Segunda Guerra Mundial.

Neste sentido, segundo Seto e Yumi, o tripé que representava o poder e a liderança no seio do grupo japonês no Brasil era composto pela *escola*, que tinha como objetivo a formação do indivíduo nos moldes japoneses; o *consulado japonês* no Estado, representante do governo do Japão, da Pátria; e os *bancos, cooperativas e companhias de imigração*, representantes do poder econômico. As escolas eram os locais de reprodução da cultura japonesa e de aprendizagem da língua japonesa, assim constituindo-se em locais extremamente perigosos na lógica da política de nacionalização. Desde 1938, as escolas dos imigrantes foram continuamente fechadas. Entretanto, como forma de resistência cultural a campanha de nacionalização, tais instituições de ensino persistiram e, ante a ineficiência do sistema de ensino brasileiro, eram os únicos locais onde a escolarização poderia ocorrer.

A campanha de nacionalização e a guerra provocou um rompimento nas relações de poder e na estrutura hierárquica do grupo. As escolas, o consulado, os bancos, as cooperativas e as companhias de imigração foram proibidas de funcionarem, e portanto, ocorreu uma desestruturação com consequências importantes e decisivas para o grupo.

Após a declaração de guerra ao Eixo, em 1942, rompeu-se com a política “eqüidistante”, os discursos de crítica à imigração transformaram-se e “o vocabulário empregado expressa um outro momento deste processo histórico. Entretanto persistem, nas entrelinhas, os mesmos valores racistas agora diluídos pelos princípios pan-americanistas”.²²⁹

229 CARNEIRO. *Op.cit.*, p. 343.

Neste momento desenvolveu-se o conceito de “imigração cientificamente policiada e orientada”, sendo o imigrante um “elemento de composição racial no *melting-pot* brasileiro”.²³⁰

A prioridade era a entrada de “elementos” brancos e assimiláveis. Os japoneses e judeus eram situados em último lugar num estudo estatístico sobre o grau de assimilação realizado no município de São Paulo, na década de 1940. Segundo este estudo, deveria ser “expressamente proibida a imigração geralmente dos chamados de côr – da raça amarela, negra e outras”²³¹ no pós-guerra.²³² À medida em que o governo brasileiro decidiu-se pelos Aliados, especialmente aos esforços de guerra norte-americanos, a repressão interna aos “cidadãos do Eixo” aumentou. Analisando o caso alemão, Seyferth exemplifica estas medidas: a censura postal, as apreensões de radiotransmissores e veículos, estímulos a denúncias e fechamento de clubes e associações que foram utilizadas para outros fins. Por meio do exército propagandeou-se os valores nacionais, no rádio divulgava-se a música e os ideais de brasilidade. O escotismo era uma forma de se implantar o civismo, bem como nas bibliotecas públicas que foram forçadas a incluir livros cujo tema e autores eram brasileiros. Houve intervenção do exército em fábricas e nas atividades esportivas onde foram proferidas palestras cívicas e competições.²³³

O estado de alerta que vigorou durante a guerra tornou-se uma forma de intensificar prevenção ante ao risco que representava o grupo japonês: perigo racial, político e cultural.

Portanto, na documentação da DOPS no ano de 1941, em carta datada do dia 13 de dezembro, o interventor federal interino no Paraná, J. de Oliveira Franco, comunicou ao chefe de polícia do Estado uma série de medidas que objetivavam a “necessária preservação de um ambiente de segurança político-administrativa do Estado”. Entre elas, a vigilância à imprensa e às estradas de rodagem, como a “vigilância especial na estrada Curitiba-Ribeira-São Paulo” e “Constante e discreta vigilância nas colônias japonezas de Assaí e Londrina”,²³⁴ além de vigilância especial na estrada Curitiba-Joinville-Blumenau. Houve entre outras medidas, a determinação da vigilância aos transportes, portos, abastecimento de água, explosivos e

230 *Idem, ibidem*, p. 343.

231 *Idem, ibidem*, p. 345.

232 Cremos ser possível fazer uma analogia com o pensamento de Foucault sobre esta questão, no que ele chamou de “estatização do biológico”. Nos séculos XVII e XVIII, construíram-se técnicas, mecanismos, tecnologias de poder centradas no corpo, e na sua individualização. No século XIX, formou-se uma nova técnica - do corpo do indivíduo a vida da população. Construíram-se novos processos de controle sobre vida, morte, produção e doenças do homem como espécie, não mais como súdito. É uma “biopolítica” da espécie humana, quando temos as primeiras medições estatísticas e demografias que visavam reprodução, natalidade, morbidade, velhice, acidentes, medicina etc.

233 SEYFERTH. *Nacionalismo e identidade étnica*, p. 186.

234 Pasta “Diversos – Antiga Chefatura de Polícia”, p.116.

inflamáveis em Curitiba, usina elétrica de Castelhanos e outra em Ponta Grossa e do farol da ilha do Mel.

Neste mês de dezembro, ocorreu um fato importante: No dia 7, os americanos foram atacados pelos japoneses em Pearl Harbor, base militar norte-americana no oceano Pacífico. Portanto, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o Brasil intensificou as medidas de vigilância sobre os imigrantes japoneses no seu território.

A vigilância especial na estrada Curitiba-Ribeira-São Paulo alude, provavelmente, à presença da colônia japonesa no vale da Ribeira. O momento político era de redefinição da política de alianças do Brasil e os imigrantes japoneses, desde a implantação da política de nacionalização nos anos 1930, configuravam-se como um grupo que necessitava de vigilância explícita e de repressão devido as diferenças culturais e raciais que impossibilitavam a sua inserção na nacionalidade proposta por Vargas. Somado a isso era grande o perigo representado pela guerra e por um possível ataque do Eixo sobre o Brasil

Assim, outra portaria importante é a número 519, da chefatura de polícia do Estado. Ela é datada do dia 20 de dezembro de 1941. O chefe de polícia, frente a uma situação considerada grave - a guerra entre os Estados Unidos e o Japão²³⁵ - e em nome da solidariedade e da obediência ao pan-americanismo e à união, enfatiza o papel;

de todos os brasileiros em torno dos supremos interesses do Brasil e, portanto, da figura do presidente Vargas que o encarna; considerando mais que à polícia é que cabe, mais do que a qualquer órgão estar vigilante na presente situação, de forma a poder em qualquer emergência, prestar os serviços que lhe estão afetos.²³⁶

As determinações desta portaria referem-se aos esforços que procurem viabilizar a “ordem e a tranquilidade”, evitando manifestações contrárias aos Estados Unidos e à polícia, ao sigilo de informações, ao não-consentimento de férias ao funcionalismo. Além disso

À Delegacia de Ordem Política e Social, especialmente, recomenda a mais severa vigilância em torno dos cidadãos japonezes, alemães, e italianos devendo ser estudadas e submetidas ao exame desta chefia as providências aconselháveis no sentido de anular a atividade perigosa aos interesses nacionais que, possam praticar tais súditos estrangeiros.²³⁷

Oficialmente no Paraná, os japoneses e seus descendentes passam a ser considerados perigosos aos interesses nacionais. Entretanto, questionamos e indagamos se foi nesta

235 O ataque japonês a Pearl Harbor aconteceu no dia 7 de dezembro de 1941. Em depoimentos de soldados americanos que participaram dos conflitos na região durante a guerra revelou-se a forma como eram vistos os seus inimigos, os japoneses. Eles eram chamados de “macacos” e “anões” e deles se dizia que “não enxergavam bem”. Esta visão era uma clara alusão a diferença e estigmatização racial.

236 Pasta “Documentos Antigos – Pasta 1”, p. 77.

237 *Idem, ibidem*, p. 78.

conjuntura que uma identidade negativa do imigrante passou a existir. Neste sentido o debate sobre a presença e a possibilidade de assimilação do grupo no Brasil, bem como com a década de 1930, os debates da constituinte de 1934, a campanha de nacionalização de 1938 e a idéia do complô japonês foram momentos importantes que manifestam o deslocamento do japonês frente a um modelo ideal de povo brasileiro, a guerra confirmou a imagem negativa e precipitou ações coercitivas.

É importante salientar, dentro deste quadro, a divulgação da portaria do dia 12 de janeiro de 1942. Ela institucionaliza um tipo de serviço secreto ligado ao ministério da Justiça, que instituiu o regimento interno da Seção de Segurança Nacional, já citado.²³⁸

Segundo Augusto César Lobo, diretor da Seção de Segurança, seu objetivo, em 1942, era o de receber e estudar denúncias das atividades contrárias à segurança nacional enviadas ao ministério pela secretaria da Presidência da República, além daquelas mandadas ao ministro e à própria seção. As denúncias sobre as supostas atividades de “elementos suspeitos” eram examinadas e depois encaminhadas ao chefe de polícia do distrito federal e aos interventores dos Estados.²³⁹ Portanto, há indícios da federalização da ação da polícia política. Um inquérito sobre a localização de todos os estrangeiros no Brasil e de “elementos nocivos à Segurança Nacional” foi elaborado pela polícia da capital federal e a seção de Segurança organizou os formulários que foram mandados a seiscentos municípios em todo o país.

Em 27 de janeiro de 1942, dia anterior ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, Vargas despachou um telegrama pessoal e secreto aos interventores de cada Estado, documento conhecido como GS-148. Nele, havia o pedido de vigilância de todos os estrangeiros e o total cumprimento das medidas que iriam ser anunciadas. Ao que todos os interventores responderam prontamente. Foram, então, elaborados novos levantamentos policiais de cada um dos municípios, e 79 itens foram respondidos com cópias para a seção de Segurança, para o interventor e para a polícia.²⁴⁰ É um questionário completo sobre explosivos, hospitais etc. – e também sobre as atividades dos imigrantes de cada uma das localidades do país, como:

28. Os estrangeiros que vivem no município manifestam, ou manifestaram antes do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão, simpatia pelas

238 CANCELLI. *Op. cit.*, p. 68.

239 *Idem, ibidem*, p. 68.

240 *Idem, ibidem*, p. 158-59.

240 *Idem, ibidem*, p. 173-77.

doutrinas políticas vigorantes nesses países, ou entusiasmo por seus feitos de guerra.²⁴¹

No dia seguinte ao despacho secreto de Vargas, junto com o rompimento das relações com os países do Eixo, determina-se mais sanções aos seus cidadãos no Paraná. No dia 31 de janeiro de 1942, publica-se em Diário Oficial a portaria número 30, do dia 28 de janeiro e assinada pelo chefe de polícia Fausto Bittencourt, que por ordem do interventor Manoel Ribas determina “Restrições aos súditos do Eixo”. Segundo a portaria, eles ficaram proibidos de mudar de residência sem comunicar a DOPS e o serviço de registro de estrangeiros; portar, comercializar e transportar armas, munições e materiais explosivos; viajar sem o salvo-conduto expedido pela polícia; “Reunirem-se ainda que em casas particulares, a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.)”; “Discutir ou trocar idéias em lugar público, sobre a situação internacional”;²⁴² além de viajar por via aérea sem licença especial. A portaria também determinava que os elementos oriundos do Eixo entregassem as armas que possuísem no prazo máximo de 15 dias.

Proibia-se, em caráter geral, usar os idiomas do Eixo em locais públicos, distribuir escritos nesses idiomas, cantar ou tocar os hinos nacionais do Eixo, fazer saudações peculiares aos seus partidos políticos e a “exibição em lugar acessível ou exposto ao público, de retratos de membros dos governos dessas três nações”.²⁴³ Cabia à DOPS e às delegacias regionais e sub-delegacias do interior “fazer observar rigorosamente todas as medidas constantes da presente portaria”.²⁴⁴

Entretanto, estas medidas foram tomadas antes de o Brasil oficializar sua declaração de guerra ao Eixo.²⁴⁵ Ao ser publicada a portaria número 30, a DOPS-Paraná iniciou uma série de investigações e prisões de imigrantes japoneses, bem como de alemães e italianos:²⁴⁶

Os japoneses das zonas pioneiras foram duramente atingidos por essas medidas, tanto mais quanto estavam econômica e culturalmente orientados para o Japão. Viram seus depósitos bancários congelados, proibida a alienação ou oneração de seus imóveis, privados do apoio das casas bancárias japonesas, suas cooperativas agrícolas sob regime de interventoria e todas as empresas de capital japonês compelidas à liquidação forçada ou colocadas sob administração do Governo

241 *Idem, ibidem*, p. 173-77.

242 Este documento foi encontrado em duas pastas: “Secretaria do Interior e Justiça”, p. 62 e página não numerada, e na “Expedientes Resolvidos”, p. 18.

243 *Idem, ibidem*.

244 *Idem, ibidem*.

245 O governo de Getúlio Vargas rompeu com os países do Eixo em 22 de agosto de 1942. Nos dias 18 e 19 de agosto, submarinos alemães haviam atacado cinco navios brasileiros.

246 Sobre os alemães durante a guerra, ver os trabalhos de Magalhães, Perazzo e Seyferth. O presente trabalho não têm como objetivo a comparação ou especificamente a análise destes dois outros grupos.

Federal. Foram também fechadas as escolas japonesas e as associações nipônicas.²⁴⁷

A situação agrava-se e, no dia 20 de março de 1942, o chefe de polícia Fausto Bittencourt baixa a portaria número 90 e entrega à Cruz Vermelha Brasileira a guarda e ocupação do clube Concórdia (antigo Deutscher Saengerbund); o clube Giuseppe Garibaldi à Liga de Defesa Nacional, ao Centro de Cultura Feminino e a Academia Paranaense de Letras; e o clube Rio Branco (antigo Deutscher Handwerker Verein) ao Tiro de Guerra número 19. Devido a ataques populares a estes clubes, Bittencourt impossibilita seu funcionamento e, respondendo a instrução do ministro da Justiça e Negócios Interiores, justifica a intervenção “em sociedades em cujo seio se formarem ou se possam formar correntes de opinião contrárias aos interesses brasileiros”.²⁴⁸ Argumenta ainda o chefe de polícia que os ataques de guerra a navios brasileiros motivaram a indignação, bem como

os intensos movimentos populares de protesto verificado nesta capital, iniciando-se com um comício em praça pública se concretizou ainda em ataques a estabelecimentos comerciais e industriais pertencentes a súditos da Alemanha, Japão e Itália, ou a seus descendentes ou a eles assemelhados na solidariedade manifesta ou presuntiva que emprestam à sorte das armas desses países; considerando que tais atos, que a polícia só poderia evitar com grave dano à vida dos manifestantes, atingiram também as sedes das sociedades recreativas e culturais, compostas, na sua maioria, de sócios nas condições aludidas”.²⁴⁹

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial aumenta a vigilância e a idéia do perigo japonês no Brasil torna-se evidente, bem como as restrições e a repressão ao grupo. Medidas severas foram colocadas em prática. Em comunicação do secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, Fernando Flores, ao delegado da DOPS, no dia 28 de agosto de 1942, em cumprimento a determinações do ministro da Justiça transmitidas ao interventor do Estado Manoel Ribas, recomendava-se com severidade que alemães, italianos e súditos de outras potências do Eixo, mesmo que naturalizados no Brasil ou em outro país, não poderiam sair do território brasileiro, a menos que estivessem em caráter temporário e voltassem para o seu país de origem. Não podiam entrar no Brasil, ter embarcações, transmissores de rádio e recomendava-se rigor na fiscalização dos salvo-condutos. Se os tivessem, deveriam comunicar as delegacias, o comandante dos portos, a aeronáutica civil e a comissão fiscalizadora de radiotransmissores, do Departamento dos Correios e Telégrafos com a máxima urgência. Segundo o comunicado, estes procedimentos deveriam ser estendidos a cidadãos de outros

247 VIEIRA. *O japonês na frente de expansão paulista*, p. 235.

248 Pasta “Antiga Chefatura de Polícia”, p.156.

249 *Idem, ibidem*, p.156, grifo nossos.

países que viessem a ser declarados em guerra com o Brasil.²⁵⁰ Intensificava-se o perigo de espionagem de “súditos do Eixo” à medida que navios brasileiros eram bombardeados.

Na continuidade dos acontecimentos, entra em vigor a portaria número 65, nos primeiros dias do mês de setembro de 1942. Assinada pelo então secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública com “Medidas acauteladoras da ordem pública”, determinava;

Dentro de dez (10) dias da data da publicação da presente Portaria, ficam os estrangeiros de nacionalidade alemã, japonesa e italiana, residentes em qualquer ponto do território estadual obrigados a entregar a autoridade policial das sedes dos municípios de suas moradias, os aparelhos radio receptores que possuam ou existam em suas residências ou propriedades, sendo essa entrega, na Capital, feita à Delegacia de Ordem Política e Social;²⁵¹

Os aparelhos apreendidos deveriam ser entregues nas sedes das delegacias regionais de polícia, além de caracterizados e classificados com o nome, nacionalidade, profissão “e o que mais for oportuno relativamente aos proprietários”.²⁵² O descumprimento da norma remete a um processo e à DOPS, que deveria fiscalizar a aplicação de tal norma. Veremos para os anos posteriores que esta seria uma forma de perseguição e acusação de espionagem determinante em relação a elementos do Eixo.

Outra portaria encontrada na documentação da DOPS, a número 147, do dia 12 de novembro de 1942, refere-se a vigilância em nome da segurança nacional no estado de “emergência de guerra”. Assinada pelo capitão Fernando Flores, ela afirma imprescindível a identificação de qualquer pessoa que quisesse viajar pelo território nacional ou estrangeiro.

Na seqüência, a portaria esclarece dúvidas quanto à expedição dos documentos de salvo-conduto para os cidadãos do Eixo e enfatiza que medidas tomadas não deviam prejudicar a vida econômica do Estado ou do país, “Considerando, além de tudo, a necessidade de absoluta união de vistas nos serviços de segurança pública, entre as Polícias dos Estados e a do Distrito Federal, dada a circunstância de estar, esta, diretamente subordinada ao Ministério.”²⁵³

Tais medidas esclarecedoras quanto aos salvo-condutos vieram ao encontro da última portaria baixada pelo chefe de polícia do Distrito Federal, que resolveu que os cidadãos da Alemanha, Itália, Japão, Áustria, Hungria, Romênia, Bulgária e Eslováquia residentes no Paraná só poderiam viajar com salvo-conduto fornecido pela DOPS. Viajantes de outros Estados, oriundos das nacionalidades mencionadas, deveriam submeter seus salvo-condutos às

250 Pasta “Ministério da Justiça”, pp. 20-21.

251 Pasta “Antiga Chefatura de Polícia”, p. 32.

252 *Idem, ibidem*, p. 32.

253 *Idem, ibidem*, p. 177-79.

autoridades policiais das localidades por onde passassem e mais: “Somente em casos especialíssimos, quando de interesse, principalmente, do Estado ou do País, serão fornecidos salvo-condutos a súditos do ‘eixo’ observando, a delegacia de Ordem Política e Social, as ordens existentes.”²⁵⁴

No interior, os documentos eram requeridos através da autoridade policial do lugar, sendo que as antigas e comuns carteiras de identidade de estrangeiro não pertencentes ao Eixo deveriam ser apreendidas para que fossem expedidas as carteiras modelo 19, adotadas em 1938. Além disso, os passaportes de estrangeiros que não apresentassem a carteira do modelo 19 deveriam ser apreendidos também, sendo que “Os estrangeiros que não forem do eixo podem viajar livremente, porém isto não se refere a aqueles apontados como ‘sem nacionalidade’ ”.²⁵⁵

Outras medidas mudaram radicalmente a vida dos nipônicos. Em 29 de dezembro de 1942, o delegado da DOPS divulgou informações referentes ao boletim número 9 do Comando da 5ª Região Militar, datado de 6 de novembro, enviado por cópia à interventoria Federal pelo Ministério da Justiça. Entre outras determinações, o documento ordena que “O deslocamento dos súditos do ‘eixo’, da faixa de fronteira para o interior, já está terminado. A cada uma das famílias ou elementos isolados foi dada localização, nas fazendas ou cidade, de modo a poderem continuar os labores pela subsistência, e sempre sob as vistas das autoridades locais, a cuja presença terão que comparecer periodicamente.”²⁵⁶

Além desta retirada dos cidadãos de países do Eixo e seus descendentes, removidos do litoral brasileiro, ocorreram outras ao longo da guerra. Milhares de japoneses foram deslocados à força de suas propriedades para outras cidades no interior do país, pelo menos a cem quilômetros da costa. Junto a essa providência, as medidas de cunho econômico e os ataques de populares sofridos em meio à evacuação do litoral foram outras atitudes impositivas e violentas a que se viram submetidos japoneses e descendentes no Paraná e em outros Estados onde moravam. O perigo da espionagem, de ataques e invasão de navios japoneses favoreceu a decisão por estas medidas.

Datada de 10 de fevereiro de 1943 e também assinada por Fernando Flores, a portaria 59 tinha o objetivo de dar a correta explicação ao decreto-lei federal sobre a obrigatoriedade

254 *Idem, ibidem*, p. 177-79.

255 *Idem, ibidem*, pp. 177-79. Os brasileiros naturalizados que não fossem oriundos dos países do Eixo podiam viajar. Era necessário para conseguir o salvo-conduto, provar sua identidade com a apresentação de duas testemunhas idôneas, ou por outro meio satisfatório no caso de a pessoa ser residente na capital. Os documentos eram fornecidos ou visados pela DOPS, em Curitiba, e pela autoridade policial respectiva, no interior. Os documentos teriam validade máxima de cinco dias.

256 Pasta “Ministério da Justiça”, pp. 8-9.

da carteira de identidade para estrangeiros - modelo 19 para os moradores da capital e modelo 21 para os do interior.²⁵⁷

Em abril, foi reforçado o cumprimento da medida que diz respeito à necessidade de atestado médico para que os “súditos do Eixo” pudessem requerer permissão para a locomoção por motivo de saúde. Em excepcionais casos de urgente locomoção, seria permitida a solicitação telegráfica e comprovado o pedido por intermédio de uma autoridade policial, a quem competia a expedição do telegrama.²⁵⁸

E a situação dos imigrantes e descendentes do Eixo vai se tornando mais restrita com o desenrolar da guerra. No dia 22 de março de 1944, em despacho do secretário geral ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, reitera-se a decisão de permitir viagens somente em caráter excepcional, “em especial necessidade de locomoção”.²⁵⁹

Na pasta “Secretaria do Interior e Justiça” há um questionário encaminhado pelo delegado da DOPS ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública sobre questões de segurança nacional.²⁶⁰

Em 11 de junho de 1945, Vargas telegrafa a Manoel Ribas, interventor federal no Paraná, sobre a declaração de guerra entre o Brasil e o Império do Japão, ocorrida em 6 de junho. Comunica assim o estado de guerra entre os dois países, “considerando que os compromissos inter-americanos de assistência e defesa mútua se acham em pleno vigor e foram reiterados e ampliados na recente conferência das nações americanas reunidas no México”.²⁶¹ Visto que a guerra acabara na Europa e no momento o palco era o Pacífico, sendo que desde 1942 estavam rompidas as relações diplomáticas, “É declarada a existencia do Estado de Guerra entre o Brasil e o Japão”.²⁶²

Em 20 de julho de 1945, continuavam as restrições impostas pela portaria 41, de 2 de fevereiro de 1945, e a determinação de que o “salvo-conduto para os súditos alemães e japoneses fica sujeito ao visto da autoridade militar sediada na localidade do litoral”.²⁶³ Segundo esta portaria (número 268)²⁶⁴ os brasileiros teriam livre acesso ao litoral.

257 Pasta “Antiga Chefatura de Polícia”, p. 34.

258 *Idem, ibidem*, p. 49.

259 Pasta “Secretaria do Interior e Justiça”, p. 93. Em 7 de novembro de 1944, foi suspensa a portaria 147, de 12 de novembro de 1942, mas apenas em relação aos italianos (Pasta “Antiga Chefatura de Polícia”, p. 29).

260 Pasta “Secretaria do Interior e Justiça”, p. 31.

261 Pasta “Antiga Chefatura de Polícia”, p. 44.

262 *Ibidem*.

263 *Ibidem*, p. 20.

264 *Ibidem*, p. 20.

Com o final da guerra, em 3 de outubro de 45, o secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, o agora major Fernando Flores divulga à DOPS a portaria 381. São abolidas as medidas de vigilância para com os indivíduos que a polícia chamava de “súditos do Eixo”, junto com as restrições às suas atividades, e sendo revogadas as portarias de número 30 (28/1/42), 65 (1/9/42), 147 (12/12/43) e 31 (2/2/45).²⁶⁵

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 19.

4.3 O consulado japonês: vigilância e prevenção

No primeiro semestre de 1941, uma notícia destaca-se: a criação de um consulado do Japão em Curitiba. A DOPS documenta o fato através de recortes de jornal e arquiva-os em uma pasta chamada “Consulado do Japão”, acrescentando outros dados do período da Segunda Guerra Mundial. Exemplo deste material é o recorte do jornal *O Dia* de 26 de março, que em nota informa que face “o crescente aumento da colonização nipônica no Estado” foi necessária a criação de um consulado.²⁶⁶

O *Diário da Tarde* publicou na sua edição de 16 de maio a notícia, também arquivada na referida pasta, da criação do consulado que atendia os três Estados do sul do país.²⁶⁷ O Consulado Geral do Japão havia sido criado na cidade de São Paulo, em 1916. Em 1918, foi instalada uma filial do Consulado Geral de São Paulo em Ribeirão Preto; em 1921, foram criados o consulado de Bauru e uma agência do consulado geral em Santos.

Os consulados japoneses no Brasil funcionaram como um cartório de registro civil da cidade, vila ou aldeia japonesas, e portanto toda e qualquer burocracia legal passava pelo consulado. Desta forma eram necessários para receber a comunicação a residência ou mudança de residência, registros de casamento, morte etc. A partir da década de 1930, todos os japoneses com parentes no Brasil que quisessem imigrar para este país deveriam ter um requerimento apresentado ao consulado.²⁶⁸

Assim, a DOPS mantinha em arquivo os acontecimentos referentes ao Japão e seus representantes no Brasil. Com a deflagração da guerra, as medidas restritivas aos membros do consulado foram acionadas pela DOPS. Não há referência se a pasta foi criada antes da inserção do Brasil na guerra. Portanto, duas hipóteses podem ser apresentadas: a de que então já estava ocorrendo a vigilância por parte da DOPS sobre o consulado japonês, e a de que pasta foi criada posteriormente, quando o conflito mundial tornou-se acirrado.

Entretanto, entendemos que há a possibilidade de a pasta ser criada antes de ter sido oficializada a entrada do Brasil na guerra. Primeiro porque, como já mencionamos, a

266 Pasta “Consulado do Japão”, p. 20. Em um tom amável, diz-se: “O primeiro titular é o ilustre diplomata e *gentleman* Dr. Shunichy Komine, espírito brilhante e culto”, “O destacado representante japonês tem duas interessantes filhinhas nascidas no Brasil...”, “e é um devotado amigo do Brasil”, que inclusive disse ao repórter que o Brasil era “sua segunda pátria”. Sendo que ele já havia sido cônsul em São Paulo e secretário na embaixada no Rio de Janeiro.

267 O próprio cônsul visitou o jornal comunicando a criação do consulado e, segundo o jornal, “exprimindo-nos por fim o desejo em que se encontra de tornar sua representação consular num forte elemento de estreita permuta de idéias e iniciativas entre o Brasil, especial os três estados sob sua jurisdição e a sua pátria”. - *Idem*, p. 21.

268 Ver *Uma epopéia moderna*, p. 227.

campanha de nacionalização intensificou-se a partir de 1938, sendo que uma série de medidas, visando o controle e a “assimilação” dos japoneses e de outros imigrantes, era a pauta no governo de Vargas.²⁶⁹

Em segundo lugar porque as visões sobre o consulado japonês, no período, eram a de um órgão do governo japonês que tinha como objetivo a conquista de áreas no Brasil, através de complô. O consulado era a base estratégica de uma possível dominação da América do Sul. Os fatos que comprovavam este objetivo eram as interferências e os favorecimentos do consulado junto às colônias japonesas no Brasil. Além do perigo da espionagem por parte do Eixo.

Os favorecimentos do consulado eram, por exemplo, o incentivo à existência de escolas, o auxílio aos imigrantes com a vinda de técnicos para a agricultura e o *lobby* junto a jornalistas para que na imprensa brasileira se publicassem matérias a favor dos japoneses. O objetivo era formar uma opinião favorável à entrada de imigrantes desta nacionalidade na constituinte de 1934.²⁷⁰ A existência do consulado constituía um perigo para a segurança nacional, também porque era o apoio que encontravam os imigrantes na conservação do “espírito japonês” e do nacionalismo, sendo o canal informante que forjava a não-assimilação, que para muitos era inata ao grupo:

Faltam-lhes todos os fatores indispensáveis à nacionalização. São populações marginais, quistos nocivos e perigosos, a expandirem-se cada vez mais, com a ajuda material do próprio governo de Tóquio, que nunca os abandona. As visitas periódicas dos cônsules a êsses núcleos, a projeção de filmes, 100% japoneses, a relembrem o seu histórico, tradicional e divino império, as suas vitoriosas campanhas bélicas, os seus heróis e a incutirem-lhes o amor indestrutível pelo Japão, que exige o seu constante pensamento, o seu sacrifício e a própria vida...²⁷¹

Para Carlos de Souza Moraes, muitas pessoas alertavam para a campanha viabilizada pela embaixada japonesa, que financiava a edição de livros a favor da imigração japonesa, numa espécie de “intercessão pecuniária”.²⁷² Assim, ele se refere a uma espécie de plano “para captar a simpatia dos brasileiros para sua permanência entre nós”,²⁷³ por meio da encomenda de matérias a serem publicadas na imprensa e o oferecimento de recepções aos seus defensores na constituição de 1934.

Segundo Moraes, o imigrante japonês no Brasil demonstrou, após várias levas, não adaptar-se ao trabalho assalariado nos cafezais, como apregoavam os defensores da imigração,

269 Ver CARNEIRO, *O anti-semitismo na Era Vargas*, pp 135-39.

270 Ver MORAES, *A ofensiva japonesa no Brasil*.

271 *Idem, ibidem*, pp.101-02.

272 *Idem, ibidem*, p. 56.

tornando-se logo arrendatário e assalariado: não se fixava à terra, não se identificava com o meio e logo mudava-se. Para o autor, ideal era o desprezado e mal amparado elemento nacional, que possuía as qualidades de trabalhador bom e adaptável. O japonês recebeu todos os incentivos - da embaixada, do consulado e de empresas colonizadoras subvencionadas que trouxeram ao Brasil técnicos agrícolas - e também concessões, em detrimento do “miserável agricultor nacional”.²⁷⁴ Moraes ainda acrescenta que

o japonês, durante a sua permanência no país, já demonstrou essa instabilidade constante, e com reais prejuízos para as nossas terras, porque ele adota, entre nós, o processo da “terra arrasada”, isto é, de tornar os solos cansados, esgotados, improdutivo, a ponto de a cotação de suas terras, em São Paulo, ser inferior à das pertencentes italianos espanhóis.²⁷⁵

Citando Carlos Lacerda, ele afirma que o elemento nipônico “é a erosão em forma de gente”.²⁷⁶ Moraes menciona trabalhos sobre a presença de japoneses no Havaí para enumerar sua inadaptação, inassimilação e outros caracteres pejorativos como a falta de lealdade no trabalho, sua submissão, e seu paradoxal o seu “instinto de dominação”.

Por outro lado, os imigrantes japoneses já gozavam de uma certa ascensão social no período. Moraes alude às representações baseadas no detrimento do elemento japonês e discute a concorrência e os conflitos entre imigrante (“não-nacional”) e o “nacional” (brasileiro). Ruth Cardoso, em seu trabalho sobre a estrutura familiar e a mobilidade social dos imigrantes japoneses analisa estas questões de uma outra forma.²⁷⁷ Para a autora, a mobilidade social dentro do grupo japonês no Brasil foi “ascensional” na medida em que fatores “peculiares” a possibilitaram.²⁷⁸ Entre estes fatores, havia aspectos da organização familiar japonesa, a noção de colônia japonesa ligada à ideia de solidariedade nacional, a valorização da escolaridade, a mobilidade geográfica que possibilitou a capitalização para a compra de propriedades rurais e urbanas, bem como formas associativas e de cooperação específicas, dentre as quais os núcleos familiares dotados de pequenas propriedades contíguas que foram organizados e financiados por empresas japonesas:

A constituição destes núcleos é um elemento importante no processo de ascensão social dos japoneses, pois é instrumental na organização da produção em novos moldes. As companhias de colonização, bancos e consulados japoneses e também

273 *Idem, ibidem.*

274 *Idem, ibidem*, p. 157.

275 *Idem, ibidem*, p. 159.

276 *Idem, ibidem.*

277 CARDOSO. *Estrutura familiar e mobilidade social.*

278 *Idem, ibidem*, p.81.

as cooperativas locais se empenharam em fornecer créditos, orientar o plantio e a comercialização.²⁷⁹

Nas análises de Cardoso, as mesmas questões apresentadas por Moraes em 1942 são debatidas em um discurso que nelas aponta valores positivos. As diferenças entre as épocas e autores são várias. Entretanto, cremos ser possível assinalar a existência de duas questões diferenciadas: primeiro, o discurso nacionalista, eugenista, pontuado pela guerra, denegrindo a imagem dos japoneses com características pejorativas, em Moraes; depois, as análises teóricas de uma geração de antropólogos que “testaram” as capacidades assimilacionistas de imigrantes observando a sua mobilidade social, que é positivada e enaltecida.

A existência de um consulado japonês “inspirava” a desconfiança e motivou à DOPS manter vigilância, documentando sua criação e, após a deflagração da guerra, acompanhando, passo a passo, os indivíduos que a polícia considerava diretamente ligados ao consulado. A primeira prisão atestada nos arquivos da DOPS é a de Kataski Teramoto, no dia 18 de fevereiro de 1942, na cidade de Siqueira Campos. Seu primeiro nome está escrito com a letra “k” na última sílaba, como se fosse um antropônimo polonês, enquanto, muito provavelmente, o correto seria a letra “h”, como é comum nos nomes nipônicos. O motivo de sua prisão foi ser de nacionalidade pertencente ao Eixo, bem como não ter se apresentado no prazo estipulado pela portaria número 30 (31/01/42), que entre outras determinações, proibiu aos “súditos” do Eixo o porte, o transporte e a comercialização de armas, bem como ordenou a entrega das que possuísem num prazo de 15 dias desde a publicação de tal portaria.

No dia 20 de fevereiro, o delegado de Siqueira Campos comunicou ao chefe de polícia de Curitiba a prisão do japonês relatando o caso: “Trata-se de um elemento intiligente e tem o título de Sub-Consulo (sic) do Japão. Apreendido um revólver H. O. calibre 32, s/n e uma espingarda de um cano, fogo central, s/n, e documentos escritos em japonês.”²⁸⁰ Não existe a ligação do indivíduo citado com o consulado, entretanto, além de desrespeitar a portaria número 30, ele representava um perigo maior devido a esta suposta relação com o consulado.

No dia 22 de janeiro de 1942, o delegado especializado da Ordem Política e Social, Manoel Ribeiro da Cruz informa ao chefe de polícia Fausto Bittencourt, em resposta a pedido deste, que o telegrama interceptado em Curitiba era do cônsul de São Paulo ao cônsul do Paraná.²⁸¹ A vigilância ao consulado intensificava-se à medida que as relações entre o Brasil e o Japão pioravam. Os consulados gerais do Japão em São Paulo, no Rio de Janeiro, e também os demais, foram fechados em 28 de janeiro de 1942. Em Curitiba, o cônsul, o seu secretário,

279 *Idem, ibidem*, p. 122.

280 Pasta “Consulado do Japão”, p. 15.

parentes e funcionários eram mantidos sob intensa vigilância por parte da polícia, e o corpo consular ficou em cárcere residencial.²⁸²

Em 26 de fevereiro, Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, solicita diretamente ao interventor do Estado do Paraná a concessão de salvo-conduto ao cônsul, ao chanceler e a seus familiares.²⁸³

Em 12 de março de 1942, em telegrama enviado do Rio de Janeiro, Vasco Leitão da Cunha diz ao interventor Manoel Ribas:

Lamento ter de comunicar a vossencia que o governo está oficialmente informado de que o governo japonês está tratando como inimigos e considerando prisioneiros de guerra diplomatas e cônsules brasileiros tendo ainda sido a placa do automóvel da embaixada retirada e substituída por outra especial nessa emergencia é necessário dar tratamento identico aos consules e diplomatas japoneses que deverão dora em diante ser considerados prisioneiros detidos incomunicáveis solicito vossencia obsequio (sic) providenciar tal medida seja adotada nesse estado, cordiais saudações.²⁸⁴

No dia 23 de março, em reservada radiocomunicação transmitida do Rio de Janeiro, Vasco Leitão da Cunha informou ao interventor Manoel Ribas que deixaram de vigorar as “restrições excepcionais” citadas acima e que os funcionários do consulado passariam a ter as mesmas condições e tratamento dados aos diplomatas alemães e italianos: “ficam em liberdade mantida porem vigilancia discreta em torno deles podem circular livremente nas cidade onde residem até regresso de seu pais”.²⁸⁵

Encontramos em outras pastas da DOPS referências a vigilância diária, passo a passo, em torno das atividade do secretário do cônsul japonês, nos meses de abril e maio. No mês de junho é providenciada a viagem do cônsul, seu secretário e respectivas famílias para São Paulo. Em 3 de julho de 1942 os representantes do governo japonês em Curitiba são repatriados. Por outro lado, foi instalado um serviço de interesses japoneses no Consulado Geral da Espanha. Este serviço foi encarregado de proteger os bens e direitos dos imigrantes japoneses no Brasil. Entretanto, as conseqüências do fim dos consulados japoneses no Brasil foram bem mais

281 *Idem, ibidem*, p. 17.

282 SETO, p. 193.

283 Pasta “Consulado do Japão”, p. 14. Oswaldo Aranha acreditava na idéia de uma conspiração japonesa para conquistar a América do Sul. Cf. LESSER e CARNEIRO. Segundo Carneiro, em carta de 1938 a Adhemar de Barros, então interventor de São Paulo, Aranha “cita os israelitas e os japoneses como ‘elementos subversivos ou dissolventes’ e ‘com tendências a gerar quistos raciais, verdadeiros corpos estranhos no organismo nacional’” (CARNEIRO. *Op. cit.*, p. 274).

284 *Idem*, p. 12.

285 *Idem, ibidem*, p. 11.

importantes. O cônsul japonês de Curitiba, em sua despedida, pede à Associação Unida dos Japoneses que “lutassem para manter a união dos nipônicos de Curitiba.”²⁸⁶ Assim:

O cônsul Shunichi Komine e o chanceler Yoshimi Sato se despediram dos dois representantes da colônia japonesa de Curitiba, abaixando a cabeça em reverência e saíram do prédio escoltados pela polícia. Com lágrimas escorrendo pela face, Higashino e Osaki testemunharam o fechamento do Consulado. A responsabilidade que pesou sobre seus ombros foi a geradora do idealismo posto em prática nos anos seguintes. Pedido de um cônsul era compromisso com o imperador.²⁸⁷

Após a supressão dos órgãos oficiais de controle e de orientação dos imigrantes, que eram comandados a partir do Japão, os japoneses no Brasil ficaram sem apoio. Segundo Hekisui Yoshii, em suas *Memórias da prisão*, “os chamados elementos de elite dos japoneses aqui residentes, eram no geral, pessoas de forte inclinação individualista e liberal”,²⁸⁸ não havendo liderança em que os imigrantes depositassem confiança. Para ele, foi nesse momento que nasceu a Shindo Renmei.

Contudo, a retirada dos representantes do governo japonês provocou a sensação de abandono no espírito dos imigrantes, aprofundando o sentimento de desamparo e solidão. Também surgiu à tona a até então quase oculta consciência que o imigrante não passava de súdito entregue à sua própria sorte. (...) E dessa consciência de “súdito abandonado” nascia, numa parte da comunidade, a idéia de reorganizar a sociedade japonesa do Brasil, instalar um novo órgão organizador...²⁸⁹

Um forte sentimento de exclusão marcava a vida dos imigrantes japoneses, por serem imigrantes em um país estranho e hostil, por serem emigrantes e excluídos em seu país de nascimento e nacionalidade. Porém, o sentimento de exclusão pela parcela do grupo japonês no Brasil que não aceitou as novas lideranças -- substitutas dos representantes oficiais do Japão --, pode ter contribuído para a criação da necessidade de manutenção da ordem, que havia sido alterada com a guerra e as mudanças internas. As questões relacionadas a hierarquia e honra são centrais na cultura japonesa, regulamentando todas as instâncias da vida do indivíduo.²⁹⁰

Os japoneses, portanto, organizam o seu mundo em constante referência com a hierarquia. Na família e nas relações pessoais, idade, geração, sexo e classe ditam a conduta devida. No governo, religião, Exército e indústria, as zonas acham-se cuidadosamente separadas por hierarquias, onde nem aos mais elevados, nem aos mais baixos se permite ultrapassar as suas prerrogativas sem punição. Contanto que se conserve a “devida posição”, os japoneses vão adiante sem protesto. Sentem-se seguros. Está claro que nem sempre estão “seguros” no sentido de que

286 SETO. p. 193.

287 *Idem*, p. 193.

288 *Apud*, *Uma epopéia moderna*, p. 262.

289 *Idem*, p. 262.

290 BENEDICT. *O crisântemo e a espada*.

os seus melhores bens estejam protegidos, e sim porque consideram legítima a hierarquia, sendo ela tão característica de seu julgamento sobre a vida quanto a fé na igualdade e na livre empresa o é na vida americana.²⁹¹

Portanto “O sentimento de que era preciso salvar a comunidade nipônica, que caíra numa espécie de anarquia, resultou na criação da Shindo Renmei”.²⁹² Existem outras explicações nativas para o surgimento da Shindo Renmei, porém, esta explicação revela a necessidade de comando e a existência de hierarquia entre os japoneses. Também revela relação com a tese, sugerida por outros autores, de que houve no conflito entre derrotistas e vitoristas um conflito de gerações que chegaram em diferentes momentos no Brasil, um conflito de classe, um conflito entre o tradicional e o novo, entre liberais e nacionalistas autoritários. Além disso, a tese de que foi também um conflito entre os imigrantes que chegaram entre os anos de 1908 e 1925 e o grupo que chegou entre os anos de 1925 e 1934.

Para a DOPS, todas as reuniões eram suspeitas e davam motivo para a desconfiança e a vigilância. Um caso comunicado por um inspetor ao delegado, no dia 21 de maio de 1942, tem seu relato arquivado em duas pastas diferentes. O inspetor informa ao chefe da Seção de Investigação: “Na casa pintada a óleo, pegado ao novo prédio do Clube Thalia, à rua Comendador Araújo, há reunião de japoneses à noite”. No dia 25, após a investigação, o inspetor número 21 comunica ao delegado da Seção de Investigações que no prédio averiguado existia uma pensão, de propriedade de um japonês, sendo este o “motivo de chegarem aí, diversos elementos japoneses e outras pessoas, no referido prédio”.²⁹³ O elemento seria investigado posteriormente pela DOPS.

A desconfiança em relação às atividades de pessoas ligadas ao consulado japonês também foi manifestada pelos militares brasileiros. Em comunicado secreto do comandante militar da Quinta Região ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado, datado de 11 de novembro de 1942, são solicitadas providências acerca das atividades anti-brasileiras do japonês da Rua Comendador Araújo. É requerida vigilância policial ao indivíduo “em vista de suas relações com o ex-consul japonês e suas atividades.”²⁹⁴

Em relatório do delegado da DOPS-Curitiba sobre o acusado, com data de 1º de dezembro de 1942, e realizado após vigilância permanente encontramos uma curta análise de suas atividades anti-nacionais. Segundo o delegado, ele era proprietário de pensão onde moravam colaboradores da DOPS e defensor dos interesses financeiros dos japoneses no

291 *Idem, ibidem*, p. 84-85.

292 *Idem*.

293 Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 4.

294 *Idem*, sem pp.

Brasil, em virtude da “solidariedade da raça”.²⁹⁵ Os chamados “colaboradores da DOPS” eram possivelmente informantes da polícia. Nesta pensão viviam muitos imigrantes e descendentes de japoneses, visto as redes de apoio e solidariedade existirem e funcionarem dentro do grupo. Segundo informação de Cláudio Seto, neste local também existia uma associação de japoneses.

Em 26 de novembro de 1943, o chefe da Seção de Investigações comunicava ao delegado da DOPS o resultado negativo de uma apreensão na residência do suspeito nipônico.²⁹⁶ Entretanto, no dia 6 de julho de 1944, o agente Estácio Correa relata ao delegado da DOPS as observações sobre o “elemento” realizadas nos dias 1, 3, 4 e 5 de julho – e finalmente o delegado solicita da secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública providências para mandar expedir uma guia de recolhimento à Casa de Detenção para o elemento investigado, no dia 7 de agosto de 1944. Não fica claro o motivo das suas ligações com o consulado japonês.

Em outro caso no dia 4 de abril de 1942, o inspetor número 25 comunicara ao delegado da DOPS as investigações sobre um comerciante e “chacreiro” japonês, morador da colônia Afonso Pena. Relata o inspetor que ele se dedica “somente aos seus afazeres” e que “Antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do “eixo”, era sua residência freqüentada pelo cônsul japonês e pelo Exmo Snr. Interventor Manoel Ribas”.²⁹⁷

E, em algumas destas buscas, a DOPS nada encontrava que a interessasse. Entretanto, na casa do investigado,²⁹⁸ segundo o comunicado do chefe da Seção de Apreensões ao delegado da DOPS-Curitiba, realizou-se “rigorosa busca” no dia 15 de abril e foram encontrados os seguintes materiais: “1 livro Atlas em língua japonesa, 3 gravuras da guerra Russo-Japonesa, 1 fotografia de um Cruzador Japonês, 100 fotografias da Guerra Russo-Japonesa 1904-1905, 38 livros em língua japonesa. Nada mais encontrado que interessasse a esta delegacia”.²⁹⁹ À mão está registrado que o material deveria ser recolhido ao museu e o prontuário do “elemento” providenciado. Esta avaliação, sem data, muito possivelmente foi realizada depois da análise do responsável.

Em 1943, as investigações continuavam. Na pasta “Consulado do Japão” constam 58 nomes fornecidos por um nipônico, provável informante da polícia, a partir de uma fotografia apreendida que se encontrava em um museu da DOPS, para onde eram destinados os

²⁹⁵ *Idem, ibidem*, sem pp.

²⁹⁶ Pasta “DOPS”, p. 89.

²⁹⁷ Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 32.

²⁹⁸ No documento consta como seu verdadeiro nome Masao Ishii.

resultados de apreensões realizadas pela polícia. Não são acrescentadas outras informação ao documento que, no dia 29 de janeiro desse ano, é assinado pelo auxiliar da Seção de Informação, Albano Scholze.³⁰⁰ Segundo Seto, o material apreendido entre os imigrantes japoneses e seus descendentes passava a integrar esse museu mantido pela DOPS. Note-se a forma como agia a polícia política – por meio de informantes que encaminhava suas ações a partir de indicações de prováveis suspeitos. Os documentos não contém detalhes sobre os investigados, nem sobre os informantes.

4.4 Apreensões, buscas, prisões: A ação policial e os japoneses

Na comunidade nipônica o momento era de intenso sofrimento nos primeiros anos da guerra. Uma série de medidas restritivas, repressoras e violentas foram colocadas em prática em relação aos imigrantes oriundos do Eixo. Contudo, algumas destas medidas foram delicadas e afetaram diretamente a estrutura de solidariedade e união entre os japoneses – como, em 1941, a suspensão da circulação de periódicos em japonês, veículo primordial para a informação dos imigrantes, visto que os nipônicos não dominavam o português. Esta medida, segundo alguns autores, foi crucial para os desentendimentos ocorridos no pós-guerra.³⁰¹ Os jornais eram controlados desde 1937 (início do Estado Novo) mas a censura começou apenas em 1939, com a criação do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

Mas, não obstante a supressão dos jornais em língua japonesa ter desencadeado numerosos conflitos, cremos não ser ela a única causa. A crença na divindade do imperador e na total invencibilidade do país podem ser elementos mais importantes. Sendo assim, um corpo de tradições, modo de vida e estruturação mental dos que não aceitaram a derrota, entre outras variáveis, podem trazer mais luz ao tema do que a tese da ignorância ante os fatos ocorridos no pós-guerra.

A evacuação de áreas de segurança nacional, o impedimento do acesso aos bens dos oriundos do Eixo,³⁰² a imposição de taxas sobre os depósitos bancários, a intervenção estatal nas cooperativas e estabelecimentos comerciais de vulto, entre outras medidas, foram baixados pelo governo brasileiro.

299 Pasta “Delegacia de Ordem Política e Social”.

300 Pasta “Consulado do Japão”, p. 5-6.

301 Cf. SAITO e *Uma epopéia moderna*. A volta dos jornais em língua japonesa ocorreu entre os anos de 1946 e 1947. (Uma epopéia moderna. p. 548).

302 Esta restrição, o chamado “congelamento” só foi cancelado em novembro de 1950.

Quando ocorreu o rompimento das relações diplomáticas com o Japão, em 29 de janeiro de 1942, não houve a declaração de guerra. Porém, os “súditos do Eixo” assim chamados pela polícia, sofreram com as perseguições decorrentes dos conflitos, pois foram considerados inimigos de guerra e se tornaram alvo de violências psicológicas e físicas, ataques às suas residências e estabelecimentos comerciais, saques, prisões, extorsões por parte da polícia e de outros brasileiros, além da referência pejorativa e acusatória de “quintas-coluna”.³⁰³ As apreensões, buscas e prisões formam um conjunto importante para a análise das arbitrariedades do governo de Vargas para com os “súditos do Eixo”. Principalmente os japoneses, pois sofriam com outros estigmas, como o racial, e com a possibilidade de constituírem uma outra ameaça: o perigo amarelo.

4.4.1 As apreensões

Em 24 de março de 1942, o sub-delegado de Assaí apresenta ao chefe de polícia do Paraná, Fausto Bittencourt, o relato de sua vigilância e apreensão de material junto aos japoneses de sua localidade. Além disso, protesta o cumprimento rigoroso das ordens recebidas, “principalmente, com relação aos interesses da nossa Pátria e jamais permitir que os nossos inimigos (japoneses) pratique atos que ofenda a nossa honra”.³⁰⁴

No mesmo ano, outra apreensão encontrou: “cinco amarrados de arame, uma polia de madeira, um engradado com trez rodas de ferro, trez engradados com ferragem, quatro caixas fechadas, cinco amarrados de madeira, sete rolos de arame pequenos, dois amarrados com madeira, tendo um deles, um pedaço de peso no seu interior”.³⁰⁵ Aparentemente, o material nada tinha de suspeito, mas no dia 28 de agosto o inspetor número 15 comunicava ao titular da DOPS que o material estava à sua disposição, bem como a residência do dito “japonês”, localizada no bairro do Bigorriño, em Curitiba.

Em 1º de maio de 1942, a delegacia de Assaí comunica ao chefe de polícia do Estado a apreensão, na localidade, de mapas, bandeira japonesa e aparelhos de radiotransmissão. Os donos do material, principalmente dos rádios, foram enviados a Curitiba.³⁰⁶

No dia 17 de novembro de 1942, o secretário Fernando Flores comunica ao diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - a procura da obra *El Japon sobre el mundo*.

³⁰³ Cf. SETO, MORAIS, CYTRYNOWICZ.

³⁰⁴ Pasta “Delegacia de Polícia de Assaí”, p. 64.

³⁰⁵ Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 3.

³⁰⁶ Pasta “Delegacia de Polícia de Assaí”, p. 56.

Ele recomendou às delegacias regionais do Estado, no dia anterior, a procura, pois a obra era contrária “aos interesses nacionais”.³⁰⁷ Nenhum exemplar foi encontrado.

Dois resultados de apreensão são comunicados ao titular da DOPS, pelo chefe a Seção de Apreensões no dia 30 de abril de 1943. Uma delas foi feita, pelo chefe dos plantões e por dois agentes, no armazém de propriedade de um “japonês”.³⁰⁸ O material era composto de livros, discos e revistas em japonês, máquinas de calcular, dicionários, fotografias, cartas e caixinhas de madeira vazias. Após averiguação da suposta utilização destes objetos “contra o nosso país e o regime”, nada foi verificado em relação ao material e ao japonês que tinha sido preso, posto que os livros não versavam sobre assuntos políticos, nem o preso praticava atividades políticas e sociais.

A outra apreensão foi feita e foram recolhidas balas calibre 22, 69 livros e revistas em japonês, atlas, postais, fotos (“de vários oficiais e soldados japoneses”) e 101 pedaços de chumbo para tarrafa. Averiguou-se que o material não atentava contra o país ou contra o regime, além de estar em desuso.³⁰⁹

Em 23 de setembro de 1943, o delegado de Assaí comunica ao delegado regional de Londrina que o pai da proprietária de uma pensão conseguiu autorização da DOPS para fazer funcionar um rádio de ondas longas no estabelecimento. Pai e filha eram nipônicos e ele alegou que o receptor iria atender ao pedido dos pensionistas brasileiros. A polícia fez o lacre nas ondas curtas e o delegado de Assaí comunica a “permanente” fiscalização para que o rádio só funcione nestas condições.

Outra denúncia foi apresentada pelo vizinho de um “japonês” no dia 18 de abril de 1944. O nipônico foi acusado de possuir um rádio e ouvi-lo às quatro horas da manhã, em sintonia com uma emissora de Tóquio e em companhia de patrícios de sua localidade. O denunciante localizou o rádio na residência do acusado, bem como relatou que ele tinha no porão de sua casa pequenas escavações, cheias de água e carvão, utilizadas para tirar a descarga do receptor. O chefe da Seção de Apreensões ressalta que “Convém notar que no dia 20 do andante, aniversaria-se o imperador Hiroito”.³¹⁰ O nipônico foi preso no dia 21 de abril de 1944. Foram apreendidas com ele mais de onze cartas, cem livros em japonês, o rádio número 80539, ondas curtas, médias e longas, marca Morse, fone e antena interna, bem como duas válvulas queimadas. O rádio estava sintonizado em uma emissora de Tóquio, porém “o elemento em

307 Pasta “Documentos Antigos – Pasta 1”, p. 164.

308 Pasta “DOPS – Diligências”, p. 118.

309 *Idem*, p. 119.

310 *Idem*, p. 18.

apreço formula explicações confusas e se expressa pessimamente em nosso idioma, tendo sido posto em liberdade em 22 do fluente por ordem de V. S. depois de ter sido fichado e advertido”.³¹¹

Em 16 de outubro de 1944, a Seção de Investigação comunica ao delegado da DOPS a busca na casa de um “japonês”, no bairro do Ahú, em Curitiba. Foram encontrados cinco vidros contendo enxofre (entre seis e sete quilos, segundo o comunicado). O acusado defendeu-se dizendo que usava o produto junto com areia e cinza para “dar banho em suas galinhas para combater o piolho e outras pestes”.³¹² Por ocasião de busca sofrida por não pagar seu aluguel, ele defendeu-se dizendo que não pagava porque a proprietária negava-lhe recibo. O chefe da Seção de Armas informa que o enxofre é de livre venda e usado na agricultura. No comunicado foi acrescentada ordem determinando que o material fosse restituído ao proprietário.³¹³

E, no dia 2 de dezembro de 1944, o chefe da Seção de Investigações comunica ao delegado da DOPS as declarações de um tintureiro nipônico sobre a procedência de um mosquetão encontrado na demolição de sua residência pela Construtora Gutierrez Paula e Munhoz. Declarou ele que no local havia uma pensão e algum de seus hóspedes a escondeu no local e assim, após suas declarações, foi dispensado.³¹⁴

As apreensões do período da guerra foram arbitrárias, ou seja partiam do pressuposto legal para a sua efetivação porém, baseadas em uma lógica da provável delação e averiguação policial que não se confirmava na maior parte das vezes.

4.4.2 A expressão pública da língua japonesa e a política de assimilação

Japonês continua podendo fazer tudo: pode trabalhar, pescar, jogar futebol. Só não pode falar japonês. E quem não souber português não pode falar nada.³¹⁵

Em 16 de março de 1942, o inspetor número 49 relatou ao delegado da DOPS a viagem que fez a Assaí para substituir a um inspetor acusado de ter-se unido aos japoneses. Segundo ele, em sua viagem houve dificuldades quanto ao levantamento de informações entre os japoneses, que não falavam bem o português. Entretanto, relata que: “Durante o tempo em

³¹¹ *Idem*, p. 16.

³¹² Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 217.

³¹³ *Idem*.

³¹⁴ Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 99.

³¹⁵ Resposta do delegado do distrito de Penápolis, São Paulo a um feirante em 1942, ano do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, MORAIS. *Corações Sujos*, p. 46

que estive fazendo o levantamento observei que todos os japoneses, tem absoluta certeza da vitória do Japão e possuem o retrato do Imperador e grande quantidade de livros”.³¹⁶

Encontramos entre a documentação da DOPS um comunicado, do dia 3 de novembro de 1942, de um agente ao delegado, relatando o comparecimento de um imigrante e de seu filho, acusado por um soldado de falar japonês em público. Segundo o agente, o imigrante era naturalizado brasileiro e seu filho, brasileiro nato - e defendeu-se argumentando que nem sabia falar japonês.³¹⁷

Em 25 de novembro de 1943, uma queixa é apresentada contra um sapateiro “que com outros súditos nipônicos falavam o idioma japonês. Mandando-os expressar-se em português, aquele retrucou: ‘Quem manda na minha casa sou eu’ ”.³¹⁸ Em ordem de serviço do dia assinalado, um agente é encarregado de investigar o dito japonês. O agente obtém o seu nome com o açougueiro que trabalhava ao lado de sua sapataria, e atesta que ele costuma expressar-se na língua japonesa.³¹⁹

Outro caso de prisão pela DOPS, já em 1944, é o do proprietário de um bar em Curitiba. O motivo de sua prisão, realizada no dia 3 de janeiro de 1944, bem como de ter sido fichado, foi a acusação, confirmada após busca no seu estabelecimento, de “exibir discos em idioma japonês”.³²⁰ Outra busca e apreensão de um “súdito nipônico”, segundo o comunicado do chefe da Seção de Investigação ao delegado da DOPS, deu-se no dia 3 de janeiro, e nada foi encontrado na residência do suspeito. Ele tinha as pernas aleijadas e não falava o português corretamente: “O elemento em apreço não sabe se expressar correta e convenientemente em nosso idioma, falando em japonês com sua senhora que lhe serve de intérprete no exercício de sua profissão”,³²¹ que era a de sapateiro. O agente da DOPS relata sua advertência ao japonês para que só utilize privadamente sua língua materna.

Em julho de 1944, acusado do crime de defloramento, um japonês apresentou-se e foi preso na DOPS. Respondeu que não compareceu a Delegacia de Segurança Pessoal antes por ter compromissos comerciais. Em ofício encontrado em uma pasta chamada “Relatórios de 1943”, o que denota a desorganização da DOPS, relata-se que ele recusou-se a comparecer a

316 Pasta “Delegacia de Polícia de Assai”, p. 69.

317 Pasta “DOPS”, p. 267.

318 Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 301.

319 *Idem*, p. 299.

320 *Idem*, p. 307.

321 Pasta “Relatórios 1944”, p. 302.

polícia e, segundo o delegado de Segurança Pessoal em comunicado ao delegado da DOPS, falou em japonês entre japoneses.³²²

Segundo o comunicado do Chefe da Seção “C” ao delegado, o mesmo japonês, agora acusado do crime de falar em japonês em público, disse assumir que falou nesse idioma com o seu pai, que não sabia o português, bem como com dois primos, na presença do agente policial. A DOPS convocou seus primos a comparecerem na delegacia, o que eles fizeram no dia seguinte. Prestaram declarações ao auxiliar da Seção de Investigação. Segundo o documento, eles são interrogados e responderam questões gerais de identificação (filiação, naturalidade, idade, quando chegaram ao Brasil) porém não trouxeram nenhum documento. Declararam que vieram a Curitiba para informar-se do preço dos tomates. Em aditamento manuscrito, sem data, o documento observa que ambos deveriam ser fichados, “severamente advertidos e todos postos em liberdade”, inclusive o acusado de defloramento, cuja investigação deste crime não consta nesta documentação.³²³

Em 31 de julho de 1944, o auxiliar da Seção de Investigações comunica ao delegado titular da DOPS sobre interrogatório realizado com um comerciante japonês que foi preso por ter falado na língua materna e haver declarado ao agente de polícia Estácio Correia que falaria o idioma e que “ninguém teria nada com isso”. O comerciante declarou ter falado em japonês com o seu filho de três anos de idade, foi fichado, advertido e posto em liberdade.³²⁴

Em todos estes casos percebemos que falar em público na língua materna era caso de polícia. Entretanto, as ações eram a prisão temporária do acusado, a advertência e a libertação do elemento, ações que na época eram legalmente amparadas. A proibição dos periódicos em língua nipônica e ao fechamento das escolas japonesas tiveram conseqüências maiores e forçavam a nacionalidade e a assimilação através da adoção definitiva do português entre os imigrantes. Contudo, a repressão e a proibição da expressão pública representa uma medida que impunha restrições e limites quanto a questões da vida particular, a livre manifestação estava proibida.

4.4.3 (Contra) Espionagem e vigilância.

Segundo a DOPS, em Assaí havia um “espião”, chamado Espiridião Feres, que em carta do dia 25 de março de 1942 forneceu ao chefe de polícia, Fausto Bittencourt, as seguintes

³²² *Idem*.

³²³ Pasta “Delegacia de OPS. Dops – relatórios”.

³²⁴ Pasta “Relatórios da DOPS”.

informações: “conforme o prometido, o que tenho observado aqui em Assaí é o seguinte: 1 Creio que a Cooperativa Agrícola de Três Barras é um centro de 5^ª colonistas japoneses os quais procuram subornar brasileiros que não têm amor a sua Pátria”, além disso, “Caso o Dr. Fausto esteja bastante ligado a este pessoal para poder observar outras coisas, mas esta raça é muito esperta, e talvez desconfiem qualquer coisa a meu respeito”.³²⁵

O “espião” acreditava que haviam brasileiros simpáticos ao Eixo na cidade, e que na dita cooperativa trabalhava um “elemento do exército japonês”. Feres afirma que “Acredito que os japoneses alimentam evidentemente fitos desleais a respeito do país, e tendo a sua organização social, econômica e 5^ª colonista em perfeito delineamento entre a sua raça, têm aos brasileiros livres, ao que parece, como verdadeiros quistos incômodos”.³²⁶

Feres diz que o apoio de brasileiro era dado por motivos econômicos e que entre os japoneses havia receio de espionagem policial -- tanto que, conforme Bittencourt havia pedido, não se aproximou das autoridades locais. Além disso e de modo suspeito, os japoneses vigiavam a ponte ferroviária.

A delação, de vizinhos ou de outras pessoas, era em muitos casos o motivo de buscas e apreensões da DOPS. Nestes casos, o medo, a ameaça da espionagem de pessoas de nacionalidade do Eixo e as representações sobre os japoneses justificava tais ações “preventivas”, posto que os perigos eram muitos: 5^ª colunas organizados, que utilizavam meios ilícitos para atingir o seu objetivo, como o suborno e a deslealdade, eram “espertos” e “desconfiados” ante estranhos.

Um outro exemplo é a carta de Nazareno, morador de Curitiba, remetida ao delegado de Ordem Política e Social, Walfrido Piloto, no dia 16 de abril de 1942: “Na esquina da rua Martin Afonso com Carneiro Lobo, existe uma casa comercial que consta ser seu proprietário alemão e aí é visto entrar constantemente um indivíduo de aparência japonesa, sobraçando volumes suspeitos.”³²⁷ O “alemão”, segundo a carta, disse que quando a Alemanha ganhar a guerra e dominar o Brasil, “os brasileiros haveriam de ser pisados”.³²⁸ Houve investigação, mas nada foi encontrado e nem houve prisão, pois os policiais encontraram enfermo o dito alemão.

325 Pasta “Delegacia de Polícia de Assaí”, p.130.

326 *Idem*.

327 Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 29.

328 *Idem*.

Outro caso é o do soldado que comunicou à delegacia que em um determinado lugar em Curitiba “estava havendo uma reunião de elementos japoneses”.³²⁹ No comunicado, os inspetores relatam ao delegado que nada viram, pois estava escuro e a casa estava fechada. Não há referência a uma continuidade da investigação por parte da polícia.

Do mesmo ano de 1942 é a pasta “Associação dos Moços de Londrina”. Provavelmente, a abertura desta pasta se deve à interceptação e uma carta que, segundo seu signatário (de Bastos, Estado de São Paulo), era oriunda de tal associação. O documento é constituído de três folhas mimeografadas com recentes notícias acerca da guerra e foi interceptado pela DOPS-São Paulo, que em 2 de julho comunicou a DOPS-Curitiba e esta, no dia 7, por sua vez informou a delegacia de Londrina, incumbindo o órgão londrinense de tomar providências e dar ciência dos fatos. À delegacia de São Paulo, a delegacia de Curitiba afirmou que faria investigações e a manteria a par do seu progresso. O resultado das investigações não consta dos arquivos.³³⁰

No dia 16 de setembro de 1942, o inspetor número 19 comunica ao delegado da DOPS que esteve sob observação a residência de um japonês, proprietário de bar e restaurante. Relatou o investigador policial: “notei que há, aí, grande afluência de elementos japoneses, vindos do interior dêste Estado”.³³¹ O encaminhamento acrescentado à comunicação determina: “À S. I., para proceder diligencia, notificando o proprietário de que não deve permitir conversações em japonês, nem permitir aglomerações desses elementos”.³³² A seguir, pede para fichar em prontuário o dito “elemento”.

Outro tipo de averiguação da DOPS era em relação a japoneses vindos de outros Estados, como São Paulo. Esta investigação ficava a cargo de um inspetor que consultava o fichário da Seção de Hotéis e Pensões da delegacia.

Em 5 de março de 1943 a polícia de Assaí comunica à DOPS sobre um elemento nipônico, de 42 anos, artista circense e dono do circo Pavilhão Teatro Nancho, composto por sua mulher, de nacionalidade japonesa e mais 18 brasileiros. Com o elemento foi encontrado um certificado de reservista do Exército Imperial do Japão, no qual consta que fez “graduação”. Diz o delegado que ele não fez nada de irregular “que desabonasse a sua conduta ou mesmo que possa tornar-se suspeito”.³³³ Coisa alguma foi encontrada, mesmo arma de fogo. Porém, ele foi identificado na polícia e esta identificação remetida à DOPS-Curitiba,

329 Pasta “DOPS – Relatórios”, p. 98.

330 Pasta “Associação dos Moços de Londrina”.

331 Pasta “DOPS – Relatórios”.

332 *Idem*.

bem como a sua carteira de reservista, com um “atestado de relevantes serviços prestados” ao exército japonês, foto e ficha datiloscópica. Em despacho no comunicado a DOPS determinou-se que o “japonês” não mais poderia viajar, teria que se retirar do circo e fixar residência “numa localidade qualquer” e estar “sob constante observação”, além de estar fichado na DOPS.

E continuavam as acusações, não comprovadas, de espionagem. Uma delas foi apresentada pelo agente número 43 ao delegado de Apreensões e Investigações, da DOPS, no dia 27 de fevereiro de 1944. Trata-se da observação, realizada pelo agente, sobre um estabelecimento comercial, “Casa da Ordem”, de propriedade de um japonês. O agente comunicou ao delegado que “um motorista desta Capital, que a mim declarou que aos domingos ali no citado armazém se reuniam elementos do Eixo a fim de tratarem assuntos particulares, e que por várias vezes, fôra observado pelo denunciante que os mesmos se cumprimentavam a moda nazista”.³³⁴ Relata-se após investigações que nenhum fundamento tinha a denúncia.

A guerra colocou em perspectiva a possibilidade da conquista nipônica do Brasil. A polícia enquadrava os chamados “súditos do Eixo”, em especial os japoneses, pois acreditou-se que eles formavam bases de assalto para o ataque ao país. O conflito permitiu ações repressivas contra aqueles cujo seu objetivo único era a conquista do Brasil. Assim, qualquer reunião destes era considerada como a possibilidade da conspiração, o sentimento de perigo que representavam os japoneses uniu também aspectos positivos: ele era esperto e inteligente, mas pronto para atacar sorrateiramente – imagem que podia ser antropoformizada – e de forma mortal, dominando e conquistando terras brasileiras.

333 Pasta “Delegacia de Polícia de Assaí”, p. 154.

334 Pasta “Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS Relatórios”, p. 288.

4.5 Sociedade de jovens japoneses: a *Akebono*

Na documentação referente aos imigrantes japoneses, as mais importantes pastas temáticas da DOPS-Curitiba são “Sociedade dos Jovens japoneses” e “Akebono”, pois tratam da organização de uma sociedade com cunho nipo-nacionalista, a primeira descoberta pela polícia política do Estado do Paraná. Elas contêm material de apreensão, diligências, prisões, comunicação entre delegacias e investigações acerca de uma sociedade de jovens imigrantes japoneses no interior do Estado cujo objetivo feria a segurança nacional. O período são os anos 1944 e 1945.

Em 10 de junho de 1944, foi realizado o primeiro auto de declaração de uma vítima da Sociedade dos Jovens Japoneses ou Akebono. Segundo o auto, a vítima era de nacionalidade japonesa, alfabetizado, 39 anos, lavrador de hortelã-pimenta na colônia Água da Divisa, em Bandeirantes, cidade do interior do Paraná. A acusação era de que os participantes da sociedade incineraram o seu monte de hortelã colhida e o ameaçaram de morte, caso não abandonasse esse cultivo.³³⁵

Entretanto, o fato tem antecedentes. Em março do mesmo ano, o agricultor dirigiu-se a Bandeirantes para comprar mantimentos. O dono da casa comercial lhe disse “que este devia passar o arado na sua plantação de ortelã a fim de inutilizá-la, e o declarante respondeu por não ter compreendido a finalidade do conselho, que não possuía arado, que, então lhe foi dito que devia abandonar a lavoura de ortelã-pimenta”.³³⁶

Neste mesmo dia, cerca de sete jovens o procuravam e insistiram para que ele abandonassem a lavoura de hortelã, pois era um produto útil na guerra. A vítima afirmou ter reconhecido três desses jovens. O agricultor atendeu a ordem até o dia 25 de maio, quando soube que outros lavradores estavam plantando e colhendo a hortelã. No dia 27, foi à casa de um dos membros da sociedade pedir permissão para fazer sua colheita, e este lhe disse que viria a Bandeirantes perguntar ao diretor da sociedade e depois daria a resposta. No dia 29, disseram-lhe que podia fazer o que quisesse.

Entretanto, no dia 4 de junho, domingo, às 4h05, sua mulher viu que haviam colocado fogo no monte de hortelã. Junto à casa, o casal encontrou uma tabuleta que dizia:

AVISO. PELA CAUSA DO JAPÃO.1 SE COLHER UMA GOTA, UMA FOLHA OU MENOS DE UMA GOTA DE ORTELÃ TERÁS O TEU PESCOÇO CORTADO. 2

³³⁵ Neste período a hortelã era considerada pelos imigrantes como um produto que favorecia os esforços de guerra dos aliados e portanto, prejudicial aos japoneses. Dizia-se que a erva era utilizada como matéria-prima para bombas.

³³⁶ No original, este trecho está grifado em vermelho e apresenta os erros de ortografia que reproduzimos. Pasta “Akebono”, p.57.

DEPOIS DESSA DATA, SE CONTINUARES COLHENDO E DER PARTE A POLÍCIA TODA TUA FAMÍLIA SERÁ PICADA E CORTADO O PESCOÇO.³³⁷

Então ele tentou, junto a alguns amigos, resolver o conflito “para aconselhar os moços que não deviam fazer o que fizeram”. Resolveu ir à polícia prestar queixa e declarou que não tinha ido ainda porque temia as ameaças a sua família. Disse saber de outras pessoas que possuíam plantações da referida erva e já haviam sofrido ameaças.³³⁸

Na seqüência dos acontecimentos, a polícia tomou a providência de averiguar os fatos. No dia 11 de junho, os acusados reconhecidos pela vítima prestam declarações à polícia de Bandeirantes. Eles eram moradores de Água da Divisa e em seus autos de declaração assumiram a participação na Akebono, deram nomes de sócios e diretores. Segundo o relator do auto:

Onde passaram a praticar atos de violência, ameaçando seus patrícios que com mais ardor se dedicavam ao amano da terra procurando produzir menta e deste modo contribuir para o esforço de guerra, a qual se acha empenhado o Brasil, apesar de constantes ameaças por parte da congregação da juventude do sol nascente; que, em todos os núcleos constituídos por japonezes, existe sociedade congênere, para o fim de unidos defenderem os direitos e o interesse do Japão”.³³⁹

Segundo a DOPS, um dos acusados disse que foi convidado a participar da sociedade primeiramente de modo “suasório” e depois de forma ameaçadora. Diziam-lhe que o Japão necessitava de moços para sua defesa. Perguntado sobre a existência de receptores de rádio respondeu não ter conhecimento, mas que ouviu falar na existência deles. Além disso, foi apresentada ao declarante uma sobrecarta e ele disse estar nela escrito “cuidado com brasileiro. Atenção existe radio dando notícias – cuidado com brasileiro que estão com os olhos aberto”.³⁴⁰ Ou seja: havia indícios do perigo da espionagem e de uma organização subversiva.

No dia seguinte a estas declarações, um rapaz de 17 anos prestou depoimento à polícia e acusou dois dos elementos reconhecidos pela vítima de insistirem para que ele fizesse parte da sociedade e também de, junto com o terceiro acusado, “deliberarem a queima da ortalã-pimenta, por ser esse produto, prejudicial ao esforço de guerra”.³⁴¹ Disse não ter participado da queima e que um primos seu participa da sociedade. O declarante foi fichado no Instituto de Identificação da Polícia do Paraná sob a acusação de infringir a lei de segurança nacional.³⁴²

337 No original, este trecho está em maiúsculas, como aqui reproduzimos, sublinhado em vermelho (*Idem*, p. 58).

338 Pasta “Sociedade de Jovens japoneses”, p. 57-58.

339 Pasta Sociedade de Jovens japoneses, p. 58.

340 *Idem*.

341 Pasta “Akebono”, p. 59.

342 A primeira lei de segurança nacional promulgada no Brasil data de 17 de janeiro de 1921: o decreto no 4.269, que visava principalmente o anarquismo. As leis seguintes, de número 38 e 136, são de 4 de abril e 14 de setembro de 1933. Em 18 de maio de

Neste mesmo dia, um dos acusados presta declarações aos policiais. É um jovem de 22 anos, solteiro, lavrador, alfabetizado - e japonês, segundo a DOPS. Consta nos autos que ele se identificou como membro da Akebono, também chamada de “Jovens do Sol Nascente” e assumiu que eles “deliberaram por fogo na ortelã-pimenta colhida pelos seus patrícios, porque no seu entender, e do de seus companheiros, a proibição de menta seria prejudicial ao esforço de guerra do Japão”: era de “benefício ao Japão” a queima da hortelã. Porém, segundo a declaração desse jovem, paira a dúvida:

Que, antes de botarem fogo ao monte de hortelã, perguntaram a opinião de (...) Tanaka, e este respondeu-lhes que não sabia se era bom ou ruim para o Japão, e por isso, como o declarante e seus companheiros continuassem na dúvida da utilidade da menta, resolveram praticar o ato acima declarado... {Ele assume} a parte da responsabilidade que lhe cabe, com espontaneidade e satisfação, por ter ao seu ver, cumprido com um dever de patriotismo e está certo, que o mesmo gesto terão seus companheiros de ação.³⁴³

Porém, tal dúvida refere-se à utilidade da planta e não ao objetivo, que é muito claro, segundo a polícia. Em Bandeirantes, formaram ouvidos dois outros rapazes. Um deles era primo do depoente anterior e disse que não pertencia à sociedade e não fez parte da queima. Entretanto, foi acusado e recolhido à casa de detenção. No dia seguinte, um rapaz de 15 anos foi ouvido pela polícia e declarou que foi procurado pelos três acusados ao completar essa idade “de acordo com o ritual da sociedade Akebono” e “que a nenhum japonês dentro daquele limite de idade, é dado alhear-se dos interesses sociais”. Disse ele não ter conhecimento das ameaças e não saber o motivo da proibição do plantio da menta, “que tanto pode ser com a intenção de diminuir esforço de guerra do Brasil, como para prejudicar aos plantadores”.³⁴⁴ Em correspondência da delegacia de Bandeirantes, datada do dia 12 de junho de 1944, a DOPS-Curitiba é comunicada do auto de apreensão de documentos da sociedade – escritos diversos e a tabuleta que ameaçou a vítima.³⁴⁵

Constam na pasta “Sociedade dos Jovens Japoneses” 32 folhas, escritas em japonês, sem referência à apreensão do material. Também não consta relatório, nem tradução do mesmo. Talvez isto ficasse a cargo de investigadores que não elaboravam qualquer material que ficasse arquivado. Porém, o que fica evidente é que a pasta apresenta uma ordenação muitas vezes aleatória, com documentos que não seguem uma ordem cronológica ou

1938, por meio do decreto-lei nº 431 ficou estabelecida uma nova legislação que somente em 5 de janeiro de 1953 que foi modificada. O decreto-lei nº 431 definiu crimes contra personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

³⁴³ *Idem*, p. 63.

³⁴⁴ *Idem*, p. 61.

³⁴⁵ Pasta “Sociedade de Jovens japoneses”, p. 44.

investigativa, pois freqüentemente a sequência numerada das folhas foge à ordem dos acontecimentos.³⁴⁶

O inquérito em Bandeirantes foi instaurado no dia 11 de junho. Segundo a DOPS, um dos acusados confessou o crime e a sua motivação: ajudar o Japão na guerra. Em 16 de junho, o inquérito foi concluído. Em 17 de junho, foram apresentados ao secretário 17 japoneses implicados em “atividades anti-nacionais” constantes no inquérito Akebono. Os acusados foram encaminhados ao Instituto de Identificação, em Curitiba, no dia 19, e levados para a prisão provisória. E em 23 de junho, o titular da DOPS apresenta solicitação ao secretário para providenciar o recolhimento à casa de detenção para os tais acusados. Em 25 de setembro de 1944, foi decretada pelo Tribunal de Segurança Nacional a prisão preventiva dos elementos.

Em documento sem data, o auditor da 5ª Divisão de Infantaria da 5ª Região Militar, general Lauro Schuch, solicitou ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná providências para ser informado sobre a Sociedade Akebono e seus sócios para fins judiciais. No dia 12 de julho de 1944, são presos e interrogados outros acusados do crime da destruição das lavouras de Bandeirantes. O auto de declaração foi realizado junto ao titular da DOPS-PR, Dr. Valfrido Piloto.

O primeiro acusado era nissei mas possuía tinha nacionalidade japonesa e era nascido em 1917 - 27 anos de idade, portanto. Sabia ler e escrever (em japonês e português), era casado e residia em Cornélio Procópio. Foi interrogado e disse que pertenceu à Sociedade dos Jovens Japoneses – “Akebono” (chamada de Sol Nascente), que em Cornélio Procópio era conhecida entre os japoneses como “Sociedade dos Moços da Colônia Central”.

Para o declarante, esta sociedade deixou de existir oficialmente após a eclosão da Segunda Guerra, porém continuando como uma sociedade de “caráter esportivo, de recreação, de ligação entre os jovens e na prestação de trabalho e auxílio”³⁴⁷ aos participantes quando estes ficavam doentes, encarregando-se de plantações ou limpeza de estradas:

Declarou que a sociedade possuía uns vinte sócios, na colônia central, e que o chefe era (...) Yamashita. Estes praticavam a ajuda mútua e não tratava-se de uma organização política. Interessante notar que o interrogado diz não ser plantador da hortelã-pimenta, e sim de café, pois considerava impatriótico, para ele, japonês,

346 Interessante notar, nas cinquenta páginas desta pasta, da 11 à 42, há a documentação apreendida no ano de 1944, mas a página 10 contém somente um recorte do jornal O Dia, 20/09/53, com uma ilustração sobre o dia da árvore, e um mensagem: “21 Dia da Árvore, Lembre-se sr. Prefeito, amanhã é o dia da árvore...Plante uma pelo menos!”. Talvez esta seja uma evidência da falta de critério de quem elaborou esta pasta. Contudo, fica claro que se a ordem numérica anotada a caneta estiver de acordo com a temática, esta pasta foi feita após o ano de 1953.

347 Pasta “Sociedade dos Jovens japoneses”, p. 2.

plantar hortelã, caso seja verdade, como falam, que, o mentol é usado para os norte-americanos fazerem bombas para jogar sobre o Japão; que não se recorda quem foi que lhe disse haver, o mentol, essa finalidade; que na colônia “Central” não há plantações de hortelã, só a lavouras de café e que nenhum patrício falou a respeito de porem fogo em plantações de hortelã, não sabendo nada a respeito... ³⁴⁸

Além disso, disse não conhecer alguns dos outros presos.

O auto de declaração de outro acusado, também na DOPS-Curitiba, no dia 12 de julho de 1944, também ao Dr. Valfrido Piloto, contém informações semelhantes. Relata o depoente que tem 26 anos, nascido no dia 27 de novembro de 1918, é solteiro, lavrador, sabia ler e escrever em japonês e português, é de nacionalidade japonesa, residente e domiciliado na colônia Central, município de Cornélio Procópio.

Perguntado sobre o assunto do auto, diz ser residente há nove anos na colônia Central, perto de Cornélio Procópio, é amigo e vizinho do primeiro depoente, e que a Akebono não tinha o caráter de sociedade: era de fato uma união de jovens japoneses destinada ao auxílio mútuo e à prática de esportes. Disse que ele e outro acusado eram os mais velhos e que portanto dirigiam o grupo, composto por vinte moços e que:

Não sabia nada a respeito da queima de lavouras de hortelã no norte deste estado, pois já há quarenta e tantos dias em São Paulo, tratando da saúde e dos dentes; que na colônia “Central” não há plantações de hortelã, pois só se dedicam à plantação de café; que o declarante nada sabe a respeito do nome “AKEBONO”, de uma Sociedade de Jovens Japoneses, isso a despeito das explicações que a autoridade lhe esta dando. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado.³⁴⁹

No mesmo dia destas declarações, foi remetido pelo delegado auxiliar da DOPS de São Paulo ao titular da DOPS-Curitiba a certidão de estrangeiro fornecida pela Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio a um dos depoentes. Neste certificado, constam informações já levantadas pela DOPS-Curitiba como nome, nacionalidade, profissão, idade, estado civil, residência, onde trabalha, quanto tempo residia no Brasil. As informações foram comprovadas pelo passaporte. Consta que na época ele tinha 21 anos de idade e era solteiro, bem como já residia na colônia Central, em uma fazenda, muito provavelmente de sua propriedade ou de sua família.

Neste mesmo dia, o titular da DOPS-Curitiba despacha uma circular para os delegados regionais (DR). A circular, por ordem do capitão secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública determina que os delegados regionais providenciem às seus subordinados maior vigilância em torno do súditos do “eixo”, não permitindo qualquer viagem sem a licença da secretaria, principalmente os jovens deve-se apurar em caráter reservado se não pertencem à

³⁴⁸ *Idem*, p. 2.

³⁴⁹ *Idem*, p. 3.

organização Akebono (Sociedade dos Jovens Japoneses), pois os seus antigos dirigentes voltaram a agir às ocultas como ocorreu em Água da Divisa – Bandeirantes, “intimidando e violentando patrícios”, a fim de que destruíssem as lavouras de hortelã-pimenta, de onde se extrai o mentol, útil, segundo os associados à aparelhagem de guerra dos aliados.³⁵⁰

A circular recomenda aos delegados da região a redação de relatórios quinzenais sobre os serviços preventivos e repressivos, e outros que possam interessar à segurança nacional. Os relatórios deviam ser remetidos à DOPS-Curitiba acompanhados de uma apreciação das Delegacias Regionais.

No dia 13 de junho de 1944, o delegado regional de polícia encaminhou ao capitão Fernando Flores, secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado, um relatório sobre os acontecimentos em Bandeirantes. Solicitou maiores restrições ao trânsito de “súditos do eixo”, principalmente alemães e, em função do ocorrido durante o inquérito em Bandeirantes, determinou a suspensão do trânsito de “elementos japoneses”: “A suspensão do trânsito de elementos japoneses, mesmo de um sítio para outro, dentro do próprio município, ao longo da estrada, embora munido do documento de salvo conduto, medida essa, que submeto à sua douta apreciação.”³⁵¹

Remeteu cópias das declarações prestadas sublinhando trechos pelos quais se conclui, segundo o delegado, “que os referidos súditos, desenvolvem atividades, perigosas à nossa Pátria”, sendo necessário verificar a afirmação, de um dos depoentes de que em todos os núcleos japoneses existe uma sociedade congênere à de Bandeirantes a fim de defender os direitos e interesses do Japão.³⁵²

No dia 13 de julho de 1944 o titular da DOPS-Curitiba enviou documento ao delegado auxiliar atestando a culpabilidade dos dois japoneses no inquérito aberto contra os mesmos. Foram culpados de pertencer a Sociedade dos Jovens Japoneses, chamada de Akebono, cujos membros realizaram os atos de “sabotagem” contra os agricultores da hortelã-pimenta em Bandeirantes. Em 27 de junho de 1944, fora solicitada a prisão de um dos acusados, sendo este apresentado por uma escolta de dois investigadores de São Paulo e recolhido ao xadrez no dia 4 de julho de 1944.

Interessante notar que o preso será solto alguns meses depois, em outubro. Consta em documentação da DOPS-Curitiba a determinação de providências para a portaria de soltura no dia 24 de outubro de 1944. No dia seguinte, o diretor da Penitenciária Central do Estado

350 *Idem*, p. 50.

351 Pasta “Akebono”, p. 54

352 *Idem*, pp. 52-54.

cumprir a portaria número 347 da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná e colocá-lo em liberdade.

Em 11 de julho de 1944, quando os primeiros indiciados em Bandeirantes já estavam presos em Curitiba, o titular da DOPS solicitou ao chefe maior da 5ª Região Militar, para fins de inquérito, informações sobre o mentol junto ao Serviço Médico do Exército e Material Bélico, e perguntou se ele fazia parte do equipamento de um exército combatente. Ao diretor do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, perguntou o delegado se é da planta hortelã-pimenta que se extrai o mentol.

Em resposta, os militares comunicaram à DOPS que o mentol possui propriedades medicinais e na indústria possui grandes aplicações na “terapêutica médica-cirúrgica, máxima no momento atual de guerra, em que é aplicado em grande escala nos hospitais militares de campanha, como anti-nevrálgico, anti-séptico, tanto interna, como externamente.”³⁵³ Além disso, disseram que a menta tinha outras aplicações terapêuticas e que “faz parte integrante da mobilização médico farmacêutica de nosso Paiz e de nossos Aliados.”³⁵⁴ Porém, desconheciam sua utilidade no setor de indústria bélica, e afirmaram que não era um produto sujeito à fiscalização do ministério da Guerra.

O instituto de pesquisas informou à DOPS que o mentol era extraído de um tipo de hortelã chamado *Mentha piperita* e da *Mentha arvensis*, diferente da planta vulgarmente conhecida como hortelã. Este tipo de mentol, que também poderia ser sintetizado, era usado para o fabrico de caramelos, dentifrícios e outros tipos de produtos farmacêuticos.

Há também a cópia da resposta do consulado americano sobre o consumo do mentol dos Estados Unidos. O mentol, antes da guerra, vinha do Japão e da China, e depois passou a ser importado de outros países como o Brasil, sendo valiosa a nossa produção. Nossas maiores regiões produtoras eram São Paulo e norte do Paraná.

Em relatório acerca do inquérito policial sobre os indiciados da Akebono, em 12 de julho de 1944, conclui-se que a sociedade era de “fundo patriótico, e com o fim de despertar nos japoneses adolescentes, os sentimentos raciais, a compreensão de que na juventude está depositada toda a esperança de uma raça, de um Império”, e afirmou que:

outros nipões, de aparência ignorantes, característico da raça a que pertencem, não são mais que, instrumento de execução das ameaças proferidas em vista de, entre os detidos, figurarem pessoas de destaque no comércio local e que, de nenhum modo, poderiam por isso, levarem as mesmas ao conhecimento das autoridades...

353 *Idem*, p. 42.

354 *Idem*.

Segundo o relatório, um brasileiro teria afirmado que as pessoas envolvidas no caso combinaram de arrecadar uma espécie de indenização ao lavrador, a fim de que encerrassem o caso. O escrivão que assina o relatório afirma ainda que os acusados “se fazem de ignorantes, e procuram com suas atitudes, chamarem a si, a responsabilidade do fato”, além do que confirmando o seu raciocínio chama a atenção para o fato de que no artigo 1º dos estatutos do Clube da Juventude do Sol-Nascente está a seguinte frase “para não envergonhar a raça japonesa”.³⁵⁵ A suposta ignorância – supostamente inata ao grupo racial –, supõem a sua fidelidade à pátria natal, bem como a tentativa de resolver os problemas internos no próprio grupo. Além da inferioridade racial dos japoneses, que explica as atitudes e ações provocadas pela Akebono. No relatório, percebemos a avaliação e explicação baseada em critérios pertinentes à antropologia criminal: o criminoso carrega consigo, de forma inata, a propensão ao crime, que é portanto atávico e explicado devido a raça a que se pertence pois, para a Escola positiva, ao contrário da Escola Clássica, ela:

Opôs à livre vontade [da Escola Clássica] num rígido determinismo: os homens cunhados de uma determinada maneira pela biologia e seu meio social, são impulsionados sem resistência a suas ações; não se parecem, se dividem em vários tipos, dos quais cada um revela uma determinada tendência inata à virtude ou ao vício.³⁵⁶

É ditado de 2 de maio de 1945 um relatório policial de Dalton Portela, sobre a Akebono:

Antes da guerra tinha por fim unir a juventude japonesa esparça pelo território nacional, dando-se mútuo amparo moral e material, ao mesmo tempo despertando nos adolescentes os sentimentos raciais e a compreensão de que na juventude está depositada toda a esperança de uma “raça”, de um Império.³⁵⁷

Com a erupção da guerra, a sociedade paralisa suas atividades: “passando a praticar atos de violências, tais como: ameaçar os patrícios que com mais ardor se dedicavam ao amanhã da terra, procurando produzir menta, contribuindo desse modo êstes agricultores no esforço de guerra, para o qual o Brasil então se achava empenhado”. A tradução do artigo 1º do estatuto da Akebono diz: “Este clube tem por fim promover a harmonia entre si; o espírito de coletividade e moralidade, para não envergonhar a raça japonesa”.³⁵⁸

Relata Portela que as ameaças da sociedade aos plantadores de hortelã eram do conhecimento dos “súditos do Império do Sol Nascente”, porém desconhecidas entre os brasileiros. Segundo o delegado, “por patriotismo, solidariedade, ou talvez um sentimento de

355 *Idem*, pp. 45-47.

356 CANCELLI. *Op. cit.*, p. 28.

357 Pasta “Akebono”, p. 3-4.

358 *Idem*, p.3-4.

mêdo”, calavam os japoneses, não denunciando a referida sociedade à polícia. Até que suas atividades foram descobertas quando ocorreu o episódio no município de Bandeirantes. Afirmo o delegado que da sociedade participavam jovens de 15 a 25 anos – atingindo esta idade, já não podiam mais participar. Além disso, ela existiu regularmente até 1938, sendo dissolvida pela Campanha de Nacionalização, porém continuou agindo clandestinamente em todos os municípios do norte do Paraná. De suas atividades esportivas e de conservação dos costumes japoneses participavam, obrigatoriamente, todos os jovens, do sexo masculino, entre 15 e 25 anos: “Não se trata de grupos de moços ligados entre si somente pela identidade de raça. Mas são associações perfeitamente organizadas com diretorias e com estatutos”.³⁵⁹

Neste mesmo dia, o titular da DOPS comunicou ao presidente da Sociedade Glória União Agrícola e Instrutiva Brasileira, composta por imigrantes poloneses, que, por se tratar de uma agremiação brasileira, ela tinha o dever de “cultuar as datas brasileiras, usar exclusivamente o idioma nacional e desenvolver o quanto possível o espírito de brasilidade, sob pena de ser caçada a licença.”³⁶⁰ Portanto, os crimes da Akebono foram a manutenção da “identidade de raça”, nos termos policiais, e a “sabotagem” dos esforços dos aliados. E estes eram graves crimes contra a segurança nacional e a nacionalidade.

Por todo o ano de 1944, manteve-se a vigilância e a suspeita para com os imigrantes japoneses. Uma das medidas que visavam manter sob controle policial a possível organização de imigrantes fiéis a sua pátria de origem foi aquela tomada em abril de 1944. Em 17 de julho do mesmo ano, o Serviço de Registro de Estrangeiros publica a relação de súditos japoneses (como eram chamados pela polícia) maiores de 16 anos, medida colocada em prática em decorrência da suspeita de que estes jovens participavam de sociedades como a Akebono ou similares.

A forma de ação da polícia era baseada na suspeição: a desconfiança e a suspeita eram os critérios para a investigação, perseguição, incriminação e a prisão.³⁶¹ Segundo o trabalho do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, chamou-se a esta forma de ação de “lógica da desconfiança”. Segundo Perazzo,

A prática da prisão preventiva ou prisão para averiguações contribuiria para o esclarecimento do que seria esta “lógica da desconfiança”, componente da forma de ação policial da época. Em muitos casos, o indivíduo sobre o qual pairava a

359 *Idem*. A organização também era chamada de “Associação da Colônia Central”.

360 Pasta “Sociedade Glória União Agrícola”, p. 3.

361 PERAZZO. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, p. 147. Cf. também APERJ DOPS a lógica da desconfiança.

suspeita, era mantido preso, ficando à disposição da delegacia até que se concluísse o inquérito.³⁶²

Conforme a autora, este fato se repetiu em muitos outros casos, não somente para com os alemães, objeto de seu estudo. Podemos dizer que esta parece ser uma prática comum também em relação aos japoneses, como podemos averiguar preliminarmente em nossas análises das fontes do acervo da DOPS-Paraná, assim como era igualmente comum a prática da vigilância, outro fato vivenciado pelos alemães investigados por Perazzo. Assim,

Os relatórios e dossiês eram produzidos para que as autoridades e os policiais pudessem ter acesso à informações obtidas pelas investigações. São estes dados que permitiam à polícia e ao governo implementar suas estratégias de repressão, ou seja, o controle social se fazia possível a partir do controle de determinadas informações. O mais importante não era chegar a concluir se o suspeito seria mesmo culpado ou não. O mais importante era deter o suspeito, impedir que viesse a “cometer o crime”.³⁶³

Os acusados da participação na sociedade Akebono foram postos em liberdade em 29 de agosto de 1945.³⁶⁴ Em 21 de outubro, entregues à DOPS para serem postos em liberdade. Em telegrama do Rio de Janeiro ao chefe de polícia do Estado do Paraná, comunica-se a revogação da prisão dos implicados diretamente com o caso da queima do monte de hortelã, em Bandeirantes.³⁶⁵ O alvará de soltura foi expedido no Rio de Janeiro pelo Tribunal de Segurança Nacional e data do dia 21 de agosto de 1945.³⁶⁶ Em 30 de agosto, os implicados assinaram um documento no qual declaram que receberam dinheiro da DOPS.³⁶⁷ Terminada a guerra, a possibilidade de que estes jovens representassem perigo era diminuta: os aliados venceram a guerra e esperava-se que o processo de assimilação “abrasileirasse” os integrantes da Sociedade dos Jovens Japoneses.

Na pasta “Sociedade dos Jovens Japoneses” constam ainda cinco recortes de jornal do ano de 1946 com matérias referentes a atos terroristas cometidos por imigrantes japoneses nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nos meses de abril e maio. As sociedade secretas eram duas, a Shindo Renmei e a Dragão Negro, e foram responsabilizadas por ataques a japoneses que não aceitavam a derrota do Japão na guerra.

Não há nenhuma referência do motivo para estas reportagens serem acrescentadas a uma pasta onde está arquivado o processo de investigação sobre uma outra organização. Provavelmente, os organizadores da pasta relacionaram uma organização com a outra. Na

³⁶² PERAZZO. *Op. cit.* p. 148.

³⁶³ *Idem, ibidem*, p. 149.

³⁶⁴ Pasta “Akebono”, p. 2.

³⁶⁵ *Idem*, p. 15.

³⁶⁶ *Idem*, p.10.

realidade, organizações como a Akebono tinham objetivos muito parecidos com a Shindo Renmei, que conquistou fama e poder dentro do grupo japonês no pós-guerra. Evidentemente, a Akebono agiu durante um período diferenciado e seus objetivos imediatos eram impedir os esforços aliados.

Para os participantes da Shindo Renmei, os agricultores japoneses que plantavam menta e os criadores do bicho-da-seda eram traidores da pátria nipônica e gananciosos que lucravam com a guerra, visto que os lucros com a menta e a seda alcançaram altos patamares durante o conflito mundial. No Brasil, muitos produtores agrícolas japoneses faturaram alto com estas duas culturas, além da produção algodoeira, e foram pressionados para interromper suas atividades, pois eram acusados de colaborar com os aliados, de “servir aos interesses dos inimigos do Japão.”³⁶⁸ As cooperativas e bancos que financiavam esta produção também eram mal vistos, pois estavam ajudando os inimigos do Sol nascente. Relatou um nissei:

Durante a guerra os ranchos de bicho-da-sêda foram queimados devido aos problemas de *kyoko* (intransigentes, vitoristas) e *hai-sen* (derrotistas). A sêda fiada desses casulos era vendida pelo Brasil aos Estados Unidos. Então os produtores que vendiam casulos eram acusados de colaborar com o inimigo do Japão e a produção foi proibida. Mas os que insistiam não pensavam que estavam colaborando; apenas, queriam produzir casulos para poder viver. Os *kyoko* esperavam que as pessoas comprassem as sementes e criassem os bichos. Então, um dia, quando já tinham colocado os bichos nos “bosques”, irrompia no meio da noite um incêndio em 1 ou ranchos. Era impossível estancar o fogo e em pouco tempo tudo estava queimado. Mesmo que se jogasse água, os casulos se estragavam. Nunca todos os ranchos eram queimados: apenas 1 ou 2. Depois, se a pessoa insistisse, os outros também eram queimados. Mas sempre deixavam um para poderem subsistir com alguma coisa... Eles sabiam tudo, estavam em toda parte.³⁶⁹

Para Seto, as sementes dos conflitos no pós-guerra foram lançadas nestes episódios, pois os ressentimentos para com estas novas autoridades da colônia, juntamente com a sensação de abandono provocada pela expulsão das autoridades consulares, entendida como se estas tivessem fugido, além de toda a repressão das medidas restritivas adotadas durante a guerra, somadas ao já expresso conflito de gerações conforme a época de chegada ao Brasil, contribuíram para o acirramento do conflito entre derrotistas e vitoristas.

Em documento do dia 3 de janeiro de 1945, encontramos a certidão de conduta político-social de um agente que estava sendo contratado pela DOPS. Era descendente de japoneses e

367 *Idem*, p.14.

368 VIEIRA. *O japonês na frente de expansão paulista*, p. 236.

369 *Idem*, p. 236. Segundo a autora, os *vitoristas*, aqueles que acreditaram na vitória do Japão durante a guerra, eram chamados de *intransigentes*, *kyoko*, *kachi-gumi* ou *fanáticos*. Já aqueles que criaram o bicho-da-seda, cultivam a menta e aceitaram a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial eram denominados *han-sen*, *make-gumi*, derrotistas ou auto-intitulavam-se de japoneses esclarecidos, em

o escrivão atestou que nada constava contra ele, que tomou posse no dia 31 de agosto de 1945. Note-se que a rendição do Japão ocorreu no dia 14 de agosto. Foi este agente que, nos anos posteriores, participou de uma série de investigações sobre as chamadas “sociedades terroristas japonesas”.

5 As fontes: De 1946 a 1950

5.1 Pós-Segunda Guerra Mundial: O conflito entre os japoneses

Após a guerra, ocorreu uma redefinição de posições e identidades entre os japoneses no Brasil. O conflito entre o grupo que aceitava a derrota do Japão, ao final da guerra, (*makegumi*, os “derrotistas”) e o grupo dos que não aceitaram o final da guerra, que se auto-definiam como *esclarecidos* (*kachegumi*, os “vitoristas”), foi um “divisor de águas entre o antigo imigrante nipônico e a nova figura do nipo-brasileiro, brasileiro tanto e mais quanto qualquer brasileiro”.³⁷⁰

Foi o momento em que os imigrantes japoneses e seus descendentes redefiniram a idéia de permanecer no Brasil e identificar-se com o que podemos chamar de “ser brasileiro”. Porém, esta identificação era próxima do que é “ser japonês”: as construções de identidade são relacionais – e a imagem do nipo-brasileiro expressa um duplo pertencimento identitário. As identidades de que aqui tratamos foram fomentadas em um momento conflituoso e em solo estrangeiro. Prevaleceu o posicionamento de inserção, como forma de criar uma imagem aceita na sociedade brasileira, o que contribuiu com a mobilidade social do imigrante. Assim, a imagem construída pelos adventícios foi calcada na possibilidade de assimilação, na capacidade do “bom trabalhador”, na sua “inteligência” inata, na “dedicação ao país” etc., sendo a manutenção da cultura japonesa algo privado, mantido dentro da comunidade nipônica.

As mudanças que ocorreram na década de 1940 foram radicais e reordenaram o grupo japonês no Brasil, principalmente no que se refere a suas lideranças e ao estabelecimento definitivo em solo brasileiro. Desintegra-se neste momento a lealdade patriótica ao Japão imperial, no qual o culto e o tradicionalismo da figura do imperador eram símbolos importantes.³⁷¹

Estas transformações ocorreram desde o início da guerra. Porém, as perspectivas colocadas pelo conflito mundial foram decisivas. As pressões internas, além da repressão policial e das discriminações sofridas pelos nipônicos – por pertencerem ao Eixo –, impuseram uma organização e uma solidariedade que pressupunham novas formas de auto-identificação.

³⁷⁰ Uma *epopéia moderna*, p. 14.

³⁷¹ VIEIRA. *Op. cit.* p. 242.

Vieira sugere que as novas formas de organização objetivavam a solidariedade étnica e a coesão do grupo. Assim, não eram as distinções entre *issei* e *nissei*,³⁷² entre cidade e campo que vigoravam: “Eram todos japoneses, entre os quais apenas uma distinção era reconhecida: intransigentes ou vitoristas (*kioko*) e derrotistas (*hai-sen*), dicotomia válida durante o período da guerra e nos anos imediatamente posteriores”.³⁷³

Foi somente com a exacerbação das posições e com o conflito sendo levado a cabo com ameaças aos derrotistas e também com justificações promovidos pelos vitoristas que a sociedade brasileira e a polícia conheceram a divisão interna do grupo japonês. Segundo Vieira, os derrotistas eram “na sua maioria japoneses urbanizados, que já haviam aceitado uma identificação geral com a sociedade brasileira e que apresentavam maior predisposição à mudança, passaram a admitir e proclamar abertamente a derrota incondicional do Japão”.³⁷⁴

Entretanto, este grupo era constituído por uma minoria, que perdeu as referências culturais e políticas japonesas, principalmente aquelas ligadas às questões de poder, de organização, hierarquia e honra. Invertendo a lógica, os derrotistas eram os “ignorantes” dos valores e normas de conduta à japonesa. Contudo, para o imigrante, que ambigualmente foi considerado inimigo na guerra e “súdito do Eixo”, bem como elemento que devia ser “plasmado” e assimilado no Brasil, a situação era difícil – a repressão e o preconceito antes e durante a guerra deixaram marcas e acirram as posições, sendo difíceis e delicadas as soluções para o conflito interno.

Para Vieira, os abusos e maus-tratos por parte das autoridades policiais foram grandes, “embora seja de bom-tom não mencionar os acontecimentos relativos ao período da guerra”. Entre os depoimentos recolhidos pela antropóloga, estão os de *nisseis*, brasileiro cujos pais são imigrantes japoneses, e o último testemunho é de um funcionário público, morador de Marília, cidade focalizada no estudo da autora:

No tempo da guerra os japoneses realmente sofreram discriminação, sobretudo no interior, onde os delegados se aproveitaram da situação... Os japoneses eram obrigados mesmo a contribuir para as autoridades.

Os japoneses sofreram muito durante a guerra. Também como não sabiam falar português não podiam falar e batiam nêles quando iam presos.

Os japoneses não podiam ter rádio, não havia jornais em japonês e como a maioria só lia e falava japonês ficaram completamente alienados. Eu mesmo, por ter rádio, fiquei preso 3 dias... Houve muita injustiça, por parte dos delegados.... Quando eu

372 *Issei* é a denominação para o imigrante de primeira geração e *nissei* é o filho de japoneses nascido no país para o qual se imigrou.

373 VIEIRA, *O japonês na frente de expansão paulista*, p. 238.

374 *Idem, ibidem*, p. 238.

reclamei e disse que era brasileiro e não podiam fazer isso comigo, disseram: “Mas, seu pai é japonês.

No tempo da guerra os japoneses sofreram muito... Da parte da polícia apanharam muito todos os que não sabiam falar português. Passaram mal; os bens foram embargados e não podiam transitar sem permissão.³⁷⁵

Em 1952, foi realizado um estudo entre os aproximadamente trezentos mil imigrantes japoneses e seus descendentes. Eles foram classificados da seguinte maneira:

os *makegumi*, os “simpatizantes” e os “fanáticos”. A divisão em categorias foi tão clara que poucas pessoas tiveram dúvidas em identificar-se. Em termos percentuais os *makegumi* representavam 14,5%; os “fanáticos”, 28,6% e os “simpatizantes”, 56,9%. Para a pergunta “Como o senhor soube que o Japão perdeu a guerra?” cerca de ¼ dos entrevistados - ou mais precisamente 25,2% - respondeu: “Não sei”. Como não havia uma outra alternativa para aqueles que acreditavam na vitória, a resposta “Não sei” correspondia precisamente à atitude daqueles que ainda acreditavam nela. O resultado do estudo parece indicar que uma parcela superior a ¼ de pessoas acreditava na vitória do Japão no fim do ano de 1952.³⁷⁶

Nessa pesquisa, as categorias foram escolhidas considerando a auto-identificação pois, segundo o pesquisador, todos os entrevistados mantinham um forte sentimento de filiação em relação às categorias usadas. Os chamados “esclarecidos” eram:

aqueles que admitiram a derrota dentro de uma semana, sendo mais tarde chamados de “derrotistas” e combatidos pelas facções de oposição; b) os “duros” - são os que, embora não acreditassem piamente na propalada “vitória” do Japão, também não queriam admitir abertamente a derrota e argumentavam: “mesmo sabendo que o pai padece de tuberculose os filhos vão falar aos quatro ventos que seu pai é tuberculoso?” Os “duros”, por sua tenacidade e convicção, também tratavam-se de “convencidos”; c) os “fanáticos” -- os que repeliavam qualquer insinuação sobre a derrota, acreditando fanaticamente na invencibilidade do Japão.³⁷⁷

O pós-guerra foi o momento de eclosão da maior parte das atividades dos grupos vitoristas no Brasil. Segundo Saito, as prisões de assassinos e suspeitos de crimes contra os *makegumi* (“derrotistas”) atestou que as atividades eram elaboradas por grupos ultranacionalistas, principalmente aqueles ligados ao grupo Shindo-Remmei, também chamado de Liga dos Súditos Fieis, que possuía mais de oitenta filiais, com um total de cem mil adeptos, em meados de 1946.³⁷⁸

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp. 237-38.

³⁷⁶ SAITO e KUMASAKA. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 460. Segundo Saito, em nota sobre o texto do pesquisador, o trabalho de campo desta pesquisa foi realizado de outubro de 1952 a fevereiro de 1953, nos Estados de São Paulo e Paraná, com um total de 448 entrevistados. Entretanto, foram feitas 189 entrevistas nos Estados do Pará e Amazonas, desprezadas pelo pesquisador por não apresentarem diferenças significativas e para “facilitar o exame e percepção dos quadros”. (*Idem, ibidem*, p. 361).

³⁷⁷ IZUMI. In *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, p. 362.

³⁷⁸ SAITO. In SAITO e KUMASAKA. *Op. cit.*, p. 457

As organizações ultranacionalistas, fiéis ao imperador, acusavam de traição os que veiculavam as notícias sobre a derrota do Japão, o que justificava a punição física e moral. Segundo documento da Shindo-Renmei, apreendido pela polícia de São Paulo, a palavra *derrotista*, como utilizada pelos *vitóristas*, expressa “aquele que deseja ou desejava a derrota japonesa” e não aquele que admitia a derrota do Japão.³⁷⁹ É por isso que as organizações nacionalistas atuantes durante a guerra, como a *Akebono*, podem ser consideradas as primeiras a expressar em seus ideais e ações um movimento conflituoso entre os nipônicos.

Estas agremiações congregavam idéias nacionalistas e radicais, e mantinham uma postura de defesa de tradições japonesas como judô, xintoísmo, o culto ao imperador e à bandeira, com o que buscavam a manutenção de uma identidade de grupo na qual a honra e a posição devida eram parte de um rígido código de conduta, expresso no chamado “espírito japonês”. Elas se originavam, possivelmente, de associações japonesas ultranacionalistas que, na primeira metade do século XX, mantinham os ideais em que os imigrantes eram educados e socializados,³⁸⁰ principalmente aqueles aqui aportados após 1924, segundo momento da imigração. Segundo Braz Araújo, “Os ideólogos da Era Meiji fazem crescer o prestígio da figura do imperador, cuja imagem em 1908 é associada com idéias de poupança, frugalidade e trabalho árduo, melhores garantias para a prosperidade japonesa, que também exigiria uma cidadania disciplinada para a guerra”.³⁸¹

O período Meiji, época de modernização do Japão, tem início em 1890, com a proclamação da Constituição Meiji, e vai até 1912. A partir 1926, o militarismo domina o país - foi o início da era Showa. Nas primeiras décadas do século XX, foram implantados o militarismo e o expansionismo japonês sobre a Ásia. Em 1931, já um império, o país do sol nascente inicia a invasão da Manchúria. Em 1937, tem início a guerra contra a China e surge um movimento chamado *genyosha*, considerado uma espécie de partido militar fascista, do qual participaram operários, oficiais das forças armadas, comerciantes e estudantes.

Nesta época, propagou-se a idéia de “criação de zona de bem-estar do grande Oriente asiático sob o comando do Japão”.³⁸² Para os nacionalistas, este foi o momento de concretização do imperialismo, do Grande Japão dirigente da Ásia. Esta política expansionista e ultranacionalista aproximou o país do fascismo italiano e do nazismo. Segundo Eric Hobsbawm,

379 *Uma epopéia moderna*, p. 369.

380 KAPLAN e DUBRO. *Yakuza*, p. 43.

381 ARAÚJO. “Evolução da sociedade e do Estado no Japão”, *In Revista de História da USP*, nº 26, p. 13.

382 ZIERER. *Japão*, p. 108.

As afinidades entre as ideologias dominantes nas extremidades oriental e ocidental do Eixo são deveras fortes. Os japoneses não perdiam para ninguém em sua convicção de superioridade racial e da necessidade de pureza racial, em sua crença nas virtudes militares de auto-sacrifício, obediência absoluta a ordens, abnegação e estoicismo. Todo samurai teria endossado o lema da SS de Hitler (*Meine Ehre ist Treue*, mais bem traduzido como “Honra significa subordinação cega”). Sua sociedade era de rígida hierarquia, total dedicação do indivíduo (se é que tal termo tinha algum significado local no sentido ocidental) à nação e seu divino imperador, e absoluta rejeição de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.³⁸³

Para Vieira, a existência de sociedades como a Shindo-Remmei e outras similares deve ser compreendida dentro de um quadro geral da imigração japonesa na frente de expansão. Portanto,

O movimento da Shindo-Remmei aparece então não apenas como uma negação, por falta de comunicação, da derrota do Japão, mas é a negação, num nível mais profundo, de um relacionamento de subordinação, aceito como temporário e passageiro, durante o período da guerra, e que sentiam que se perpetuaria desde que fosse real a derrota do Japão. Seus chefes não se limitavam a negar a realidade presente, mas empreendiam uma reorganização do grupo étnico, visando a manutenção da segregação dos japoneses, a coesão e solidariedade étnica, evitando um possível processo de anomia. O movimento, com nítidas características messiânicas, foi organizado segundo os padrões tradicionais de oyabun-kobun, combinando hierarquização e autoritarismo.³⁸⁴

O processo de anomia citado por Vieira é central para a compreensão do tema. A autora apresenta alguns problemas vividos entre os japoneses do período. Cremos ser possível pensar o significado deste estado – ou seja, que os conflitos advindos com a nacionalização forçada, a guerra, as perseguições policiais, bem como os conflitos gerados pela transformação na mentalidade das novas gerações, propiciaram mudanças que desestruturaram as bases iniciais da organização do grupo. Aqueles que combatiam estas mudanças apregoavam a negação da derrota do Japão na guerra. Com isso, negava-se o fato de suas vidas haverem se transformado e de o mundo criado na colônia japonesa não ser mais o mesmo.

383 HOBBSBAWM. *Era dos extremos*, p. 134.

384 VIEIRA. *Op. cit.* p. 239. Para Vieira, “As relações de tipo oyabun-kobun, protetor-protégido, são modeladas nas relações pai/filho e são encontradas no sistema de trabalho, entre artistas, na política etc.” (p. 167). A autora cita a análise de Bennet e Ishino (1963), que apontam as características paternalistas das relações deste tipo, bem como as obrigações e lealdades recíprocas advindas delas. São relações, não necessariamente oficiais, que promovem a segurança e a competição entre os membros do grupo, entre superiores e subordinados.

5.2 Os relatórios policiais

Em 1946, a organização Shindo-Remmei era já conhecida da polícia e do público que, ávido por notícias escandalosas, recebia pela imprensa informações sensacionalistas sobre a sociedade. Em 3 de abril desse ano, o jornal *Folha Última Noite* publicou matéria de duas páginas sobre as celebrações do culto aos antepassados, os atentados contra os derrotistas, a existência de uma lista negra e a dissolução de células da organização em São Paulo. Este material foi anexado à pasta “DOPS – Documentos Antigos”, prática comum da polícia, que organizava seus arquivos de modo que as matérias jornalísticas parecem justificar e corroborar as suas ações e análises. O material jornalístico também acrescentava aspectos às precárias informações policiais sobre o assunto.

Em relatório sobre uma diligência em Assaí, encaminhado ao titular da DOPS em 4 de abril de 1946, um agente apresenta o “estado de coisas” na cidade. Os pontos mais importantes são a existência de um grande número de japoneses na localidade - trabalhadores do comércio e da lavoura - e a grande frequência da conversação na língua materna. Inclusive no comércio, no qual é comum a contratação de funcionários japoneses: “nos raros casos em que se encontra um brasileiro, este sofre coação moral para se afastar do emprego”.³⁸⁵ O agente ressalta que há brasileiros apenas nas repartições públicas. Também é comum a audição de música japonesa e, além disso, as crianças são educadas somente no japonês e em várias casas são vistos quadros do imperador Hiroíto. Diz o agente:

Suponho seja este o motivo pelo qual os filhos de japoneses, moradores do nosso país, não falam o português. Pois a primeira educação define a vida de cada indivíduo e com isto o verdadeiro sentimento de brasilidade não é perfeitamente assimilado.³⁸⁶

A análise deste policial evidencia as preocupações gerais presentes mesmo após o Estado Novo. Ou seja: o papel desempenhado pela família e pelo aprendizado da língua nacional para a formação dos brasileiros. Havia a mesma defesa de uma assimilação, a ser efetuada em um tempo curto, amplamente dirigida pelo Estado. Segundo o relatório, a escola era a formadora de um sentimento de brasilidade: ela deveria inserir o indivíduo em um pensamento comum, de pertencimento geral, conduzindo os “não-nacionais” à condição de “nacionais”. Não iremos considerar as objetivas possibilidades encontradas por esta escola, no período, para cumprir o seu papel: para isto, é necessária uma reflexão específica. Porém, constatamos que, assim como hoje, naquela época o sistema educacional brasileiro era falho e

385 Pasta “DOPS – Documentos Antigos”, p. 217.

não atendia a todos. Isto não acontecia nas escolas japonesas, segundo o relatório policial, formadoras de uma visão de mundo e de um pensamento que tinha como objetivo principal a manutenção das tradições nipônicas.

No seu relatório, o agente informou ao delegado acerca de pessoas suspeitas e do que opurou sobre elas, além de revelar sua preocupação com a possibilidade de uma ramificação da Shindo-Renmei na cidade “devido a grande percentagem de japoneses aqui localizados”, conforme testemunho de um informante, parente de autoridade da Secretaria de Segurança de São Paulo. Porém, até aquele momento, nada havia sido confirmado. Em documento que, na mesma pasta, dá seqüência à paginação do relatório, temos uma lista com nomes de vinte japoneses, com suas residências. Está registrado: “Os assinalados com X são os indivíduos de confiança”.³⁸⁷ Somente três deles estavam assinalados, e não há menção do motivo para serem considerados confiáveis. Provavelmente, era algo relacionado a uma rede de informações – não-oficiais, como é comum à polícia brasileira.

O agente mantinha contatos extra-oficiais com parentes seus em São Paulo e eles o mantinham a par dos conflitos deflagrados pelas ações dos vitoristas naquele Estado. Assim, evidencia-se que muitas das informações recolhidas pela polícia advinham de redes de comunicação que não existiam oficialmente, apesar de, em tese, haver a necessidade de tais contatos serem mais sistemáticos. Nesse relatório, o grau de confiabilidade que os japoneses tinham perante a polícia, é um dado importante, além de estar evidenciado o controle oficial sobre os indivíduos. Revela-se uma certa subjetividade na avaliação, pois não se explica a razão de os nomes relacionados serem confiáveis ou não. Talvez outros informantes e mesmo as considerações do próprio agente impusessem o juízo.

Do mesmo dia, 4 de abril de 1946, é o esclarecimento da legação sueca sobre o final da guerra: encarregado dos interesses nipônicos em território brasileiro, o serviço diplomático da Suécia expediu nota em japonês, com tradução em língua portuguesa e distribuição autorizada pelo ministério das Relações Exteriores do Brasil. Confeccionado para apaziguar os ânimos, este panfleto “derrotista” acirrou os conflitos.

No mesmo 4 de abril, o titular da DOPS no norte do Paraná informou o secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública sobre a colonização japonesa na região:

Como tivéssemos oportunidade de verificar durante os anos de guerra, quando a atividade dessa colônia atraiu nossa atenção, pelo perigo que representava para o nosso esforço de guerra, a colonização amarela no norte do Estado, realizada sem planificação que atendesse aos nossos interesses, criou-nos ali situação que, com o

386 *Idem*, p. 217.

387 *Idem*, p. 221.

vagar que o período de perigo ora reinante, permite, deve ser atenta e detidamente verificada.

Localizada na mais promissora zona econômica do Estado, onde se agrupou em poucas cidades de pequena população nacional a colônia japonesa no Paraná teve a oportunidade de intentar quando isso lhe aprouve ou foi exigido, ação econômica e política contrária aos nossos interesses, tumultuando assim o trabalho que se realizava em favor da causa aliada.

Assim, e deixando de comentar outros fatos que venham demonstrar a total inconveniência dessa colonização, hoje reconhecida de modo indiscutível, permito-me recordar aqui, de maneira sintética, apenas a atividade política desenvolvida por aqueles elementos durante a guerra mantida pelo nosso país.³⁸⁸

Os fatos que explicam a “total inconveniência” da presença nipônica na colonização do país, “reconhecidos de modo indiscutível” segundo o delegado, não eram os que comentou, pois, como ele disse, eles referem-se às atividades políticas locais. O policial alude o “isolamento quase total da civilização brasileira” em que vivem os nipônicos no norte do Paraná:

Mesmo quando não fossem, como assevera Oliveira Vianna, insolúvel como o enxôfre, os japoneses no Paraná encontraram ambiente que possibilitou vida completamente alheia aos nossos usos e costumes, permitindo-lhes ainda o uso exclusivo da língua nacional, a veneração de seus ídolos e a obediência à suas tradições.³⁸⁹

Segundo o relato, a “japonização” ocorreu até a campanha da nacionalização do ensino e assim os “niseys, que além de apresentarem o mesmo tipo físico, falavam a mesma língua, respeitavam os mesmos deuses obedeciam tradições idênticas, nada os distinguindo dos nascidos na pátria de seus ascendentes”,³⁹⁰ eram o exemplo da malsucedida assimilação. As associações mantidas por imigrantes e descendentes também faziam parte deste processo, segundo o delegado, que cita a Akebono e sua finalidade de “impedir a assimilação dos japoneses cujas características sociais e políticas lutou por conservar integrais”³⁹¹ – características como o “espírito japonês”, o chamado *Yamato Damasu*.

Este documento ecoa o relatório de um delegado auxiliar que, em 1944, registrava o apego da comunidade adventícia aos seus costumes: apesar de “miseráveis”, os nipônicos tinham uma vitrola e escutavam música de seu país de origem e “Nesse ambiente nascem e se educam os pequenos filhos de japoneses, sempre numerosos graças à fertilidade dos daquela raça”.³⁹²

388 Pasta “DOCS - ofícios e portarias expedidos”, pp. 186 –90.

389 *Idem*.

390 *Idem*.

391 *Idem*.

392 *Idem*.

O delegado refere-se a Artur Ramos e à influência da família como grupo social básico, mas assinala que, em se tratando daqueles imigrantes, ela era fundamental para o “trabalho contrário aos nossos interesses”.³⁹³ Para este policial, o “sentimento patriótico” dos japoneses sobreviveu durante a guerra porque eles não recebiam informação sobre os acontecimentos por meio de emissoras de rádio e jornais brasileiros, e sim por boletins mimeografados e distribuídos clandestinamente entre os nipônicos. Segundo o relatório, eles decidiram inutilizar a produção de hortelã-pimenta e amoreira, pois consideravam as duas culturas prejudiciais aos interesses japoneses. Tais estragos foram condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional mas, em lugares onde a derrota não fora admitida, os nipônicos continuaram sendo “a mesma ameaça aos nossos interesses, pois as medidas tomadas durante a guerra foram temporárias”.³⁹⁴ Diante deste quadro, o delegado finaliza:

Destarte, o que encarecemos é a necessidade de providências definitivas, que permitindo aos japoneses uma existência digna, não se descurem todavia de sua assimilação e principalmente dos seus descendentes, para os quais, desde a escola, devemos empregar processos diferentes dêsse que usamos para a educação de crianças brasileiras. Somente assim, Senhor Secretário, teremos tornado menos prejudicial a colonização japonesa no norte do Paraná.³⁹⁵

Entretanto, mesmo o delegado não comentando “outros fatos que venham demonstra a total inconveniência dessa colonização, hoje reconhecida de modo indiscutível” ele arrola outros “inconvenientes” que possibilitaram a não-assimilação do grupo. São notáveis as semelhanças entre este discurso policial, datado de 1946, e a análise apresentada por Carlos de Souza Moraes em *A ofensiva japonesa no Brasil*, de 1937. Ou seja: onze anos depois, mesmo com o término do Estado Novo, muitas das questões preocupantes muitas delas ainda eram as mesmas.

Ressaltamos a preocupação com o perigo amarelo no Brasil, motivo de acirrada perseguição aos nipônicos, e com a assimilação dos imigrantes. No relato do policial, há a generalização da culpabilidade dos “japoneses” pelos crimes cometidos durante a guerra, além da consideração da sua “inconveniência” como elementos colonizadores, pois sua assimilação é difícil, se não impossível.

Assim, para Moraes, uma das soluções para a inassimilabilidade dos imigrantes seria encaminhar brasileiros para os “quistos” de japoneses,³⁹⁶ “fatores indispensáveis para a

³⁹³ *Idem*.

³⁹⁴ *Idem*.

³⁹⁵ *Idem*.

³⁹⁶ Moraes cita Oliveira Vianna em apresentação de um anteprojeto ao governo federal para reafirmar sua idéia de “fixar o elemento nacional nesses centros demogênicos” (MORAES. *Op. cit.*, p. 110).

incorporação dessas massas estranhas ao organismo nacional”.³⁹⁷ Além disso, haveria de se promover a educação dos nipônicos nos moldes brasileiros, sendo que a iniciativa deveria ser do poder público e não de instituições religiosas, pois, “por ignorância, de seus deveres para com a pátria, ou em cumprimento de ordens superiores”, o clero não cumpriria a função assimiladora.³⁹⁸ Ademais, era freqüente a adoção do cristianismo pelos japoneses não modificar o seu “espírito oriental”.

Segundo Moraes, as “ilhas étnicas” mantida pelos japoneses no Brasil conservavam o *Yamato-Damashu*, o chamado “espírito japonês”. Os fatores decisivos para isto eram a religião, a língua, a alimentação, as técnicas agrícolas, o tradicional culto ao imperador e os antepassados, bem como a crença no “destino divino do Japão”.

Entretanto, dois outros fatores preocupam este autor. O primeiro deles é a influência da família: Moraes, assim como o policial acima referido, cita Artur Ramos para afirmar que ela “é o grupo social básico, a unidade social fundamental. Nela, um jogo de forças biológicas, psicológicas, sociológicas e culturais, atua sobre o indivíduo, com uma intensidade extraordinária”.³⁹⁹ Em segundo lugar, para Moraes, está a flagrante existência de escolas japonesas em funcionamento, apesar das proibições e de serem elas um desrespeito à soberania brasileira. Na medida em que davam continuidade ao trabalho da família, eram elas extremamente nocivas à assimilação dos japoneses, pois seus professores eram japoneses, assim com os livros e o material didático com que eram ensinadas e exaltadas a história e a geografia do Japão. Tais escolas eram em número considerável e recebiam apoio das famílias e do Japão, além de um auxílio enviado diretamente pelo governo japonês e da embaixada.

Moraes cita várias personalidades para comprovar sua tese. Entre elas, destacamos as seguintes declarações: do ex-subchefe do estado-maior da 3ª Região Militar, tenente-coronel Inácio José Veríssimo - “a escola japonesa é, dentro do país, um entrave à nacionalização, para não dizer, com pessimismo, que é o perigo que ameaça o futuro da Pátria”;⁴⁰⁰ de Laudelino Fernandes, em comunicação na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres - “poderosíssimo fator de desagregação nacional” e “perigosa à tranquilidade futura deste Brasil, que tanto

397 *Idem, ibidem*, p. 109.

398 *Idem, ibidem*, p. 111.

399 *Idem, ibidem*, p. 127. É de se notar que Artur Ramos era representante da corrente culturalista influenciada por Gilberto Freyre. Artur de Araújo Pereira Ramos (1903-1949), antropólogo e folclorista baiano, graduou-se em medicina e lecionou clínica psiquiátrica. Professor e fundador da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia no Rio de Janeiro em 1941, foi pioneiro no estudo das relações raciais. Escreveu diversos livros influentes sobre a cultura afro-brasileira, participou ativamente de congressos onde se discutia história, cultura e arte afro-brasileira na década de 1930. Na sua obra, destacam-se *As culturas negras no novo mundo*, *O folclore negro do Brasil* e *A aculturação negra no Brasil*.

amamos”, sendo que para ele os japoneses são “formidavelmente calculistas e simuladores” no intuito de driblar as autoridades brasileiras fiscalizadoras das escolas japonesas;⁴⁰¹ do professor Malaquias de Oliveira, antigo delegado do ensino na colônia de Registro - “Regra geral, o objetivo indisfarçável das escolas estrangeiras em nosso meio é desambientar as crianças brasileiras, filhas de ádvenas, procurando inibir o sentimento de brasilidade nascente que, com uma força bio-sociológica, tende a determinar as aspirações dos educados”.⁴⁰² Declaração colhida em outra fonte ⁴⁰³ enfatiza o poder e perigo das escolas japonesa: “Em outra escola, o professor primário já fala correntemente o japonês e, segundo ouvi dizer, tem da colônia a promessa de uma viagem ao Japão. Com pouco, os agentes da assimilação é que acabam assimilados”.⁴⁰⁴

É interessante assinalar a semelhança desta última idéia com o enredo do romance *Casa de chá do luar de agosto*. Adaptado para o cinema na década de 1950, como uma comédia, a trama acontece em uma vila japonesa ocupada por americanos no pós-guerra. Era o momento da reconstrução do país por meio da imposição de um modelo de vida e produção econômica ocidental. Porém, em meio a situações que revelavam as diferenças e divergências culturais, os militares americanos é que passam a viver à moda japonesa, completamente assimilados pelos camponeses nativos.

Moraes acreditava não ser possível haver falha nas denúncias das “atividades nocivas e perigosas das colônias japonesas” – atividades praticadas pelos que eram considerados os “jacobinos” entre os nipônicos do Brasil. E atesta: “Diante de acontecimentos como os referidos, não se pode duvidar da insinceridade do japonês, de sua insidiosa trama preparada e em execução”. Refere-se mais uma vez aos atos desnacionalizantes e que demonstram a não-assimilação do imigrante, adicionando um a mais: a manutenção de “sociedades secretas, para tratar de negócios que dizem respeito aos núcleos exóticos em que vive e que faz questão de viver”.⁴⁰⁵

Entretanto, diferentemente de Moraes, ao analisar a “inconveniência” da presença nipônica, o relatório do policial do norte do Paraná, invocando maior presença das

⁴⁰⁰ *Idem, ibidem.*, p. 130.

⁴⁰¹ *Idem, ibidem.* pp. 131-34

⁴⁰² *Idem, ibidem.* pp. 136-37.

⁴⁰³ Declaração do professor Almeida Júnior, então diretor da Instrução Pública de São Paulo, à *Folha do Manhã*, edição de 30/09/1936, após ter inspecionado várias escolas. A referência é de Moraes.

⁴⁰⁴ MORAES, *Op. cit.*, p. 138.

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem.* p. 142. Cita ainda Samuel Wainer, diretor fundador da revista *Dirretrizes*, e o então jornalista Carlos Lacerda, que corroboram o que foi dito acima, sendo que Weiner denuncia a proteção e financiamento destas escolas pelo consulado japonês.

autoridades apresenta suas soluções para o problema: repressão às sociedades, que eram focos de inassimilabilidade, e organização de escolas especiais para imigrantes, de modo a viabilizar a sua assimilação. Além disso, seu relatório coloca em cheque a “insolubilidade” dos imigrantes japoneses, com o que nega a afirmação de Oliveira Vianna, e analisa o isolamento dos nipônicos como decorrente da inexistência de uma política de alocação dos imigrantes junto aos nacionais.

Na pasta “Sociedade de Jovens Japoneses”, encontramos três matérias publicadas na imprensa no início de abril de 1946. Elas noticiam as ações terroristas da associação chamada Shindo Renmei. Tais reportagens foram publicadas nos dias 4, 5 e 6, nos jornais *Amanhã* e *O Dia*, do Rio de Janeiro, e no *Diário de São Paulo*. Relatam elas a existência das listas de morte,⁴⁰⁶ o número de filiados (cem mil), a existência de outras sociedades nos mesmos moldes, as prisões e apreensões efetuadas pela polícia, a organização interna da associação. Um dos trabalhos jornalísticos apresenta uma nova versão sobre a constituição da Shindo-Renmei: ela seria ligada ao grupo Mitsubishi, que apoiou as conquistas dos militaristas japoneses e suas vítimas seriam elementos ligados ao grupo Mitsui, força econômica que se opunha àqueles militaristas. O artigo também se refere à função política da agremiação, assim como a um núcleo de chantagistas que estavam explorando seus patrícios. Segundo esta matéria, a organização teria sido fundada no hotel Savana, em Marília no mesmo dia em que cinco navios brasileiros foram torpedeados pelos alemães, em 1942. Como o hotel foi invadido e os japoneses hospedados, expulsos, houve reação da comunidade e, a partir de então, tomou vulto a campanha dos “nipônicos fanatizados”.⁴⁰⁷ De modo geral, as matérias jornalísticas arquivadas nas pastas da DOPS são sensacionalistas, parciais e apresentando os japoneses como fanáticos. Entretanto, tais matérias revelam que membros da sociedade se aproveitaram do momento em benefício particular,⁴⁰⁸ o que foi alardeado e generalizado para todas as lideranças do grupo. Mas as informações de que dispomos não permitem dúvidas: as motivações e propostas iniciais da Shindo-Renmei eram outras.

Também arquivada na mesma pasta, há uma matéria é do dia 8 de abril de 1946, publicada no *Diário da Tarde*, de São Paulo. Trata ela da prisão de supostos líderes da Shindo-

406 Entre as pessoas que constavam nesta lista estavam o cônsul do Japão em Bauru, também a serviço da delegação da Suécia como encarregado dos negócios japoneses, três condenados no Estado do Rio de Janeiro, dois elementos de destaque na colônia e um oficial do exército brasileiro, que atuou na FEB, Força Expedicionária Brasileira, filho de japoneses.

407 Pasta “Sociedade de Jovens Japoneses”, p. 46.

408 É importante assinalar que mesmo atualmente são produzidos textos sobre a Shindo Renmei tais como as matérias jornalísticas da época. Cf. MORAIS. *Corações Sujos*.

Renmei e da apreensão, na sede da entidade, de material como um radiotransmissor, considerado um perigo para a segurança nacional.

No mesmo dia dessa publicação o titular da DOPS comunicou a outro delegado o envio de um representante da Shindo Renmei para São Paulo e a investigação a que foram submetidos outros dois elementos. O documento não dá indicação de qual encaminhamento tomado na capital paulista, mas relata a investigação, efetuada no interior do Paraná, e a comunicação mantida com a delegacia central, em Curitiba.⁴⁰⁹

Em 12 de abril, o agente e tradutor nipônico da DOPS comunica ao delegado as suas diligências em Assaí. Relata sua investigação e suas conclusões - entre elas, a de que pessoas incautas ingressaram na organização Shindo Renmei sem saber do que se tratava. Diz ele que a esposa de um indiciado no processo contra a agremiação no Estado de São Paulo viajou após publicação de sua foto em jornal, que o chefe da organização “andou com a lista arrumando associados”, que em certa conferência ministrada aos japoneses não se falou sobre o fim da guerra e sim sobre “costumes japoneses”. Ele diz existir uma lista negra com seis nomes elaborada pela Shindo-Renmei e relata a presença em Andirá de japoneses “fanáticos” que têm articulações com a Shindo-Renmei, conforme informação obtida do juiz de paz da localidade.⁴¹⁰

Em outro relatório, apresentado no dia 15 de abril de 1946, este agente informa que os japoneses da região de Assaí continuam a não abrir mão da sua tradição ancestral no que se refere a educação, língua, música, indumentária, “modos e costumes” - além de manterem seus negócios apenas entre nipônicos. Segundo o agente, eles “Dão preferencia sempre a seus patrícios, sobre todos os pontos de vista. Nos Hotéis onde haja um brasileiro ou uma pessoa estranha na mesa, lá não senta japonês, preferem esperar do que tomar refeições juntos. Assim acontece com todos que lá aparecem e são muito desconfiados.”⁴¹¹ Para o agente, “todos os atos que estão sendo praticados pelos japoneses em Assaí, são contrários aos nossos bons costumes e anti-brasileiros, portanto nocivos a Segurança Nacional. Prejudicial também a seus filhos que são brasileiros e crescem fanatizados com aquele mesmo pensamento.”⁴¹² Para o policial, os nipônicos permanecem irredutíveis e inassimiláveis, o que faz haver a ameaça da expansão dos seus grupos ultranacionalistas.

409 Pasta “DOPS - Documentos Antigos?”, sem p.

410 *Idem*, pp. 188-89.

411 *Idem, ibidem*, pp.198-99.

412 *Idem*.

Assim sendo, continuavam as perseguições à Shindo Renmei. No dia 13 de abril, a delegacia de Assaí envia comunicado com a localização e apreensão de material de uma das filiais da associação. Apreenderam-se documentos, “mapas fotográficos” mimeografados e lista de membros do diretório. Acusados de pertencer à organização foram presos para serem levados a depor na capital.⁴¹³

No dia 15, o delegado de Assaí comunica a descoberta e prisão dos chefes da sociedade em Uraí. Entre o material apreendido com eles, estava o estatuto da agremiação e, no seu artigo 4º definiam-se princípios e objetivo da Shindo Renmei: repelir os japoneses derrotistas.

Alguns dias depois, a 19 de abril, o *Jornal de São Paulo* publica matéria sobre o papel da legação da Suécia ao comunicar o final da guerra aos japoneses residentes no Brasil: objetivava-se uma campanha de esclarecimento com divulgação das verdadeiras notícias sobre a derrota do país do sol nascente.⁴¹⁴

Em carta do delegado de Assaí ao titular da DOPS-Curitiba, solicitou urgente averiguação acerca do pedido, apresentado pelo diretor de uma cooperativa e mais 28 requerentes, de passaportes para o registro de seus filhos menores. Desconfiava-se que eles tinham “algum plano para deixarem o território nacional ou outro qualquer motivo julgado nocivo aos interesses nacionais”.⁴¹⁵

Em 30 de março de 1948, o delegado de Assaí informa ao chefe de polícia do Estado que reuniões e atividades da Shindo Renmei estavam sendo realizadas de modo secreto, com o auxílio de um filho de japoneses. Diz ele haver na DOPS-Curitiba e na sua delegacia uma lista com os nomes de trezentas pessoas pertencentes à organização. Além disso, naquele momento, o chefe (o “japonês”) estava preso na ilha Anchieta.⁴¹⁶

Em 2 de abril, o delegado regional de polícia remete, de Cornélio Procópio, um telegrama urgente para o chefe da corporação, na capital, relatando uma diligência realizada em Assaí ao realizar investigação pedida por seu superior lotado em Curitiba, o policial local constatou que, em Cornélio Procópio, “elementos nipônicos” estavam promovendo na “colônia japonesa” uma organização secreta que talvez fosse ligada à Shindo-Renmei. Estas pessoas estavam divulgando notícias de um desembarque das imperiais tropas japonesas no Brasil, em uma espécie de ocupação militar. O delegado regional afirma ter provas do

413 *Idem, ibidem*, p. 196.

414 *Idem, ibidem*, sem página.

415 Pasta “DOPS – Ofícios e Portarias Expedidas”, p. 308.

416 Pasta “Sociedade Terrorista Japonesa”, p. 50.

comprometimento de pessoas e até o nome do chefe da organização. Além disso, há escolas japonesas funcionando na região, apesar de elas estarem proibidas: “Obedecendo exclusivamente usos e costumes nipônicos da língua e traduções do chamado Grande Império do Sol Nascente o mesmo se dando no comércio e com a propaganda, venda e apresentação dos produtos”.⁴¹⁷

Em 26 de abril, o delegado de Assaí informa ao chefe de polícia do Estado a apreensão e envio a Curitiba de exemplares de jornal proibido que estava sendo publicado por um japonês. Relata ser de três mil famílias a composição da colônia residente naquele município, sendo necessário

um cuidado especial das autoridades policiais, pois, na sua quase totalidade, é composta por japoneses fanatizados ao imperador Hiroito, sendo grande o número dos que não acreditam na derrota do Japão. Ainda agora, tenho recebido mais de 30 pedidos para realizações de festas no próximo dia 29 (aniversário do imperador), aos quais neguei permissão”.⁴¹⁸

Em 30 de abril, a delegacia de Cornélio Procópio informa ao chefe de polícia do Estado que enviou investigadores à localidade de Assaí, conforme pedido, e procedeu um inquérito no qual provou-se que neste município,

núcleo de uma próspera e volumosa colonização japonesa, existe, em plena atividade, subditos japoneses, semeiam, entre os seus patrícios, o ideal anti-democrático e, mesmo, anti-nacional, servindo-se, para a consecução desse objetivo, da mentira, da intriga e, quando não surtem efeito, servem-se esses fanáticos até mesmo da ameaça por enquanto ainda não efetivada...⁴¹⁹

A polícia de Cornélio Procópio afirma serem necessárias providências enérgicas, a exemplo das que já haviam sido tomadas, como a prisão de “cabeças”, pois “dentro em breve teremos a lamentar, nesta região Norte do Estado, acontecimentos, cujas consequências e extensão não nos é possível prever, tal é o fanatismo, a selvageria e os apetites criminosos desses mesmos elementos, que tão mal estão retribuindo a acolhida generosa que lhes deu o nosso paiz.”⁴²⁰ A comunicação segue relatando as prisões efetuadas, bem como informa que os japoneses disseram que permanecem com os ideais da Shindo Renmei porque mesmo não tendo nada a fazer em benefício de seu país de origem, “confortam”, “amparam” e dão “assistência aos compatriotas presos em nosso paiz, em cumprimento de castigos impostos pelas nossas autoridades”.⁴²¹ Segundo o relatório,

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 42.

⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 43. Este relatório é finalizado com a informação de que na localidade não haviam comunistas.

⁴¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁴²⁰ *Idem*.

⁴²¹ *Idem*.

Entre o material apreendido na sede da Shindo Remei, em Assaí, e que se encontra na delegacia de policia, figura um nicho simbólico, com o emblema da mesma organização e disticos em idioma japonês, o que demonstra o caráter litúrgico empregado para impressionar, principalmente os neófitos que prestam juramento aos ideais da SHINDO REMEI. Entre esse material foi apreendido também um croquis minucioso e completo do presídio da Ilha Anchieta, onde estão recolhidos varios subditos japoneses, mentores da famigerada associação, e já colhidos pelas malhas da Justiça, em nosso paiz. Esse croquis foi mimiografado e fartamente distribuído entre os membros da SHINDO REMEI, em Assaí.⁴²²

Segundo o delegado, havia na localidade “mais ou menos uns cento e cincoenta subditos” que eram membros e contribuintes da organização. Além disto informa quais dos detidos foram considerados mentores de uma outra sociedade secreta, que apresentava os mesmos objetivos da Shindo Renmei, e é mencionada a prisão da diretoria desta segunda organização em Assaí e sua transferência para Londrina por motivo de segurança. Os elementos encarcerados eram casados com “mulheres japonesas” e tinham filhos brasileiros, com a exceção de um, que não tinha filhos.

Em 7 de julho, o delegado regional comunica ao chefe de polícia do Estado, em relatório de sua visita a Uraí, que nesta cidade funcionam escolas que desrespeitando as leis brasileiras, mantém usos e costumes, idioma e tradições da pátria japonesa. Na localidade, apreendeu-se material vitorista e foram presos indivíduos acusados de semear “entre seus patrícios, o ideal anti-democrático e mesmo anti-nacional, servindo-se para esse objetivo, da mentira e da intriga”.⁴²³ O despacho do chefe de polícia, emitido no dia seguinte, avalia que os acusados, tendo filhos brasileiros, não poderiam ser expulsos e, portanto, era necessária outra medida “a ser decidida mediante estudo”.⁴²⁴

Na mesma pasta em que estão as comunicações, há traduções de um volume considerável de material apreendido que versa sobre a situação política do Brasil e a situação do Japão na guerra, bem como documentação escolar (uma lista de presença de alunos).

Em carta de 22 de setembro de 1949, dirigida a Moisés Lupion, presidente do Estado do Paraná, João Pereira das Neves, de Assaí, comenta sobre os japoneses residentes em sua cidade:

Aquí no caro Brasil, estão gosando de uma ampla abitraedade e de uma concessão de garantias pelas leis e nossa hospitalidade de nossa gente, de maneira a que eles, não parece que estão submetido a uma lei internacional segundo o que ficou escrito, em Tokio, pelo Rei do Japão e o General Arthur Marc, do E.E Unidos da America do Norte. Eles estao gosando, acesseveis liberdades do nosso povo brasileiro. No tempo da guerra a ultima parra o Japão com Alemanha dilo,

⁴²² Pasta “Sociedade Terrorista Japonesa?”, p. 56.

⁴²³ *Idem, ibidem*, p. 193.

⁴²⁴ *Idem*.

Allemanha contra aliados, alguns japoneses no ano de 1942 em ourinhos falavam que os brasileiros estavam perseguindo japonezes e Alemão eles falaram que garantindo ao Japão e a Alemanha ganhávamos guerra os brasileiros grande o pescasso cortava, os brasileiros pequenos na carroça punha...!!! (sic)

Segundo Neves, os japoneses estavam “folgado” em Assaí, pois mantinham-se fechados, não “coligando” com ninguém, não convidando brasileiros para as suas festas, mantendo seus costumes e sua língua. Para ele, os estrangeiros que assim se comportassem mereciam ser punidos segundo a Lei de Segurança Nacional:

para punir, abuso de qualquer gente estrangeira, que quer fazer da nossa terra brasileira, hospitalar o seu campo de atividade para atuarem os seus embustes...!! de sua nação. Os japoneses apoiavam-se somente entre eles, falam somente entre eles e só são amorosos pelo costumes do país deles.⁴²⁵

Em 20 de janeiro de 1950, o agente número 8 relata sua viagem ao norte do Paraná e apresenta a sigilosa informação de que vinte cartas em japonês haviam sido enviadas a pessoas residentes em Londrina, com acusação de quinta-colunismo aos japoneses que acreditavam na derrota do Japão e ameaças aos destinatários. Em virtude disso, duas pessoas foram indiciadas criminalmente, sendo que uma delas já havia sido expulsa do país no processo contra Akebono e, segundo o informante, naquele momento estava em uma fazenda de propriedade de um nipônico, também envolvido. Em outro documento da DOPS, informa-se que ela foi presa em 27 de maio de 1950.⁴²⁶ Em 26 de março de 1951, o chefe da DOPS do Distrito Federal solicitou ao chefe de polícia em Curitiba o passaporte e o documento de identificação de tal pessoa para efetivar a sua expulsão,⁴²⁷ decretada em 3 de agosto de 1949. Os crimes eram de participação de sociedade secreta e segundo o decreto-lei 383, “Art. 1 – Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário, não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se direta ou indiretamente nos negócios públicos do país”.⁴²⁸

Em 14 de fevereiro de 1950, o agente nipônico assina relatório, enviado ao titular da DOPS, sobre investigações na colônia japonesa de Londrina, comunicando a existência de diversas organizações recreativas das quais faziam parte vitoristas e derrotistas, chamados, respectivamente, de “elementos incompreensíveis e os que compreendem da verdadeira

⁴²⁵ *Idem*, pp. 209-10.

⁴²⁶ Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 5.

⁴²⁷ Desde 1943, as expulsões e o confinamento em campos de concentração de “súditos do eixo” estavam aprovadas pelos países que participaram da Conferência dos Ministros do Exterior das Américas. Nos Estados Unidos, houve campos de concentração de imigrantes japoneses residentes no país. No Brasil, a lei de segurança nacional regulamentava as expulsões destas pessoas.

⁴²⁸ Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, pp. 209-210.

situação mundial”.⁴²⁹ As divergências de opiniões diziam respeito à política nacional, e o agente ressalta que há a intenção de formar e um partido com uma lista de quinhentos votantes e eleger um senador nipônico. Relata também atividades de comunistas, sem ascendência japonesa.

Em 12 de novembro, o chefe de investigações comunica ao titular da DOPS a prisão de seis elementos encaminhados pela delegacia de Carlópolis. Interrogados, eles disseram que pertencem à organização terrorista japonesa Daí Nipon Kokumin Zen Ei Tal, que obedecem a orientação de um japonês de Marília (que fora preso em São Paulo) e que pretendiam, se preciso, exterminar os japoneses que acreditavam na derrota do império nipônico.⁴³⁰ Segundo relatório do delegado regional de Londrina ao chefe de polícia do Paraná, com data de 20 de dezembro de 1950, foram presas 31 pessoas, todas apresentadas em Marília.⁴³¹

Em 24 de novembro daquele ano, o delegado regional de Marília solicita à DOPS de Curitiba a prisão e o encaminhamento, para a sua jurisdição, de doze nipônicos acusados de terrorismo e residentes em Cambé, Londrina, Carlópolis e Arapongas. Com eles, seriam apreendidas armas,⁴³² mas em 25 de novembro a Seção de Armas, Explosivos e Munições informa à DOPS que não havia esse tipo de instrumento em poder daqueles indivíduos.⁴³³ Entretanto, a ação policial continua e, em 2 de dezembro, a DOPS é informada da prisão, em Carlópolis, de seis “terroristas”.⁴³⁴

O prefeito de Carlópolis envia ao titular da DOPS, em 5 de dezembro, relatório sobre a prisão de nipônicos que confessaram pertencer à “organização”.⁴³⁵ A polícia usou, segundo o prefeito, a “necessária energia”⁴³⁶ nos interrogatórios, e descobriu documentos e fotografias escondidos em um sítio, incluindo-se uma lista com endereços de japoneses que deveriam ser sacrificados por serem derrotistas. O prefeito desculpa-se por interferir em assunto alheio a suas funções, e ressalta a sua intenção de ajudar as polícias local e estadual.⁴³⁷

429 Pasta “DOPS - Relatórios de 1950”, p. 166.

430 Pasta “Sociedade Terrorista Japonesa”, p.118.

431 *Idem*, pp. 140-42.

432 *Idem*, p. 21.

433 *Idem*, p. 9.

434 *Idem*, p. 19.

435 Em sua casa foram apreendidos livros, revistas, fotos, cadernos, agendas – e muito deste material era escrito em japonês. O auto de apreensão está documentado na DOPS com data de 7 de dezembro de 1950.

436 Segundo Caldeira, “a retórica usada para expressar a necessidade do uso da violência também parece ter uma surpreendente continuidade”. A autora cita, a partir do texto de Holloway, um delegado que, em 1888, teria usado a expressão “devida energia”, e assim, “Por mais de um século, ‘devida energia’ tem significado brutalidade”. (CALDEIRA.. Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo. p. 144).

437 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 16.

A DOPS – Curitiba recebe ciência, no dia 17 de dezembro, da prisão, em Jacarezinho, de dez japoneses acusados de pertencer à Shindo Renmei.⁴³⁸ No dia 18, os presos são apresentados ao delegado de Ordem Política e Social de Curitiba, juntamente com a transcrição do inquérito iniciado na localidade, bem como armas e munições apreendidas com os acusados.⁴³⁹

Ainda no dia 17, o agente reservado número 61 comunicou à DOPS a existência de uma organização vitorista em Curitiba:

Estou ciente pelas conversações e observações nos meios da laboriosa e pacatos (fingidos) elementos japoneses que habitam esta hospitaleira cidade sorriso – que existe num recanto da zona suburbana desta Capital, - uma associação secreta onde reúnem periodicamente os elementos fanáticos do Império do Sol Nascente, reunindo também de vez em quando, principalmente nos domingos, jovens moços e moças nisseis, por conseguinte, brasileiros natos, para incrementar o espírito nacionalista japonês. (fanatismo), fazerem crerem que são soldados japoneses e não brasileiros.⁴⁴⁰

Continua o agente explicando que este grupo considerava-se guia dos destinos do mundo, eram vitoristas, acreditavam no desembarque de tropas japonesas e na invasão de São Paulo, achavam justo o assassinato dos derrotistas “que subornados pelos capitalistas judeus e comunistas, querem fazer crer que o Japão perdeu a guerra”.⁴⁴¹ Para ele, “São verdadeiros fanáticos que são capazes de tudo ainda mais quando existem elementos malandros e sabidos (respeitável senhor) que aproveitando disso o bem da sociedade, - quando na realidade é contrário, que eles deviam ser fuzilados para não prejudicar as gerações vindouras.”⁴⁴²

Segundo este agente, antes da guerra a colônia japonesa vivia “unida, hordeira” e era constituída de trabalhadores. Porém, por “culpa desses ignorantes estúpidos”, houve a cisão entre derrotistas e vitoristas. Para ele, os vitoristas são “espertalhões” que “não apreciam os serviços pesados ou profissões honestas” e criaram associações “para extorquir escandalosamente, para poder continuar com essa mamata, fomentar mais e mais para fanatizar os elementos ignorante e laboriosos”, enviando o dinheiro para o Japão ou desviando em proveito próprio.⁴⁴³ Seis pessoas são acusadas como responsáveis neste caso.

Em 26 de dezembro, o delegado de Cambará comunica ao chefe de polícia do Estado o recebimento de denúncia contra japoneses acusados de pertencer à Shindo Renmei. Informa

⁴³⁸ *Idem*, p. 25.

⁴³⁹ *Idem*, p. 154.

⁴⁴⁰ Pasta “Documentos antigos - pasta 2”, pp. 256-57.

⁴⁴¹ *Idem*.

⁴⁴² *Idem*.

⁴⁴³ *Idem*.

também que solicitou intervenção da delegacia regional de Jacarezinho “por se tratar de caso grave”.⁴⁴⁴ Houve detenções e os presos foram remetidos a Curitiba.

De janeiro de 1951 são três recortes do *Diário da Tarde* anexados à pasta “Sociedade Terrorista Japonesa”. As reportagens são a respeito de armas apreendidas em Arapongas; um verdadeiro “pedaço do Japão” dentro do Brasil onde só se fala japonês,⁴⁴⁵ o terrorismo da Daí Nippon K Zai Taio; o comunismo amarelo; presos acusados de pertencer a este grupo; revolta e apedrejamento de um clube japonês em Assaí, pois um cinema da cidade passou um filme em japonês sem legenda - “Proibido Amar” – e o fez acompanhar de um suplemento comunista. Segundo uma das reportagens, o Juiz de Direito da Comarca de Assaí declarou que “Aqui é uma colônia brasileira dentro do Japão”, visto que

Existem escolas japonesas que ensinam japonês, circulava um jornal japonês e por eu achar um dispaúterio mandei fechar. É um absurdo reconhecer que existem japoneses bons, mas são poucos. Certa vez, perguntei a um nipônico porque não matriculava seus filhos em colégio brasileiro, como resposta obtive estas palavras: “porque meus filhos não se criarem em raça inferior”. E assim sucessivamente. O mais importante de tudo isso, continuou o dr. T. G, é que eles pretendem nas próximas eleições fazer o prefeito e a maioria da Câmara, aí sim estarão com tudo.⁴⁴⁶

No dia 2 de junho de 1951, o diretor do Departamento de Ordem Política e Social escreve ao delegado de Ordem Política e Social do Estado do Paraná e remete à delegacia o relatório de Marília, “referente ao movimento de caráter terrorista que se desenvolveu entre os elementos da colônia nipônica de São Paulo e que teve o seu epílogo no ano passado, graças aos esforços de nossas diligências policiais”.⁴⁴⁷

Neste relatório, além da denúncia do imperialismo e do nacionalismo, é perceptível como certos padrões de comportamento dos imigrantes japoneses no Brasil foram interpretados como uma determinação biocultural: “o temperamento do japonês é essencial ao desenvolvimento do fanatismo, que é uma auto-sugestão, independente da própria vontade, que gera a paixão desordenada.(...) Fanático, definiu Laudelino Freire como sendo aquele que diz ter inspiração divina.”⁴⁴⁸

O relatório cita Wenceslau de Moraes (1854-1929) - cônsul-geral de Portugal em Hyuôgo, Kobe e Osaka e autor de escritos sobre o Japão – estudiosos do tema e considerado um dos seus grandes conhecedores. Sobre o temperamento nipônico, o documento afirma

444 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p.138.

445 *Idem*, p. 189.

446 Pasta REVER A NUMERAÇÃO 2204-241, PG190.

447 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 155.

448 *Idem*, p. 12.

que, por natureza, o japonês é sereno e dócil, mas transforma-se e age violentamente como forma de vingança pessoal e de grupo, de modo que é perigoso, ardiloso e capaz de comportamentos ultranacionalistas que não são controláveis e nem previsíveis:

Uma lista interminável de superstições populares em que figuram maus olhados, bichos daninhos, diabos e muitas outras coisas mais, e conjuntamente o alto merecimento dos amuletos, das práticas cabalísticas, etc., não podem encontrar mais natural explicação do que no terror que inspiram os desastres. Mas há mais a considerar. A irritabilidade do país, manifestada por convulsões perturbantes, trazidas por uma longa série de fenômenos naturais, corresponde a irritabilidade do homem. O japonês, tão comedido de ordinário, tão sereno, é sujeito à irritabilidades súbitas. Contendas, alterações, disputas, são raras: mas teme a cólera de um homem por vezes disfarçada num sorriso, arremesando o indivíduo aos mais trágicos propositos, ao assassinio seguido de suicidio. Causas dos crimes? Acontece apontarem-se discórdias familiares, ou vinganças deprimidas, acaso por longos anos; mas outras vezes são fúteis os motivos ou disparatadas: um sujeito julga criminoso o procedimento de outro que não conhece, por exemplo: o procedimento de um homem político; arroga-se o dever de assassiná-lo por desagravo da nação...⁴⁴⁹

E comenta o delegado, após citar um psiquiatra sobre os problemas do fanatismo, generalizando para todos os nipônicos:

Enquanto não intervém nas relações sociais, o fanatismo não é perigoso. O mesmo não se manifesta numa sociedade onde há divergencia de opiniões. Foi o que ocorreu no seio da colônia japonesa. Os súditos do Império do Sol Nascente não se conformaram com a derrota de sua pátria.⁴⁵⁰

Segundo o relatório, as sociedades que surgem com o término da guerra tinham como objetivo principal a dominação, a exploração econômica, a prática do “golpe criminoso” por parte de indivíduos referidos como “espertalhões” que usavam patricios crédulos, sendo o patriotismo argumento para tanto:

Por certo que a “Shindo-Remmei” não teria passado da propaganda à ação, se um grupo de japonezes cultos, de espirito bem formado, que aceitaram pacificamente a derrota de seu país, não houvesse procurado encaminhar os patricios para outro rumo, isto é, incitando-os a trabalhar pela nova pátria - o Brasil - terra de seus filhos, ameaçando assim os planos de dominação da colônia, alimentados por aquela associação.⁴⁵¹

É certo que entre os vitoristas houve casos de crime comum – o caso da venda de falsas moedas japonesas, de passagens de retorno ao Japão e outros – entretanto, neste caso há a generalização destes crimes a todos os *vitoristas*, o que os fatos não comprovam. Segundo o relatório, os derrotistas formavam o grupo dos japoneses “honestos, verdadeiros amigos do

⁴⁴⁹ *Idem*, p. 12.

⁴⁵⁰ *Idem*, p.13.

⁴⁵¹ *Idem*, p. 14.

Brasil, respeitadores da nossa soberania e das nossas leis, estando integrados definitivamente em nosso meio”.⁴⁵²

Por outro lado, segundo escrito de um vitorista, traduzido pela polícia de ordem política e social, inserido no relatório como prova de crime, os derrotistas eram aqueles que perturbavam a ordem e a vida de “pacatos” japoneses, eram “traidores e desordeiros que renegam a pátria, tiveram “atitudes próprias de animais”, eram inimigos portanto mereciam castigos – como a eliminação sumária. É importante notar que, apresentando sinas invertidos a visão dos vitoristas era a mesma dos policiais: o inimigo era o diferente. Para a polícia, o vitorista era aquele que se “assimilava”, tornava-se igual, homogêneo aos nativos do país; para o vitorista, o derrotista era aquele que destoava, mudava – que fugia ao padrão e da tradição.

Os estigmas e as teorias, que foram ciência no final do século XIX e início do XX, estiveram presentes no discurso policial e no senso comum, foram usados para inferiorizar os japoneses ditos terroristas pelo DOPS, bem como o grupo nipônico na sua totalidade. Estes discursos conferiram ao imigrante sua posição e sua função social.

De modo geral, os relatórios policiais incriminavam os japoneses por eles não se assimilarem. O uso da língua japonesa, o culto ao imperador, a presença de usos e costumes nipônicos no seio da família, o isolamento das colônias, a manutenção de escolas japonesas, a ausência de relacionamento entre os nipônicos e os brasileiros, o “fanatismo” de sociedades como a Shindo-Renmei – tudo isto era considerado grave ameaça à segurança nacional.

A Shindo-Renmei foi investigada no Paraná. Os indivíduos acusados de pertencerem a ela eram indiciados e presos pela polícia que, assim, atestava a inassimilabilidade dos imigrantes, bem como os via como “espertalhões”, “estúpidos”, “fanáticos”, “selvagens”, “não-confiáveis”, “mentirosos”, “anti-democráticos”, “anti-nacionais” entre outros estigmas. A ameaça proporcionada pela organização atestava a existência do perigo amarelo, que era evocado desde o início dos debates sobre a viabilidade dos japoneses. Havia ambigüidade no discurso policial: e ora apenas os indiciados pelo pertencimento à sociedade eram implicados nestes estigmas, ora o grupo todo era negativamente representado.

As investigações policiais pareciam ser realizadas a partir de informantes, que acusavam determinado indivíduo sem que houvesse provas de sua relação com o crime em questão. As denúncias de não-policiais eram então peças-chave da investigação e da acusação. A presença de um grande número de recortes de periódicos nas pastas temáticas sobre os imigrantes japoneses e suas organizações faz parecer que as matérias jornalísticas eram uma forma de auxiliar e atestar as implicações e investigações sobre os crimes. Na maior parte das

⁴⁵² *Idem*.

vezes, tais artigos e reportagens eram sensacionalistas e assemelhavam-se às análises embutidas nos relatórios policiais.

5.3 A ameaça terrorista: Os escritos das sociedades japonesas

Para uma melhor compreensão dos documentos apreendidos pela polícia política, cremos ser necessário analisar um dos elementos fundamentais da tradicional forma de pensar e agir dos japoneses. Tal elemento estruturou, assim pensamos, as ações de grupos como a Shindo Renmei: o chamado “espírito japonês”.

Segundo José Yamashiro, mesmo após as reformas da era Meiji, a estrutura social que amparava a organização tradicional do Japão soube se manter. Assim, mesmo com a extinção da classe *samurai*, da divisão organizacional e do poder feudal, manteve-se o sistema de famílias patriarcais que perpetuou o regime da era anterior. E é nas famílias que será praticado o xintoísmo, o culto aos antepassados e ao imperador (“micado”). Ou seja, é criado e desenvolvido o culto ao imperador e da “piedade filial” (*chuko*) transmitido por meio do sistema de ensino do novo governo Meiji. Segundo Yamashiro,

O fato de a família, em sua forma tradicional, continuar sendo o alicerce social – sem permitir o desenvolvimento do individualismo de estilo ocidental – explica a continuidade de certos cultos e instituições clássicas no decorrer do período Meiji e até mesmo épocas mais recentes (pelo menos até a II Grande Guerra).⁴⁵³

Assim, manteve-se vivo o “espírito samurai”, que será exaltado em momentos de crise. Mesmo com sua extinção oficial, o samurai será figura de destaque e com ampla participação social, no exército por exemplo, como elemento que figura entre cargos da elite dirigente na década de 1930. Entretanto, como os samurais não possuíam terras, o seu poder será gradualmente minimizado, tornando-se eles legalmente iguais a outros súditos do imperador. Neste momento, degrada-se o chamado espírito samurai na medida em que a altos cargos militares ascendem oficiais imbuídos de ideologias ultra-nacionalistas ou imperialistas. O pensamento destes oficiais diferencia-se dos antigos preceitos *samurai*, pois a sua formação foi consubstanciada no chamado Rescrito aos Militares (1882). Neste documento, o imperador “avoca a si o comando supremo das forças armadas, destina-se a manter a disciplina e eficiência militares”.⁴⁵⁴ Entretanto, mantêm-se algumas das características da antiga moral dos samurais.

Por meio do Rescrito sobre a Educação (1890), “preconiza-se absoluta fidelidade ao trono, obediência aos pais e mestres, harmonia entre cônjuges, compreensão entre amigos, a busca do saber nos quatro cantos do orbe, disposição de sacrificar a própria vida em caso de

⁴⁵³ YAMASHIRO. *História dos samurais*, p. 226.

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 228.

emergência nacional etc. Nota-se neste documento a influência da doutrina confuciana, de mistura com a tradição nativa do xintoísmo e do *bushido*”, o chamado espírito samurai.⁴⁵⁵

Os dois documentos foram sustentáculo do autoritário regime japonês da primeira metade do século XX. A releitura do espírito samurai foi adequada a esta intenção: incentiva-se o culto ao imperador substituindo-se o sentimento de lealdade e devoção anteriormente praticado em relação ao senhor feudal e ao xogum. O primeiro artigo da constituição de 1889 diz que “O Grande Império do Japão é governado por *tennô* de linhagem ininterrupta”, enquanto o terceiro afirma que “O *tennô* é sagrado e inviolável”.⁴⁵⁶

No Japão, as décadas de 1920 e 1930 foram momentos de ascensão do militarismo e de incentivo e propagação do culto ao imperador. Nesse período, o país lançou-se à conquista imperialista na Ásia, do que decorre o acirramento de uma série de rivalidades - com a China e a Rússia, dentre outros atritos. Principalmente a partir de 1926, com o início da era Showa - quando ascende ao trono o imperador Hiroito - a ultradireita conquista espaço político e militar no país, apregoando agir conforme o *bushido*, o “espírito samurai”. Segundo Yamashiro,

Embora atualmente se façam críticas à distorção do autêntico espírito samurai, - face à desastrosa consequência que teve a condução da política nacional pelos militares e civis direitistas ou fascistas - a verdade é que se exaltam e se enaltecem as virtudes do *bushidô*, como indispensável mola moral de salvação do país.⁴⁵⁷

A “essência do bushidô”, a partir de Yamashiro, pode ser traduzida como o código moral consuetudinário dos samurais, seguido também pelos japoneses como um todo e muito revelador da forma de agir e de pensar tida como ideal por esta sociedade. Traduzido literalmente como “caminho ético do samurai”, ele orientou a conduta dos antigos guerreiros do Japão. Em linhas gerais, ele pressupunha 1) devoção e dedicação total ao papel de protetor e serviçal de seu amo, além de preparação constante para a morte condigna, pois a maior vergonha para um samurai é a covardia; 2) que o soldado em batalha deve sempre lutar, valente e bravamente, com moral elevado e disposto a enfrentar o inimigo mesmo em posição de desvantagem e até mesmo sozinho, pois vencer “quer dizer vitória sobre si mesmo. Isto é vencer com a força espiritual”. As fontes para o espírito samurai foram o budismo (que forneceu “a calma confiança no destino, submissão silenciosa ao inevitável, compostura estoica à vista de perigo ou calamidade; desapego à vida e destemor da morte”), e o xintoísmo (“A lealdade ao soberano, a reverência à memória dos ancestrais, a piedade filial”), além do patriotismo, da lealdade incondicional ao chefe feudal ou ao trono e do confucionismo, do

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 229.

⁴⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 231.

⁴⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 238.

qual são retirados princípios éticos relacionais entre senhor e servidor, governantes e governados, pai e filho, marido e mulher.

Para Ruth Benedict o chamado culto do *bushido*, os costumes dos samurais, foi criado por escritores e publicistas modernos aos ocidentais e selecionaram obrigações do chamado *giri*. Assim, ela refere-se ao termo *bushido* como “enganoso”, pois “é um termo oficial moderno”, sem a profundidade de outras expressões, complexidade e ambivalência ligadas ao *giri*; era “o *slogan* dos nacionalistas e militaristas, desacreditando-se o seu conceito na sucessão do descrédito desses líderes”; assim para a autora, a “identificação do *bushido* com o Samurai constituiu também uma fonte de mal-entendidos. O *giri* é uma virtude de todas as classes”.⁴⁵⁸

Portanto, o *giri* seria a forma mais precisa para definir uma parte da rede de deveres que os japoneses têm para com os hierarquicamente superiores. E é pagável com equivalência matemática segundo o que se deve. O *giri* é uma espécie de dívida que o indivíduo possui para com o senhor feudal, com a família afim, não somente em casos de consanguinidade, ou quando deve-se algo a uma pessoa em decorrência de um favor concedido. Também, é obrigação limpar o nome, praticar a *vendetta*, o chamado “*giri-para-com-o-nome*”, não sendo considerado um ato agressivo e sim, um dever. Outro *giri* deste tipo refere-se a o “dever de não admitir o fracasso (profissional) ou ignorância”, bem como o dever de cumprir as regras da etiqueta japonesa. Além disso, do “*giri-para-com-o-nome*” “constam também grandes doses de conduta tranqüila e equilibrada. O estoicismo, o auto-controle imprescindível a um japonês de amor-próprio...”⁴⁵⁹

Segundo a antropóloga, a obrigação e os deveres sem limite de tempo para o pagamento -- ou seja: pagos por toda a vida -- são chamados de *gimu*. Sendo que existem três tipos de *gimu*: o *chu*, dever para com o país, a lei e o imperador; o *ko*, dever para com os ancestrais e para com os pais e descendentes; e o *nimu*, dever do indivíduo em relação a seu trabalho. As obrigações em que se incorre passivamente são chamadas de *on*, e são relacionadas aos deveres para com o imperador, os pais, o professor, e outras, aceitas durante toda a vida de outras pessoas e para qual deve-se retribuir o pagamento. O pagamento destes “favores” é um dever -- além do quê é considerado uma virtude. Portanto,

O ponto de vista japonês sobre a vida é exatamente o assinalado por suas fórmulas de *chu*, *ko*, *giri*, *jin* e dos sentimentos humanos. Considerando eles “o dever total” do homem como se fosse repartido em regiões separadas num mapa. Segundo a sua expressão, a vida de cada um consiste no “círculo *chu*”, círculo do *ko*”, no

458 BENNETT. *O crisântemo e a espada*, p. 149.

459 *Idem, ibidem*, p. 127.

“círculo do *jin*”, no “círculo do *jin*”, no “círculo do sentimentos humanos” e em muitos mais.⁴⁶⁰

A devoção maior e sem limites é devida ao *on* imperial – porém, historicamente, foi relacionada ao *xogum*⁴⁶¹ ou ao senhor feudal. Com as reformas Meiji, este sentimento foi dirigido intencionalmente ao imperador: o pagamento deste *on*, o *gimu* ao imperador, chamado de *chu*, é devido ao “pai sagrado”, símbolo supremo de unidade do país e de lealdade. O imperador não era um chefe responsável pelo Estado, mas era considerado “inviolável”, como outros símbolos nacionais – a bandeira, por exemplo.

O que facilitou a transferência do *chu* para o imperador é a idéia de que houve somente uma dinastia ao longo da história do país, sendo todos os monarcas pertencentes à Casa Imperial e descendentes da Deusa Solar que está no mito de criação do país. Para a autora, a idéia da divindade do imperador não deve ser confundida com a concepção ocidental de divindade, pois a palavra traduzida por “deus”, *kami* (literalmente, “cabeça”), significa ápice da hierarquia, sendo que um dia todos os filhos do império virão a ser *kami*, após a morte. A lealdade ao imperador explica a complacência e a resignação dos japoneses ante a rendição: a ordem foi do imperador.

O devotamento filial é outra obrigação incondicional e o pagamento do *on* ligado à família e aos pais também é pagamento de *on* aos ancestrais, de forma que “paga-se o débito para com os ancestrais transferindo aos filhos o cuidado que se recebeu”.⁴⁶² Bem como todas as obrigações devidas em outros círculos sociais que devem ser pagas correspondentemente ao que se deve.

A noção de hierarquia é um valor exaltado na sociedade japonesa, o que Benedict chamou de “assumir a posição devida”. Diferencia-se da maneira como o a entendemos, e está presente nas formas de expressão, nos modos de falar e na gestualidade. As condutas sociais são diferenciadas conforme o sexo, a idade, os laços de família, as gerações e as relações construídas anteriormente pelo indivíduo. Transformou-se historicamente e é apreendida inicialmente na família:

Também os japoneses, quando confiam na “devida posição”, voltavam-se para a regra de vida que neles fora arraigada pela própria experiência social. A desigualdade tem sido durante séculos a regra de sua vida organizada, justamente naqueles pontos onde é mais previsível e aceita. Conduta assente com hierarquia é tão natural para eles como respirar. Não se trata, contudo, de um simples autoritarismo ocidental. Tanto os que exercem controle, como os que estão sob o

⁴⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 167.

⁴⁶¹ Antes da era Meiji, o *xogun* foi o governante efetivo do Japão, sendo empossado pelo imperador. Ele era considerado autoridade suprema sobre os *daymos*, os senhores feudais.

⁴⁶² BENNETT. *Op. cit.*, p. 106.

controle de outros, agem em conformidade com uma tradição diferente da nossa...⁴⁶³

Com as reformas Meiji, o Estado possibilitou a liberdade de culto e a inexistência de uma religião oficial, porém sob o seu controle institui o “Xintó de Estado”, espécie de culto que conserva os símbolos da unidade e da superioridade nacionais, que este conservava e regulamentava. Entretanto, como foi declarado uma não-religião, podia ser ensinado nas escolas, o seu culto podia ser obrigatório para toda a sociedade - e assim escapava das críticas ocidentais. Nas escolas, ele era ensinado através da história do Japão, desde sua criação, a partir dos deuses até o governo do venerado imperador.

Estas questões estiveram presentes entre os japoneses imigrados para o Brasil. Veremos a seguir documentos que revelam aspectos formadores deste padrão de cultura à japonesa. O primeiro deles é da cidade de Assaí e em 1946 foi apreendido junto a um dos acusados de pertencer à Shindo Renmei. O documento é intitulado *Os ensinamentos da linha de batalha*, sendo composto por instruções e “ensinamentos” sobre os procedimentos de um combatente no *front*,⁴⁶⁴ que era uma espécie de código de conduta para o soldado japonês. Entretanto, sua disseminação entre os imigrantes japoneses era fato, e por isso o documento atestava para a polícia a delinquência do grupo – ou seja: o mal da inassimilabilidade e o perigo do avanço nipônico no país.

No documento, há referência à divindade do imperador – topo da hierarquia da sociedade japonesa - poder máximo e sagrado, representante dos desejos de conquista militar. Outro aspecto importante é a passagem das virtudes e da valentia dos antepassados do povo japonês àqueles que lutam pela pátria, que além de santa é o e fim das ações do soldado. O soldado devia obedecer todas as ordens em nome do imperador e do “sacrifício pela coletividade”, “A belesa do espirito do soldado está em obedecer sem dizer alguma palavra nas ocasiões difíceis e lansar-se a morte (sic)”. Neste sentido, o sacrifício mais extremo de um soldado era a chamada política de não-rendição: a honra de um soldado estava em lutar até morrer, derradeira ação que podia culminar com o suicídio, jamais com a rendição: “Mesmo que fosse aprisionado ferido e inconsciente, nunca mais ‘poderia andar de cabeça erguida no Japão’, estava desonrado, ‘morto’ para a sua antiga vida”.⁴⁶⁵

463 *Idem, ibidem.*, p. 46.

464 Pasta “DOPS – Documentos Antigos”, p. 216-23. Estas são páginas separadas, porém arquivadas na mesma pasta, e datadas de 15 de abril de 1946.

465 BENNEDICT. *Op cit.*, p. 39.

Segundo Bennedict,⁴⁶⁶ na base da sociedade estava a família, primeiro espaço em que eram internalizadas as regras de conduta e a chamada “posição devida”. Também há no documento referências à forma como deve se comportar um bom filho, ou seja: honrando a pátria e a família – “base da moral japonesa”, segundo o código.

Tal código refere-se à responsabilidade de cada indivíduo perante a coletividade, alude ao respeito devido a hierarquia, ao sacrifício pela pátria, à honra, à modéstia e à valentia na luta e ao cuidado com os segredos militares. Refere-se à idéia de não acreditar na propaganda adversária como forma de incentivar a luta mesmo em caso de perda de posições. Bennedict refere-se a esta questão como uma tática para manter o moral das tropas mesmo em caso de derrotas. Assim, com este objetivo, os japoneses veiculavam no rádio notícias inverídicas ou dissimulavam as derrotas. Para os eles, durante a guerra o “espírito” deveria “sobrepular a própria morte”, pois acreditavam que, com técnicas e disciplinas apropriadas, haveria a conquista da superioridade espiritual sobre a força física do inimigo.⁴⁶⁷

Em 9 de maio de 1948, foi arquivada cópia de um manuscrito sobre a Shindo Renmei, cuja tradução elaborada pela DOPS chamou a organização de Liga do Caminho dos Súditos. Os “súditos” do Grande Japão – forma corriqueira de a polícia referir-se aos imigrantes oriundos do Eixo e aos descendentes deles – eram os que se consideravam os pertencentes à sociedade. Eles eram vistos como grupo residente no país (estavam temporariamente no Brasil) e como inimigos de guerra.

Para a Shindo Renmei, segundo seu escrito, era preciso manter o chamado “espírito japonês” como forma de continuar ligado à pátria, educando os descendentes do mesmo modo – pelo “sistema japonês, principalmente quanto a língua japonesa”, e apoiando a construção da Grande Ásia. Como vimos em capítulos anteriores, o mal estava contido nestas determinações – os perigos da não-assimilação e o perigo do imperialismo japonês, possivelmente amparado no complô. Assim, estas eram as provas cabais da culpabilidade nipônica.

Na “Orientação para os japoneses residentes no Brasil”, outro documento apreendido, havia a emblemática afirmação do perigo da não-assimilação do grupo: “Embora se modifique o sistema político do Brasil ou mesmo do Mundo, deve o japonês conservar sempre o sentimento espiritual de sua pátria”. Ou seja: o espírito japonês cultuado através de práticas religiosas xintoístas, da prática da assistência social e da guerra, de práticas escolares e

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 29.

esportivas à japonesa - *jiu-jitsu*, esgrima de baioneta, arco-e-flecha, luta japonesa, em suma, todos os esportes japoneses.

No estatuto da sociedade, foi encontrada a sua forma de organização hierárquica, bem como a seguinte afirmação “Farão parte da Sociedade somente as pessoas que não temem a morte”, o que refletia a forma de ação do grupo. Outro documento encontrado junto a papéis referente à sociedade tem o título de “Os pensamentos de um nipo-brasileiro”. Ele é interessante por várias razões, principalmente por revelar toda a angústia e os conflitos por que passavam os brasileiros cujos pais eram de imigrantes japoneses – a segunda geração de suas famílias a viver em terras no Brasil -- devido ao conflito entre adaptação ou manutenção da cultura herdada.

Consideramos que este dilema é central no pós-guerra: estavam os imigrantes temporariamente ou de fato numa nova terra? O significado destas posições revela o drama do processo migratório. Como estas posições recebem novos significados a partir do conflito e do que se viveu durante a guerra, elas definem a maneira de ser dos imigrantes japoneses no Brasil bem como dos descendentes nas décadas seguintes.

Nestes depoimentos, os chamados “nipo-brasileiros”, associados à Shindo Renmei, expressam tais questões:

Sou um pobre Nipo-Brasileiro que estou sempre sendo mal visto pelos japoneses natos, isto para nós Nipo-Brasileiros traz grande desgosto, porem estudarei muito para não atrazar, ou melhor para ver se consigo supera-los (a eles japoneses natos dezoito que aos senhores compare a educação que tivestes e a que temos hoje.)

É certo que nós devemos respeitar nossos superiores pais e irmãos (japoneses natos). Seria desrespeitoso nós os nipo-brasileiros contrariá-los, porém para nós temos razão do que damos exemplo: Nós sempre respeitamos a grandeza da nossa pátria (Japão) e a educação terna que nos tivemos como sendo a “raça” superior, nós soubemos que no Japão as imagens dos Imperadores são tratadas com o maior cuidado, só sendo expostas perante o público, nos dias de grandes festas, mas aqui no Brasil vemos até na sala de visitas sendo mexido e remexido como se fosse um simples quadro decorativo. Assim sendo foi até desrespeitado pelas autoridades policiais do Brasil. Eu mesmo nipo-brasileiro, tenho presenciado terem sido pronunciadas palavras desrespeitosas na presença dessa imagens sagradas, que isto representa uma falta gravíssima de respeito, consideração, sendo por isso, mas os socios da S Remei, fazemos cumprir esse ensinamentos, que nós tivemos de um a um, desde hoje peço a todos que respeitem mais imagem.⁴⁶⁸

O desrespeito à imagem do imperador mencionada pelo texto era o uso indevido da figura entre os japoneses, bem como uma prática comum para a polícia política: usar a imagem como forma de averiguar quem era ou não vitorista – ela era jogada no chão, e os que ficassem comovidos e indignados seriam vitoristas. Além disso, imigrantes que não

468 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, pp. 56-58. Grafia segundo o original.

reverenciavam corretamente o imperador não atendiam às determinações exigidas pelo código de conduta à japonesa. Segundo Bennedict,

Os que viveram no Japão sabiam bem que nada feria mais os japoneses e lhes fustigava a moral do que qualquer palavra depreciativa contra o Imperador ou qualquer ataque direto a ele[...] para eles o Imperador era inseparável do Japão. ‘Um Japão sem o Imperador não pode ser imaginado.’ ‘O Imperador japonês é o símbolo do povo japonês, o centro de sua vida religiosa. É um objeto super-religioso.’ Nem tampouco seria culpado pela derrota, se o Japão perdesse a guerra.⁴⁶⁹

Em 1948, em Londrina, um indivíduo de nacionalidade japonesa apresentou queixa contra um “japonês” que, no norte do Paraná vinha “movendo uma campanha de repatriamento de japoneses [...] cobrando de cada, determinada importância em dinheiro, para aquele fim, criando desassocego entre seus patrícios ali moradores[...]”⁴⁷⁰ Segundo o reclamante noticiou à polícia, outro “japonês” vinha contando aos nipônicos da região “fantásticas” histórias que o exército imperial desembarcaria no Brasil e aconselhava-os interromper o cultivo e regressarem ao Japão, “em prejuízo da produção de nossa lavoura.”⁴⁷¹

Segundo relatório datado de 29 de novembro de 1948 e assinado por Glaucio Guiss, titular da DOPS, o acusado foi indiciado em inquérito de expulsão. Ele era lavrador e residia no Brasil há 15 anos. O motivo do inquérito foi a sua filiação à Shindo Renmei, suas atividades no norte do Paraná e sua defesa da vitória do Japão na guerra. Para o delegado, “A conduta do indiciado, além de prejudicar interesses brasileiros, estava criando ambiente de desassossego e ameaças nos meios coloniais nipônicos”.⁴⁷² No relatório, diz-se que o elemento tornou-se indesejável e devia ser expulso do país, porém com direito a defesa. Tal alegação constituiu-se de um escrito em japonês, um relato de auto-defesa lido pelo agente “japonês” da DOPS na presença de testemunhas. Segundo o acusado,

O meu pensamento atual, como japonês é o de voltar ao meu país. Explicando o motivo, tenho a dizer que, nós residentes no Brasil, acreditamos mais na nossa pátria. Após o término da última guerra mundial, pelo rádio foi anunciado que o Japão perdeu a guerra, e mesmo diversas altas personagens de nossos patrícios fizeram e fazem a mesma propaganda, mas nós de maneira alguma pensamos assim. Porque enquanto existir o Imperador em nossa terra, eu não posso pensar assim e nem tampouco acreditar nisso. Se o Japão tivesse perdido a guerra, nós não estaríamos vivos no Brasil. Desde que é minha pátria, pátria do Imperador, de uma vez por todas eu desejo voltar ao Japão e ser japonês. Sou uma dessas pessoas. Nós seguimos com o pensamento fiel e um caminho reto e como japonês penso desta forma; não só isso, como também tenho rezado e pedido a Deus para que o mundo fique esclarecido e quanto antes. As pessoas residentes no Brasil,

469 BENNEDICT. *Op. cit.*, pp. 33-34.

470 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 2

471 *Idem*.

472 Pasta “Documentos Antigos - Pasta 1”, p. 227.

infelizmente, não compreendem ou não entendem os nossos sentimentos. Acho que é pelo motivo da diferença de raça, e, conseqüentemente, dos costumes divergentes entre este e os demais países – Assim penso eu. Nós envidamos diariamente os nossos esforços para que surjam sempre melhores dias e a humanidade possa seguir conjuntamente, sempre avante para a paz dos povos.⁴⁷³

Ele declara que gostaria de voltar ao Japão e com isso chegaria a uma melhor conclusão sobre os fatos. Diz ter “um conhecimento restrito, talvez ilusório, da língua portuguesa”. Achava que deveria ter vindo ao Brasil um representante do Japão em missão oficial para esclarecer os fatos e isto teria um reflexo positivo pois, os “japoneses não teriam incomodado tanto assim o governo brasileiro e tudo estaria acabado” e finalizou afirmando:

Terra santa, terra abençoada, depois que eu voltar ao Japão, e receber a benção do Imperador, acho que será também a benção dos patrícios residentes no Brasil. Meus Patrícios residentes no Brasil, imploro que trabalhem com afinco, com esforço e com boa vontade. Acredito que brevemente virão dias mais claros e melhores.⁴⁷⁴

Nos preceitos morais do espírito *samurai*, a idéia de lealdade entre o governantes e seus governados pressupõe o suicídio a fim de acompanhar o senhor na morte. Em face da desonra de uma situação como a rendição incondicional, pratica-se o *seppuku* ou *harakiri*, suicídio ritual com espada por meio do qual se expiam crimes, erros, as vergonha como a mencionada etc.⁴⁷⁵ Provavelmente, a idéia, presente no depoimento, de que os japoneses no Brasil não estariam vivos alude a esta prática.

Em despacho do Departamento do Interior e da Justiça, órgão federal, ao chefe de polícia do Paraná, no dia 19 de setembro de 1949, comunica-se que o presidente da República, por decreto de 30 de agosto, expulsa do país o “referido alienígena”.⁴⁷⁶ Segundo os decretos-lei que embasaram a sua expulsão, aos estrangeiros era vedado qualquer atividade política, bem como criar sociedades ou outras formas de organização que propagassem idéias, normas, de ação de partidos políticos do seu país de origem, arregimentar adeptos e exercer influência por meio destas.

Entre o material apreendido, consta também a cópia de um texto, traduzido pela DOPS, que apresenta os acontecimento do pós-guerra sob o ponto de vista de um vitorista. Assinala ele suas desconfianças com as notícias de derrota. É de notar a idéia de que a

473 Pasta “Documentos antigos Pasta-1”, p. 227.

474 *Idem, ibidem*, p. 227.

475 Segundo Yamashiro, “O costume de cortar a barriga com catana tem origem – segundo Nitobe – na velha crença, de que o ventre é a sede da alma e das emoções. Em resumo, pratica-se o *seppuku* para dizer: vou abrir a morada da minha alma para lhe mostrar que ela é limpa”. YAMASHIRO. *História dos Samurais*, p. 262.

476 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 3.

afirmação da derrota visava “comunizar os japoneses do Brasil”, de modo que os responsáveis eram os russos.

Um outro documento traduzido pela polícia é uma carta datada de 6 de dezembro de 1950 e que, expedida por uma das organizações vitoristas, alude a uma colaboração entre os derrotistas e a força policial, além de os acusar de fazerem propaganda derrotista e não educarem as crianças nos moldes japoneses, e ameaça:

Em breve, quando chegarem os soldados do império será apurada a responsabilidade. Em breve embarcando no Brasil – (Rio Paraná), avançando em Londrina – aqueles que tem idéia judaica, comunismo[...] quando chegarem o Pelotão Oficial Internacional no Brasil, vocês que tem ideia comunista, juntamente com a família, virão o dia em que derramarão os sangue – ocasião em que acabarão com todos os de sua família.⁴⁷⁷

É interessante relacionar estas idéias com a justificativa do governo japonês para seu avanço na China nas décadas de 1930 e 1940. Para os japoneses, a guerra com a China era “sagrada”, objetivava livrar o país do comunismo e estabelecer uma nova ordem na Ásia Oriental, a chamada Esfera de Co-prosperidade da Ásia Oriental.⁴⁷⁸

Em dezembro de 1949, uma outra carta assinada pela Associação de Dragão Negro é remetida para Assaí, “Ao Senhor Chefe da Propaganda Derrotista do Império do Japão -- Judeu Hossaka”.⁴⁷⁹ Nesta carta, japoneses de Londrina que eram derrotistas durante a guerra são acusados de terem feito “a propaganda – falsa de ideia judaica” e são ameaçados de serem “liquidados” pela dita associação:

Ao SERVENTUÁRIOS DA IDEIA JUDAICA, os senhores (...) residentes em Londrina, os quais durante a conflagração mundial fizeram a propaganda - falsa ideia judaica. (...) Quando foi promulgada o Edito Imperial, isto em 14 de agosto - dirigido ao súdito nipônico residente no Brasil, usou mesma para fazer reconhecer a situação atual da mãe patria, acreditando na propaganda irradiada pelos que tem ideia judaica, contrariando o espírito “Yamato” desrespeitando por meio de palavras e ações o imperador da Patria, e ainda mais, que a imperatriz mantém relações amorosas com o derrotado Mac-Arthur. (...) Após o termino do conflito mundial, como no tempo de Araçatuba, subornado pelo ouro judeu, esquecendo a posição de japonês...⁴⁸⁰

No mesmo mês, outra carta é remetida a um derrotista, desta vez pela Shindo Renmei. Esta terceira carta foi traduzida pela DOPS e enviada de Apucarana para o chefe de polícia do Estado, em Curitiba, em 12 de janeiro de 1950.⁴⁸¹ Segundo a missiva “Na grande cruz, que simboliza, morte esta inscrito: _ JAZ , DERROTISTA. SEIZO, digo, SEIJI ARITA. E ao

477 *Idem*, pp. 20-22.

478 YAMASHIRO. *Op. cit.*, p. 239.

479 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 8.

480 *Idem*, p. 8. Grafia no original.

lado – o porco quando morre deixa gordura, arita morrendo deixa, ‘teiruden’ coitado – povo esquecido – (referindo a pessoa de arita) – 1950. Amem”⁴⁸²

Conforme tradução de mais outra carta remetida às mesmas pessoas, a acusação era a de veicular a idéia de que o Japão perdeu a guerra. Tal missiva foi assinada pela “Sociedade Ko Kuriu – Kai”, “Número do eliminador 28.034, Polícia Internacional do Brasil, Seção Especial ‘Secreto’ ”.⁴⁸³ As ameaças seguem em uma nova carta que afirma: “Cova Mortal de Seji Arita. Com uma cruz no centro. Ano de 1950. Depois que o porco morre, deixa a banha. Arita, deixa como recordação, o teu nome vergonhoso. Amém.”⁴⁸⁴

Em 18 de janeiro de 1950, há mais uma carta que foi traduzida, desta vez remetida a pessoas de Jandaia., e nela merece destaque uma importante passagem:

Esqueceu você que é japonês, para fazer propaganda negativa, dizendo que o Japão perdeu a guerra, e agora você está procurando um meio de ser visto com bons olhos, por exemplo procurando lecionar o idioma japonês a crianças, nos núcleos, mas isto agora não passa de um gesto de covardia e cachorrice. Dentro de pouco tempo o exército japonês vai desembarcar no Rio de Janeiro ou em Paranaguá, indo daí diretamente a Londrina, para acabar com os elementos judeus e comunistas. Não só isso como também para liquidar os amarelos que não acreditam na vitória do Japão.⁴⁸⁵

Em 5 de dezembro de 1950, é traduzida uma carta da Associação Dragão Negro, mais uma vez acusando de traição dois derrotistas de Apucarana.⁴⁸⁶

481 *Idem*, p. 20.

482 *Idem*, p. 12.

483 *Idem*, p.211.

484 *Idem*, p. 212.

485 *Idem*, pp.213-14.

486 *Idem*, p.14.

5.4 A DOPS do Paraná: Condições materiais

No dia 27 de maio de 1947, o delegado Brandão Pontes, titular da DOPS, encaminha relatório ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, João Theóphilo Gomy Junior, sobre as seções discriminadas na delegacia, bem como suas atribuições e atuação pessoal. A Seção de Ordem Política e Social era composta de um chefe, um sub-chefe, dois auxiliares. Era considerada:

uma secção chave nesta Delegacia, de vez que mantém o fichário de anotações de antecedentes políticos-sociais, cuja importância não é preciso que se faça salientar, superintende ainda todos os seus serviços externos que dizem respeito as medidas de prevenção, de precaução e de vigilância visando resguardar a integridade da Nação ou a sua forma de governo contra movimentos subversivos da ordem política e social fiscalizando os setores referentes à atividade política-social, à estrangeiros, à hotéis, à rodovias, à aerovias, etc., procedendo averiguações sobre suspeitos recém –chegados à circunscrição policial, por intermédio de seus agentes de polícia, em numero de 14...⁴⁸⁷

As outras seções eram a de Registro de Estrangeiros,⁴⁸⁸ Armas, Explosivos e Munições,⁴⁸⁹ Hotéis e Pensões⁴⁹⁰ e Secretaria⁴⁹¹. O agente “japonês” era auxiliar na Seção de Registro de Estrangeiros, agente de polícia extranumerário, com salário e investigava para a Seção de Ordem Política e Social.

O delegado ressentia-se da “deficiência do aparelhamento desta Delegacia” e completa:

No que diz respeito aos elementos indispensáveis à sua finalidade de prevenir e reprimir – quando a prevenção não baste – toda a atualização que no Estado se processe, ou reflita, visando subverter a ordem geral, atentar contra segurança do regime e das autoridades constituídas, ou modificar, por meios violentos, as instituições em vigor.⁴⁹²

Ele reclamava da falta de um automóvel, pois o serviço da delegacia deveria ser “sempre de sigilo, vigilância, precaução e presteza” – de modo que o automóvel era necessário.⁴⁹³ Além disso, o delegado pede mais verbas e a criação de uma delegacia especializada em estrangeiros, bem como três funcionários e autorização para manter o serviço secreto.

487 Pasta “Ofícios e Portarias Expedidos pelo DOPS”, p. 238.

488 Composta por seis funcionários, um chefe e cinco auxiliares. O delegado reclama neste relato da falta de pessoal, e argumenta que em um Estado que conta com um contingente expressivo de estrangeiros, haveria a necessidade de mais pessoal.

489 Composta por três funcionários.

490 Composta por um funcionário.

491 Composta por quatro funcionários.

492 Pasta “Ofícios e Portarias Expedidos pelo DOPS”, p. 238.

493 *Idem*. Segundo o delegado, principalmente porque há a “expectativa de qualquer acontecimento decorrente da cassação do registro do P.C do B, sendo perigoso até que se recorra à automóvel de aluguel, pois pode acontecer muito bem que o motorista seja um elemento comunista”. (*Idem*)

5.5 Comissão Pró-Segurança da Colônia Japonesa no Paraná

Entre os documentos encontrados, há um especialmente interessante: o estatuto da Comissão Pró-Segurança da Colônia Japonesa do Paraná. Ele não apresenta data, mas todas as folhas naquela pasta referem-se aos anos que vão de 1948 a 1951. A comissão tinha sede em Londrina e subcomissões em Assaí, Apucarana, Arapongas, Marialva, Rolândia e Uraí. Sua finalidade era colaborar com o chefe de polícia do Paraná: “no sentido de exclusivamente assegurar a paz e harmonia no seio da colônia e procurar terminar pacificamente com os elementos terroristas e fanáticos de origem ou de nacionalidade japonesa, que vem agindo contra as leis brasileiras.”⁴⁹⁴

Tal comissão era composta por quinze membros eleitos pela maioria da colônia japonesa no norte do Paraná e o presidente a representava junto às autoridades policiais. Os diretores sociais deveriam promover e organizar reuniões sociais e culturais: “bem como fazerem visitas aos suditos japoneses moradores do município de Londrina, com o objetivo de conhecerem de perto suas idéias, doutrinando-os, si fôr o caso, para que não se tornem nocivos ao país.”⁴⁹⁵ A organização deveria ser extinta uma vez verificada a conquista de seu objetivo e quando julgasse o chefe de polícia do Paraná.

Embora não encontrado qualquer outra informação sobre a comissão, acreditamos que ela fosse formada por indivíduos “derrotistas”, em campanha de divulgação sobre o final da guerra, e colaboracionistas em relação às autoridades brasileiras.

⁴⁹⁴ Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, p. 53.

⁴⁹⁵ *Idem*, p. 52.

Considerações finais

Em termos gerais, o discurso sobre a presença dos imigrantes japoneses no Brasil tem numerosas entradas e variações. Podemos analisá-lo a partir da visão e dos interesses estatais, a partir da polícia (política ou não), a partir dos interesses econômicos, ou da visão científica, ou até jornalística. O japonês pode ser a boa mão-de-obra, trabalhadora e disciplinada, que coloniza e constrói em áreas do interior do país, sendo útil e necessário, economicamente importante para o bom estabelecimento da nação; mas também pode ser o imigrante perigoso, a raça que não se assimila, possível ponta-de-lança para a conquista da América do Sul pelo império do sol nascente.

No Brasil da década de 1940, os considerados indesejáveis sofreram com as adversidades da polícia política e do aparato jurídico. Arrolados entre os que não eram desejados, os nipônicos muitas vezes eram vistos de forma ambígua: por um lado, como colonizadores e boa mão-de-obra; por outro, como perigo a ser combatido. As idéias de miscigenação e embranquecimento respaldavam a doutrina política que objetivava construir a nação brasileira, vista como homogênea, constituída por apenas uma raça, uma língua, uma cultura. Os debates sobre colonização e imigração eram permeados por tais questões. Desta forma, as políticas públicas para o recebimento de contingentes populacionais estiveram pautadas nas representações, então correntes, acerca de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”.

Essa divisão entre um tipo e outro era uma configuração ideal que, para ser efetivada, exigia critérios como a assimilação, biologicamente e culturalmente entendida. Postulava-se a democracia racial – baseada no imperativo do embranquecimento. Dentre os alicerces deste pensamento estava a defesa do elemento nacional, em um contexto de competição econômica com o estrangeiro. Se o Brasil era para os brasileiros, as imagens acerca dos japoneses alimentadas naquela época imprimem-lhe uma série de estigmas que contribuíram para a criação de um dispositivo constitucional que impôs cotas para a entrada de imigrantes nipônicos em nossa pátria. Tais imagens estiveram presentes nas generalizantes análises e ações praticadas, na década enfocada, por elementos da DOPS.

Como pudemos ver, as representações fundamentam-se na forma como os indivíduos compreendem, ordenam, identificam e se identificam, têm opiniões, expressam-se – além de ser a forma pela qual um representante se faz presente e é percebido. A maneira como os nipônicos foram representados e avaliados pela polícia esteve calcada em percepções que (re)conheciam o imigrante antes de tudo como estrangeiro, como não-cidadão.

Estrategicamente, as representações sobre eles construídas se valeram dos seus aspectos simbólicos – sua língua, seus costumes, sua aparência física, suas crenças etc. Este outro construído por meio de suas diferenças configurava um discurso de efetivação de uma nova nacionalidade, buscando incitar a competição entre o nacional e o estrangeiro, ou mesmo assimilar tudo que avultasse como o contrário da norma, beneficiando-se utilitariamente do imigrante e do seu trabalho (atividade para a qual ele é convocado), mascarando as suas expressões culturais. A isto ele irá reagir pela transformação de si, de modo que passam a existir duas diferentes identidades para o imigrante japonês: uma privada, acionada no interior do grupo ao qual ele pertence; e outra pública, ostentada fora do grupo.

Neste quadro está inserido o contexto histórico nipônico: muitos dos japoneses que para cá vieram, principalmente os da segunda fase da imigração (1925-1934), foram influenciados pela ascensão de um governo autoritário e militarista em seu torrão natal. Para muitos brasileiros, eles era bem-vindos como trabalhadores agrícolas. Entretanto, não havia consenso, pois o perigo amarelo poderia estar sendo acolhido entre nós, as visões sobre o papel e a imagem destes adventícios não eram unânimes e, por vezes prevalecia a ambigüidade. As acusações feitas pelos detratores da presença nipônica em solo brasileiro eram marcadas por um cunho racial, o que vale dizer psicológico e político. Questões éticas e morais também estiveram presentes, além do que eles representaram, no ideário daqueles dias: os não-assimilados, os não-integrados que se opunha aos nacionais. Tanto durante como após a guerra, os nipônicos foram classificados como o outro a ser combatido, pois “o japonês naturalizado é sempre japonês”⁴⁹⁶ e, para aqueles que o abominavam, ele trazia o perigo do fanatismo, do complô, da inassimilabilidade, da presença não-eugênica. Foi nesta época que a Constituição registrou as maiores restrições ao imigrante e à imigração. Em menor intensidade, o período também comportou a compreensão do grupo nipônico como assimilável e eugênico.

Na era Vargas, consolidaram-se as práticas autoritárias da polícia brasileira e, em nome da segurança do país, o estrangeiro foi considerado antinacional e traidor.⁴⁹⁷ Em uma reconfiguração de que participaram os aparatos judiciário e repressivo, o poder do Estado foi centralizado, as oligarquias regionais perderam poder. Elemento alienígena, o japonês era um descontrolo na ordem política, legislativa e racial estabelecida: a presença deste corpo estranho fazia se perder a coesão e a unidade da nação brasileira, ele era a antítese do que nossa sociedade esperava e planejava para si. Neste período, a idéia de ordem esteve relacionada com

496 LESSIER, p. 230.

o enquadramento do delinqüente politicamente “perigoso”, sendo que a “criminalização dos ‘indesejáveis’ atribuiu às práticas sociais divergentes da ‘ordem’ um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum”.⁴⁹⁸ Isto fez a polícia ser importante dentro do esquema montado para manter os indesejáveis sob controle e repressão – providência necessária para a implantação do projeto político nacionalista. Durante a guerra, principalmente depois de os Estados Unidos entrarem no conflito, coube à nossa polícia reprimir e fiscalizar o cumprimento de determinações relativas aos chamados “súditos do eixo”, notadamente os germânicos (genericamente arrolados na maléfica representação do nazista) e os nipônicos.

O papel da polícia (investigando, vigiando e reprimindo tudo o que pudesse ser identificado com o perigo amarelo) baseava-se na eminente possibilidade de os japoneses cometerem delitos e crimes. Ações como a apreensão de radiotransmissores e de material escrito no idioma japonês, bem como a prisão dos que praticavam este idioma em público, revelam arbitrariedade na escolha dos indivíduos visados, pois qualquer nipônico – cidadão japonês, japonês naturalizado ou descendente – poderia ser incriminado. A contra-espionagem baseava-se na delação: a vigilância e a coerção mantidas pela polícia originavam-se, entre outras fontes, em denúncias de vizinhos, em cartas recebidas. Na maior parte das vezes, tais avisos não tinham sustentação.

Em 1944, a sociedade Akebono, com suas investidas, foi alvo da ação da polícia, para a qual a permanência dos “usos e costumes” ancestrais, além da educação em moldes nipônicos e do uso do idioma do país de origem, indicava a existência do perigo da não-assimilação. Esta seria a causa do surgimento e do poder de conversão de organizações como a Shindo-Renmei, composta por anti-brasileiros e fanáticos. Ordem e brasilidade eram questões presentes. No relatório de 1951, é adicionado mais um elemento ao quadro: a determinação biocultural do fanatismo japonês. Assim, os que escapavam ao fanatismo eram os esclarecidos – os demais sendo afetados por esta determinação sociogenética.

A reelaboração das formas culturais japonesas, entre os imigrantes nipônicos radicados no Brasil, foi pautada por disputas e conflitos que convulsionaram vitoristas e derrotistas. O chamado espírito japonês influenciou a tomada de decisões por parte de toda a comunidade. Os dados censitários, colhidos junto a ela, são reveladores do número de pessoas pertencentes a uma e outra posição. Sendo um dos árbitros deste conflito, a polícia nada mais fez do que tentar reprimi-lo por meio de prisões e processos movidos contra os participantes. Os

497 Cf. SEYFERTH.

498 *Idem, ibidem*, p. 35.

expressivos relatórios policiais ora atestam que somente o grupo vitorista era culpado pelos distúrbios, ora generaliza esta culpa para todos os nipônicos.

O problema da inserção dos imigrantes japoneses demarcou mudanças internas na comunidade adventícia e, neste contexto, coube à polícia política um papel decisivo. O padrão de análise e ação policial em relação ao crime e ao criminoso revela uma continuidade. A profissionalização do policial e as mudanças jurídicas, bem como a mudança de seu padrão de ação, culturalmente regulamentado, podem contribuir, com uma efetiva transformação, para uma polícia melhor, uma polícia nova – e ela não será política.

Anexos⁴⁹⁹

I

Os Ensinamentos da Linha de Batalha

1ª parte – A pátria sagrada; O grande Japão é o Império e quem governa é o Imperador de unid (ilegível) dinastia militar, e espalha sua glória ao universo inteiro. O povo recebe a virtude de patriotismo e valentia dos antepassados se cooperaram no levantamento da pátria, os soldados da linha de batalha devem compreender bem a santidade da pátria e jurar a obedecer e alcançar o objetivo da defesa da sagrada pátria.

2: - O caminho de obediência aos pais; o patriotismo e afeição aos pais é a base da moral japonesa. O Soldado patriota é sempre bom filho. Na linha de batalha deve compreender bem aos desejos de pai e mãe, deve mostrar a glória dos antepassados.

3 – o regulamento do exército: O espírito do regulamento do exército está baseado no obediência de todos as ordens do Imperador. Todos devem compreender que o direito de mandar é sagrado, e superior deve compreender bem este direito e os inferiores devem obedecer até o fim [...]

4– Se morrer no acampamento com doença é uma grande vergonha, pois cuidar da higiene corporal para não faltar o dever de serviço [...] O que foi dito acima é tudo baseado nas palavras imperiais, deve obedecer tudo. Os militares que estão na linha devem compreender bem estas linhas e procurar corresponder ao desejo do Imperador.⁵⁰⁰

II

Liga do Caminho dos Súditos (Shindo Remei)

OBJETIVOS PRINCIPAIS.

1º Nós somos súditos (sic) do Grande Japão.

Nós japoneses residentes no Brasil temos orgulho de ser japoneses

Nunca deixaremos de cultivar o espírito japonês, e para isso é preciso possuir elevado moral, ser esforçado e resignado, ter heroísmo para com a Pátria.

2º Apoiar a construção da Grande Ásia.

Nós japoneses residentes no Brasil, para aquele fim teremos de educar adequadamente, de modo geral, respeitando a ideia de Deus e dos antepassados, os nossos filhos.

Devemos ser fortes e decididos fisicamente, dando aos nossos filhos educação pelo sistema japonês, principalmente quanto a língua japonesa, a fim de que se tornem um grande homem, e para que não olvide o espírito japonês.

23 de julho de 1945. Sede da Shindo Remei.

⁴⁹⁹ Neste anexo, transcrevemos trechos do referido documento, preservando os erros ortográficos do original.

⁵⁰⁰ Pasta “DOPS – Documentos Antigos”, pp. 216 e 223.

III

ORIENTAÇÃO PARA OS JAPONESES RESIDENTES NO BRASIL

Embora se modifique o sistema político do Brasil ou mesmo do mundo, deve o japonês conservar sempre o sentimento espiritual de sua pátria:

1 Compenetração do espírito japonês:

- a) Respeitar a Deus, o templo de culto aqueles que morreram pela Pátria, voltar-se para o sol nascente quando em cerimônia,
- b) Educação japonesa.
- c) Incentivar a prática de esgrima em geral (jiu jitsu, esgrima de baioneta, flexa, luta japonesa, em suma todos os esportes japoneses),
- d) Educação para adultos. Cultivar o sentimento patriótico, reunindo-se em grupos de 10 a 15 famílias para o serviço de assistência, defesa passiva e outros misteres relacionados com a guerra.
- e) Estado novo do Japão;

2 Organização do novo regime:

- a) Secção de Informação, Tesouraria, Estatística, Correspondência, etc etc. (Secção de verificação dos prejuízos sofridos pelos japoneses do Brasil),
- b) Secção propulsora (obedecem as ordens diretas da matriz),
- c) Correspondência, laudo em japonês como em português,
- d) Propaganda por meio de jornais, panfletos, conferências, discursos, etc,
- e) Secção – Recreativa (Cinema, música, etc)

Séde Shindo Remei

IV

ESTATUTO DA SHINDO-REMMEI

Art 1 Nome SHINDO-REMMEI.

Art 2 Finalidade – Orientar sobre o caminho a seguir pelos súditos do Grande Japão, apoiando o Estado novo da Pátria.

Art 3 Sede- S.P, com filiais em diversos pontos do interior do Brasil.

Art 4 Organização Farão parte da Sociedade somente as pessoas que não temem a morte.

Art 5 Diretoria – sua organização: Conselheiro, Presidente, Diretor Gerente, Vice Diretor, Diretor para o Interior, Membros dos Diretorios das Filiais (Chefe de Sub-Chefe) e outros.

Art 6 A nomeação e demissão dos membros da Diretoria serão feitos em reunião da Diretoria.

Art 7 O mandato da Diretoria é por tempo indeterminado e sem honorários.

Art 8 Das Assembleas: a) Congresso da Diretoria em geral, três vezes por ano b) Reunião das Sub Diretorias nos dias 1 de cada mês, às 8 horas da manhã, na sede c) Assembleia extraordinária, quando houver matéria urgente para resolver, funcionar quando convocada por mais de 3 Membros das Diretorias (Chefes do Interior) d) Assembleia Geral, será realizada com autorização do Presidente, e com a apresentação do relatório dos serviços e balancetes.

Art 10 Encargo dos Sub-Diretores – Amplos poderes – Educação – Informações – Diplomacia e Propulsão.

Art 11 As transgressões destes dispositivos serão punidas moralmente.⁵⁰¹

⁵⁰¹ No decorrer do documento, há a descrição da estrutura hierárquica da organização, orientações sobre o final da guerra e recriminações aos derrotistas.

V

SHIRABAYASHI

(não é permitido a ser exibido a quem não “for” Shindo)

(Seção da Shindo Remei em Três Barras)

Paiz sagrado que Impera o mundo, nós os japoneses (patricios) devemos unirmos nesse momento, isso faz com que sejamos fortes e deixar a parte a idéia de que fomos derrotados, motivo da qual o Japão está dominando o Bornéo isto é verdade clara, por ahí vejamos que o Japão ganhou a guerra, mas que temos pensamentos aos derrotistas, com os quais nós não concordamos, e situação ésta que a cada momento peora. Enfim no dia 28 de janeiro as 19 horas o superintendente Nemoto, Chichike, Nagano, Gochara e quatro socios de Jundiai fora Zaia Gunjinkai, e outra associação, em um total de oito, todos reuniram-se, esta reunião foi descoberta por denuncia de um derrotista, tendo havido então uma diligencia policial e quasi fomos todos presos, sendo porisso uma empresa muito difficil, devemos exercitar as nossas mentes, para que não creiamos em boatos que dizem que o Japão foi derrotado, assim sendo peço aos nossos compatriotas, das Sub-Seções que façam com que sejam aprovados nesse exame mental, finalizando digo a voces que eles (derrotistas) são os nossos maiores inimigos⁵⁰² e desejam ver-nos sofrer, destruindo com isso a nossa organização (construção).

Pois amigos, Juremos a nossa decisão.

VI

Os pensamentos de um nipo brasileiro.

Sou um pobre Nipo-Brasileiro que estou sempre sendo mal visto pelos japoneses natos, isto para nós Nipo-Brasileiros traz grande desgosto, porem estudarei muito para não atrazar, ou melhor para ver se consigo supera-los (a eles japoneses natos dezejo que aos senhores compare a educação que tivestes e a que temos hoje.

É certo que nós devemos respeitar nossos superiores pais e irmãos (japoneses natos). Seria desrespeitoso nós os nipo-brasileiros contrariá-los, porém para nós temos razão do que damos exemplo: Nós sempre respeitamos a grandeza da nossa pátria(Japão) e a educação terna que nos tivemos como sendo a “raça” superior, nós soubemos que no Japão as imagens dos Imperadores são tratadas com o maior cuidado, só sendo expostas perante o público, nos dias de grandes festas, mas aqui no Brasil vemos até na sala de visitas sedo mexido e remexido como se fosse um simples quadro decorativo. Assim sendo foi até desrespeitado pelas autoridades policiais do Brasil. Eu mesmo nipo-brasileiro, tenho presenciado terem sido pronunciadas palavras desrespeitosas na presença dessa imagens sagradas, que isto representa uma falta gravíssima de respeito, consideração, sendo por isso, mas os socios da S. Remei, fazemos cumprir esse ensinamentos, que nós tivemos de um a um, desde hoje peço a todos que respeitem mais imagem.

Estas palavras ditas pelos Nipos-brasileiros são solidários a S-Remei, peço a todos compreenderem que nós soubemos da reviravolta do Mundo atual.

Nós (Nipo-Brasileiros) que nascemos no mundo do renascimento, estamos contentes e sabemos da responsabilidade que nós teremos com o auxílio de voz (japoneses natos) para que sejamos uteis e prestar mais serviços ao nosso Imperador.

Não só respeitar as imagens sagradas, também a bandeira do Sol Nascente, devemos tratá-la com o maximo carinho e respeito, acho que isto é a base da educação, peço desculpas por ter dito estas palavras de desrespeito, pois não foi possível conter-me ao ver os quadros nos quais aparecem as imagens do Imperador e da Imperatriz, nas salas de visitas sem a menor cerimônia.⁵⁰³

⁵⁰² Palavra grifada no original

⁵⁰³ “Pasta Sociedade Terrorista Japonesa”, pp. 56-58.

VII

Aqui no caro Brasil, estão gosando de uma ampla abitraedade e de uma concessão de garantias pelas leis e nossa hospitalidade de nossa gente, de maneira a que eles, não parece que estão submetido a uma lei internacional segundo o que ficou escrito, em Tokio, pelo Rei do Japão e o General Arthur Marc, do E.E Unidos da America do Norte. Eles estao gosando, acesseveis (sic) liberdades do nosso povo brasileiro. No tempo da guerra a ultima parra o Japão com Alemanha dilo, Allemanha contra aliados, alguns japoneses no ano de 1942 em ourinhos falavam que os brasileiros estavam perseguindo japonezes e Alemao eles falaram que garantindo ao Japão e a Alemanha ganhavamos guerra os brasileiros grande o pescasso cortava, os brasileiros pequenos na carroça punha...!!! D. d. presidente Moyses Lupion, eu vos venho amistosamente rogar agentilesa de S. Exia. Mantdar fazer uma embusada e um pesquisa nos clubs, japonezes onde eles estão atuando as suas atividades de hostilidade de guerra do pais deles, no nosso querido Brasil !! Eles estão folgados aqui em Assai, eu no dia 24 do andante mês, presencieei uma esgrima dos japonezes eles com nós não tem amidades, e eles não coligam com nós, aqui e poucos dias eles fiseram uma festa em comemoração a terra deles, e nem sequer fizeram um convite a nenhum brasileiro. É um povo dum sistema – diferente outras nações, outro qualquer estrangeiro, se coliga com o brasileiro, sómente o japonês é que se está conservando pois um patriotismo fanatico, e indigena! É preciso que as nossas autoridades, investidos nos seus cargos de magistrados; focalise um problema de análise coletivo, para estudarem uma organização de lei de segurança nacional para punir, abuso de qualquer gente estrangeira, que quer fazer da nossa terra brasileira, hospitalar o seu campo de atividade para atuaremos os seus embustes...!! de sua nação. Eles são de coração indolentes, se chegar qualquer brasileiro na casa de niponicos pedir 1 prato de comida porque tem fome e está viajando, eles não dam a comida para o pobre viajante, e o coitado brasileiro se não achar a xasa de outro brasileiro, ou de outro qualquer estrangeiro, ele passa fome. Essa emigração japoneza já é bastante velha no Brasil e eles não deixam de falar nesse acabrunhante idioma niponico, e ainda eles falam que nós brasileiros tem a cabeça ruim, que sempre os brasileiros andam trabalhando todavia e não arranjam nada, e eles se gabem que tem cabeça boa por isso vam adiante, eu não concordo com eles nestes pontos de vista eu acho que os niponicos são muito amorosos pelo costumes do paiz deles...!! Eu espero s. excia ler boas sensações, e por em provas as minhas advertências de minha pesquisas em prova do afeto que me caudeiam pelo caro Brasil!!⁵⁰⁴

504 Pasta “Sociedade terrorista japonesa”, pp. 209-210. Carta de 22 de setembro de 1949 de João Pereira das Neves de Assaí que escreve ao Presidente do Estado do Paraná, Lupion, sobre os japoneses em Assaí. Ele assinala que trabalhou para Lupion em sua campanha eleitoral e adiciona seu endereço para contato em Assaí. Erros ortográficos no original.

Fontes

-Pastas fundo DOPS-DEAP.

1. Akebono.
2. Associação dos Moços de Londrina.
3. Censura Postal.
4. Consulado Alemão.
5. Consulado do Japão.
6. Delegacia de Polícia de Assaí.
7. Delegacia de OPS. DOPS – relatórios.
8. Diversos - antiga chefatura de polícia.
9. Documentos antigos Pasta - 1.
10. Documentos antigos Pasta - 2.
11. Documentos Antigos.
12. DOPS – Chefatura Antiga (diversos)
13. DOPS - Relatórios.
14. DOPS – Diligências.
15. DOPS – Informações- Prontuários Antigos (a-z).
16. DOPS – informantes.
17. DOPS – inquéritos.
18. DOPS – ofícios e portarias expedidos.
19. DOPS – Relatórios – 1948.
20. DOPS – Relatórios da zona Norte.
21. DOPS – Relatórios de 1950.
22. DOPS – Relatórios de agentes.
23. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 0831/caixa 100)
24. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 832/caixa 100)
25. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 833/caixa 100).
26. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 834/caixa 100)
27. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 835/caixa 101)
28. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 836/caixa 101)
29. Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS – Relatórios (n. 837/caixa 102)
30. Empresas sob intervenção.

31. Fugitivos políticos para o Paraguai.
32. Grande Oriente.
33. Instituto de Polícia Técnica.
34. Jornal da Semana Policial.
35. Liga de Amadores Brasileiros de Rádio.
36. Liga dos Jovens Patriotas.
37. Ministério da Justiça.
38. Nazismo.
39. Relatórios – 1944.
40. Secretaria do Interior e Justiça.
41. Serviço rádio telegráfico.
42. Sociedade Glória União Agrícola.
43. Sociedade de Jovens japoneses.
44. Sociedade Terrorista Japonesa.

- Periódicos.

1. Revista do Globo, 25 de novembro de 1944.
2. Revista O Cruzeiro, 16 de dezembro de 1944.
3. Revista O Cruzeiro, 11 de agosto de 1945.
4. Jornal Gazeta do Povo, 02 de setembro de 2000.

Referências Bibliográficas

- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea, Rio de Janeiro, FAPERJ, 1996.
- ARAUJO, Braz. Evolução da sociedade e do Estado no Japão: uma visão abrangente, Dossiê: 50 anos de final de Segunda Guerra, Revista USP, São Paulo, n. 27, p. 6-19, jun./ago. 1995.
- BASTOS, Élide Rugai. Oliveira Vianna e sociologia no Brasil. In: _____. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas : Editora da Unicamp, 1993. Cap. 2. p. 405-428.
- BROWN, Willian. *O perigo amarelo*. Lisboa : Agência Editorial Brasileira, 1936.
- BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa : Edições 70, 1977.
- BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada: Padrões da cultura japonesa. São Paulo : Perspectiva, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”, *In O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo : Ed. 34/Edusp, 2000.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A polícia da era Vargas*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CARDOSO, Ruth Côrreia Leite. *O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses*. Revista de Antropologia, São Paulo, n, 1-2, 1959.
- _____. *Estrutura familiar e mobilidade social*. São Paulo : Primus Comunicação, 1995.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e Raciais. São Paulo : Selo Negro. 2000.
- CASTRO FARIA, Luís. *A obra de Oliveira Vianna: uma tentativa de reconstrução*. In: BASTOS, Élide Rugai. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, n. 11(5), p. 173-191.1996.
- _____. *A história cultural*. Lisboa : Difel, 1990.
- Comissão de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Uma epopéia moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo : Hucitec, 1992.
- CRUZ, Antonio. *Os Eternos Culpados*. O Correio da Unesco, ano 27, n. 1, p. 26-27, 1999.

- _____. A cidade apagada de Tomoo Handa. Cap. 8. p. 173-178.
- DARMON, Pierre. Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre do gatos*. Rio de Janeiro : Graal, 1996.
- Dicionário de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro : FGV. 1987.
- DRAIBE, Sônia. Introdução e 1930-1945: *Rumo à industrialização e à nova forma do Estado brasileiro*. In: Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização do Brasil(1930-1960). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- FREIRE-MAIA, Newton. *Brasil: Laboratório racial*. Petrópolis : Vozes, 1973.
- GERALDES, Elen Cristina. As árvores dos frutos de ouro. In: A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília : UnB, 1998.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo : Editora 34, 1999.
- HALLEWELL, Laurence, Bertaso e Veríssimo. In: *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo : T. A Queiroz, 1985.
- HANDA, Tomoo. O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo : T. A Queiroz, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KITAHARA, Satomi Takano. “Os comportadinhos na casa dos Gaijins. In: A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília : UnB, 1998.
- KUIYOSHI, Celina. *Imagens do Japão: Uma utopia de viajantes*. São Paulo : Estação Liberdade, 1998.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934) Contornos Diplomáticos*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*, São Paulo : Papyrus, 1986.
- MAGALHÃES, Marionilde. Alemanha mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil. Campinas : UNICAMP, 1993.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1978.

- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1978.
- MARTINS, Carlos. *Uma política de imigração*. Rio de Janeiro : Typo. Do Jornal do Comercio Rodrigues e C, 1929.
- MIRANDA, Mário Botelho. *Shindo Remmei: Terrorismo e Extorsão*. Editora Saraiva, 1948.
- MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1942.
- MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.
- PEDREIRA, Waldecy Catharina Magalhães. Recolhimento do Acervo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro In: DOPS a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro : APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo : Arquivo do Estado, 1999.
- PINHEIRO, Leticia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Dossiê: 50 anos de final de Segunda Guerra, Revista USP, São Paulo, n. 27, p. 108-119, jun./ago. 1995.
- RODRIGUES FILHO, Agostinho. *Bandeirantes do oriente! Drama íntimo dos japoneses no Brasil*. São Paulo : Empresa Editora Bandeirantes Ltda, 1949.
- SADRIA, Modjaba. “Relações Brasil-Japão”. Revista da SBPH, Curitiba, n.12, 1997.
- SAITO, Hiroshi. *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo : T. A. de Queiroz/ EDUSP, 1980
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo : EDUSP, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.
- SETO, Cláudio e Maria Helena. Yumi – Caminhos percorridos: História da imigração japonesa e litoral paranaense. Livro não publicado.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1990.
- _____. Os paradoxos da miscigenação: Observação sobre o tema imigração e “raça” no Brasil. Estudos Afro-asiáticos, número 20, 1991.
- _____. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. Rio de Janeiro : FIOCRUZ/CCBB, 1996
- SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: “raça” e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento federal de segurança pública: Ruptura ou permanência. In: DOPS a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993

- TODOROV, Tzvetan. *A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro : Zahar, 1993.
- VIEIRA, Francisca Isabel Schuring. O japonês na frente de expansão paulista: O processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo : Pioneira, 1973.
- XAVIER, Marília. Da Polícia política. In: DOPS a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça, 1993.
- YAMASHIRO, José. *História dos Samurais*. São Paulo : Massao Ohno-Roswitha Kempf, 1982.